



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

**LUCAS VÍCTOR SILVA**

**SOBRE A NA(RRA)ÇÃO EM OLIVEIRA LIMA:**

UMA LEITURA DE “FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA”

*Orientadora Professora Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa*

RECIFE

2003



**SERVICO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

**LUCAS VICTOR SILVA**

**SOBRE A NA(RRA)ÇÃO EM OLIVEIRA LIMA:  
UMA LEITURA DE “FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência parcial para a obtenção de grau de Mestre em História.

Orientadora:

Prof(a) Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

RECIFE

2003

**Silva, Lucas Victor**

**Sobre a na(rra)ção em Oliveira Lima : uma leitura de "Formação histórica da nacionalidade brasileira" / Lucas Victor Silva. – Recife : O Autor, 2003.**

**183 folhas.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2003.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Historiografia brasileira – Oliveira Lima, 1867-1928. 2. Brasil – Identidade nacional – Representação. 3. Primeira República (1889-1930) – Brasil – História cultural. 4. Oliveira Lima, 1867-1928 – Crítica e interpretação. I. Título.**

**981"1889/1930" CDU (2.ed.)  
UFPE  
981.05 CDD (21.ed.)  
BC2004-389**



### **ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO LUCAS VICTOR SILVA**

Às 9:00 do dia 20 (vinte) de agosto de 2003 (dois mil e três), no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno LUCAS VICTOR SILVA intitulada *SOBRE A NA(RRA)ÇÃO EM OLIVEIRA LIMA: uma leitura de 'Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira'*, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: MARIA DO SOCORRO FERRAZ BARBOSA (ORIENTADORA), ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN E LOURIVAL DE HOLANDA BARROS. Assinam também a presente ata, a Coordenadora, Profª Maria do Socorro Ferraz Barbosa e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 20 de agosto de 2003

  
Profª Dra. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

  
Profª Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

  
Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros

  
Luciane Costa Borba

*A Papai, Gê, Dora, Saulo, Luisa, Mamãe, Dani,  
a minha bela e amada família e Alex,  
alvos de minha admiração e  
de meu amor, às vezes, silencioso mas sempre intenso.*

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao CNPQ, pela concessão da bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

Aos professores, em especial, Dra. Socorro Ferraz, minha orientadora que sempre confiou no meu potencial e estimulou meu crescimento intelectual; Dr. Antonio Paulo Rezende; Dr. Lourival Holanda; Dr. Christine Rufino-Dabat; Dr. Antonio Montenegro; Dra. Regina Guimarães Netto; Dr. Marcus Carvalho; Dr. Marc Hoffnagel; Dra. Tânia Brandão; Dr. Suzana Cavani; Dr. Severino Vicente;

Às secretárias Luciane e Carmem, e a Dona Isabel;

Aos meus colegas de pós- graduação, em especial a Alex Xavier (o interlocutor maior com quem conversei até sobre história), Daniel Leão, Adriana Maria Paulo (a quem devo sugestões e incentivos valiosos), Artur Garcéa, Analice, Andréa Bandeira, Sumaia Madi e Lúcia Falcão;

Aos meus avós e avôs, Dona Ivanise Guerra e Tio Alex, que deixaram saudades (in memoriam);

A meus amigos e familiares, em especial a minha madrinha Sevi Madureira, a toda família Victor, a família Guerra, a família Rego Barros, a família Benevides, a família Alencar Correia, a família Toledo Gonçalves, aos meus amigos Ricardo Matias, Malaquias Batista, Salmo Pontes, Lino Madureira, Aristóteles, Josefa Conceição, e a todos que injustamente omiti.

*O outro*

*(Carlos Drummond de Andrade)*

*Como decifrar pictogramas de há dez mil anos  
se nem sei decifrar  
minha escrita interior?  
Interrogo signos dúbios  
e suas variações calidocópicas  
a cada segundo de observação.  
A verdade essencial é um desconhecido que me habita  
e a cada amanhecer me dá um soco.  
por ele sou também observado  
com ironia, desprezo, incompreensão.  
E assim vivemos, se ao confronto se chama viver,  
Unidos, impossibilitados de desligamento,  
Acomodados, adversos,  
Roídos de infernal curiosidade.<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> In ANDRADE, Carlos Drummond de. *O corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p.29 – 30.

## RESUMO

No dia 15 de março de 1911, no anfiteatro Turgot da Faculdade de Letras da Sorbonne, o então Ministro do Brasil em Bruxelas, Manoel de Oliveira Lima, iniciaria uma série de 12 conferências que comporiam curso chamado *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, e que posteriormente seriam transformadas em livro homônimo. Com o “Formação”, Oliveira Lima escreveria o primeiro livro que, de forma sintética, forneceria um amplo painel da história do Brasil. percebemos a possibilidade de se investigar o historiador Manoel de Oliveira Lima como o construtor de uma identidade nacional brasileira. O historiador é aqui inserido nas redes institucionais e discursivas da Primeira República. Nossa opção foi a de entender como, simultaneamente, Oliveira Lima participava dos debates acerca dos caminhos da América Latina e da República brasileira. Tentou-se perscrutar as representações limasianas a cerca da identidade nacional, da América Latina e da República. A escrita da história atua decisivamente na construção da narrativa nacional ao fornecer imagens, cenários, símbolos e heróis que conferem sentido a nação. Uma história instituída a partir das descobertas e construções lusitanas – rejeita-se o negro e o índio como elementos constitutivos da nação e eleva o conquistador a artífice exclusivo da nacionalidade. Descobrimos uma nacionalidade brasileira constituída como branca, lusitana, latina, européia e francófila. A partir de Michel Foucault, pretendeu-se também compreender como a escritura limasiana relaciona-se com das condições de possibilidade discursiva da *epistémê* moderna.

PALAVRAS-CHAVE: Oliveira Lima, Identidade Nacional, Primeira República.



## ABSTRACT

After reading “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”, a possibility of placing historian Oliveira Lima as builder of a possible National Brazilian Identity was noticed. We studied Oliveira Lima’s History writings as a part of the First Republic’s context and we’ve decided to try to understand the participation of the historian in the debates involving the future paths of Latin American identities and to investigate the Republic-related phobia in Lima’s book. The historian played an important role in the construction of a national identity by investigating symbols, rituals, facts and monuments which are responsible for the “sense of nation”. “Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira”, is the first book containing an extensive panel of the Brazilian History. In this book, the role played by Indians and Africans is neglected and the Portuguese people are considered the only builders of national identity. Based on Michel Foucault we also tried to understand the relationship between Oliveira Lima’s writings and possible speech conditions of modern epitémê.

KEY-WORDS: Oliveira Lima, National Identity, First Republic.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2.O HISTORIADOR E SEU OFÍCIO:NARRATIVAS.....	21
2.1. No arquivo público e o estatuto do documento.....	21
2.2. Uma outra história para além da vida, da morte.....	28
3. RAÇA, NATUREZA E HISTÓRIA NA ESCRITA LIMASIANA.....	44
3.1. As doze conferências que reinventaram o Brasil.....	44
3.2. A escritura limasiana na era da história.....	46
3.3. A história da interação entre natureza e as raças: esse homem que vive.....	53
3.4. O Brasil que produz riquezas: esse homem que trabalha.....	66
3.5. Empréstimos filológicos limasianos: esse homem que fala.....	74
4. A ESCRITURA LIMASIANA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA.....	81
4.1. Narrativas brasileiras: os discursos da identidade nacional e suas instituições.....	81
4.2. Tecendo uma brasilidade francófila.....	91
4.3. Uma história realista dos índios belicosos e oprimidos do Brasil.....	104
4.4. Os negros da mão-áfrica.....	107
4.5. Por um Brasil lusófilo.....	109
4.6. Oliveira lima e a sua brasilidade.....	122

5. DA CIVILIZAÇÃO MONÁRQUICA À BARBÁRIE REPUBLICANA	
NA ESCRITA DE OLIVEIRA LIMA.....	135
5.1. A barbárie republicana das “outras” Américas:	
As relações entre brasileiros, hispanos e norte-americanos em Oliveira Lima.....	135
5.2. A civilização monárquica brasileira por Oliveira Lima.....	142
5.3. A nossa combalida República: proclamação e prostração.....	152
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177

## 1. INTRODUÇÃO

### *a. Redescobertas de um decifrador drumondiano.*

Confesso que inicialmente este historiador – a quem é dedicada a sua atenção – conheceu por acaso a figura do historiador-diplomata e seu livro que vai estar sendo analisado aqui, o "*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*". No ano 2000, a Folha de São Paulo presentearia seus assinantes, e eu estava entre eles, com a coleção "*Grandes nomes do pensamento brasileiro*". Entre Faoro, Freyre, Nabuco, Buarque, Prado Jr e Capistrano de Abreu estaria o meu Oliveira Lima, que até então não era meu. Lima aparecia, naquele momento como um pioneiro de um projeto apaixonado que eu havia elaborado.

Este historiador que vos escreve desejava escrever uma obra monumental chamada "*O mistério do Brasil: o ethos brasileiro decifrado*". Tal livro teria, ainda, a vantagem de unir todas as possibilidades metafóricas da língua portuguesa numa linguagem artística para um conteúdo científico. O seu arcabouço teórico iria construir o mais confiável dos livros sobre um país. Trataria-se de escrever uma obra científica, moderna e atual com tudo o que de artístico poderia ser escrito com a culta e bela última flor do lácio. Essa empresa era enorme, sabia disso. Mas teria muito tempo para concluí-la. E se de tão velhinho não possuísse mais forças para terminá-la, ou se a morte interrompe-se o sonho, aquele épico seria mais perfeito ainda. As grandes epopéias são inconclusas.

Para ser possível tamanha obra, só havia uma saída: a existência de um tipo de linguagem, a pairar sobre a retórica, a arte, as ideologias que, de tão transparente, pudesse servir de veículo para um conhecimento seguro a ser produzido por uma ciência igualmente segura, de técnicas de pesquisa infalíveis, a serem postas em prática por um profissional, o historiador, que de tão bom aplicador destas técnicas, seria apenas um instrumento por onde se produziria um conhecimento que independesse dele.

De fato, aconteceria uma enorme mutação no futuro autor destes escritos. É preciso desconfiar de tudo o que se apresenta como naturalmente aceito. É preciso desnaturalizar as palavras, colocar em suspeição as verdades absolutas. E assumir os riscos que envolvem o trabalho com a linguagem.

Aquele sonho maior era apenas um capricho. Entendi a duras penas o preço da curiosidade radical que alguns precisam pagar: era preciso continuar por outros caminhos. Incertos, mas

caminhos, trilhas. Do embate com novas leituras, fruto de um outro paradigma nasceu um novo aprendiz de historiador, igualmente apaixonado pelo Brasil, mas muito mais apaixonado por gente, sem predicados. Novas perguntas seriam feitas.

Até meados da década de 1970, todos os decifradores do Brasil, inclusive os contemporâneos, colocariam-se como os donos do ethos brasileiro. Uns resgatavam alguns aspectos, outros resgatavam outros discursos, outros costumes como definidores da nacionalidade, ou como definidores de alteridade.

As relações de poder e seus regimes de verdade os habilitariam como decifradores de esfinges. O Brasil e a brasilidade eram charadas. Por Oliveira Lima, este historiador que vos escreve percebeu que poderia ser um outro tipo de decifrador. Resolvi ser um decifrador de decifradores, um historiador de brasilidades plurais. Que melhor resposta poderia ser dada a esfinge nacional do que um livro que se atreveria a narrar a *"Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira"*. Oliveira Lima deixaria de ser um dos pioneiros da decifração do ethos brasileiro para se tornar apenas um palco privilegiado, como veremos, de manifestação de uma brasilidade, de uma concepção de povo brasileiro.

Ser decifrador de decifradores implicaria em repensar os conceitos de nação e identidade nacional. Deveria parar de procurar as análises que estariam mais ou menos corretas sobre a nacionalidade brasileira como se existisse uma narrativa verdadeira sobre o passado, ou como se fosse possível haver uma grande narrativa definitiva sobre o Brasil. Seria preciso desnaturalizar nação e nacionalidade, entendê-las como invenções de um determinado momento histórico. É precisamente no século XIX, que as nações são inventadas. No início do século XXI, o conceito de nação deixa saudades naqueles que ainda acreditam no seu poder emancipatório, e desconfiança naqueles que temem a volta de filhos ilustres do nacionalismo: o nazismo e o totalitarismo.

A invenção dos Estados-Nação nos fins do século XIX, todavia, encontra-se intimamente relacionada ao desenvolvimento da história enquanto saber cuja função era a de narrar a formação das nações, a serem definidas umas em relação às outras. A história possuía o dever de edificar o passado nacional. Os historiadores definiriam as especificidades de cada nação a partir de critérios como raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico, capacidade de defender seus territórios e realizar conquistas territoriais.

Assim o fez Oliveira Lima, nos fins do século XIX e inícios do XX. Mas, como ele operou sua invenção da nacionalidade brasileira? Para o ilustre pernambucano, o Brasil era uma invenção branca, católica, lusitana, e, em certa medida, francesa, também.

### ***b.Revisando o Oliveira Lima de outras penas***

Dentre os principais escritos sobre Oliveira Lima, destacamos a obra do historiador Fernando da Cruz Gouvêa. Através de um amplo estudo biográfico, Gouvêa escreveu "*Oliveira Lima, uma biografia*", obra extensa e de estilo descritivo, recheada de transcrições de cartas e escritos do diplomata-historiador. O livro narra com minúcias a vida de Lima e reflete muito da profunda admiração do pesquisador pelo seu personagem. Fernando Gouvêa acerta na elegância narrativa e no conhecimento factual e documental. Sua obra teria o mérito de abrir praticamente todos os caminhos possíveis de análise sobre Oliveira Lima e de comentar todas as obras do diplomata. Reeditada recentemente numa bela publicação, a biografia valeria como literatura e como publicação documental, diante do rico acervo de palavras limasiana presentes no texto corrido e nos anexos.

Com "*Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*", Gilberto Freyre, pouco antes de Gouvêa, escreveria sobre a vida daquele que foi seu amigo pessoal e mentor intelectual. Freyre utilizou a biblioteca de Oliveira Lima para escrever sua dissertação de mestrado em Colúmbia. Freyre relatou momentos da vida do diplomata-historiador na diplomacia, na política, no jornalismo, na historiografia. Escreveria, ainda, alguns comentários sobre sua personalidade e sobre as polêmicas onde aquele, freqüentemente se via envolvido. A obra revela também a profunda admiração do escritor de Apipucos por aquele com quem convivera e aprendera a respeitar e defender como intelectual. A exemplo da obra de Gouvêa, não é alvo do livro a análise das obras historiográficas.

A partir de "*Estrutura social da república das letras*", de Antônio Lins Machado Neto, Oliveira Lima começa a ser analisado dentro de um quadro de análise amplo sobre a vida intelectual brasileira. Lima aparece na análise sociológica das *igrejinhas* ou *coterias* literárias, e envolvido numa rede de relações com outros intelectuais e membros das elites do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Com Angela Castro Gomes, em "*História e historiadores*", sua obra historiográfica foi finalmente objeto de análise. O historiador é inserido entre os intelectuais consagrados pela

cultura histórica vigente durante o Estado Novo e sua obra foi associada a política nacionalista varguista e a construção da identidade nacional vinculada ao nacional-popular.

Oliveira Lima seria objeto da historiadora Kátia Gerab Baggio em sua tese de doutoramento intitulada *"A 'outra' América: Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas"*. Para a autora, Oliveira Lima estaria enquadrado entre os defensores da monarquia. Para estes, as repúblicas hispano-americanas seriam exemplos de anarquia política, instabilidade e fragmentação, em contraste com a estabilidade e a unidade nacional, herdada do regime imperial pelo Brasil. A forma republicana poderia significar uma porta de entrada do caudilhismo na vida política brasileira. Estariam nesta perspectiva autores como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Manoel de Oliveira Lima, entre outros. De outro lado estariam os defensores da República que representariam o Império brasileiro como uma anomalia, um anacronismo dentro do continente americano, onde só existiam repúblicas. Os republicanos seriam escritores como Euclides da Cunha, José Veríssimo, Manoel Bomfim.

Mas, como mostraria a própria historiadora, essas identidades iniciais seriam contraditoriamente reconstruídas e redefinidas de acordo com as situações. Na discussão, por exemplo, sobre a reorientação da política exterior em direção ao estreitamento de laços com os Estados Unidos e sobre adesão a doutrina Monroe, esses intelectuais se dividiriam. Bomfim, Veríssimo, Prado, Oliveira Lima seriam contra, enquanto Euclides e Nabuco defenderiam o realinhamento operado sob liderança do Barão do Rio Branco. A leitura da tese colocaria-nos a par dos debates contemporâneos a respeito da América Latina e das representações da América Latina forjadas como espelhos de alteridades pelos intelectuais brasileiros.

No segundo volume da coleção *"Introdução ao Brasil, um banquete no trópico"*, organizada por Lourenço Dantas Mota, e que tem a proposta de comentar os clássicos da história e sociologia brasileiras, o historiador Guilherme Pereira das Neves comentaria a obra prima de Lima: *"D. João VI no Brasil"*. O artigo parafraseia o livro e faz um inventariado de comentários, sempre elogiosos, sobre o mesmo.

Com *"Oliveira Lima e a construção da nacionalidade"*, a historiadora Teresa Malatian escreveria um amplo trabalho articulando vida e obra do historiador. A obra pretendeu analisar sua inserção nos lugares de sociabilidade próprios da produção histórica da Primeira República, como o Itamaraty, a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Lima é descrito a partir de sua trajetória pessoal e intelectual articulada com suas relações com

oligarquias regionais e o poder central republicano. Como apêndice, Malatian nos presentearia com um bom artigo sobre a Oliveira Lima Library, um centro de documentação fundado pelo historiador na Universidade Católica de Maryland contendo sua enorme biblioteca e documentos pessoais. Junto ao trabalho de Gouvêa, é o que de melhor se escreveu sobre Lima. Estes, por certo, serão companheiros de narrativa em todo nosso trabalho. Dialogaremos bastante também com os escritos de Nicolau Sevcenko, Roberto Ventura e Lilia Schwarcz que reconstruíram de forma muito competente o ambiente intelectual da Primeira República.

Nos dias de hoje, a historiografia brasileira parece ter redescoberto Oliveira Lima. Destacamos duas leituras principais. Uma é a que se interessa em contextualizar o historiador-diplomata dentro da produção intelectual latino-americana. É o olhar de autores, expressos nos seguintes artigos, como Fábio Muruci dos Santos em "*Arielismos: A visão de América em Oliveira Lima e José Enrique Rodó*", Helder Gordim dos Santos em "*A questão negra e a imigração européia nos Estados Unidos como modelos: uma ideologia da americanização em Nabuco e Oliveira Lima*" e Marco Antônio Pamplona em "*As ambigüidades do pensamento latino-americano do século XIX, os intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil*", no qual analisa comparativamente Lima e outros intelectuais da América hispânica.

Um outro olhar debruça-se sobre Lima e procura relacionar sua vida e sua obra no contexto da produção historiográfica brasileira. É o trabalho iniciado por Angela de Castro Gomes em seu artigo "*Gilberto Freyre e Oliveira Lima: Casa Grande e Senzala e o Contexto historiográfico do início do século XX*".

Mas o leitor deve estar se perguntando o teria sobrado para o autor desta dissertação escrever sobre tão importante e estudada figura. Numa palavra, nossa opção é a de articular esses dois olhares e tentar entender, entre outras coisas, como, simultaneamente, Oliveira Lima, em seu *Formação*, participava sobre os debates acerca dos caminhos da América Latina e da República brasileira. Optamos por tentar decifrar a brasilidade e a latinoamericanidade, e mais, a republicofobia da escritura limasiana. Esse é um dos nossos problemas.

### ***c. O que foi feito com o meu Oliveira Lima.***

No dia 15 de março de 1911, no anfiteatro Turgot da Faculdade de Letras da Sorbonne, o então Ministro do Brasil em Bruxelas, Manoel de Oliveira Lima, iniciaria uma série de 12 conferências que comporiam o curso *Formation Historique de la Nacionalité Brésilienne*. Essas doze "lições



francesas” serão o principal objeto de análise desta dissertação que procurou estudar as condições discursivas (relações de sentido) de produção das conferências.

As conferências deram origem ao primeiro livro que de forma sintética ofereceria um amplo painel da História do Brasil. De fato, as narrativas o “*Formação*” abrangem desde o relato dos primeiros contatos do portugueses com a terra – então ocupada pelos povos indígenas –, até a análise dos primeiros anos do regime republicano brasileiro. A abordagem do autor diferenciava-se dos estudos monográficos típicos da historiografia dos institutos históricos pelo extenso rol de documentos analisados e pelas relações multidisciplinares que estabelecia no texto. Em 1944, seria publicada uma primeira edição brasileira da obra, que seria relançada em 1997, pela Topbooks. Neste trabalho, utilizamos a 3ª edição brasileira, publicada pela Publifolha e pela editora Topbooks, pela coleção “*Grandes nomes do pensamento político brasileiro*”, em 2000. Nesta coleção, com afirmamos, Oliveira Lima teria o seu “*Formação*” presente entre escritos clássicos de Raimundo Faoro, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sergio Buarque, Caio Prado Jr e Capistrano de Abreu.

\*\*\*

As relações de sentido definem as relações que um determinado discurso possui com outros discursos de sua sociedade. Todo discurso encontra-se emaranhado numa rede de outros discursos que definem seus sentidos. Um dizer só adquire sentido a partir de um já-dito implícito. Em outras palavras, as relações de sentido compreendem as relações entre o discurso a ser analisado e o seu interdiscurso, que é, propriamente, essa memória discursiva, esse já dito que sustenta os dizeres posteriores. Observar o interdiscurso é identificar a que dizeres o discurso se filia. Entendendo o discurso como prática social, tentamos compreender as relações de sentido que tornaram a escrita limeana da história possível.

A que rede de sentidos a produção historiográfica de Oliveira Lima se filiava? O que constituiu a escrita da história Limasiana, neste “*Formação*”? Estudar a historiografia do Oitocentos é compreendê-la, como quis Michel Foucault, como afirmação do conceito de homem em sua existência corporal, laboriosa e falante. A história relacionava-se com a Filosofia, pois, as diversas filosofias da história constroem-se no questionamento ontológico do homem, e com as ciências empíricas e as ciências do homem, das quais herdava métodos, problemáticas e conceitos.

Buscamos a companhia do Michel Foucault de “*As palavras e as coisas*” para compreender como nosso historiador, em sua narrativa da “*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*”,

negocia com as possibilidades de construção de um saber histórico definido na articulação das temporalidades da vida, do trabalho e da linguagem. É essa tarefa a que nos votamos no segundo capítulo de nome "*Raça, Natureza e História na escrita limasiana*". Em cinco seções abordamos como as doze conferências que originaram o "*Formação*" fazem parte da *epistémê* moderna e se inserem na "*Era da História*". Buscamos definir as condições discursivas do conceito de "*raça*" e "*natureza*" entendida no Oitocentos como "*meio*". A intenção era descobrir uma narrativa do homem em sua existência corporal. Depois abordamos como Lima escrevia a história do trabalho e das formas de produção e a história filológica do Brasil. Tomando o modelo biológico de conhecimento, Oliveira Lima subordinaria a existência laboriosa e falante do homem a sua condição de ser vivente.

Depois das condições discursivas, fomos procurar as relações de força e as instituições, ou os lugares institucionais, como definiu Michel de Certeau em sua sociologia do conhecimento histórico, que tornaram possíveis a produção intelectual não apenas de Oliveira Lima, mas dos intelectuais da chamada Primeira República. O lugar institucional que o sujeito ocupa é aquele onde este "*encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação*"<sup>2</sup>. O lugar institucional justifica e ao mesmo tempo é objetivado, ou significado, pelo discurso. Assim estudamos a presença de Lima, principalmente, na Academia Brasileira de Letras e no Itamaraty. Este capítulo chama-se "*A escritura limasiana da nacionalidade brasileira*".

Esta seção trata, também, em poucas palavras, das narrativas brasileiras definidoras de brasilidades; da brasilidade luso-francófila que Lima afirmaria; da representação que o historiador constrói da história da literatura brasileira, dos índios, dos negros e dos mestiços. Por fim, tentamos definir a identidade nacional em Oliveira Lima e sua apropriação do conceito de povo. Numa palavra, pretendemos descrever a apropriação e leitura limasiana dos discursos sobre a nação e nacionalidade brasileiras na Primeira República.

No último capítulo, chamado "*Da civilização monárquica a barbárie republicana na escrita de Oliveira Lima*", procuramos analisar a representação construída pelo autor do regime monárquico (há poucos anos extinto), do regime republicano (recém-instituído) e do continente americano, dividido pelo historiador entre uma América civilizada e "outra" bárbara.

Nestes dois capítulos, convidamos o leitor a viajar numa história do Brasil bem particular. Uma história dividida em 12 lições "*pra francês ver*", que, como veremos, compuseram o

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p. 58.

“*Formação*”. O leitor precisará se acostumar com esta abordagem, onde **os fatos históricos da escrita limasiana são os *nostros* fatos históricos**. É uma operação de reduplicação. Eu conto como foi contado. E aumento o meu conto. Não existem fatos, mas sim histórias, diria João Ubaldo Ribeiro. Reescrevo a história de Oliveira Lima como se não existissem fatos necessários a História do Brasil. Todo fato é montado numa rede fabular, pseudo-científica, que é histórica e temporal. Os fatos não existem em si, mas em regimes de verdade, em redes e relações de sentido e de poder. Porque o discurso do historiador estaria acima das palavras de qualquer mero mortal? O tempo (des)constrói qualquer imortalidade, até a dos fatos históricos.

Neste trabalho procuramos recusar a idéia de o sujeito histórico seria unificado, transcendental, ou de consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra. O sujeito não é origem dos sentidos. Negamos a existência de uma subjetividade psicológica que expressaria um discurso que efetuará uma tradução verbal operada nessas instâncias. O sujeito é passagem de enunciados discursivos.

Aqui concordamos com a operação foucaultiana de descentramento do sujeito: ele não é origem, nem fim dos discursos, mas sim passagem. O sujeito é passagem dos enunciados discursivos e fruto das relações de poder. As práticas sociais formam os saberes e estes estão nos discursos que criam as posições de sujeito como palcos de sua enunciação<sup>3</sup>. Entendendo Oliveira Lima como ponto de passagem de discursos permitiu-me compreendê-lo como ponto de encontro único, mas não original, de discursos e sentidos.

E como esta dissertação toma para si a função não apenas de historicizar a nacionalidade brasileira, mas de desnaturalizar e problematizar a própria concepção de história atual, escrevemos dois contos compondo o primeiro capítulo. Chamado de "*O historiador e seu ofício: narrativas*", este tem por função provocar o leitor a repensar o trabalho do historiador em outras bases. Ele é composto de duas seções, uma trata da documentação, e a outra do conceito de história. Optei por escrever ficções, narradas em terceira pessoa, que pudessem dar conta destas temáticas.

Na primeira seção fiz uma narrativa sobre as reflexões de um historiador perdido dentro de um arquivo público. Esse pesquisador passeia entre os documentos, faz um inventário do acervo sobre Oliveira Lima, e discute o que é um documento. Esta seção deve permitir ao leitor perceber temáticas possíveis e estabelecer algumas perguntas sobre Oliveira Lima que podem ou não

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

serem respondidas no texto. Inventariando fontes possíveis sobre Lima, esse historiador desejava tratar o documento como um monumento, ou melhor, como um acontecimento.

Na segunda seção, esse mesmo historiador perde-se num cemitério. Caminhando naquela cidade de mortos põe-se a refletir sobre as relações entre história e morte, retomando as discussões sobre esta questão empreendidas por Michel de Certeau, Walter Benjamin e Michel Foucault.

Uma ressalva. Esta dissertação configura-se como um experimento. Os três capítulos possuem funções, estilos, além de temáticas diferentes. No primeiro, prevalece o ensaísmo de um narrador que utiliza-se da literatura para refletir sobre a prática historiográfica, seus dilemas e seus impasses. Narra, praticamente, monólogos interiores deste aprendiz de historiador que tenta situar-se nos debates contemporâneos pós-modernos e preparar-se para escrever uma história que esteja acordo com os novos pressupostos que construiu em suas reflexões.

No segundo capítulo, a figura deste narrador desaparece para dar lugar ao arqueólogo da história, que inspirado no método analítico do Foucault de “As palavras e as coisas”, procura descrever o discurso historiográfico de Lima e compreender como o autor negociou com as possibilidades discursivas próprias do saber histórico de sua época.

Nos últimos capítulos, aparece a figura do historiador propriamente dito, que dialoga com os pares, narra em terceira pessoa e com exterioridade o Oliveira Lima imerso naquele entre-séculos. É um texto historiográfico mais ortodoxo, todavia nem tão preso às convenções habituais. São três estilos, três personagens que lutam pelo espaço desta dissertação. Mesmo tendo argumentado o contrário, no momento em que explicava, acima, a divisão desses capítulos, admito que perdeu-se em articulação, já que são seções tão diversas. Ainda que o olhar de analista de discurso permeie todas as análises, cada parte simboliza a busca pela escrita histórica, mais segura, mais viva e mais pujante. Uma busca que parece não ter acabado, mesmo com o fim do trabalho que aqui se materializa. Todavia o leitor ganha se tiver paciência de refletir, ao mesmo tempo em que se familiariza com o conteúdo, sobre como se deve – ou não – escrever história, e como se pode – ou não – construí-la. O leitor também pode escolher os caminhos propostos que deseja ou não conhecer.

Espero que a leitura desta dissertação seduza meu interlocutor a vivenciar esse drama maior da história que é o de precisar afirmar a historicidade de tudo o que é do mundo, sem precisar negar sua própria temporalidade. Se até o próprio conceito de passado muda, pois mudam as

concepções do que é o tempo, o saber histórico não se transformaria? Caro leitor, cara leitora, deixo aqui meu experimento historiográfico com tudo o que há de arriscado (muita juventude e pouco juízo), mas também com tudo o que há de paixão e compromisso em minha alma e em minha aula. Tentativa ou tentação? Deixo para você responder.

No mais, desculpem o mau jeito e boa leitura.

## **2. O HISTORIADOR E SEU OFÍCIO: NARRATIVAS.**

### **2.1. No arquivo público e o estatuto do documento**

*Diário de viagem s/d*

*Hoje fui ao Arquivo Público.*

*Estou definindo o corpus documental de minha pesquisa.*

*Ou melhor, o corpus de monumentos a serem descritos.*

O historiador bem poderia ser chamado de senhor Palomar<sup>4</sup>. Ele entra no Arquivo Público. Olha os catálogos, as fichas, as descrições dos documentos, nomes, datas e classificações. O Arquivo Público apresenta-se ao historiador como uma enciclopédia ao autodidata; poderia memorizar todos os documentos, tentar uma classificação segundo as formas – impressos, manuscritos, iconografias, jornais, fotografias –, segundo a temática – administração, cultura, política, economia, religião –, ou segundo os lugares de produção do documento – o Estado, a imprensa, a universidade, os diversos grupos sociais –, “*mas isso não se aproximaria em nada do verdadeiro conhecimento, que está na experimentação dos sentidos e significados, feita de memória e imaginação ao mesmo tempo, e somente com nesta base se poderia estabelecer uma escala de [...] preferências, curiosidades e exclusões*”<sup>5</sup>.

Primeiramente, o historiador pretende fazer um inventário das fontes sobre seu tema de estudo. Descobre que existe uma pequena, mas rica coleção de documentos. O “*Arquivo Oliveira Lima*” do “*Arquivo Público Estadual de Pernambuco*” (APE-PE) dispõe de cerca de 1000 documentos a respeito do famoso historiador e diplomata brasileiro. O catálogo do Arquivo Lima apresenta-se dividido em “Dp” (documentos pessoais), “Ca” (correspondência ativa), “Cp” (correspondência passiva), “Ct” (correspondência de terceiros), “Recortes de jornal”, “Imp”

---

<sup>4</sup> Palomar foi, durante décadas, o observatório onde estava instalado o maior telescópio do mundo, o telescópio Hale. Sua inauguração aconteceu em 3 de junho de 1948, quando ele recebeu o nome de Hale Telescope. Era o Mount Palomar Observatory, parte integrante do California Institute of Technology (CalTech) nos Estados Unidos da América. Ítalo Calvino, batizou o personagem de seu último livro publicado em vida, com o nome deste observatório. O senhor Palomar, que aqui nos serve de arquétipo, olha o mundo por um telescópio subvertido para as coisas que estão muito perto de nós, mas imperceptíveis. Segundo o autor, a história de Palomar “*é uma espécie de diário sobre os problemas do conhecimento minimalístico, sendas que permitem estabelecer relações com o mundo, gratificações e frustrações no uso da palavra e do silêncio*” In *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p, 89.

<sup>5</sup> CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.68.

(impressos), “Div” (diversos), “Dpt” (documentos pessoais de terceiros), “Pci” (produção intelectual) e “fotografias”.

O acervo foi doado por Fernando da Cruz Gouvêa, o biógrafo de Oliveira Lima, ao arquivo público. Praticamente todo o acervo é constituído pela documentação colecionada pelo principal biógrafo do historiador pernambucano durante a pesquisa que geraria o “*Oliveira Lima, uma biografia*”. Gouvêa também, afirma que uma das principais fontes para o estudo de Oliveira Lima, encontra-se no arquivo público, o raríssimo catálogo da “*Lima Library*” da C.U.A. em Washington D.C., que já encontra-se microfilmado na divisão de pesquisa do Departamento de História da UFPE.

Na seção “Dp” , localizam-se fotocópias da certidão de nascimento de Oliveira Lima, da sua certidão de batismo, do certificado da compra “*de partes de Engenho Cachoeirinha*” e do “*abaixo-assinado por Frederico de Souza e Miguel Couto, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro atestando que Oliveira Lima, (então) ministro do Brasil na Bélgica, sofria de obesidade*”. Há também, cópia datilografada do testamento de Oliveira Lima e cópia manuscrita do atestado médico referente à obesidade e à litíase renal, sofridos pelo diplomata, datado de 1912, de Bruxelas, Bélgica.

Encontram-se, na seção “Ca” fotocópias de cartas de Oliveira Lima escritas entre 1884 e 1927. São fotocópias de dezenas de cartas do diplomata endereçadas ao Joaquim Nabuco, ao diretor do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro) José Carlos Rodrigues, ao diplomata Salvador de Mendonça Furtado, ao Ministro das Relações Exteriores Barão do Rio Branco, ao historiador Tobias Monteiro, ao Deputado João Alexandre Barbosa Lima, ao político Joaquim de Souza Leão, ao historiador Fidelino de Figueiredo, ao jornalista Aníbal Fernandes e ao jornalista Nassau de Figueiredo entre outros.

Os assuntos principais das cartas, segundo o catálogo na Arquivo Público Estadual de Pernambuco, são: conjuntura política no Brasil, sua atuação no Itamaraty, notícias pessoais, notícias de suas atividades acadêmicas e historiográficas e sobre seu relacionamento com o Barão do Rio Branco (descrito como o “*grande sultão do Itamaraty*”). Nos últimos anos de vida, enquanto trabalhava na *Catholic University of América (CUA)*, em Washington D.C., diversas vezes, em suas cartas, Oliveira Lima comentou sobre a organização de sua Biblioteca na CUA e da feitura do catálogo de obras raras.

Desta seção do catálogo destacam-se as cartas escritas para Joaquim Nabuco. Em 1897, de Washington D.C., Lima escreveria ao amigo e conterrâneo lamentando “*o afastamento dos homens de valor da vida pública*”. Em 1901, escreveria 23 cartas a Nabuco, então Ministro do Brasil em missão especial em Londres, que versavam sobre suas conferências na Sorbonne em Paris, suas aspirações na carreira diplomática, sobre sua viagem abordo do navio *Kiantscho*, nas Índias, sobre a política adotada pelo Ministro das relações exteriores Olinto de Magalhães com relação ao Japão, sobre seus contatos com o governo japonês e sobre política, administração e economia do Brasil, entre outros assuntos.

Entre 1902 e 1906, o diplomata se corresponderia com Nabuco sobre seu relacionamento pessoal com o Barão do Rio Branco, sua nomeação para o cargo de ministro Plenipotenciário no Peru, as pesquisas sobre D.João VI e o processo de demarcação de fronteiras entre Brasil e Venezuela, que se encontrava sob sua responsabilidade.

No dia 16 de fevereiro de 1906, Oliveira Lima escreveria ao amigo a respeito de sua recusa formal da remoção para a legação do México. Nesta, comentou que o Barão do Rio Branco, a quem acusa em várias correspondências de persegui-lo, perderia seu prestígio caso ele contasse “*duas histórias edificantes*”.

Mais tarde, em 18 de março, o diplomata escreveu a Nabuco, então ministro do Brasil em missão especial em Londres, lamentando que este houvesse ficado irritado com suas opiniões críticas ao monroísmo, doutrina essa, como sabemos, tão cara ao filho de Nabuco de Araújo. Esta é a última carta de Lima para Nabuco, existente no APE-PE. Talvez esta seja a carta do conhecido rompimento entre os dois.

A seção “Cp” é a composta por cartas endereçadas a Manoel de Oliveira Lima entre os anos de 1891 e 1926. São cópias xérox de cartas endereçadas ao historiador, e escritas por familiares como sua irmã Maria Benedita de Oliveira Lima, seu Irmão Luiz de Oliveira Lima, seu sogro Manoel Cavalcanti de Albuquerque e sua cunhada Neomísia Barros Lins. No APE-PE, existem ainda, cartas escritas por José Maria Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) e Alexandre José Barbosa Lima.

Nesta seção, olha rapidamente as cartas remetidas pelo então Deputado Federal Alexandre Barbosa Lima entre os anos de 1904 e 1920. Estas faziam considerações cerca das atitudes do Barão do Rio Branco, então ministro das relações exteriores, em relação a Oliveira Lima frente a política de preenchimento dos cargos diplomáticos, sobre a situação política do Brasil e a atitude



do exército ante a morte do presidente da República Afonso Pena; sobre as sublevações do batalhão naval brasileiro, sobre a ação dos hermetistas e civilistas; e sobre o discurso do próprio Barbosa Lima, proferido na Câmara dos Deputados, defendendo a atividade diplomática de Oliveira Lima, entre outros assuntos.

Passa para a próxima seção do acervo. Na “Ct”, estão reunidas as fotocópias de cartas da esposa de Oliveira Lima, Dona Flora, para Joaquim Nabuco, para sua amiga Maria Ana Soares Brandão, para o jornalista Mário Carneiro de Rego Melo e para o escritor Antônio Carneiro Leão, entre outros. Nas cartas, Dona Flora tecia comentários sobre problemas de saúde do marido, das atividades diplomáticas deste, e outros assuntos. Saca uma carta desta seção. Nela, ao escritor Antônio Carneiro Leão, D. Flora, em 11 de agosto, quase 5 meses após o falecimento do marido, tece elogios acerca do artigo deste em que o escritor se revelou como um continuador do americanismo de Oliveira Lima. Ainda nesta carta, D. Flora lamentou não poder vê-lo ocupar a cadeira do falecido diplomata na Academia Brasileira de Letras.

Na próxima seção encontra recortes de jornais e documentos, referentes a Lima, alguns com anotações de D. Flora. A maioria dos recortes está sem indicação de data ou local de publicação.

Continuando seu caminho, na “Div” encontra duas cópias de atas da Academia Brasileira de Letras e uma cópia manuscrita da lista de cartas de Oliveira Lima, escrita pelo biógrafo Fernando Gouvêa, que enumerou as cartas que conseguiu reunir durante a pesquisa que originou o livro “*Oliveira Lima, uma biografia*”. Segundo o historiador, a única documentação que este não teve acesso sobre a vida de Lima, foi a existente na “*Lima Library*”, em Washington D.C.<sup>6</sup>

Finalmente, na seção “Dpt”, encontra fotocópias do inventário de Manuel de Cavalcanti de Albuquerque, sogro de Lima, e da habilitação de Luiz de Oliveira Lima, pai do diplomata, entre outros documentos e na “Pci” encontra discursos de Oliveira Lima como o “*Elogio de Francisco Varnhagem*”, livros como “*Japão*” e “*Pan-americanismo*”, a relação dos seus artigos publicados no Estado de São Paulo (entre 1904 e 1923), conferências como “*Vida Diplomática*” e “*La langue portugaise, la litterature bresilienne*”, e artigos publicados no Estado de São Paulo, Diário de Pernambuco e Gazeta de Notícias. Destacamos também, a existência de fotocópias “*protocolo de limites*” assinados por Oliveira Lima e autoridades Venezuelanas, referentes ao

---

<sup>6</sup> (informação oral).

processo de demarcação dos limites entre os dois países. Esta seção vai ser muito utilizada em sua pesquisa.

No acervo, ainda existem cerca de 40 fotografias referentes ao historiador-diplomata. Encontra uma fotografia de 1901, em Londres. É a fotografia de um grupo de pessoas composto por Joaquim Nabuco, Silvino Gurgel do Amaral, Graça Aranha, Oliveira Lima e suas respectivas esposas, tirada durante um passeio pelo Jardim Zoológico da capital inglesa. Encontra também, a fotografia tirada na ocasião do jantar oferecido no Palácio do Governo, por Rodrigues Alves, a Oliveira Lima, em São Paulo, em 1913.

Noutra visita descobriria, publicações que muito o interessariam. Em 1968, o próprio Arquivo Público Estadual de Pernambuco publicara 3 livros a respeito de Oliveira Lima. Foi o ano do centenário do historiador que foi homenageado com exposições e conferências no estado. Gilberto Freyre está entre os intelectuais participantes da homenagem e das publicações.

Há ainda no acervo dois folhetos norte-americanos, sobre a Lima Library. O primeiro é um boletim da Universidade Católica de Washington: *The Catholic University of America Bulletin* (march, 1924, number 3). Nele encontramos um relato da cerimônia de inauguração, e uma breve descrição de seu acervo. Segundo o boletim, *“the library contains 40,000 books including some copies of which no duplicates can be found anywhere else in the world”*. O segundo folheto pesquisado, datado da década de 1970, é um boletim da própria biblioteca intitulado *“The Oliveira Lima Library, a center for luso-brazilian studies”*. Neste, encontram-se um esboço biográfico do fundador da biblioteca e breves relatos sobre o processo de aquisição e doação do acervo e a composição deste: *“printed materials on Brazil, printed materials on Portugal, miscellaneous printed materials, manuscripts, pamphlets, the museum collection, iconography”*<sup>7</sup>.

Acreditava, tempos atrás, que os documentos, organizados nessas diversas tipologias, seriam rastros decifráveis do passado de Oliveira Lima. A primeira pergunta que se faria ao ler qualquer dos papéis é se o documento seria verdadeiro ou falso, sincero ou mentiroso, bem informado ou ignorante, autêntico ou alterado<sup>8</sup>. Descoberta a fidedignidade, a veracidade, o pesquisador poderia escutar a voz do passado. O historiador teria na documentação as provas do que realmente aconteceu. As palavras estariam lá, cristalizadas pela escrita. O tempo não as

---

<sup>7</sup> *“documentos impressos no Brasil, documentos impressos em Portugal, documentos impressos diversos, manuscritos, panfletos, a coleção do museu, e iconografia” (tradução do autor).*

<sup>8</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p.7.

levaria. A perspicácia investigativa encontra os fatos históricos e suas verdades e escreve-os metonimicamente. A escrita fixa o mundo.

De fragmento em fragmento, o historiador que se propõe objetivo, que se propõe um sujeito vazio da enunciação, recheia sua escrita de qualidades e predicados destinados a fundá-lo como uma outra pessoa. Para que a história pareça contar-se sozinha, o discurso se quer carente de signos quaisquer que remetam ao emitente da história; ao mesmo tempo em que o enunciador anula a sua pessoa passional, a substitui por outra pessoa, um outro sujeito que se deseja objetivo. E assim o historiador sofrendo de uma ilusão referencial, pretende deixar o referente falar por si só, assim como sofrera a literatura realista<sup>9</sup>.

*“Há quem ache que a palavra seja o meio de se atingir a substância do mundo, a substância última, única, absoluta; a palavra, mais do que representar essa substância, chega mesmo a se identificar com ela (logo, é incorreto dizer que a palavra é um meio): há a palavra que só conhece a si mesma, e nenhum conhecimento. Há, no entanto, pessoas para quem o uso da palavra é uma incessante perseguição das coisas, uma apropriação, não de sua substância, mas de sua infinita variedade, um roçar de sua superfície multiforme e inexaurível. [...] A palavra associa o traço visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil passarela improvisada sobre o abismo. Por isso o justo emprego da linguagem é [...] aquele que permite o aproximar-se das coisas (presente ou ausentes) com discrição, atenção e cautela, respeitando o que as coisas (presentes ou ausentes) comunicam sem o recurso das palavras.”<sup>10</sup>*

De fato, ele havia se desfeito de algumas certezas-cegueiras. “A certeza, sei, é desumana, é carapaça, couraça, verniz, mentira, máscara e incapacidade de viver o drama”<sup>11</sup>, escreveu certa vez o poeta. Aquilo que Oliveira Lima viveu não estava ali naqueles papéis que guardavam as palavras do passado nem naquelas imagens das fotografias. Mostra respeito pelo segredo das fotos, e recusa-se a trair o verdadeiro significado perdido no passado.

Havia lembrado de uma certa passagem que esperava citar futuramente em seu livro. As palavras estavam assim:

*O literato e o historiador têm em comum o documento – o dízimo que se paga ao real – ali cifrando uma leitura do mundo. As sociedades não são transparentes. Elas se dizem num modo*

<sup>9</sup> BARTHES, Roland. *O discurso da história*. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

<sup>10</sup> CALVINO, Ítalo. *Seis Propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.90.

*artificial – as linguagens são sempre sinais de insídias. Importa, ao historiador, buscar, não tanto o que o texto diz, mas o que ele significa [e o sentido está no encontro entre ambos, entre temporalidades diversas]. O historiador busca ver além da gramática social consensual. Quê vê com e como a convenção. a linguagem, a organização discursiva, tem função modeladora, conformadora. O historiador deve ir a gramática que é a do documento, do tempo que estuda. assim, vai descobrir o sentido daquilo que, a partir daqui, não tem sentido – mas que recolocado em seu lugar, faz sentido. [...] Para o historiador, há o cuidado em situar, historicizar, e por fim interpretar. para conceituar, estabelecer nexos – que é o interesse do historiador<sup>12</sup>(grifos do autor).*

Havia transformado sua compreensão sobre o documento, também, sob outro aspecto. Aprendeu a recusar o documento, a fonte histórica enquanto rastro, enquanto signo de alguma outra coisa. Não é uma matéria inerte através do qual o historiador pretende resgatar o que os homens ou mulheres disseram ou fizeram. Documento não é rastro, “*não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória*”.<sup>13</sup> Tradicionalmente, a história desejava memorizar os monumentos do passado disponibilizados nos seus rastros, suas fontes documentais. Preferia entender que a história é o que transforma os documentos em monumentos e os descreve intrinsecamente, pois esses monumentos não possuem contextos necessários, mas arbitrários. Operar essa descrição intrínseca significa entender o próprio documento não como sinal, rastro ou indício acontecimento, mas como um acontecimento, um efeito de verdade, de conhecimento, de racionalidade que justificam certos saberes e certas relações de poder num certo momento.

Algumas leituras o convenceram a dessacralizar as fontes e tomá-las como material de trabalho prontos a serem destruídos e reconstruídos. Os textos em pesquisa devem ser desconstruídos em parágrafos com enunciados e imagens que funcionarão de acordo com as intenções do pesquisador. É o historiador que elabora a fonte, ele a recorta e a inventa. A (hi)scritura torce essa massa documental da qual as sociedades não se separam. A torção cria o documento. Na medida em que o documento é reordenado, repartido em níveis, e o historiador distingue o que é pertinente e o que não é, identifica elementos e descreve relações, a fonte adquire novos sentidos. O documento é um tecido historiografado. Por fim, a história seria “o

---

<sup>11</sup> SANT’ANNA, Afonso Romano de, *Epitáfio para o século XX e outros poemas*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1997, p.96.

<sup>12</sup> HOLANDA. Lourival. *O Instituto Histórico e a construção da memória*. In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, número 59, Janeiro, 2002, Recife, p. 96-97.

*trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas.*"<sup>14</sup>

Olhou para aqueles documentos históricos espalhados na mesa e entendeu que aqueles jornais e fotografias eram referenciais, porque para significarem precisam da interação entre o historiador, o escritor do documento e o leitor da historiografia. O sentido está no encontro. Sem o encontro criador, os documentos são papéis velhos e mudos, ou melhor, peças de antiquário.

*"O real se vê reconstituído pelo imaginário que o visita. O eventual e o virtual se fundem. Do real, que nos escapa sempre, sendo sempre maior que nossos meios para apreendê-lo, a linguagem nos libera o imaginário – e assim salvamos do olvido o havido. E assim reabilitamos ruínas, numa arqueologia do sentido sempre a construir, a reconstruir.*"<sup>15</sup>

## **2.2. Uma outra história para além da vida, da morte.**

### *Diário de viagem, s/d*

*Hoje fui a um funeral. Como não gosto de enterros cheguei atrasado e assisti o fim de uma última oração. Despedi-me discretamente de meu parente e joguei uma rosa no túmulo antes de ser fechado. É a tradição. Depois resolvi me perder naquela cidade dos mortos no sentido em que Marco Pólo se perdera nas cidades invisíveis do império herdado por Kublai Khan, e em que Walter Benjamim, também se perdera em Berlim. Refleti um pouco sobre a morte, a vida e meu ofício de historiador. Decidi que não poderia re-sepultar o meu personagem, Oliveira Lima. Devo, ressuscitá-lo no país da linguagem e da memória, onde a riqueza de sua obra e o olhar do leitor possam refazê-lo, reinventá-lo, e onde meu primo também pode falar.*

*PS: Lembrei-me, agora, dos belos versos de um samba de João Nogueira e Paulo Cezar Pinheiro: "A vida é mesmo uma lição, a morte é uma ilusão. Só sabe quem viveu, pois quando o espelho é bom, ninguém jamais morreu. [...] O meu medo maior é o espelho se quebrar."*

O historiador deixa-se levar em direção àquele portão que indica a única entrada daquilo que parecia um castelo medieval, ou um imenso forte de paredes grossas e com um fosso que separa, sem dúvida, quem está dentro e quem está fora. Numa placa cinza, com letras igualmente cinzas, a inscrição: *"nós que aqui estamos, por vós esperamos"*. Ele atravessa os portões de ferro. Eram portões grossos e pesados. Eram grades do século XIX. Certamente foi o receio de que os

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000, p.8.

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*.

mortos saíssem dos seus túmulos e nos procurassem pedindo explicação, que fez com que aquele portão fosse erguido com aquelas muralhas grossas desfazendo qualquer dúvida quanto ao fosso que separam vivos e mortos e tapando nosso olhar da visão da morte.

O historiador entra no cemitério e começa a andar pelos caminhos entre os jazigos. Quadras A, B, C, ..., ruas 1,2,3,... As lápides são diversas, desde as mais simples, em pequenos pedaços de mármore branco com nome, nascimento e falecimento, desde as lápides monumentais, com estátuas, grandes estruturas de mármore da melhor qualidade, com santos, pequenos altares, fotos, frases, e o nome e as duas datas. Às vezes famílias inteiras habitam esses grandes jazigos.

As lápides e seus epitáfios poderiam servir de documentos para uma possível história das atitudes ante a morte, das representações da morte. Oliveira Lima, por exemplo, tem como epitáfio um solene "aqui jaz um amigo dos livros". Uma frase como essa pode ser lida na perspectiva da necessidade de se estabelecer uma memória sobre o historiador que o ligue a sua reconhecida bibliofilia. De fato, deixou uma grande biblioteca na *Catholic University of America*, com livros raros e a riquíssima coleção de missivas.

As sepulturas parecem querer conferir a certeza de que, se a vida não foi definitiva, a morte o será<sup>16</sup>. Daí a confusão de ruelas e quadras desarrumadas. O cemitério cresceu desordenadamente. Na medida que era preciso anexar mais alguma região vizinha, antes de ser destruída a parte do muro correspondente a ampliação, um outro era construído, de modo a impossibilitar qualquer brecha entre os tijolos que favorecesse uma ligação com o mundo dos vivos. Parece que a cada obra, a cada alargamento, mais robustos ficavam os vários muros que, unidos, compunham a muralha que mantinha os mortos nos seus lugares. O labirinto se fechava ainda mais. De resto, o cemitério era pedra, flores e silêncio.

O historiador segue seu caminho receoso do perigo de se perder naquele labirinto. Muitas ruas, muitas esquinas, muitos nomes. Desejava acompanhar, pelo menos, o desfecho do enterro de um parente, já que havia, deliberadamente, atrasado-se para o velório. Não gostava de todas aquelas pessoas chorando umas mais que outras, outras dizendo "*meus pêsames*", "*meus sentimentos*", "*ele está melhor que nós*", ou "*graças a Deus, descansou*", ou ainda, "*ele está nos braços de Deus*". E o corpo ali, coberto de flores, dentro de um caixão. E por mais ornado que seja, sempre é um caixão.

---

<sup>15</sup> HOLANDA, Lourival. *Fato e fábula*. Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 205.

<sup>16</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.217.

Não gostava de ver a morte, ou de participar de seus rituais. Anda quinze minutos a passos largos e chega no momento da última prece comandada pelo amigo da família, um ex-padre. Permanece a uma distância onde muitos dos presentes podiam vê-lo, mas não falar com ele. Naquele momento, ninguém iria sair de seu lugar para cumprimentá-lo, ou falar da *causa mortis*. O caixão começou a ser fechado e lacrado. Observa até o momento quando os homens da família prepararam-se para colocar o caixão no jazigo.

Saiu numa direção aleatória a caminhar nas ruelas entre os jazigos. Tinha, ainda, um pequeno receio de se perder, afinal havia dispensado qualquer fio de Ariadne, mas precisava caminhar um pouco. Numa lápide lê um epitáfio que o alivia e estimula a perder-se naquela cidade dos mortos: "*Morrer é apenas não ser visto. Morrer é a curva da estrada*". O autor: Fernando Pessoa.

Se estivesse num cemitério judeu não haveria flores nem aquele cheiro de morte, só pedras; se sua família fosse espírita, a dor da perda poderia ser aliviada devido a certeza da reencarnação, a morte seria apenas uma passagem, como o é para o budismo. Lembrou-se da última parte do filme "*Sonhos*" de Kurosawa, onde os habitantes de uma pequena aldeia japonesa onde todas as casas possuíam pequenos moinhos d'água a girar como a roda do tempo, comemoravam a vida de uma anciã que havia falecido recentemente, a invés de chorar sua morte. No Egito antigo, as grandes pirâmides, com os tesouros faraônicos, eram os lares dos mortos da realeza, onde se poderiam desfrutar os bens materiais. Na tradição católica, a morte apresenta-se como uma passagem para algum lugar onde se vai esperar pelo dia do juízo final. E os "*Jardins de Alá*" com suas lindas virgens que esperam os fiéis da religião de Maomé. Até a morte precisa ser historicizada, desnaturalizada.

Na Idade Média, morrer

*"era um espetáculo público na vida do indivíduo, e seu carácter era altamente exemplar: recordem-se as imagens da Idade Média, nas quais o leito de morte se transforma em num trono em direção ao qual se precipita o povo, através das portas escancaradas. Hoje, a morte é cada vez mais expulsa do universo dos vivos. Antes, não havia uma só casa e quase nenhum quarto em que não tivesse morrido alguém"*<sup>17</sup>.

O historiador observa o cemitério e anda atentamente entre os mortos. Preferia estar bem distante deles. Mas naquele momento pensa na grande utilidade das necrópoles. Imaginava como

---

<sup>17</sup> BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In *Magia Arte e técnica. Obras Escolhidas*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 207.

deveria ser um incômodo, o mal cheiro nas missas, quando se enterrava gente nas naveas das igrejas. Não gente qualquer, mas clérigos e filhos dos donos de escravos e terras da colônia portuguesa na América.

O cemitério é inventado no esteio do estabelecimento de todo um pensamento higienista e empreendedor de uma série de transformações urbanas. É em meados do século XIX, que a necessidade de construirmos urbes mais civilizadas faz com que criemos cemitérios que organizem definitivamente a morte, que lhe confira um lugar próprio, lhe higienize e que lhe expulse do reino dos vivos. Os hospitais também escondem a morte dos nossos olhos. Nas fechadas UTIs não há espaço para a família do enfermo assisti-la. É fácil entender a resistência de alguém que sabendo que não volta resiste, até quando pode, a ir para um leito de hospital. *"Durante o século XIX, a sociedade burguesa produziu, com as instituições higiênicas e sociais, privadas e públicas, um efeito colateral que inconscientemente talvez tivesse sido seu objetivo principal: permitir aos homens evitarem o espetáculo da morte"*<sup>18</sup>.

Segundo Foucault, a economia política de Ricardo, no século XIX, funda-se na certeza de que é preciso vencer a morte. É sob ameaça da morte e da fome que a humanidade trabalha, produz. Quanto mais crescermos, mais precisamos trabalhar para satisfazer as nossas necessidades; a natureza tem limites. E nós também. É trabalhando mais que o homem pode assegurar sua existência a partir da transformação da natureza e *"negar a carência fundamental e triunfar por um instante sobre a morte"*<sup>19</sup>. Assim, a economia se refere a finitude natural do homem: *"o homo aeconomicus"* é aquele que *"passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte"*.<sup>20</sup> A morte pela fome representa a derrota da capacidade produtiva do homem.

O saber biológico torna-se possível quando a vida emerge como aquilo em que se fundam as diferenças entre os seres. A vida, na História Natural dos séculos XVII e XVIII, existia, apenas enquanto uma categoria como as outras de classificação no estudo dos seres vivos. A invenção da Biologia torna-se possível com o estabelecimento da vida enquanto objeto de conhecimento. É a vida que define, *"na profundidade do seu ser, as condições de possibilidade do ser vivo"*<sup>21</sup>. A oposição entre vivos e não vivos, orgânicos e inorgânicos, na *epistémê* moderna, que vai se

<sup>18</sup> BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In *Magia Arte e técnica. Obras Escolhidas*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 207.

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 272.

<sup>20</sup> Idem, *Ibid*, p. 272.



estabelecer como primeiro critério de classificação dos seres que serão estudados a partir de suas arquiteturas internas invisíveis. E o tempo aparece como a certeza de que as espécies e suas estruturas se transformam essencialmente.

A natureza, no século XIX, é descontínua por que é viva. O tempo a obriga a ser descontínua por que são os jogos de interação entre o organismo e o meio onde vive que determinam as forma de vida. A natureza e as formas de manifestação da vida possuem histórias. O homem, inventado pela *epistémê* moderna enquanto um ser falante, trabalhador e vivente, tem uma historicidade dividida entre essas dimensões.

Como qualquer forma de vida, a morte o ameaça de dentro, "*pois somente o organismo pode morrer, e é de fundo de sua vida que a morte sobrevêm aos seres vivos*".<sup>22</sup> A vida, no século XIX, é o núcleo do ser e do não ser, raiz de toda existência. O não ser-vivo é "*a vida decaída; e o ser puro e simples é o não ser da vida*"<sup>23</sup>. Os viventes são apenas passagem desta força infinita da vida que forma os seres vivos para serem seu instrumento de luta contra a morte. Nascem como afirmação desta força maior, transcendente, mas morrem, para que ela se transforme e se fortaleça ante a morte. Os seres vivos são apenas manifestações efêmeras do infinito da vida.

A morte num leito hospitalar representa o fracasso da ciência ante ao nada que esta insiste em desejar vencer pelo prolongamento da vida, pela eterna juventude, pela cura das doenças. A morte é um erro, uma frustração. Os hospitais separam-nos da morte até que ela aconteça. O cemitério afasta-nos de sua face até que chegue nossa hora. Então os mortos ganham sua própria terra, seu próprio cheiro. Tem até um dia de visita, o dia de finados, onde os vivos levam mais flores para perfumar e velas para iluminar a escuridão da terra dos mortos.

Em nosso mundo, nossos mortos morreram. São signos do fracasso daquela manifestação efêmera da vida. Passaram pela fronteira e foram viver num território estranho, num abismo, onde permanecem mudos, estáticos. De cá é mais fácil esquecê-los, silenciá-los. Em nossa morte, os mortos são realmente mortos<sup>24</sup>. Mas não porque morreram, mas porque deixaram de viver. Porque são não-vivos. E por isso, os queremos bem longe de nós.

De forma paradoxal, a cada aniversário estamos mais próximos da morte. Mas isso só tem sentido quando nossa idade já está um pouco avançada. É como o poeta Rilke escreveu sob o

---

<sup>21</sup> Idem, Ibid, p.328.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 293.

<sup>23</sup> Idem, Ibid, p. 294.

<sup>24</sup> *Jornal de Psicologia, crp-sp*, n.130, agosto/dezembro, 2001

título de "Peça Final": *"A morte é grande. Nós somos suas bocas ridentes: se fala a Vida por nossa voz, Ela, atrevida, soluça em nós"*<sup>25</sup>.

Às vezes, os mortos nos aparecem. São verdadeiras maldições legadas pela ciência, como Frankenstein, ou pelo divino, como Drácula, fantasmas, ou almas penadas. Eles trazem o segredo desse abismo que tanto nos assusta e que tanto faz o historiador ter medo de estar num cemitério.

Havia outros lugares que estabeleciam um outro mundo dos mortos; os arquivos, as bibliotecas e os cartórios, ou seja, instituições de conservação documental. O cemitério e o arquivo *"andam a cavar nos dois extremos da mesma vinha, esta que se chama vida e está situada entre o nada e o nada"*<sup>26</sup>.

O historiador quando lê um documento do passado parece presenteá-lo com flores. Ir até a vida acontecida de Oliveira Lima era tentar embelezar aquele jazigo, caso se opte por sua representação consagrada, ou, caso se pretenda criar um outro perfil seu, reconstruir outra sepultura mais bela, lavar-lhe os ossos e fazer-lhe um novo velório, novo enterro e nova oração.

O que faz o historiador senão mexer nos espólios dos mortos para estabelecer que foram, o que disseram e o que faziam, e assim esgotar tudo o que pode ser dito e feito pelos cadáveres? O historiador escreve para conferir túmulos mais bonitos, ou mais feios, mas mais verdadeiros, aos mortos. O historiador é um obcecado por sepulturas verdadeiras.

Ao entrar num arquivo, o historiador anda entre tumbas; o princípio de catalogação dos cemitérios e dos arquivos é o mesmo, e a estrutura labiríntica também. Daí a necessidade do fio de Ariadne.

Já se disse que o objeto da historiografia é um fantasma, pois o que ela busca, ela mesma sepulta ao querer dar a arrogante palavra final sobre a herança dos mortos<sup>27</sup>. O historiador cria *"relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios da cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos"*<sup>28</sup>.

A história como o escrito do que "realmente aconteceu" é uma invenção recente. Até o século XIX, justamente quando a morte transforma-se nesse abismo doloroso, a história ocupava o espaço ficcional. Mas existe uma questão maior que permanece: a história sempre foi a escrita do sentido do Outro. É certo que o chamamos de vários nomes: o passado, o selvagem, o bárbaro,

<sup>25</sup> RILKE, Rainer Maria. *Alguns poemas e Cartas a um jovem poeta*. Rio de Janeiro: Ediouro, p.37.

<sup>26</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.218.

<sup>27</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 15.

<sup>28</sup> Idem, *Ibid*, p. 95.

o persa, o povo, o louco, o terceiro mundo, a mentalidade medieval, o oriente, o índio, o negro<sup>29</sup>. Esse projeto torna-se contraditório quando essa compreensão, quando esse desejo de sentido do Outro pretende atribuir a esse Outro um significado infalível, quando esse Outro é uma alteridade radical.

*"Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é directo, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, unívoco por assim dizer, ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferve de sentido segundo, terceiros, quartos, de direções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições."<sup>30</sup>*

O significado é uma ilusão. Precisa-se dele para se encobertar a nossa incompletude. Dá a ilusão de acabamento, de completude, de estabilidade, de ter as coisas do mundo de forma pronta e acabada. É uma contradição entre o desejo de perenidade ante o finitude imposta pela a morte. A história sempre foi apaixonada pelo significado. Esse amor louco cria a obsessão de tentar *"acalmar os mortos que ainda freqüentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários"*<sup>31</sup>.

O discurso histórico continua supondo uma dupla operação. Na primeira, o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, estabelecendo-se como seu regulador; na segunda, o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado apenas de exprimir o real como ele realmente foi, o significado é confundido com o referente. Ao falar de *"real como ele realmente foi"* as palavras da História inscrevem-se como palavras de autoridade<sup>32</sup>. A autoridade que lhe permite dizer não apenas os últimos gritos de um moribundo, mas todas as suas palavras e verdades.

Não há esse significado transcendente, os referentes não estão ligados aos significados; o sentido está ausente, é desejo. Os significantes são livres, desacorrentados, descansados do fardo da necessidade de sua efêmera e arbitrária aliança com o significado. Mesmo com um imenso século nos separando, mesmo com a imensa palavra rascante nietzschiana incomodando – talvez

<sup>29</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 15.

<sup>30</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 135.

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 14.

<sup>32</sup> BARTHES, Roland. *O discurso da história*. In *Um rumor da língua*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

não nos deixamos incomodar o suficiente – a história ainda procura aquele real desejado signo de uma vontade de verdade do Dezenove.

*O prestígio do que aconteceu tem uma importância e uma amplitude verdadeiramente histórica. Há um gosto de toda a nossa civilização pelo efeito de real, atestado pelo desenvolvimento de gêneros específicos como o romance realista, o diário íntimo, a literatura do documento, o noticiário policial, o museu histórico, a exposição de objetos antigos, e principalmente o desenvolvimento da fotografia, cujo único traço pertinente (comparada ao desenho) é precisamente significar que o evento representado realmente se deu. Secularizada, a relíquia nada mais detém de sagrado, a não ser esse mesmo sagrado que está ligado ao enigma daquilo que foi, que não é mais e que se dá, no entanto, a ler como signo presente de uma coisa morta. Inversamente, a profanação das relíquias é de fato destruição do próprio real, a partir dessa intuição de que o real nunca é mais do um sentido, revogável quando a história o exige e pede uma verdadeira subversão dos próprios fundamentos da civilização<sup>33</sup>.*

Descartes consagra a superação da *verdade antiga*, onde o discurso da autoridade que a estabelece é o do autor, o do grande pensador. As verdades estariam estabelecidas nos grandes livros. É a verdade da filosofia escolástica. A *verdade moderna*, inaugurada em o “Discurso sobre o Método”, quebra a confiança excessiva no outro. A autoridade é nossa, pois devemos submeter às outras autoridades à análise, à dúvida. O moderno busca esta verdade com seus próprios meios, com a razão. A *verdade moderna*, que o Iluminismo assume, substitui a teleologia da providência divina da cristandade, pela teleologia da providência da razão. Tanto a religião, quanto a ciência permitiam-se a si próprias um acesso ilimitado às coisas, ao real. Esses discursos planariam de tão transparentes num não-lugar, a-topicos e a-históricos. Discursos não condicionados, inspiravam-se na onipotência de Deus.

A historiografia moderna nasce sob o signo da separação radical entre passado e presente, entre tradição e a ciência, entre verdade e ficção, e entre a realidade (com toda sua opacidade) e o lugar que a história sobre ele é escrita, que é, a distância entre sujeito e objeto. O documento apresenta-se como mediação.

O historiador poderia definir seu ofício da seguinte forma:

*"A explicação do passado não deixa de marcar a distinção entre o aparelho explicativo, que está presente, e o material explicado, documentos relativos a curiosidades que concernem aos mortos. Uma racionalização das práticas e o prazer de contar as lendas de antigamente [...] se*

---

<sup>33</sup> BARTHES, Roland. *O discurso da história*. In *Um rumor da língua*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 156.

*combinam no mesmo texto para dele fazer simultaneamente a 'redução' científica e a metaforização narrativa das estratégias de poder próprias de uma atualidade*"<sup>34</sup>.

O historiador, refletindo sobre o afastamento entre o sujeito e o objeto, entre documento e aparelho explicativo, lembrou-se de uma antiga história contada pelo famoso Barão de Münchhausen. Era a narrativa da seguinte peripécia do grande barão:

*"Uma outra vez quis saltar um brejo mas, quando me encontrava a meio caminho, percebi que era maior do que imaginara antes. Puxei as rédeas no meio de meu salto, e retornei à margem que acabara de deixar, para tomar mais impulso. Outra vez me saí mal e afundei no brejo até o pescoço. Eu certamente teria perecido se, pela força de meu próprio braço, não tivesse puxado pelo meu próprio cabelo preso num rabicho, a mim e a meu cavalo que segurava fortemente entre os joelhos."*<sup>35</sup>

Sem querer o nobre Barão antevia o sonho da história. O historiador, *"pela força do próprio braço"* – razão – puxa a si próprio para fora da história, para não afundar e perecer no brejo do efêmero, do escorregadio, do arbitrário da linguagem. Era possível, no desejo cartesiano, puxar as rédeas no meio do salto e produzir um belo discurso transparente e indestrutível como um diamante. O olhar deseja a verdade, o absoluto, a evidência, a certeza.

Separando seu presente de um passado, a historiografia corta o tempo em eras, épocas, onde cada novo sepulta um cadáver. Mas, esse cadáver a ser estudado é repartido entre o que pode ser **compreendido** e o que deve ser **esquecido**. A inteligibilidade é construída neste movimento de **recorte** e **descarte** do passado.

Isso que é esquecido e silenciado é fundamental na construção de uma identidade do passado. Esconde o que é impensável para que garantir que o novo não possa se tornar pensável<sup>36</sup>. O que se deixa para trás, o que se esquece, o que morre no passado, possibilita um presente. A segurança do Ocidente provém de um discurso do morto. Ou melhor, de um discurso contra a morte, que tenta negar a perda e convencer-se de que possui o *"privilégio de recapitular o passado num saber"*.<sup>37</sup> É como falou um poeta *"a morte assombra o Ocidente"*<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p.21.

<sup>35</sup> RASPE, Eric. *As aventuras do Barão de Münchhausen*. São Paulo: Hemus Editora, s/d.

<sup>36</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002, p. 16.

<sup>37</sup> Idem, Ibid, p. 17.

<sup>38</sup> Idem, Ibid, p. 17.

A história procura instituir eternidades significadas. A instauração da história moderna tornou-se possível depois do recalque social do morrer e do silenciamento da palavra do agonizante, *"aquele que abre e fecha atrás de nós a porta do desconhecido"*<sup>39</sup>.

De toda forma, O que permanece negligenciado retorna nas *"franjas do discurso, ou nas suas falhas: resistências, sobrevivências, ou atrasos perturbam a ordenação de um progresso, ou de um sistema de interpretação"*<sup>40</sup>. O recalcado volta em lapsos e atos falhos. Volta em forma de monstros como os vampiros, ou Frankenstein, ou em forma de espectros, fantasmas.

\*\*\*

A inteligibilidade da história é construída numa relação com o Outro, a criar e recriar aquilo que faz esse Outro. A história nasce da *"clivagem entre um sujeito supostamente letrado, e um objeto supostamente escrito numa linguagem que não reconhece, mas que deve ser decodificada"*<sup>41</sup>. O outro é um texto, um livro a ser decifrado. Mas o deciframento impõe uma maldição; ao querer responder aos enigmas da esfinge do tempo com significados, a história torna-se uma heterologia (discurso sobre o outro) de um texto mudo, porque seu discurso-saber nunca toca neste outro como ela piamente acredita<sup>42</sup>.

O historiador desejava imaginar sua história numa outra relação com esse Outro e numa outra relação com a morte. Para ele, *"a construção de um novo tipo de narratividade passa, necessariamente, pelo estabelecimento de uma outra relação, tanto social como individual, com a morte e com o morrer."*<sup>43</sup> Daí porque deseja por abaixo as paredes do cemitério e plantar uma árvore em cada jazigo, deseja também que os documentos passem a estar disponíveis em parques com grama verde, flores sem cheiro de morte, crianças e muito sol. E ainda, com uma lagoa onde poderíamos ver não a face de narciso; a lagoa seria espelho de alteridade. Os próprios cemitérios poderiam confundir-se com parques.

A morte precisa ser instauradora de vida. Deve ser uma dimensão do compartilhar experiências, pois

*"é no momento da própria morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez*

---

<sup>39</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, p.65.

<sup>40</sup> CERTEAU, Michel de. Opus cit, p. 16.

<sup>41</sup> Idem, Ibid, p. 15.

<sup>42</sup> Idem, Ibid, p. 15.

<sup>43</sup> Idem, Ibid, p. 65.

*uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está a autoridade. A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade.”<sup>44</sup>*

A ausência trazida pela morte precisa ser metáfora de presentificação, de reinstauração das vivências, redefinindo novas possibilidades de sentido para a vida. É uma ausência que nos obriga, quanto se resolve vê-la e vivê-la, a nos reavaliarmos, a nos reinventarmos. *"Assim como a morte definitiva é o fruto último da vontade de esquecimento, a vontade de lembrança poderá perpetuar-nos a vida".<sup>45</sup>* É uma ausência que se faz presença na linguagem, na memória, na metáfora. *"A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte".<sup>46</sup>* A linguagem não admite fronteiras, nem da vida nem da morte. A morte pode trazer a presença do Outro "ausente" pela linguagem. Mas que Outro não é ausente?

Nossa vivência, nossa experiência, permite,

*“com base nas modificações por [...] (nós) vividas, introduzir modificações até na vida dos mortos, dando forma ao que não a tinha ou que parecia ter uma forma diversa: reconhecendo, por exemplo, um justo rebelde naquele que era vituperado por seus atos contra as leis, celebrando um poeta ou um profeta naquele que estaria condenado à neurose ou ao delírio.”<sup>47</sup>*

A memória reconstrói nossa vivência. Esse vivido deseja cristalizar-se numa autobiografia, numa narrativa do eu que se quer coerente, mas que não pára de ser incessantemente negada pelo tempo.

*“A vida de uma pessoa consiste num conjunto de acontecimentos em que o último poderia mesmo mudar o sentido de todo o conjunto, não porque conte mais que os precedentes, mas porque desde que se incluam numa vida, os acontecimentos se dispõem numa ordem que não é a cronológica, mas responde a uma arquitetura interna.”<sup>48</sup>*

<sup>44</sup> BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In *Magia Arte e técnica. Obras Escolhidas*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 207- 208.

<sup>45</sup> SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.209.

<sup>46</sup> BENJAMIN, Walter. *Opus cit*, p. 210.

<sup>47</sup> CALVINO, Ítalo. *Palomar*, São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 111.

<sup>48</sup> CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, P. 110-111.

O vivido existe como memória de vivência que renasce a cada lembrança. As memórias são (re)significadas no calor e no frio do presente. Não há memória pura ou origem que ligue o fato antes vivido e os traços de sua lembrança. Há memória da memória da memória... Tudo se (re)significando. Entendia que “*a realidade era uma caixa chinesa, uma série infinita de recipientes dentro de recipientes*”.<sup>49</sup>

A memória, para o historiador, impõe-lhe um tempo interior, emotivo, afetivo, inconsciente. Sua experiência de vida lhe coloca diante de uma temporalidade diversa. Sem calendários ou relógios. A memória e a percepção estariam mergulhadas nesse tempo que nos torna simultâneos, e não sucessivos, em cada lembrança. “*Múltipla idade de alma múltipla*”.<sup>50</sup> A memória é uma reconstrução de traços e imagens de um percurso que depende de uma outra memória de símbolos e significados.

O passado é movimento porque o tempo é “*saturado de agoras*”<sup>51</sup>. E essa temporalidade explode o continuum da história<sup>52</sup>. “*Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser.*”<sup>53</sup> Uma história que se propõe humanizadora – mas não humanista – precisaria “*desafiar o mundo a cada segundo*”. Precisaria parar de construir continuidades, e educar o mundo para a descontinuidade, “*pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são o nosso destino*”<sup>54</sup>. Como cantou o poeta “*qual é a graça de se saber o fim da estrada quando se parte rumo ao nada?*”<sup>55</sup>

O universo precisa deixar de ser percebido como exterior e passar a ser entendido, mais claramente, como um ato mental. Nenhum indivíduo pode fazer uma descrição imparcial da realidade, colocando-se acima das restrições da sua linguagem. O compreender a realidade torna-se a realidade. A realidade não é mais que a rede imaterial e transitória de nossa linguagem descritiva. Os discursos não representam o real, mas o fundam. O universo não é um dado a ser

<sup>49</sup> AUSTER, Paul. *O inventor da Solidão*. São Paulo: Editora Best-Seller, 1982, p.120.

<sup>50</sup> Padre Daniel Lima no poema inédito *Tempo na poesia: Alma simultânea*.

<sup>51</sup> BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.230.

<sup>52</sup> BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 229-230

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições graal, 2001, p. 26.

<sup>54</sup> WHITE, Hayden. *O fardo da história*. In *Trópicos do Discurso. Ensaio sobre crítica da cultura*. São Paulo: edusp, 1994.

<sup>55</sup> Paulinho Moska na canção “*A seta e o alvo*”, n.º 67.073.700 - Ed. Natascha/Sony Music.



descoberto, mas uma invenção em aberto ser construída na linguagem. Minha língua é meu mundo.<sup>56</sup>

*“Que alívio se conseguisse anular seu eu parcial e duvidoso na certeza de um princípio do qual tudo deriva! Um princípio único e absoluto do qual têm origem os atos e as formas? Ou antes, um certo número de princípios distintos, linhas de força que se entrecruzam dando uma forma ao mundo tal como ele aparece, único, instante por instante.”<sup>57</sup>*

O senhor historiador pensa nos limites da linguagem e no espaço entre as suas fronteiras onde cabem mundos inteiros. Minha incompletude é o movimento dos olhos que se fecham num mundo e se abrem em outro. Em mim cabem vastos mundos. Minhas fronteiras são fronteiras do mundo. *“Não poderemos conhecer nada exterior a nós se sairmos de nós mesmos, pensa agora, o universo é o espelho em que podemos contemplar só o que tivermos aprendido a conhecer em nós”<sup>58</sup>.*

Experimentamos o mundo com memória e imaginação. Percebemos com o que a memória dispõe de signos e, dentre esses, perpetrados escolhas. *“Os olhos não vêem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas”<sup>59</sup>.* O coração relembra com uma nunca estável, ou consolidada reconstrução da percepção. Vivemos todos os tempos alinhavados no presente<sup>60</sup>. Toda fala é carregada do provisório, do efêmero. *“O passado, todo é fábula. Só o real da linguagem o reconstitui.”<sup>61</sup>* A linguagem está carregada de nossa experiência temporal. A cada fala as coisas e os acontecimentos são recriados. Estas (re)criação e (re)produção do mundo são intermináveis. E não é apenas o mundo que é recriado, mas o próprio pensamento, posto que não há pensamento sem linguagem. A língua não traduz o pensamento em palavras, ela funda a possibilidade do próprio pensamento.

O historiador dispensou as certezas finalistas. Não dispensou a razão. Sabe de sua insuficiência, mas acredita na sua necessidade. A crítica da razão não impõe sua exclusão. É preciso razão, nem que seja, para reconhecer seus limites. *“Cada crise de civilização acusa,*

<sup>56</sup> BROCKMAN, Jonh. *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

<sup>57</sup> CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, P.17.

<sup>58</sup> Idem, *Ibid*, p. 106.

<sup>59</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 17.

<sup>60</sup> O passado é a lembrança presente das coisas passadas, o presente é a vivência presente das coisas presentes e o futuro é a expectativa presente das coisas futuras. É o tempo agostiniano.

<sup>61</sup> HOLANDA, Lourival. *Fato e fábula*. Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 205.

*simultânea, um questionamento daquilo que a funda, a linguagem*".<sup>62</sup> Assim sendo, a *verdade pós-moderna* é uma construção, uma invenção fruto de razoabilidades.<sup>63</sup> Não apostamos mais na verdade metafísica absoluta. O historiador precisa assumir os riscos de tamanha empreitada e se jogar na mentira da linguagem. Recusá-la é "*recusar o teatro (ou a literatura, as artes) enquanto representação – que só pelo falso aborda a verdade*"<sup>64</sup>.

*"É preciso tomar o mistério do mundo como mistério. Vaticinar é coisa de profanos. O invisível não é absolutamente sinônimo de inatingível: dispõe de outros acessos para a alma. O inexprimível, o irracional, são percebidos por outros dispositivos sensíveis da alma até hoje não decifrados. O misterioso não se atinge pelo vaticínio mas pela sensação, pelo vivenciamento do misterioso."*<sup>65</sup>

O mundo é descontínuo, incompleto e irreduzível. Nossa vivência nele é incerta, provisória, efêmera. Nós nos desconstruímos e nos reconstruímos a cada momento e levamos a realidade conosco, com tudo o que há de acaso, arbitrário e provisório deste viver, morrer, reviver e remorrer<sup>66</sup>. Não é que a linguagem seja falha. O mundo, a realidade é que são falhos. A linguagem não é um instrumento limitado, defeituoso para traduzir o real, para mediar nossa relação com ele. "*Mas se o signo não devolve o mistério do mundo, ao menos dá parte de sua presença*".<sup>67</sup> A linguagem não apenas constitui o real como é estilhaço do que não é linguagem. Se existe algo fora da palavra, isto é constituído também por ela. Como pode existir alguma prática social ou domínios que não envolvam relações de sentido e pelas invenções da ordem do discurso? "*A mentira não está nos discursos, mas nas coisas.*"<sup>68</sup>

É como se um véu envolvesse os (f)atos. Mas quando se tira o véu, aparece um rosto-espelho de uma dama invisível. É como se uma enorme cortina separasse o historiador do palco do mundo, no verdadeiro teatro do absurdo passado. O véu da narrativa cobre as ações do passado e cria uma escrita de apenas ecos, ressonâncias e reflexos de luzes e de sombras. Isso é a história. É como se ela tateasse o acontecimento, que no final das contas é mistério. O historiador ouve seus revérberos, seus sons, seus monólogos, enxerga visões, sombras.

<sup>62</sup> HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e O Estrangeiro*. Coleção "Criação e Crítica", São Paulo, Edusp, volume 8, 1992.

<sup>63</sup> HOLANDA, Lourival. (informação oral).

<sup>64</sup> Ibid, p.41.

<sup>65</sup> VIGOTSKY, L.S. *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.12.

<sup>66</sup> PAZ, Octávio. *A consagração do instante*. In *O labirinto da solidão e Post-scriptum*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1994.

<sup>67</sup> HOLANDA, Lourival. Opus cit. p. 42.

<sup>68</sup> CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 60.

A morte como instauradora, multiplicadora de sentidos permite que o Outro seja estabelecido como metáfora que possibilita o questionamento do que no presente é evidente, certo e seguro. O outro precisa ser esse espelho em negativo. A morte não é mais o fim de tudo, mas possibilidade de, na dor de uma saudade, reinventarmos aquele que perdemos, nós mesmos e o mundo. E ainda, a perda deixa de ter sentido, pois a vontade de lembrança perpetua a vida no país infinito da memória e da linguagem.

Assim, a vida pode instaurar-se a partir de uma outra morte; a coisa conhece a morte em sua essência, mas desdobra-se, como uma curva dobra uma estrada, em sua presença para existir e viver, remorrer e reviver.

Aquilo que o historiador deve procurar o passado, o Outro, muda medida que sua viagem prossegue, *"porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto"*<sup>69</sup>. Ao construir um olhar sobre um documento, o historiador reencontra *"um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos"*<sup>70</sup>. O historiador *"reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e que não terá"*<sup>71</sup>.

O historiador é esse viajante, que traz de um longe temporal e espacial, de terras estranhas, do Outro, traz a experiência. Sua narrativa fundamenta-se no intercambiar experiências e com elas aconselhar. *"Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação)"*<sup>72</sup>. Quem comanda a narrativa é o ouvido<sup>73</sup>. Esse conselho é o que se chama de sabedoria, *"o lado épico da verdade"*<sup>74</sup>. A história em aberto, colocada em palavras imprecisas, hesitantes, em sentido (e não significados), em metáfora é o conselho.

---

<sup>69</sup> CALVINO, Italo, *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.28.

<sup>70</sup> Idem, *Ibid*, p.28.

<sup>71</sup> Idem, *Ibid*, p.29.

<sup>72</sup> BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In *Magia Arte e técnica. Obras Escolhidas*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 200.

<sup>73</sup> CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>74</sup> BENJAMIN, Walter. *Ibid*, p. 201.

A história deve mergulhar a coisa a ser narrada "na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso"<sup>75</sup>.

O historiador gostaria de ser chamado de narrador daqui por diante. Pelo fato de que pensar uma outra relação com a morte e o Outro era pensar num outro homem fora da dicotomia morte-vida, e da certeza de que o indivíduo ocupa uma confortável morada. O homem, invenção do século XIX, era mais uma armadura possível do indivíduo. Mas se se abre a armadura, descobre-se que o cavaleiro é inexistente<sup>76</sup>. Preferia pensar que isso que nós pensamos que somos é apenas uma lugar instável e provisório que nos possibilita uma existência no mundo também provisória, mas a todo momento pronta para reinvenção. O historiador já não faz mais história. Ele atravessa o grande portão de ferro do cemitério e caminha até pela rua procurando um parque, ou uma praça.

---

<sup>75</sup> BENJAMIN, Walter. Idem, Ibid, p. 205.

<sup>76</sup> Cf. CALVINO, Italo. *O cavaleiro inexistente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

### 3. RAÇA, NATUREZA E HISTÓRIA NA ESCRITA LIMASIANA.

#### 3.1. As doze conferências que reinventaram o Brasil.

*"O historiador não deve enganar-se a si próprio.  
O que ele enuncia, quando escreve a história, é o seu próprio sonho."  
Georges Duby em "O Historiador Hoje"*

No dia 15 de março de 1911, no anfiteatro Turgot da Faculdade de Letras da Sorbonne, o então Ministro do Brasil em Bruxelas, Manoel de Oliveira Lima, iniciaria uma série de 12 conferências que comporiam o curso *Formation Historique de la Nacionalité Brésilienne*. A efeméride inauguraria a cadeira de Estudos Brasileiros. Participando do “*numeroso e escolhido auditório*”, o conde D’Eu, marido da princesa Isabel, em Paris desde o banimento da família real, estaria algumas vezes presente no Turgot<sup>77</sup>. Lima seria o primeiro diplomata estrangeiro a ocupar uma cadeira no Instituto da Ciência e das Letras Francesas, segundo o famoso helenista Alfred Croiset, presente na ocasião. No mesmo ano, as conferências seriam reunidas num livro de mesmo nome. Segundo o prefaciador desta primeira edição francesa, Ernest Martinenche, “*É natural que a história da civilização mediterrânea continue a ocupar o primeiro lugar na educação da Europa; seria absurdo não fazer entrar para ele um quadro geral dessa América Latina que guarda as promessas de um futuro necessário ao ritmo da humanidade*”<sup>78</sup>.

Este era o fardo comum de escritores, historiadores e cientistas sociais do Brasil e da América Latina: colocar esta América na “Grande Narrativa” da civilização ocidental, portanto num outro passado, e no caminho de um “*futuro necessário ao ritmo da humanidade*”. Isto significaria, como veremos, assumir o dever de revisar historicamente o passado colonial e de definir a originalidade – nacionalidade – desses países ante o espelho europeu e norte-americano. O país e a América Latina serão definidos por um olhar educado pelos modelos de conhecimento e civilidade europeus<sup>79</sup>. As comparações serão construídas ancoradas no sentimento de desvantagem, de inferioridade. Os literatos se esforçarão em explicar as razões do atraso e em procurar formas de superação deste e dos estigmas do primitivismo. O objetivo era entrar no

---

<sup>77</sup> VERÍSSIMO, José. Prólogo. In LIMA, O. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.25.

<sup>78</sup> MARTINENCHE, E. *Prefácio da edição francesa*. In LIMA, O. opus cit, p.16.

<sup>79</sup> SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituição e questão racial no Brasil(1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p.30.

círculo da modernidade<sup>80</sup>. Oliveira Lima era um dos intelectuais mais engajados na discussão sobre o passado e o futuro da América Latina, do Brasil. De fato, ele havia assumido este compromisso naquelas conferências.

Manoel de Oliveira Lima inicia sua primeira conferência se desculpando. Pedia perdão pela “audácia”, pois daria na “*Sorbonne um curso sobre uma história*”, que poderiam eles “*acreditar ser pouco interessante*”, e o faria em francês. “*Um curso em português seria coisa inteiramente inútil aqui*”.<sup>81</sup> Pede ainda, “*alguma indulgência para os erros do [seu] francês*” que fala “*involuntariamente mal, como quase todos os estrangeiros*”.<sup>82</sup> Assim, Lima assume-se enquanto intelectual de país de língua desconhecida e de história “*pouco interessante*”. Mas justifica o acontecimento deste curso colocando que “*cada povo tem suas vaidades*” e sendo assim, acha que “*o Brasil ganha em ser conhecido pelo seu lado histórico*” e que seu país “*oferece um resumo da evolução da cultura moderna*”.<sup>83</sup>

As primeiras palavras do conferencista nos colocam diante do peso que sentia naquela situação. Era uma audácia falar no “*notável Agrupamento das Universidades e Altas Escolas da França*”.<sup>84</sup> Um outro tipo de intelectual poderia sentar naquele teatro e apresentar uma narrativa de história mais interessante, numa língua conhecida, e para isso não precisaria ser audaz. A cadeira deste outro historiador seria mais confortável. Um simples preâmbulo nos coloca diante das clivagens que vão perpassar toda a construção do curso e de todo o discurso sobre identidade neste momento.

---

<sup>80</sup> MALATIAN, T. *Metáfora e Nação. A identidade latino-americana em Manoel Bonfim*. In DAYREL, E. e IOKOI, Z. (coords) *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>81</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, São Paulo: Publifolha, 2000, p.31

<sup>82</sup> Idem, Ibid, p.31

<sup>83</sup> Idem, Ibid, p.31

<sup>84</sup> Idem, Ibid, p.31.

### 3.2. A escritura limasiana na Era da História.

*A historia contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstruí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distancia pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que pode chamar sua morada.*

*Michel Foucault*

Ao analisarmos uma obra historiográfica de Oliveira Lima, faz-se necessário estabelecermos o que constitui aquele discurso historiográfico que lhe é contemporâneo, e que, podemos dizer, ainda nos é. Seguindo a trilha forjada por Michel Foucault em *"As palavras e as coisas"*, a História emerge, no Oitocentos, como saber e como modo de ser das empiricidades; como aquilo a partir do que elas são afirmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber tornando possíveis os conhecimentos e ciências da *epistémê* moderna<sup>85</sup>. Ela se divide como uma ciência empírica dos acontecimentos e como *"esse modo de ser radical que prescreve seu destino a todos os seres empíricos e a estes seres singulares que somos nós"*,<sup>86</sup> como modo de ser de tudo o que nos é dado na experiência. A História aparece como o incontornável do pensamento.

A palavra história desde Heródoto entendida, mais ou menos, com a escrita do/sobre o passado guarda enormes discontinuidades. A continuidade das palavras, do significante, não pode enterrar as várias faces desta escrita do/sobre o passado.

Aqui não falamos da *"historiè"* de Heródoto (narrativa testemunhal, ocular, filha da tradição poético-literária do *mythodes* grego, do tempo cíclico, sobre fatos dignos de memória), ou da *"históriè"* da guerra do Peloponeso escrita a medida que acontece de Tucídides (um discurso racional do presente, escrito no presente, para instruir o futuro).<sup>87</sup> Não falamos da História Judaico-cristã, do tempo linear que corre da Gênese para o dia do Juízo Final. Também nada comentaremos sobre a História como mestra da vida. Falo de uma gramática histórica inventada no século XIX, mas hoje fragilmente presente entre nós ainda. A ilusão de que só existe e só existirá uma história decorre do fato de cada nova história silenciar as outras, para assim se estabelecer soberana entre os homens.

Dentro do regime de verdade moderno, a história instituiu-se enquanto saber científico, enquanto discurso do real e exposição racional, e por fim, enquanto uma narrativa do que realmente aconteceu, em contraposição a narração imaginária literária da epopéia, do romance, do drama.

<sup>85</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 224.

<sup>86</sup> Idem, *Ibid*, p. 233.

Até o Oitocento, as várias escritas das histórias se definiam – opondo-se a escrita moderna – como inscrições de uma

*"grande história plana, uniforme em cada um de seus pontos, que teria arrastado um mesmo fluir; numa mesma queda ou numa mesma ascensão, num mesmo ciclo, todos os homens e, com eles, as coisas, os animais, cada ser vivo ou inerte, e até os semblantes mais calmos da terra".<sup>88</sup>*

A história a que estamos analisar torna-se possível ante a invenção do homem no século XIX e se define em relações complexas com outras ciências humanas e empíricas. Estudar a historiografia do Oitocentos é compreendê-la como afirmação deste homem em sua existência corporal, laboriosa e falante. Afirmação, essa, construída através de conceitos, métodos e problemáticas herdadas das ciências empíricas e das ciências do homem. A história, também, relacionava-se com a Filosofia; as diversas filosofias da história constroem-se no questionamento ontológico do homem<sup>89</sup>.

Antes do século XIX, o homem não existia, nem sua história, porque os conceitos, que o tornam possível, que o definem não existiam, ou seja, eram impossíveis de serem pensados. A potência da vida, a fecundidade do trabalho e a espessura da linguagem eram impossíveis: o homem, ou aquele ente que trabalha, que vive e que fala é um artefato de duzentos e poucos anos. E o drama é enorme, deste homem que fala, sob as leis da Filologia, que vive, sob as leis da Biologia, e que trabalha, sob as leis econômicas, pois ele tem o direito de conhecer essas leis. Esse direito passa a ser exercido, no Século XX, no âmbito das ciências humanas. O homem é objeto de saber e sujeito que conhece: é um *"soberano submisso, espectador olhado"*.<sup>90</sup> As condições de possibilidade de uma ciência do homem surgem no momento em que o homem se constitui, na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber.

O homem nasce quando da passagem da Idade Clássica à Era da História. Alguns saberes desapareciam para dar lugar a outros: a Análise das Riquezas, a História Natural e a Gramática, características da Idade Clássica (século XVII e XVIII), dariam lugar à Economia Política, à Biologia e à Filologia. Não que essas aprofundaram o olhar científico das outras. São saberes diferentes que tratam de coisas diferentes. Não foi a razão que fez progressos: *"o modo de ser das coisas e da ordem que distribuindo-as, oferece-as ao saber, é que foi profundamente alterado"*.<sup>91</sup> Não é que passamos do classicismo para a modernidade. O classicismo é nossa pré-história,

---

<sup>87</sup> Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O início da história e as lágrimas de Tucídides*. In \_\_\_\_\_ *Sete Aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997.

<sup>88</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, p.384.

<sup>89</sup> Idem, Ibid, 1992.

<sup>90</sup> Idem, Ibid, p. 328.



anterior do que ainda nos é contemporâneo. Nós não existíamos antes do século XIX. Foi nesse contexto que a *epistémê*, ou solo epistemológico possibilitou o nascimento das ciências humanas e o surgimento da figura do homem no espaço da representação.

Nossa moderna maneira de pensar, na qual a figura do homem ocupa um lugar central, é uma entre outras formas possíveis. É muito mais do que dizer que nossa concepção de homem é histórica e não natural. Falar em concepção é falar que existe alguma essência humana, quando essa essência humana de que tanto nós falamos no senso comum é histórica.

O drama desse homem é que ele sabe que é definido porque fala, vive e trabalha, e que é determinado, dominado pelas leis do trabalho – ele é um instrumento de produção –, da vida – ele é um ser vivo –, e da fala – ele é um veículo das palavras. E o próprio só se conhece a si mesmo pelas palavras que fala, pelo seu organismo e pelos objetos que fabrica. Assim se revela a sua finitude: para falar, ele é dominado pelas leis gramaticais, para viver, ele precisa de um bom funcionamento de seu organismo que seja capaz de afastá-lo, o máximo possível da morte, seu limite supremo, e para trabalhar, depende do modo de ser da produção que determina também o seu desejo de ter as coisas e de atribuir, a elas, um valor. A finitude é, assim, fundamental. O saber do homem é, também, finito diante da prisão deste nos conteúdos da linguagem, do trabalho e da vida.

O domínio da *epistémê* moderna se abre em três dimensões. É um triado de saberes: num lado temos as ciências matemáticas e físicas, "*para as quais a ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas*";<sup>92</sup> num outro lado temos as ciências empíricas onde são estabelecidas relações causais ou de estrutura entre elementos descontínuos mas análogos (as ciências da linguagem, da vida e da produção e distribuição de riquezas); e no último lado, estaria a Filosofia, o pensamento do Mesmo.

Entre as duas primeiras regiões defini-se um plano comum representado pela dimensão matematizável da Biologia, da Economia e da Filologia. Já a Filosofia se define em relação às outras regiões da seguinte forma: com a matemática, se ocupa da formalização do pensamento; relacionando-se com as ciências empíricas tanto pode fornecer quanto questionar as filosofias da vida, do homem alienado, ou das formas simbólicas. O pensamento filosófico também, ao tomar de empréstimo conceitos e problemas nos diferentes domínios empíricos, descobre os sentidos ontológicos do trabalho, da vida, e da linguagem.

---

<sup>91</sup> Idem, Ibid, p.12.

<sup>92</sup> Idem, Ibid, p. 364.

E as humanidades neste triedo? Estão excluídas. Não têm um local próprio senão nas frestas, nos intertícios destes saberes: utilizam-se da formalização matemática do pensamento, constroem seu objeto a partir de modelos e conceitos emprestados da biologia da economia e das ciências da linguagem e remetem-se ao modo de ser da vida, do trabalho e da fala do homem que a filosofia define.<sup>93</sup>

Situadas nesta re-repartição "nebulosa", como Foucault define, as ciências do homem parecem condenadas a uma instabilidade essencial. Às vezes não é possível matematizar, pois o conhecimento resiste a formalização matemática do pensamento, às vezes se cai no psicologismo, ou no sociologismo. Não é seu objeto que é denso e complexo, mas é esse apoio mal definido, estes empréstimos arriscados, esse perigo constante de desvio em relação aos outros planos rigorosos, e essa pressuposição de que são universais, é que definem essa instabilidade. Pois é essa complexa configuração epistemológica, definida nos interstícios do triedo moderno, que torna possível seu lócus.

Entretanto, há diferenças fundamentais entre as ciências humanas e as empíricas. Enquanto a Biologia estuda a vida em seu funcionamento particular, enquanto a economia estuda a produção em seu funcionamento interno encadeado pelas condições de trabalho, e enquanto as ciências da linguagem estudam a linguagem em sua estrutura e seus sistemas de sentido, as ciências humanas estudam as maneiras pelas quais, para viver, ele, como ser vivente, representa a vida, para produzir ele representa suas necessidades, as trocas, a produção e a sociedade onde elas se dão, e para falar se representa e representa do interior da linguagem, a própria linguagem. É que as ciências do homem reduplicam as ciências empíricas.

De acordo com as formas das aproximações das ciências humanas com as ciências empíricas, são definidas três regiões, ou divisões: o campo psicológico, o sociológico e o lingüístico. Estas divisões estão sujeitas a outras subdivisões que também vão depender de como e de quais os modelos teóricos são tomados de empréstimo das ciências humanas.

A Biologia cede os conceito de função e de norma: recebendo estímulos, sejam eles fisiológicos, sociais ou culturais, o homem responde a eles, se adapta, evolui, submete-se às exigências do meio, harmoniza-se com as modificações que o mesmo ambiente lhe impõe. O

---

<sup>93</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, p. 365.

homem tem *"condições de existência e a possibilidade de encontrar normas médias de ajustamento que lhe permitem exercer suas funções"*<sup>94</sup>.

Da Economia, utilizam-se os conceitos de conflito e regra: na atividade produtiva, o conflito aparece quando os homens, buscando satisfazer os seus desejos e necessidades, opõem-se uns aos outros. O conflito é insolúvel senão em algumas situações onde os homens instauram um conjunto de regras que se propõem a limitar, controlar o conflito.

O empréstimo da Lingüística envolve os conceitos de sentido e sistema: se toda ação humana, mesmo involuntariamente, quer dizer alguma coisa, é porque as condutas do homem têm um sentido e que tudo que o rodeia tem sentidos que se organizam num sistema de signos. A cultura material, os costumes e os discursos formam esse conjunto coerente, depois chamado de estrutura lingüística, ora de superestrutura.

Deste modo, temos a psicologia que estuda o homem em termos de função e de normas, a sociologia que o analisa em termos de regras e conflitos, e temos o estudo das literaturas e dos mitos que trabalha com as significações e os sistemas significantes. Não se pode esquecer que esses conceitos são utilizados em todo o campo das humanidades. Acima descrevemos os modelos primários de cada região, mas sabemos nas suas análises, outros modelos podem ser utilizados secundariamente. Aí a sociologia psicologiza-se, ou a crítica literária se sociologiza. Fundamentalmente, as ciências do homem quando discutem suas fronteiras, estão discutindo a ordenação e a articulação destes modelos com seus conceitos, na produção do conhecimento humano.

Desde o nascimento da epistémê moderna, os modelos se relacionam de formas diferentes, estabelecem regras diversas e se hierarquizam. Durante quase todo o Oitocentos, o modelo biológico se impõe: *"o homem, sua psique, seu grupo, sua sociedade, a linguagem que ele fala, existem, na época romântica, enquanto vivos e na medida em que de fato vivem, seu modo de ser é orgânico e é analisado todo em termos de função"*.<sup>95</sup>

O modelo econômico reina logo depois: *"o homem e toda a sua atividade são o lugar de conflitos de que constituem, ao mesmo tempo, a expressão mais ou menos manifesta e a solução mais ou menos bem sucedida"*.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, p. 374.

<sup>95</sup> Idem, Ibid, p. 376.

<sup>96</sup> Idem, Ibid, p. 376.

É Freud quem inaugura a preponderância do modelo filológico e lingüístico: quando o mais importante é interpretar, de cifrar e de descobrir a estrutura dos sistemas significantes.

Dentro do campo das ciências do homem, Foucault elege a psicanálise, a etnologia e a lingüística como contraciências, devido ao caráter crítica e contestatório do homem e de suas disciplinas. Na medida em que esse homem pode falar e pensar apenas pela linguagem, a lingüística ao assumir a mesma linguagem, que é seu objeto, como um saber exterior ao homem.

Já a psicanálise, assume como objeto o inconsciente que todas as ciências humanas e viram-lhe as costas e desejam desvendá-lo através da análise da consciência. Freud inaugura uma análise do inconsciente como um texto fechado em si cheio de lacunas, muitas vezes indecifráveis. O consciente desse homem é apenas efeito das camadas profundas do inconsciente, uma instância exterior a consciência.

A etnologia aparece como uma crítica à relação que a racionalidade ocidental estabelece com todas as outras culturas ao estabelecer como seu objeto as representações que os homens, numa dada civilização, elaboraram sobre si mesmos, sobre as suas necessidades, sobre significações depositadas na sua linguagem, interrogando a região que torna possível em geral um saber acerca do homem.

O século XIX assiste uma mudança no regime de produção discursiva: a “Era da história” põe fim à história natural e faz nascer a etnologia (que dará conta da barbárie, dos grupos selvagens) e a história (que dará conta dos estudos das sociedades históricas ou civilizadas). Mas, se na Europa a descrição etno-antropológica vai cuidar de grupo humanos na África e na Ásia, o discurso etnológico no Brasil vai descrever agrupamentos selvagens, sem escrita, nem história, que, por sua vez, estão dentro da sociedade histórica, que estão lado a lado da civilização. O “outro” da civilização brasileira não é externo como no caso europeu<sup>97</sup>. Portanto, o discurso etnológico vai se fazer presente na produção historiográfica e na crítica literária. É apenas a partir de 1930, que a história e a etnologia do país, formalmente começam a se separar, com o início da especialização científica decorrente da criação das primeiras universidades.

Foucault, ao descrever as ciências humanas coloca que, apesar de possuírem um lugar na ordem do saber ocidental moderno, elas não são precisamente científicas. Isso porque as ciências

---

<sup>97</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.40.

do homem, além de não terem um modelo próprio de conceitos, o que a faz tomar de empréstimo os modelos das ciências empíricas: elas são falhas.

Elas falham em seu objetivo maior, que é dizer o homem em sua essência ontológica. Se com a Filosofia, elas compartilham da interrogação ontológica do ser humano, as humanidades, enquanto estuda da representação da linguagem, da vida e do trabalho, se perguntam qual o sentido maior da representação que o homem faz enquanto vivente, falante e produtor.

Pretendendo dizer o que é o homem, as ciências humanas falham, é impossível dizer o homem sem cair na representação. As contraciências antecipam essa crítica. Ao invés de procurar o que é o homem, a arqueologia foucaultiana procurou o que o constitui. Esta é uma implicação política de As palavras e as coisas, acabar como o antropologismo moderno.

Ao formular essa grande questão, o que é o homem, elas já parte do conceito de homem da *epistémê* moderna. É ele que as torna possíveis. Para responder a esta demanda, as ciências do homem utilizam-se dos signos de um linguagem que só existe porque o homem existe. Na verdade, ao dar conta do que é o humano, as ciências humanas estão apenas reafirmando suas condições de possibilidade, seus fundamentos e o que permite esse conhecimento do homem, a Ordem da modernidade. Ao criar um discurso sobre o homem, as humanidades reiteram a representação de homem que as tornaram possíveis. Elas perdem, assim, seu objeto, já que este é sua condição de possibilidade.

A *epistémê* moderna quebra esta unidade: se a natureza, o trabalho e a linguagem possuem historicidades próprias, a história dos homens e das mulheres, aqueles entes que vivem, falam e trabalham, só pode ser definida como um nó inextricável de temporalidades diversas e exteriores a ele.<sup>98</sup>

Sendo corpo, o homem precisou e precisará ajustar-se o meio. Está determinado por uma natureza que fala partindo de um tempo peculiar, o tempo natural e não o humano, e não o divino, que estabelecia toda uma narrativa comum aos homens e mulheres e às coisas. Porque trabalha, o homem é determinado pelo tempo dos modos de desenvolvimento da produção, dos preços, do capital, das mudanças econômicas. E esse tempo do labor não depende das leis naturais nem daquela temporalidade totalizante. Para falar, o homem depende das leis internas de funcionamento das línguas, e estas, também, possuem uma temporalidade própria, segundo a cronologia das mudanças

---

<sup>98</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, 385-6.

gramaticais e fonéticas. O homem, em sua existência filológica, econômica e biológica, acha-se imbricado por histórias e tempos heterogêneos e fragmentados<sup>99</sup>.

Assim, Foucault nos fala da "desistoricização" sofrida por esse homem novocentista: "*Pela fragmentação do espaço onde se estendia continuamente o saber clássico, pelo enredamento de cada domínio assim liberado sobre seu próprio devir, o homem que aparece no começo do século XIX é 'desistoricizado'*".<sup>100</sup>

A história apresenta-se como uma articulação narrativa sobre as mudanças nas condições de vida – os climas, a fecundidade dos solos, a exploração das riquezas naturais –, sobre as transformações econômicas, e sobre as mudanças nas formas e nos usos da língua. O homem não é histórico, não é "*sujeito da história, senão pela superposição da história dos seres, da história das coisas produzidas, da história das palavras*".<sup>101</sup>

Nossa questão, agora, é saber como nosso historiador, Oliveira Lima, articula as temporalidades da Filologia, para dar conta desse brasileiro que fala e escreve literatura, da Biologia, explicar esse brasileiro que vive determinado pelas leis raciais, e da Economia, para entender esse brasileiro que produz, que trabalha. E ainda, as como outras nacionalidades que trabalham, vivem e falam são utilizadas como espelhos em sua narrativa.

### **3.3. A história da interação entre natureza e as raças: esse homem que vive.**

*História Natural (Carlos Drummond de Andrade)*

*Cobras cegas são notívagas.  
O orangotango é profundamente solitário.  
Macacos também preferem o isolamento.  
Certas arvores só frutificam de 25 em 25 anos.  
Andorinhas copulam no vôo.  
O mundo não é o que pensamos.*<sup>102</sup>

Após aquele pequeno preâmbulo de desculpas, com cada qual nos seus devidos lugares, Oliveira Lima recorre a Victor Hugo argumentando acerca da importância da história brasileira para a "*cultura moderna*". Como diplomata, ao defender os interesses da política externa do Brasil, Lima precisou atuar na produção de imagens do país no exterior referenciadas nos

<sup>99</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit , p. 386.

<sup>100</sup> Idem, Ibid, 386.

<sup>101</sup> Idem, Ibid, 386.

<sup>102</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p.27.

modelos europeus, e agora, como historiador, transferiu Hugo a responsabilidade de colocar seu país no sonhado pedestal:

*“Victor Hugo, por ocasião da morte de seu amigo Ribeyrolles<sup>103</sup>, um proscrito do 2 de dezembro, que se havia refugiado em nosso país, escreveu que nós éramos uma nação generosa. ‘Vós tendes – tal é a frase lapidar do grande poeta, e eu a reproduzo com emoção e orgulho – vós tendes a dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado vos liga ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América’”<sup>104</sup>(grifos nossos).*

Se os discursos contemporâneos do historiador atestam o atraso da nação, Lima recorre ao famoso escritor romântico para convencer sua platéia que essa história a ser por ele narrada, revelará um “grande passado”, ligado, por sua vez, ao “continente civilizador”. Mas o que significaria possuir uma “dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antiga”?

A identificação do Brasil por sua “terra virgem”, impõe que pensemos acerca do que significava a “natureza” no discurso romântico de Hugo. A partir do século XVIII, dois discursos iriam definir a América por sua natureza. Segundo Roberto Ventura, “o homem selvagem e a natureza americana são percebidos de forma ambivalente pelo discurso europeu, que oscila entre a imagem da felicidade natural e inocente dos habitantes de clima fértil, e a condenação dos seus costumes bárbaros”<sup>105</sup>. Com Buffon, De Pauw e Raynal, a idéia da inferioridade do natureza americana, da fraqueza de tudo que vivia nele é difundida no pensamento europeu.

Foi o historiador italiano, Antonello Gerbi, quem melhor descreveu a história dessa “polêmica” em torno das representações acerca do Novo Mundo<sup>106</sup>. Gerbi apresentou as raízes remotíssimas do que ele chamou de “calúnia” contra a América. Alguns termos como imaturidade, impotência, inferioridade e degeneração, eram mais recorrentes nas descrições que durante séculos tentaram definir o continente, sua natureza e sua população.

---

<sup>103</sup> Charles Ribeyrolles, jornalista bem conceituado na França, seria exilado de sua pátria, como seus amigos Louis Blanc e Victor Hugo, à época de Napoleão III. Após a revolução de fevereiro de 1848, escrevendo no *Réforme*, afirmou-se como defensor da República de 48 e corajoso crítico dos monarquistas. Mesmo antes do Golpe de 2 de dezembro que colocou Napoleão III no trono, Ribeyrolles seria condenado a deportação em novembro de 1849. Ficaria na Inglaterra até 1858, quando partiu para o Rio de Janeiro, com objetivo de escrever o “*Brasil Pitoresco*”, uma crônica que descreve as viagens de Ribeyrolles pela sociedade brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro a 13 de julho de 1861. Cf. RIBEYROLLES, Charles. *O Brasil Pitoresco*. Coleção Reconquista do Brasil, nº 29. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2 vols, 1980.

<sup>104</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 31.

<sup>105</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.22.

<sup>106</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Segundo Antonello Gerbi,

*"a partir de Buffon a tese da inferioridade das Américas possui uma história ininterrupta, uma trajetória precisa que, passando por De Pauw, alcança seu ápice com Hegel e a seguir se prolonga em sua decadência até a troca de recriminações. as fanfarronas pueris. as condenações sumárias e as célebres exaltações tão comuns ainda em nossos dias".<sup>107</sup>*

No entanto, havia também um outro patrimônio imagético sobre a América. As narrativas de Alexander von Humboldt, naturalista alemão e contemporâneo de Hugo, que viajou à pesquisa no continente americano, engendraram imagens positivas da natureza americana, enfatizando sua desmesura, sublimidade e exuberância, numa época onde natureza é elemento fundador da sensibilidade romântica. As imagens de Humboldt tiveram grande repercussão na Europa e na América na época da Independência, influenciando líderes como Simon Bolívar e José Martí.<sup>108</sup> A valorização de Hugo a natureza brasileira (terra virgem) inscreve-se nesse discurso. Jean-Jacques Rousseau seria também um dos defensores da América. O filósofo criaria o mito do Bom Selvagem, como modelo teórico para pensar a civilização e para transformá-la.

De fato, nos séculos XIX e inícios do XX, aconteceria um *revival* das teorias detratoras da América. Grande parte das reflexões historiográficas sobre este período trata da forma como os intelectuais ibero-americanos teriam reagido às essas imagens e que relações tais discursos estabeleceriam com os discursos identitários que seriam produzidos, no continente, a partir do processo emancipatório americano até os inícios do século XX.

Retomando uma fala de Ventura, *"A oposição entre Europa e América foi decisiva para a formação da consciência moderna, em que idéias centrais como o progresso e superioridade da civilização adquiriram evidência na figura histórica do selvagem de além-mar."*<sup>109</sup> Mas, enquanto um discurso afirma a felicidade natural e infinita nos trópicos, um outro condena a terra e o bom selvagem, e afirma as vantagens da civilização. Este discurso é retomado no século XIX, quando a História Natural entra em crise; o Darwinismo rompe como fixismo e o tempo passa a ser concebido como fundamento no desenvolvimento dos seres vivos. As diferenças evolutivas entre os seres são concebidas como resultado do meio – daí nasce o determinismo geográfico –, ou variação espontânea do caráter – daí nasce o determinismo racial. É quando *"natureza"* vira *"meio"* e *"raça"*

<sup>107</sup> GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.15.

<sup>108</sup> VENTURA, R. opus cit, p.27.



significa hierarquia naturalizada. É no século XIX que as diferenças são naturalizadas. A América seria definida, por um discurso filiado àqueles detratores do iluminismo, pelo seu meio e pelas suas raças impróprios para o desenvolvimento da civilização.

Então, quando Oliveira Lima, recorre a Hugo para expor aos seus ouvintes que a “*terra virgem*” e a “*raça antiga*” do Brasil indicam uma “*dupla superioridade*”, isto significa que o meio geográfico do país é propício ao desenvolvimento da civilização e sua raça está entre as de maior “*capacidade de adaptação*”, entre as mais aptas, entre superiores, ou seja, sua raça é branca, portanto o brasileiro é descendente da Europa, esta é a sua ligação com o “*continente civilizador*”. Por isso ele reúne a “*a luz da Europa*”, raça branca e iluminada, esclarecida, ao “*sol da América*”, meio geográfico americano. Assim procedendo, Lima promove o esquecimento dos discursos detratores da sua América, que ora condenava a terra, ora condenavam a condição multirracial do homem e da mulher. Recitando Hugo, Oliveira Lima antecipava os significados da nacionalidade brasileira que constituiria ao longo do curso, tentando filiar-se às imagens da América presentes nos discursos daqueles defensores do continente: Rousseau e Humboldt. O conceito de “*raça*” e “*meio*” respondem a toda uma nova filiação de dizeres que possibilitam o nascimento de um saber biológico.

A chamada Era da História substitui a idéia de uma História Natural, pela de uma história da natureza. Para poder existir enquanto saber, aquela pressupunha uma sólida rede contínua composta pelos seres. O tempo não é concebido como princípio de desenvolvimento para os seres vivos. O tempo prescreve para a natureza verdadeiras revoluções, mas a continuidade dos seres vivos não é rompida. A natureza pode tomar diversas formas no espaço; as épocas da natureza apenas contribuem para dispersá-los, destruí-los e misturá-los com suas intempéries. Esse tempo da natureza não ordena mudanças no tempo interior dos seres. É esse *continuum* que permite a elaboração do grande quadro taxonômico dos seres de identidades e diferenças. Conhecer era ter diante da coisa, dos seres, uma possibilidade de classificação perene das outras coisas em relação à ela, e dela em relação às outras coisas. O *caráter* era essa marca do indivíduo que o situava em torno dos outros seres.<sup>110</sup>

A Era da História destrói a História Natural porque implode esse *continuum* (o tempo transforma essencialmente as espécies) e porque o conceito de vida faz as formas de classificar

---

<sup>109</sup> Idem, Opus cit., p.24.

<sup>110</sup> FOUCAULT, Michel. *Trabalho, Vida e Linguagem*. In *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 265-318.

abandonarem os critérios visíveis para estabelecer diferenças a partir da arquitetura interna dos seres, do invisível. A vida existia, apenas enquanto uma categoria como as outras de classificação. Existiam apenas seres vivos, e é esse estabelecer da vida enquanto objeto de conhecimento que torna possível a invenção da Biologia.

A oposição entre vivos e não vivos, orgânicos e inorgânicos, na *epistémê* moderna, que vai se estabelecer como primeiro critério de classificação dos seres, substituirá a repartição, presente no pensamento clássico, das coisas da natureza, em três classes: os minerais (os que crescem mas não se movimentam nem sentem), os vegetais (os que crescem e sentem) e os animais (os que se deslocam espontaneamente).<sup>111</sup>

Os seres vivos iriam ser comparados a partir de suas arquiteturas internas dentro de um palco de grandes unidades orgânicas com seus sistemas internos de dependência (esqueletos, respiração, circulação). A classificação dos seres vivos passa a ser constituída a partir de uma teoria do organismo<sup>112</sup>.

Essa teoria do organismo desenvolvida primeiramente por Cuvier estudaria as funções dos órgãos. A própria disposição dos órgãos estava submetida às funções. É no estudo das funções dos órgãos que a Biologia vai definir as hierarquias internas destes, a necessidade de todos eles coexistirem num dado sistema biológico, e a dependência dos órgãos em relação aos outros.

*"A análise dos organismos e a possibilidade de estabelecer entre eles semelhanças e distinções supõe, portanto, que se tenha fixado a tabela, não dos elementos que podem variar de espécie para espécie, mas das funções que, nos seres vivos em geral, se comandam, se ajustam, se ordenam umas às outras: [...] a pirâmide hierárquica das importâncias"<sup>113</sup>.*

Assim torna-se possível a hierarquia entre as raças. Uma função seria mais importante do que outra se, ela só existe nos animais superiores, ou se ela, com seus órgãos, determinaria a disposição de outros.

Mas, o que vai definir se um animal é superior, não é mais sua complexidade, os seres vivos não estão, como no projeto da História Natural, imóveis no grande quadro taxonômico geral, desenrolado do mais simples ao mais complexo. A classificação biológica dos seres torna-se possível a partir da invenção do conceito de vida, pois é ela, *"no que tem de não-perceptível, de puramente funcional, que funda a possibilidade exterior de uma classificação [...] o ser vivo era*

---

<sup>111</sup> Idem, Ibid, p. 265-318.

<sup>112</sup> Idem, Ibidem, p. 160.

<sup>113</sup> Idem, Ibid, p. 281-282.

(no pensamento clássico) uma localidade de classificação natural: o fato de ser classificável é agora uma propriedade do ser vivo".<sup>114</sup> É estudando as formas de manifestação da vida, que o Biólogo pode construir distinções entre os seres vivos e, por conseguinte, entre os homens e mulheres.

Se a natureza, no devir do tempo, se transformando, modifica profundamente as espécies, o homem, como qualquer uma, é apenas uma maneira efêmera de manifestação da vida. Para adaptar-se ao meio este precisa se transformar. A cada morte e a cada nascimento a vida deixa para trás um palco antigo e o substitui por outro mais atualizado, adaptado. Diferentes raças são diferentes estágios evolutivos. As diferenças culturais são entendidas como reflexo de interações entre homens e natureza. Os fósseis mostram os estágios passados das manifestações mortas da vida. O outro do saber ocidental é fossilizado. O mesmo do saber ocidental é o ápice da melhor forma de relação entre homem e meio. O progresso técnico confere a certeza de que a vida humana na civilização ocidental é mais viva.

O homem responde aos estímulos recebidos, sejam eles fisiológicos, sociais ou culturais, e se adapta, evolui, submete-se às exigências do meio, harmoniza-se com as modificações que o mesmo ambiente lhe impõe. O homem tem "*condições de existência e a possibilidade de encontrar normas médias de ajustamento que lhe permitem exercer suas funções*".<sup>115</sup> A partir de suas condições de existência, o homem desempenhará funções diferentes em sociedade.

Se os diferentes seres vivos são classificados a partir de suas estruturas orgânicas, as diferentes raças possuem, também, diferenças em suas arquiteturas internas. Os estudos de frenologia os inícios do século XX, no Brasil, atuam nesta prática discursiva ao ligar as determinações raciais explícitas nas medidas cranianas ao comportamento social, às condutas desviantes. Raça é o que há de incontornável no saber historiográfico desta época.

\*\*\*

Assim podemos mapear os dois determinismos por onde todo o pensamento da época relacionava-se. O determinismo racial, segundo Lilia Schwarcz<sup>116</sup>, construiria-se a partir de quatro máximas: a raça se constituiria como um fenômeno essencial na constituição de todos os

---

<sup>114</sup> Idem, Ibid, , p. 283-4.

<sup>115</sup> Idem, Ibid, p. 374.

<sup>116</sup> Cf. SCHWARCZ, L.M. *As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX: O contexto brasileiro*. In SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996. e SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituição e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

homens; existiria uma correlação entre as características exteriores, como a cor e o tamanho de cérebro, por exemplo, e os aspectos morais das diferentes raças; o indivíduo seria apenas uma manifestação do seu grupo racial; e, por último, seria preciso cuidar da raça, seria preciso criar políticas públicas – a eugenia – para *"estimular certas uniões e impedir outras, estimular certos indivíduos e isolar outros"*<sup>117</sup> - nasce daí a necessidade de uma antropometria para se medir o crânio para saber das potencialidades de uma raça, e de uma frenologia para se estabelecer a relação entre as medidas corporais e as tendências morais e cognitivas de uma raça.

Sobre o determinismo geográfico, Schwarcz colocaria que acreditava-se que os ventos, o clima, as intempéries, o relevo, o frio poderiam determinar os caminhos de uma civilização e estabelecer seus limites e possibilidades.<sup>118</sup> O determinismo geográfico chegaria no país com a leitura, pelos intelectuais brasileiros da *"History of the English Civilization"* do historiador Henry Thomas Buckle. As oito páginas escritas sobre o país seriam extremamente lidas e serviriam de modelo analítico para intelectuais como Sílvio Romero e Araripe Jr. Escrita em 1845, esta obra reatualizaria os discursos iluministas detratores da América, reconstituindo-os fora da História Natural e dentro da Biologia. O atraso brasileiro seria causado pela influência enervante do clima. O próprio Romero, nas páginas iniciais de sua *"História da literatura Brasileira"* comentaria a descrição de Buckle sobre o país: *"É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte"*.<sup>119</sup>

Outra obra, desta vez articulando o determinismo geográfico e o racial, influenciaria a produção científica e literária brasileira. O historiador francês Hyppolite Taine, formularia em 1863, na *"Histoire de la littérature anglaise"*, a concepção naturalista da história que seria determinada pelos fatores meio, raça e momento. Taine marcaria notadamente Euclides da Cunha que dividiria sua obra prima a partir destes três fatores.

Oliveira Lima, em seu discurso de posse intitulado *"Elogio de Francisco Varnhagen"*, no dia 17 de julho de 1903, na Academia Brasileira de Letras, utilizaria a teoria do historiador francês para justificar a genialidade do patrono de sua cadeira. Para Lima, Varnhagen seria *"um*

---

<sup>117</sup> SCHWARCZ, L.M. *As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX: O contexto brasileiro*. In SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996, p.169.

<sup>118</sup> Idem, Ibid, p.168.

<sup>119</sup> ROMERO apud VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.38.

*exemplar precioso para a justificação da célebre theoria de Taine da raça, do meio e do momento*".<sup>120</sup>

Francisco Adolfo Varnhagen teria herdado da "*raça germânica*" – era "*filho de um alemão*" – "*o amor pelo trabalho aturado, a paciência na elaboração de uma obra, o cuidado na exactidão dos resultados*".

A natureza na História Natural e, por conseguinte, no discurso romântico era objeto de contemplação. A natureza era um paraíso de formosura, um paraíso idílico com todos os seus enfeites e movimentos ornamentais.<sup>121</sup> A natureza, na Biologia e no discurso sociológico dos fins do século XIX torna-se meio geográfico e climático.

Para Lima, nas primeiras décadas de colonização, pela sua natureza o Brasil ganharia ares de "*uma terra prometida*".<sup>122</sup> Isso não significaria que o país possuiria uma natureza puramente decorativa, como o lirismo romântico propagava. A natureza apareceria, como apareceria no discurso naturalista, como um patrimônio imediatamente utilitário e pragmático. Não existiria mais aquele espetáculo natural disponível a degustação dos sentidos. O Brasil era uma "*terra prometida*" porque disponibilizava de grandes possibilidades econômicas. Mas natureza é rara e avara; precisa ser analisada para que possamos extrair dela o máximo de riqueza possível. É preciso olhá-la como um inimigo que precisa ser domesticado para o bem da humanidade. Os bandeirantes precisariam empreender sua "*luta contra a natureza*"<sup>123</sup>, e os jesuítas organizarem a ocupação da terra. O projeto civilizador empreendido pelos portugueses e seus descendentes havia aproveitado o potencial daquela terra que seria vítima das tentativas de ocupação de vários povos europeus e da luta entre índios e portugueses pela sua posse. Pelo comando do branco "*a agricultura fez a fortuna do Brasil, antes das minas lhe terem dado brilho ao renome*".<sup>124</sup>

O meio brasileiro seria propício para o desenvolvimento da civilização. O país tornaria-se "*no século XVIII a colônia mais rica do mundo*"<sup>125</sup> e, nos inícios do século XIX, "*colossal e florescente, a grande jóia do escrínio*"<sup>126</sup> que Portugal não desejava perder. O meio seria propício também para o desenvolvimento de toda a literatura brasileira, pois como veremos, sua

<sup>120</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. Elogio de Francisco Varnhagen. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1903, p.13.

<sup>121</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p. 240.

<sup>122</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 52.

<sup>123</sup> Idem, Ibid, p. 87.

<sup>124</sup> Idem, Ibid, p. 70.

<sup>125</sup> Idem, Ibid, p. 98.

influência permitiria o aparecimento de um Cláudio Manoel da Costa representado como “*um neoclássico europeu versificando em Minas Gerais*”<sup>127</sup>, ou mesmo como “*um poeta parnasiano que se antecedeu no tempo*”.<sup>128</sup>

Oliveira Lima, pelo menos durante a escrita de suas doze lições brasileiras, cercaria-se destes determinismos racial e geográfico. De fato, a superioridade de nossa “*terra virgem*”, como havia parafraseado Hugo, era um ponto mais pacífico na escritura limasiana. Lima filiar-se-ia àquela vertente discursiva dos “*filósofos franceses do século XVIII [que] imaginavam muito a América como uma terra admiravelmente dotada pela natureza*”.<sup>129</sup> O historiador construiria com maiores dificuldades essa superioridade de “*raça antiga*”, que o brasileiro possuiria, evocada também pelo escritor francês.

\*\*\*

Convido o leitor a conhecer as implicações destas abordagens na concepção de povo brasileiro construída pelo famoso historiador. Toda a sua releitura destas teorias, que aparentemente denegriam de forma inevitável a imagem do país, colocaria em prática uma narrativa instauradora de uma idéia de superioridade da nação brasileira. As raças inferiores não entrariam na constituição desta nacionalidade.

Segundo Oliveira Lima, como a “*sociologia adianta, e a história prova, [...] o contato de raças, de que cada qual possui um grau de civilização diferente das outras, não é propício, pelo menos ao seu progresso moral correlativo*”. Mas grande parte da população do país seria constituída por mestiços frutos de contatos entre raças de diversos graus de civilização.

Haveria um núcleo de homens de uma raça superior que teriam a missão de construir uma grande nação. Para o historiador, a “*disciplina portuguesa*” precisaria vencer “*no Brasil a anarquia social, a qual houvera germinado das circunstâncias propriamente da primeira colonização européia e sobretudo das condições de povoamento, o qual, antes de se definir na fusão das raças dos três continentes diferentes*”.<sup>130</sup> A raça branca venceria essa anarquia social e garantiria um futuro grandioso para a nação, exercendo sua função de comando.

Partamos do princípio de que existiam homens brasileiros e não brasileiros que habitando o país possuiriam condições de produção, formas de trabalho, formas de luta contra a natureza

---

<sup>126</sup> Idem, Ibid, p. 135.

<sup>127</sup> Idem, Ibid, p. 130.

<sup>128</sup> Idem, Ibid, p. 131.

<sup>129</sup> Idem, Ibid, p.123.

diferentes porque seriam racialmente diferentes. Existe, em Lima, uma evolução social que seria determinada pela bagagem racial.

Na medida em que vive, em que precisa se adaptar às condições que a natureza lhe impõe, o homem vive em estágios evolutivos que se sucedem numa linha evolutiva. Mas as diferenças entre as necessidades e as formas de produção econômica advêm das diferenças raciais. Por mais que os índios e os negros façam parte da maquinaria produtiva brasileira estão impossibilitados de fazerem parte da comunidade brasileira porque seus impulsos naturais os jogam para o mundo da desordem, da violência, da resistência.

É que o modo de ser de todo homem é orgânico; *"sua psique, seu grupo, sua sociedade, a linguagem que ele fala, [...] existem na medida em que de fato vivem"*.<sup>131</sup> Os conflitos advindos das diferenças entre homens de atividades produtivas diversas são em última instância conflitos entre formas humanas diferentes de manifestação da vida.

Oliveira Lima narraria a atuação de certos homens no Pernambuco, em 1817:

*"os mestiços, originados dos cruzamentos de três séculos, abandonariam a atitude tradicional de deferência para com a realeza longínqua, acreditando levar-se pela fraseologia revolucionária a altura da mais complexa civilização quando, na verdade, não faziam senão dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem"*.<sup>132</sup>

A manifestação da vida nos mestiços, seu estágio civilizacional, sua configuração racial impendem o mestiço de compreender a fraseologia revolucionária. Toda atitude de enfrentamento, da tentativa de exercício de contrapoder, é atitude de desordem. Os mestiços estão condenados a *"dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem"*.<sup>133</sup>

Se os escravos *"índios"* foram preteridos em relação aos *"escravos negros"*, foi porque os últimos eram mais robustos, mais diligentes e mais dóceis. Os índios eram *"menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos"*.<sup>134</sup> A raça impõe uma condição da qual não se pode fugir. E é em função dessas condições de existência que esses homens são utilizados economicamente e que eles atuam socialmente.

O devir natural de manutenção da vida requeria um destino para essas raças. Assim, *"o estado de semicivilização a que a catequese religiosa conduzia os índios era em suma o que melhor podia lhes convir"*

<sup>130</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, p. 376.

<sup>132</sup> Idem, Ibid, p. 127.

<sup>133</sup> Idem, Ibid, p. 127.

<sup>134</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 61.

à mentalidade restrita, que não era aguilhoada por nenhuma necessidade intelectual".<sup>135</sup> Ou ainda, os índios poderiam ser empregados, "aos bandos, em obras públicas, tais como a abertura de estradas e a navegação dos rios, não era cobrado senão sob a vigilância dos padres, que exerciam a função de inspetores – inspetores a quem não faltava bondade".<sup>136</sup> Fora destes lugares os índios agiam apenas na desordem, na anarquia, comandados pelas suas características raciais degeneradas.

Esse destino era o único possível devido "a inteligência, mal despertada, da raça indígena segundo seu espírito, mal desenvolvido, em que lendas valiam por conhecimentos".<sup>137</sup>

A vida precisa continuar e para continuar os homens precisam existir em função desta continuidade. Cada homem terá uma função dentro da perpetuação desta espécie humana. A morte ameaça o homem de dentro, "pois somente o organismo pode morrer, e é do fundo de sua vida que a morte sobrevêm aos seres vivos".<sup>138</sup> A vida, no século XIX, é o núcleo do ser e do não ser, raiz de toda existência. Segundo Foucault, o não ser-vivo é "a vida decaída; e o ser puro e simples é o não ser da vida".<sup>139</sup> Os viventes são apenas passagem desta força infinita da vida que forma os seres vivos para serem seu instrumento de luta contra a morte. Nascem como afirmação desta força maior, transcendente, mas morrem, para que ele se transforme e se fortaleça ante a morte. Os seres vivos são apenas manifestações efêmeras do infinito da vida.

Quando os negros e os indígenas deslocam-se de suas funções para o bem da perpetuação da vida terminam por, no caso dos índio, vegetar "em número relativamente restrito, em toda costa"<sup>140</sup> vencidos pela natureza e sujeitos ao seu assassinio, ou serem "insubmissos", fazerem guerras contra o colono e são dizimados "pelas guerras e pelas epidemias",<sup>141</sup> ou ainda por aliam-se a inimigos do Brasil, por puro impulso natural destrutivo.

Saindo de suas funções, os negros puderam estabelecer-se num quilombo cujo "crescimento e [...] organização obedeceram às leis naturais das sociedades humanas".<sup>142</sup> Representava, inicialmente, um "esboço de organização social", cuja base em seu começo se baseava na

---

<sup>135</sup> Idem, Ibid, p. 60.

<sup>136</sup> Idem, Ibid, p. 60.

<sup>137</sup> Idem, Ibid, p. 44.

<sup>138</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 293.

<sup>139</sup> Idem, Ibid, p. 294.

<sup>140</sup> Idem, Ibid, p. 69.

<sup>141</sup> Idem, Ibid, p. 44.

<sup>142</sup> Idem, Ibid, p. 117.



“pilhagem” e no “homicídio”. Se o Brasil *“se enchesse de refúgios de negros fugidos, [...] [estes] teriam tornado a vida do país impossível pela falta de segurança”*.<sup>143</sup>

Como o passar dos séculos, os homens que vivem no Brasil adquiriam formas de manifestação da vida diferentes. Formaria-se o mestiço, um tipo de homem particular, que daria *“moralmente a nossa sociedade um aspecto particular”*.<sup>144</sup> O Brasil, em 1832, esteve *“entregue a soldadesca ladra, ali aos bárbaros sertanejos, mais longe aos ferozes mestiços. Foi verdadeiramente um milagre a ordem haver sido restabelecida”*.<sup>145</sup> E como já colocamos, os mestiços estão condenados a *“dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem”*.<sup>146</sup>

**O branco, por suas condições de existência, dispõe da capacidade de comandar os outros homens, de atribuir-lhes sentido, lugares, ações, de impor a eles as funções que lhes cabem.** O branco organiza o aparelho produtivo, a indústria do açúcar, atribui aos índios e negros seus papéis corretos na sociedade, estabelece as regras que vão solucionar, pelo menos temporariamente os conflitos sociais. É ele quem tem a função de construir as regras que permitam a sociedade crescer, dominar cada vez melhor a natureza e permitir a perpetuação da vida.

É como afirmaria Sílvio Romero: *“aplicando as leis de Darwin à literatura e ao povo brasileiro, é fácil perceber que a raça que há de vir a triunfar na luta pela vida, neste país é a branca”*.<sup>147</sup>

É ele também quem pode criar uma literatura, para ser a expressão de suas vontades, do veículo de sua fala. Criar literatura, para o indígena, por exemplo, seria impossível devido a sua *“mentalidade restrita, que não era aguilhoada por nenhuma necessidade intelectual”*.<sup>148</sup>

\*\*\*

A natureza, na *epistémê* moderna, delineou-se sob forma da animalidade. O animal é a figura privilegiada, *“com seus arcaibouços ocultos, seus órgãos encobertos, tantas funções invisíveis e essa força longínqua, no fundo de tudo, que o mantém em vida”*.<sup>149</sup> Na *epistémê*

<sup>143</sup> Idem, Ibid, p. 118.

<sup>144</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 68.

<sup>145</sup> Idem, Ibid, p. 196.

<sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 127.

<sup>147</sup> ROMERO apud VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.64.

<sup>148</sup> LIMA, Oliveira. Opus cit, p. 60.

<sup>149</sup> FOUCAULT, Michel. Opus cit, p. 293.

moderna, seria a oposição entre vivos e não vivos, orgânicos e inorgânicos, que estabeleceria como primeiro critério de classificação dos seres que serão estudados a partir de suas arquiteturas internas invisíveis. Como manifestação viva, o animal deixa perceber melhor o enigma da vida, em suas funções, em seu organismo e em seu funcionamento invisível.

O animal é quem melhor representa a luta de cada ser vivo para perpetuar a vida ante a morte, ao mesmo tempo em que a própria morte *"o assedia por todos os lados e [...] ameaça-o também do interior; pois somente o organismo pode morrer e é do fundo da vida que a morte sobrevêm aos seres vivos"*.<sup>150</sup>

A partir dos fins do século XVIII, a animalidade aparece, a partir desse equilíbrio provisório entre a vida e a morte que os animais representam, como portadora da morte. Segundo Foucault, há na besta, na fera, *"uma devoração perpétua da vida por ela mesma"*. Na *epistémê* moderna, *"a natureza já não sabe ser boa"*. O medo da besta advém da certeza de que *"a vida não pode ser mais separada do assassínio"*.<sup>151</sup>

Ao mesmo tempo em que os viventes aparecem como passagem desta força infinita da vida que forma os seres vivos para serem seu instrumento de luta contra a morte, a besta surge do interior da vida como um núcleo de contranatureza.

**Os negros, índios e mestiços são as bestas, as grandes feras que de dentro da sociedade brasileira, trazem seu núcleo de desordem, de anarquia, de violência e destruição. Instalar a civilização, construir uma nação, formar uma nacionalidade significa domar estas bestas e coloca-las para trabalhar em favor da ordem, da história e da vida.** A sociedade colonial havia destruído outras bestas como a *"Confederação de Tamoios"* e todas as *"hordas hostís"* de indígenas, como o *"Quilombo dos Palmares"*. A República, como sabemos, já havia destruído a fera sertaneja chamada Canudos.

Todavia, segundo Lourival Holanda, na escrita euclidiana, a animalidade recairia sob a República: *"Canudos põe a nu a barbárie da civilização: assim, 'a animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça'. Mudam-se as armas, fica a mesma fereza: 'encontrou nas mãos ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina"*. Segundo o crítico, *"a república, mãe saturnal, sacrificou filhos de todos os quadrantes, inutilmente"*.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 293.

<sup>151</sup> Idem, *Ibid*, p. 293.

<sup>152</sup> HOLANDA, Lourival. *Fato e fábula*. Manaus: EDUAM, 1999, p.53.

**A monarquia precisou acabar com a fera mestiça nos conflitos da Regência, e estabelecer a ordem social numa terra onde habitavam os súditos brasileiros e os mestiços e os escravos. O medo maior de Oliveira Lima é que a República não consiga assassinar sua besta.**

### **3.4. O Brasil que produz riquezas: esse homem que trabalha.**

Para Oliveira Lima, a Economia havia surgido com o pensamento iluminista e tinha "*substituído a teologia pelo exame das energias e impulsos do espírito humano. Ao estudo das manifestações de Deus, preferiram-se o dos recursos das sociedades*".<sup>153</sup>

A análise econômica a que Lima se referia, a que utilizaria para escrever suas conferências havia sepultado a Análise das Riquezas, característica do pensamento clássico, nos fins do século XVIII. Na Idade Clássica, o tempo deste saber é cíclico: o dos empobrecimentos e dos enriquecimentos, o do crescimento linear das políticas, onde cálculos bem feitos aumentam sempre ligeiramente as espécies em circulação, acelerando a produção mais rapidamente do que se elevam os preços. Os valores das riquezas eram estabelecidos por uma comparação dos objetos a serem trocados, segundo um cálculo de interesses. A mercadoria terá mais valor de troca quanto mais conseguir representar um objeto de necessidade, o mais fundamental sendo o alimento.

O pensamento clássico cogitava a atividade produtiva a partir de um quadro onde as riquezas eram trocadas e ordenadas. Poderiam também ser ampliadas no futuro. Mas o quadro era sempre o mesmo, apenas se modificava o espaço da troca: através de uma causalidade circular, o valor de uma mercadoria cresce relacionado ao valor de outras que decrescem. São as moedas nacionais que estabelecem o preço das coisas e a possibilidade de circulação das mercadorias, determinando relações de proporção. O valor (signo) só existe em relação a outro valor (signo).

A partir de Adam Smith o tempo da economia "*será o tempo interior de uma organização que cresce segundo sua própria necessidade e se desenvolve segundo leis autóctones – o tempo do capital e do regime de produção*".<sup>154</sup> As trocas, não dependendo apenas do desejo e da necessidade dos homens, são submetidas ao tempo e à grande fatalidade exterior, ou seja, as trocas vão depender de condições exteriores a sua representação: progresso da indústria, aumento da divisão de tarefas, acúmulo de capitais, divisão do trabalho produtivo e do não produtivo. O valor das mercadorias será fixado pelo trabalho que as produziram: o tempo de produção e o

<sup>153</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 123.

<sup>154</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 239.

esforço para produzi-lo. São as unidades de trabalho postas em cada objeto que estabelecem a ordem das trocas, sua hierarquia e suas diferenças<sup>155</sup>. É o nascimento da "economia política".

Para Ricardo, a quantidade de trabalho permite fixar o valor de uma coisa, porque é ele, enquanto atividade de produção que é a fonte de todo valor. É de acordo com as condições de produção do objeto, que são históricas, que o valor é estabelecido. Mas o valor das coisas e a capacidade de trabalhar da humanidade têm grandes limites.

Segundo o economista, é sob ameaça da morte e da fome que a humanidade trabalha, produz. Quanto mais crescemos, mais precisamos trabalhar para satisfazer as necessidades; a natureza tem limites. E nós também. Para Ricardo, a História funciona como um grande mecanismo que tenta compensar o homem; que tenta fazê-lo superar a raridade da natureza, um patrimônio inerte e limitado de recursos. É trabalhando mais que o homem pode assegurar sua existência a partir da transformação da natureza e *"negar a carência fundamental e triunfar por um instante sobre a morte"*<sup>156</sup>. Assim, a economia se refere a finitude natural do homem: *"o homo aeconomicus é aquele que "passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte"*.<sup>157</sup>

Na narrativa limasiana, os bandeirantes, esses *"pioneiros do deserto, esses descobridores de um mundo novo"* foram *"obscuros artífices de uma grande nação"*.<sup>158</sup> Em suas *"explorações"* lutavam contra outros homens, *"os selvagens"*, e lutavam *"contra a natureza"*. Era uma luta penosa, onde precisavam ser intrépidos e resistentes.

A natureza é rara, selvagem; os bandeirantes precisam *"galgar montanhas de vegetação inextrincável, expor-se a naufrágios em rios com rápidos e semeados de escolhos, defender-se das garras das onças, das picadas das serpentes e das flechadas dos índios, sem nenhum dos recursos modernos, sem mudas de roupas, quase sem armas e sem provisões, certa de não encontrar senão semelhantes ferozes e incerta de achar a riqueza cobiçada"*.<sup>159</sup> Eles são aqueles primeiros homens brasileiros compelidos a vencer a fome e a morte desbravando novas terras para que a sociedade brasileira possa começar a ser estabelecida em sua atividade econômica e em suas instituições.

Da Economia, Oliveira Lima parece trabalhar com aqueles conceitos de regra e de conflito. Como já colocamos, é quando os homens buscam satisfazer seus desejos e necessidades que se

<sup>155</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 239.

<sup>156</sup> Idem, Ibid, p. 272.

<sup>157</sup> Idem, Ibid, p. 272.

<sup>158</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 87.

opõem uns aos outros. Ora abrigados em nações diferentes, ora em tribos diferentes, e ora dentro de suas próprias sociedades. Os homens instauram um conjunto de regras que se propõem a limitar, controlar os conflitos.

O medo da morte, da fome é o medo, não apenas da raridade da natureza, mas da desordem social, da anarquia social. Toda a história brasileira limasiana do século XVI *"se resume [...] [nos] esforços continuados da metrópole para organizar a colônia"*. Assim, a Coroa estabeleceria *"os titulares das primitivas concessões"*, educaria *"o funcionalismo"*, *"fundando a vida municipal pela outorga de franquias e alvarás"*, daria *"provisão a sua defesa"*, criaria *"a indústria agrícola"*, instituiria *"a organização eclesiástica"*, e estimularia também *"as entradas para o interior da terra, desde que o quinto dos metais preciosos que por lá se buscavam cabia ao rei"*.<sup>160</sup> A escrita limasiana do século XVI descreve as atividades econômicas, os esforços para o estabelecimento da atividade produtiva, as formas de trabalho produtivo, as instituições que estabeleceriam as regras para a mediação dos conflitos sociais, a organização de um sistema defensivo, a procura de novas riquezas.

Os bandeirantes contribuem decisivamente para a instalação do aparelho produtivo do país. Lutam contra a natureza, como esse patrimônio esgotável, selvagem, que desafia a civilização e a contrapõe a barbárie, a morte.

Mas eles lutam também contra outros homens de formas diversa de trabalho. Lutam contra os índios e no conflito estabelecem a regra da escravidão ou da morte para estabelecerem a sociedade, sua economia e instituições. O índio deveria fazer parte dessas novas regras impostas por esses novos homens. Segundo Lima, *"os audaciosos se ressarciam sobre os índios, reduzidos à escravidão aos milhares e conduzidos para a costa a fim de trabalharem nas plantações"*.<sup>161</sup>

Os jesuítas estabeleciam as regras que mediarão os conflitos na colônia. São fundadores *"da cultura nacional"*<sup>162</sup> porque possibilitaram as condições "morais" de estabelecimento das instituições e do aparelho produtivo e de uma mão-de-obra. Os missionários esforçavam-se por *"introduzir a disciplina entre os europeus e a civilização entre os indígenas, começando por tornar esses sedentários"*.<sup>163</sup> Os jesuítas *"denunciavam simultaneamente os abusos das*

<sup>159</sup> Idem, Ibid, p. 87.

<sup>160</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 43.

<sup>161</sup> Idem, Ibid, p. 87.

<sup>162</sup> Idem, Ibid, p. 41.

<sup>163</sup> Idem, Ibid, p. 43.

*autoridades, estigmatizavam os vícios dos colonos, e uniam-se e impunham-se, ainda que em pequeno número, formando uma cruzada contra a imoralidade e a violência*".<sup>164</sup>

Mas diante das necessidades, um outro homem deveria substituir o índio escravizado. *"Os colonos conferiam preferência aos escravos negros, por causa de sua robustez, de sua diligência e se sua docilidade, comparadas com a dos índios, menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos"*. Para resolver os novos conflitos advindos deste novo ator é criada uma outra *"instituição"*, formada pelos *"capitães do mato"* que teria *"no seu horrível funcionamento, a vantagem de impedir que o Brasil se enchesse de refúgios de negros fugidos, que teriam tornado a vida do país impossível pela falta de segurança"*.<sup>165</sup>

O quilombo dos Palmares estabelece uma outra forma produtiva conflituosa para a sociedade brasileira da época. Era um outro "Estado", rivalizando com a colônia e propondo outras instituições, outras formas de estabelecimento da sociedade. Eram, segundo Lima, formas antiquadas de um período remoto, dos primórdios da civilização que ele fazia parte: *"esta organização se baseava, como qualquer outra, em seu começo, sobre o homicídio e a pilhagem"*. Falaria ainda, que *"o Estado Negro seguia [...] a marcha de evolução natural"*.<sup>166</sup>

Segundo Lima, *"não havia na realidade lugar para este Estado africano (o quilombo dos Palmares) em meio de uma série de colônias européias que não pensariam em breve senão na emancipação"*.<sup>167</sup>

Se por um lado, os conflitos se estabeleceriam entre grupos de homens que estabelecem formas de produção diferentes, como no caso dos conflitos entre os brasileiros e portugueses com os indígenas e os negros, por outro, a história seria analisada em função dos conflitos que advém também, por exemplo, de dentro das mesmas formas de produção dos portugueses e brasileiros e dos invasores; assim, *"os franceses e portugueses se encarniçavam alternativamente por levantar e demolir"*<sup>168</sup> feitorias para o comércio de pau-brasil. Falaria que *"os aventureiros normandos e bretões perceberam logo a excelência da terra que os portugueses haviam anexado ao seu domínio, e as vantagens que ela oferecia ao tráfico marítimo"*.<sup>169</sup>

---

<sup>164</sup> Idem, Ibid, p. 41.

<sup>165</sup> Idem, Ibid, p. 118.

<sup>166</sup> Idem, Ibid, p. 119.

<sup>167</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>168</sup> Idem, Ibid, p. 38.

<sup>169</sup> Idem, Ibid, p. 39.

A transcrição que o autor faz da carta de Caminha enfatizaria as possibilidades produtivas da colônia: *"a terra é em tal maneira graciosa, que em se querendo dar-se-á nela tudo"*.<sup>170</sup> As guerras contra a Holanda, contra a França, a criação das Capitânicas Hereditárias, até o próprio processo de emancipação são fruto de conflitos entre necessidades produtivas semelhantes de diferentes nações.

O conflito se estabelece não apenas internamente, entre os homens do Brasil, mas entre brasileiros irmanados aos portugueses e os invasores estrangeiros, que lutam partilhando de mesmas condições de produção. Luta-se pelas riquezas da terra, deseja-se suas riquezas, e assim, estabelecem relações de conflito. *"No século XVII o Brasil viu aumentar de muito o número de seus inimigos. Eu deveria antes dizer – de seus amigos, pois todos eles não desejavam senão possuir, cada qual para si só, a promissora terra que, aos seus olhos, ganhara os aspectos de uma terra prometida"*.<sup>171</sup>

Na conjuntura da independência, novos conflitos se estabelecem. Desta vez, entre os brasileiros e os portugueses. A independência, apesar de já estar inscrita em estado adormecido desde sempre, ocorre por causa do *"despotismo"*, da *"tirania"*, da *"onipotência do Estado Português"*. Os homens do Brasil entrariam num grave conflito como as instituições portuguesas que os governavam. Para o historiador, *"É a regra geral determinada pelo crescimento e pela ânsia de liberdade, regra que se estende do reino animal ao domínio social. Não é que Portugal haja sido mais tirânico para as possessões que qualquer outra nação"*.<sup>172</sup> O *"espírito de autonomia"* era a *"reação natural contra a onipotência do Estado Português"*.<sup>173</sup> A emancipação representa a instauração de uma nova ordem, de novas instituições e regras que põem fim àquele conflito.

Havia um *"efeito de coesão"* provocado pela *"unidade administrativa e militar, ensaiada pela metrópole"*, *"pelo movimento geral da colonização espontânea, provocado pela indústria do açúcar e sobretudo pela atração das minas"*. Era um *"sentimento instintivo"* instaurado pelas formas produtivas, pelas suas instituições.<sup>174</sup>

Oliveira Lima escreveria que *"nunca teorias tão atraentes haviam ressoado aos ouvidos dos [emancipacionistas do Brasil influenciados pelos filósofos franceses] que sonhavam com o*

---

<sup>170</sup> Idem, Ibid, p. 39.

<sup>171</sup> Idem, Ibid, p. 52-3.

<sup>172</sup> Idem, Ibid, p. 110.

<sup>173</sup> Idem, Ibid, p. 120.

*progresso da espécie humana, e para quem o futuro parecia ter reservado, não mais vagas esperanças, mas soberbas realidades*".<sup>175</sup> Se as formas de produção são históricas, diferentes tempos históricos terão diferentes atividades econômicas. Quanto mais o homem se multiplica, mais ele precisa trabalhar para saciar suas demandas. Para Lima, o saber econômico parece contribuir para o "*progresso da espécie humana*".

D. João VI funda a nacionalidade devido a todo o patrimônio de instituições que cria. Seria ele que lançaria os alicerces do regime monárquico, que garantiria a ordem social no país. Num período curto de experiência republicana, o período regencial, a anarquia se debateria no Brasil, que esteve "*entregue a soldadesca ladra, ali aos bárbaros sertanejos, mais longe aos ferozes mestiços. Foi verdadeiramente um milagre a ordem haver sido restabelecida*".<sup>176</sup> A volta da monarquia aparece como a (re)instauração da regra maior da sociedade brasileira, refunda o equilíbrio social. Apenas ela conseguiria proporcionar "*quarenta anos [que] se passaram de paz interior e de progresso, senão acelerado – essa espécie de progresso ininterrupto*".<sup>177</sup>

\*\*\*

Segundo Foucault, dentro do pensamento moderno, pode-se dizer que

*"A cada instante de sua história, a humanidade só trabalha sob ameaça da morte: toda população, senão encontra novos recursos, está fadada a extinguir-se; e inversamente, à medida que os homens se multiplicam, empreendem trabalhos mais numerosos, mais longínquos, mais difíceis, menos imediatamente fecundos. Como a pendência da morte se faz temível à proporção que as subsistências necessárias se tornam de mais difícil acesso, o trabalho, inversamente, deve crescer em intensidade e utilizar todos os meios de se tornar mais prolífico*".<sup>178</sup>

Oliveira Lima narra a sociedade brasileira transformando-se, crescendo, ficando cada vez mais rica até que, no século XIX, ela se torna "*colossal e florescente, a grande jóia do escrínio*".<sup>179</sup> Lima escreve sobre essa necessidade de se estabelecerem novas condições de produção, e novas instituições correspondentes.

Para Ricardo, a História funciona como um grande mecanismo que tenta compensar o homem; que tenta fazê-lo superar a raridade da natureza, um patrimônio inerte e limitado de

---

<sup>174</sup> Idem, Ibid, p. 111.

<sup>175</sup> Idem, Ibid, p. 123.

<sup>176</sup> Idem, Ibid, p. 196.

<sup>177</sup> Idem, Ibid, p. 202-203.

<sup>178</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 272.

<sup>179</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 135.



recursos. Mas, a carência do homem aumenta à medida que ele se multiplica: a produção precisa aumentar, e, por conseguinte, aumentam também as quantidades de trabalho necessários para produzir os mesmos objetos. Num determinado momento do futuro, o custo do trabalho será tão grande que não será mais sustentado pela mercadoria que ele produz. Por exemplo, o trabalho do operário custará menos que o preço do alimento de que precisa e os lucros industriais serão tão baixos, que se tornará impossível contratar novos operários: a população ficará estagnada, pois a mão-de-obra não crescerá.<sup>180</sup> *"A História enfim se tornará estanque. A finitude do homem será definida – de uma vez por todas, isto é, por um tempo indefinido"*<sup>181</sup>. O futuro nos espera com a finitude, essa verdade fundamental que nos detém sobre nós mesmos.

Como todo trabalho suplementar seria inútil e todo excedente populacional perecerá, a finitude e a produção vão se sobrepor. Vida e morte numa gangorra; com as possibilidades do homem exauridas, a vida não mais compensa a raridade da natureza com o trabalho. *"A vida e a morte serão assim colocadas exatamente uma contra a outra, [...] imobilizadas e como que reforçadas ambas por seu impulso antagonista"*.<sup>182</sup>

Para Foucault, o desfecho da humanidade é pensado de forma diferente pela escritura marxiana. Numa direção inversa a Ricardo, Karl Marx pensa diferente a relação da História com a finitude antropológica. A História não é mais aquela que permite ao homem, por um instante fugir de sua finitude. É ela que faz crescerem, as carências e as necessidades, e que faz os homens produzirem mais, e receberem menos do que é preciso para a subsistência. A História, que para Ricardo permite ao homem superar sua carência fundamental até a estabilização definitiva, para Marx, é ela que espolia o trabalho dos homens. É com essa história que Marx quer romper.

Até que uma classe de homens, que juntamente com o trabalho, experimentam a miséria, a fome, sabem reconhecer sua condição como um resultado da História e da alienação de uma finitude falsa. Procuram desnaturalizar as desigualdades de sobrevivência entre os homens. A revolução marxiana teria o papel de instaurar um tempo com outras formas de transcórrer, outras leis: o tempo do paraíso comunista, onde a finitude seria restaurada com outra forma, na sua verdadeira forma. A utopia marxiana, não era como a utopia clássica, que pensava enquanto um retorno às representações primeiras, ao quadro primeiro, onde as coisas teriam seus lugares

---

<sup>180</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 275.

<sup>181</sup> Idem, *Ibid*, p. 274.

<sup>182</sup> Idem, *Ibid*, p.275.

perfeitos. A utopia de Marx, como qualquer utopia, deseja, que no devir histórico, no futuro, seja revelada a verdade fundamental do homem, sua verdadeira condição. Sua verdadeira finitude.

**Oliveira Lima pensa a finitude do homem em bases diversas. Ele acredita no renovar das instituições e elege o regime monárquico como um exemplo de como o homem pode vencer a finitude. Para Lima, vencê-la significa lutar contra a anarquia social, contra a barbárie criados nos conflitos entre os homens que vivem na terra prometida brasileira. A monarquia estabeleceria as regras mais perfeitas de solução de todos os embates entre os homens, coisa que a república não lhe parecia capaz. A república é tirana, demagógica e incapaz de evitar que a ordem seja mantida e que a morte desequilibre a vida. Há uma classe de homens esclarecidos, letrados, e superiores que detêm a capacidade de gerir os conflitos da sociedade brasileira e colocar cada homem em seu lugar: índios, negros e mestiços para produzirem, - pois o trabalho e a escravidão é que de melhor pode acontecer a eles, a outra opção é a barbárie – e brasileiros para comandarem a construção uma civilização na América portuguesa. Só a monarquia pôde afastar os arrivistas e colocar os grandes homens brasileiros nas melhores instituições.**

Há algo ainda fundamental para ser dito. O que Lima coloca como o conflito entre instituições, entre formas de produzir e de organizar uma sociedade revela-se, em última instância, secundário. A raça, na profundidade de cada homem daquelas sociedades, definiria as formas de trabalho e de produção que estas sociedades seriam capazes de realizar. A determinação racial definiria o grau de desenvolvimento econômico e o papel que cada homem deveria ter na luta da humanidade contra a morte. **As regras que as instituições estabeleceriam para dotar de condições de funcionamento uma sociedade teriam que ser definidas a partir das possibilidades e dos limites impostos aos homens e mulheres pela sua raça.** No fundo, todos os conflitos são conflitos entre raças diversas num mesmo meio geográfico. As novas formas de produção e as novas instituições que combateriam a morte e a fome instaurando novas formas de extrair riquezas da natureza seriam determinadas pela interação entre meio e raça. **Dentro de sua história Oliveira Lima articularia uma história das instituições e das formas de produção – história econômica – totalmente determinada pela raça.**

### **3.5. Empréstimos filológicos limasianos: esse homem que fala.**

A Era da história sepulta também a Gramática Geral. Enquanto análise da linguagem dos séculos XVII e XVIII, a Gramática Geral questiona as palavras a partir de seus valores representativos, ou seja, da distância que elas guardam de uma língua primeira e absoluta. Toda língua seria derivada desta primitiva que teria fornecido um patrimônio inicial de signos. Comparar línguas era estabelecer como cada uma poderia se relacionar com essas representações primeiras, representações anteriores a Babel. As diferenças entre as elas advinha de fatores externos a linguagem: as invasões, migrações, por exemplo, misturariam, gastariam esse conjunto de palavras desta língua raiz, que permaneceria intocável e absoluta.<sup>183</sup>

O projeto da Gramática Geral passa a ser abandonado quando nos fins do século XVII, no processo de confrontação das línguas, começa-se a se investigar o que liga as palavras umas às outras e não mais pelo que elas designam. As línguas, em suas individualidade, deixariam de ser definidas pela proximidade desta língua universal, e passariam a ser estudadas em função de uma arquitetura interna que agruparia elementos formais, de um sistema de funcionamento interior. Essa arquitetura, ou estrutura, determinaria a coerência da língua, bem como as modificações dos sentidos das palavras, pois é na relação com outras que o significado é construído: muda-se o "sistema flexional" de uma língua, muda-se os sentidos das palavras: *"para que a palavra possa dizer o que ela diz, é preciso que pertença a uma totalidade gramatical que, em relação a ela, é primeira, fundamental e determinante"*<sup>184</sup>. Ao esquecer-se a relação das palavras com a raiz primeira, típica na Idade Clássica, a historicidade adentra no estudo da língua no momento em que se percebe que este sistema flexional que atua nesta totalidade gramatical, se transforma com o tempo.<sup>185</sup>

Assim nasce o saber filológico: ao se comparar duas línguas, confrontam-se suas estruturas. Se elas apresentam sistemas parecidos, pergunta-se se uma deriva da outra, ou se ambas derivam de uma terceira. Daí a Filologia atuar como uma história das línguas, que fora dessa continuidade cronológica que as ligariam a uma origem, estuda a heterogeneidade dos sistemas gramaticais, indicando as mudanças determinantes do processo de evolução de uma língua.

---

<sup>183</sup> FOUCAULT, Michel. *Vida, trabalho e linguagem*. In *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p 265-318.

<sup>184</sup> Idem, *Ibid*, p. 296.

<sup>185</sup> Idem, *Ibid*, p 265-318.

Deste modo a linguagem, passa a ser objeto de conhecimento: tem uma história e têm leis próprias. Mas para a linguagem estudar a linguagem é preciso aplicar os métodos do saber em geral. Sendo mediação necessária para qualquer conhecimento científico, a linguagem precisará ser limpa e purificada para tornar-se retrato fiel das coisas: *"um espelho sem nebulosidade de um conhecimento que, esse, não é verbal"*.<sup>186</sup> Deseja-se representar, ou melhor, apresentar o conhecimento fora da linguagem. Já que toda língua tem suas singularidades, diante de formações diversas, procura-se uma língua, não aquela universal do pensamento clássico, mas uma não-língua, mais simbolismo que linguagem que torne o pensamento transparente, livre das redes gramaticais.

Segundo Michel Foucault, *"ao longo de todo século XIX, a filologia terá profundas ressonâncias políticas"*.<sup>187</sup> A linguagem constituiria o lugar *"das tradições, dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos; acumula uma memória fatal que não se conhece, nem mesmo como memória"*.<sup>188</sup>

A linguagem está ligada às civilizações

*"pelo espírito do povo que as fez nascer, as anima e se pode reconhecer nelas. Assim como o organismo vivo manifesta, por sua coerência, as funções que o mantêm em vida, a linguagem, e isso em toda a arquitetura de sua gramática, torna visível a vontade fundamental que mantém um povo em vida e lhe dá o poder de falar uma linguagem que só a ele pertence"*.<sup>189</sup>

Para existir enquanto nação, o país precisaria possuir uma tradição literária, um prova de um uso específico da língua, de um jeito de falar e de criar a linguagem. O povo brasileiro fala pela sua literatura.

Em sua descrição da literatura brasileira, Lima colocaria que *"o século XVI no Brasil não teve [...] um poeta da terra, que tivesse exprimido, com toda sinceridade d'alma, a paixão da luta da cultura contra a natureza, luta que constituiu a trama bem unida da história inicial do país"*.<sup>190</sup>

---

<sup>186</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.313.

<sup>187</sup> Idem, Ibid, p.306.

<sup>188</sup> Idem, Ibid, p.314.

<sup>189</sup> Idem, Ibid, p.306.

<sup>190</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 51.

Apenas no século XVIII, apareceria Gregório de Matos Guerra, que não poderia ser, ainda, fundador de nossa literatura. “Foi [...] nacional no sentido de que se adaptou de maneira perfeita à sociedade brasileira, que havia deixado muito jovem”<sup>191</sup>.

O Brasil, como qualquer país, precisaria estabelecer uma linguagem que traduzisse as vontades de seu povo-nação. “Numa língua, quem fala e não cessa de falar, num murmúrio que não se ouve mais de onde vem, no entanto, todo o esplendor, é o povo. [...] A linguagem está ligada não mais ao conhecimento das coisas, mas à liberdade dos homens.”<sup>192</sup>

Oliveira Lima continuaria falando sobre a atividade literária do país. Os “poetas – Cláudio Manoel da Costa, Gonzaga, Alvarenga Peixoto” estariam “entre os mais ilustres da língua portuguesa. A metrópole não podia orgulhar-se de possuir melhores na mesma época”.<sup>193</sup> E mais, Cláudio Manoel da Costa seria “um neoclássico europeu versificando em Minas Gerais”,<sup>194</sup> ou talvez, “um poeta parnasiano que se antecedeu no tempo”.<sup>195</sup> Lima encontraria em Alvarenga Peixoto “a nota vaidosa da superioridade da colônia em relação a metrópole, que será leitmotiv da independência”.<sup>196</sup> Peixoto poetiza a vontade de liberdade do Brasil. Já Tomaz Antônio Gonzaga seria, “ao contrário, todo suavidade, existe a nota elegíaca que o lirismo romântico fará jorrar da contemplação de nossa natureza, mais melancólica que risonha na grandeza”.<sup>197</sup>

Esta literatura representava a especificidade brasileira no uso da língua portuguesa. Mesmo tendo diversos estilos, e cada um com “sua característica individual muito distinta no ponto de vista literário, eles merecem ser classificados a parte, isolados de seus contemporâneos portugueses”.<sup>198</sup>

No século XIX, apareceria, na literatura brasileira, o romantismo. Como estranha vibração da literatura romântica européia, nosso romantismo “foi sobretudo a modalidade literária da malevolência nacional para com os portugueses, antigos senhores do país”.<sup>199</sup> Nossa época romântica traduziu-se no indianismo que “procriado por Chateaubriand e estimulado pelo espírito político da Independência, ansioso de romper toda a ligação com a época colonial,

<sup>191</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 103.

<sup>192</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.306.

<sup>193</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 130.

<sup>194</sup> Idem, Ibid, p. 130.

<sup>195</sup> Idem, Ibid, p. 131.

<sup>196</sup> Idem, Ibid, p. 131.

<sup>197</sup> Idem, Ibid, p. 131.

<sup>198</sup> Idem, Ibid, p. 130.

havia de fazer [dos índios] criaturas superiores pela bravura, a altivez e a nobreza".<sup>200</sup> Foi uma "errônea, mas sincera concepção patriótica, que ligava o país, que se tornara independente, à raça aborígine".<sup>201</sup> No romantismo, os índios seriam "idealizados" e, nele, os africanos achariam "defensores nos soberbos idealistas".

O romantismo esqueceria daqueles "que tinham decerto a estatura épica". Segundo Lima, "os valentes pioneiros da raça conquistadora, [...] não mereceriam ainda absolutamente uma semelhante simpatia literária".<sup>202</sup>

Oliveira Lima não organizaria seus contemporâneos em uma "escola realista", por exemplo. Citaria alguns contemporâneos, e pela forma como descreve suas obras poderemos entender o que seria preciso escrever para fazer parte daquela atualidade. Sobre Euclides da Cunha escreveria que "ninguém descreveu melhor o sertão", segundo Lima, "parte menos atraentes do país".<sup>203</sup>

Euclides da Cunha teria-se revelado "mestre como escritor pelo livro pujante que publicou sobre os aspectos e sobre o homem dessa região. Posso dizer que o livro é extraordinário, pois reúne sólidos conhecimentos científicos e bosquejos imprevistos, num estilo nervoso e original".<sup>204</sup> Posteriormente, o autor transcreveria trechos de "Os Sertões", provavelmente extraídos do capítulo "A terra", onde Cunha descrevia o meio geográfico sertanejo.<sup>205</sup> Neste momento, a leitura contemporânea a publicação do livro silenciaria o teor iconoclasta e crítico da República contido na escritura euclidiana. Euclides seria um escritor, um "homem de ciencia" a apenas descrever cientificamente os "aspectos e sobre o homem" daqueles sertões.

Em "Os Sertões", Euclides da Cunha construiria uma teoria do Brasil cuja história seria movida pelo choque de etnias e culturas. Euclides apropriaria-se da teoria do sociológica de Ludwig Gumplowicz (1838-1909), teórico austríaco, que considerava a história guiada pela luta entre raças, onde inevitavelmente os grupos fracos seriam destruídos pelos fortes.<sup>206</sup>

O autor veria o conflito entre Canudos e a República como um choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja, e, assim como Oliveira Lima havia dito, Euclides

<sup>199</sup> Idem, Ibid, p. 211.

<sup>200</sup> Idem, Ibid, p. 39.

<sup>201</sup> Idem, Ibid, p. 40.

<sup>202</sup> Idem, Ibid, p. 51.

<sup>203</sup> Idem, Ibid, p. 113.

<sup>204</sup> Idem, Ibid, p. 113.

<sup>205</sup> Idem, Ibid, p. 114-5.

<sup>206</sup> VENTURA, Roberto. *Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa*. In ABDALA JR, Benjamin & ALEXANDRE, Isabel, (orgs.) *Canudos Palavra de Deus Povo da Terra*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, Bomtempo Editorial, 1997. p. 89-99.

acreditava que o mestiço do sertão seria melhor beneficiado pela sua configuração miscigenada do que o mulato do litoral. Seu caráter era de "raça mais pura" devido a "pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro", como havia falado Lima.

Segundo Roberto Ventura, Euclides da Cunha construiria, também, sua obra, influenciado pelo o historiador francês Hyppolite Taine, que formularia em 1863, na "*Histoire de la littérature anglaise*", a concepção naturalista da história, determinada a partir de três fatores: o meio, a raça e o momento. Assim, Cunha dividiria "*Os Sertões*" em três partes, correspondentes aos fatores de Taine: "A terra", "O homem" e "A luta".<sup>207</sup>

Lima, ainda, analisaria a literatura brasileira pelo conceito de "obnubilação" elaborado por "um dos melhores de nossos críticos, o Sr. Araripe Júnior" sob a influência de Buckle e Taine.. O conceito de "obnubilação" explicaria que as "qualidades essenciais" de uma "obra literária devem ser consideradas como a expressão pessoal de atributos coletivos".<sup>208</sup>

Para Oliveira Lima, toda a literatura antes da emancipação política do Brasil teria uma cara brasileira, diferenciando-se da literatura portuguesa, pela interação entre a raça branca o meio, a terra, o clima tropical e o momento histórico. Sílvia Romero, em "*História da Literatura Brasileira*"<sup>209</sup>, identificado com o cientificismo que dominaria as últimas décadas do século influenciado pelas idéias de Taine, compreenderia o fenômeno literário como efeito da influência do o meio, da a raça e do momento. **Literatura brasileira seria uma combinação na linguagem da raça branca, do meio natural-climático brasileiro, e do momento histórico e das influências momentâneas da literatura estrangeira.**

Com a independência, a questão se deslocaria. Não pareceria necessário, no autor, discutir o que era ou não literatura brasileira. Uma vez formada, a nacionalidade parece bastar-se. Lima passaria a discutir nas conferências a forma como os da raça branca interagiam com o meio físico e histórico, e com as influências estrangeiras. Com o grito do Ipiranga, o historiador desviaria o olhar de uma literatura como expressão da nacionalidade em formação, para uma literatura, *a priori* nacional, como articulação entre história, raça e imitação estrangeira.

---

<sup>207</sup> Idem, Ibid. p. 89-99.

<sup>208</sup> Idem, Ibid, p. 104.

<sup>209</sup> ROMERO, Sílvia. *História da literatura brasileira*. 5ª ed. 1o volume. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

A escritura literária do século XIX seria determinada pelo *"espírito político da Independência, ansioso de romper toda a ligação com a época colonial"*. Esse "espírito" haveria *"de fazer [dos índios] criaturas superiores pela bravura, a altivez e a nobreza"*.<sup>210</sup>

Transcrevendo Euclides da Cunha e Araripe Jr, Lima nos daria uma visão do que seria a literatura brasileira atualizada com seu tempo: seria aquela que reunisse *"sólidos conhecimentos científicos [...] num estilo nervoso"* como Euclides desenvolveu, e que representasse o encontro da raça branca com seu meio natural, definido a partir do conceito de *"obnubilação brasílica"* de Araripe Jr.

Lima parecia concordar com a abordagem de Sílvio Romero, para quem a história do Brasil deveria ser compreendida a partir dos fatores raciais, climáticos-físicos e a imitação estrangeira. Mas, historiador utilizaria-se da vaga raciológica para estabelecer sentidos diferentes no que diz respeito a nacionalidade brasileira. Enquanto Romero desdobraria os fatores raciais no encontro entre o português, o índio e o negro, Lima restringe a questão racial ao branco, ao sangue português. O brasileiro não era esse mestiço descrito na história literária de Romero. Para este, a história da literatura deveria ser a história da miscigenação literariamente representada.<sup>211</sup> **Para Lima, a literatura era a expressão do ser brasileiro fruto da interação da raça branca, com o meio físico, com o momento histórico e com as influências estrangeiras.**

Criar literatura, para o indígena, por exemplo, (e podemos estender o argumento para negros e mestiços) seria impossível devido a sua *"mentalidade restrita, que não era aguilhada por nenhuma necessidade intelectual"*.<sup>212</sup>

Sílvio Romero, em passagem famosa, diria que

*"a história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns africanistas entre nós, a dos negros em o Novo Mundo"*.<sup>213</sup>

Oliveira Lima criticava a romantização do índio, a idealização do negro e não entendia a mestiçagem como definidora de nossa identidade. **Oliveira Lima parecia enquadrar-se neste grupo de "entusiastas lusos", onde a nossa história é "a história exclusiva dos portugueses na**

<sup>210</sup> Idem, Ibid, p. 39.

<sup>211</sup> WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

<sup>212</sup> LIMA, Oliveira. Opus cit, p. 60.

<sup>213</sup> ROMERO, Sílvio apud WEBER, João Ernesto. Opus cit, p.70.



*América*". Mas Lima não excluiria essas raças da história do Brasil. Elas teriam a função de trabalhar na empresa civilizatória dos portugueses na América. Mas os impulsos naturais de suas raças às impeliam para o mundo da desordem, da violência sempre controlada, com muito custo, pelo branco. Apenas o português e seus descendentes brasileiros participavam do corpo da nação, do Povo-nação. Sendo a literatura a fala de um Povo, a expressão de suas vontades, apenas o branco a escreveria. É por ele que a nação falaria. O resto era povo, povinho, populacho.

Era como o próprio Oliveira Lima colocaria:

*"No caso do Brasil, onde a ausência de fortes tradições, a indigência educativa do meio, o afastamento entre uma pequena minoria nutrida de pensamento europeu e uma grande maioria desprovida de qualquer cultura reclamavam para a produção da inteligência a proteção que só o poder estava na altura de lhe garantir"*.<sup>214</sup>

**Oliveira Lima articulava os tempos da fala e do trabalho em torno do tempo da vida.**

Em última instância, é a dimensão vivente, corporal desse homem que definiria suas outras dimensões. **As existências laboriosa e falante seriam extensões da existência biológica.** Linguagem e o trabalho seriam determinados pela natureza interior e invisível de cada ser vivo. Como já colocamos, durante quase todo o Oitocentos, o modelo biológico se impõe: *"o homem, sua psique, seu grupo, sua sociedade, a linguagem que ele fala, existem, [...] enquanto vivos e na medida em que de fato vivem, seu modo de ser é orgânico e é analisado todo em termos de função"*.<sup>215</sup> **Os homens brasileiros e não brasileiros possuíam condições de produção, formas de trabalho, formas de luta contra a natureza e formas de manifestação literária diferentes porque seriam racialmente diferentes.**

---

<sup>214</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 211.

<sup>215</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 376.

## **4. A ESCRITURA LIMASIANA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA.**

### **4.1. Narrativas brasileiras: os discursos da identidade nacional e suas instituições.**

*“Não o pressentido, mas o presente sentido”.*  
Octávio Paz.

A fundação das Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o surgimento do Colégio Pedro II, dos Conservatórios Dramáticos e de Música e do importantíssimo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro indicariam o esforço do Estado nacional que emerge do violento processo emancipatório em criar um discurso, uma narração que justifique, simbolicamente a existência do Brasil enquanto Nação. Esses espaços permitiram a criação de um discurso nacional que criaria as fronteiras simbólicas da nação.

Brilhando durante muitos anos como único expoente da produção do saber histórico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através de seus membros – elementos oriundos da burocracia estatal e logo comprometidos com a ordem – buscou construir a nação elaborando narrativas do passado recheadas de exemplos e argumentos que apontassem um caminho glorioso destinado ao Brasil.

É estabelecida uma estreita relação entre o Instituto e a Monarquia, cristalizada na figura de D. Pedro II - o imperador 'amigo das letras' e proclamado protetor da agremiação, o que indica uma desejada simbiose do IHGB com o Estado. Aos intelectuais do IHGB competia, portanto, a definição do projeto da nação de que se falava. Esse projeto nacional incluía, além da defesa da Monarquia, a apologia da centralização (o que se refletia na própria concepção do IHGB como núcleo produtor de saber) e do catolicismo, alicerce da nacionalidade.

O Romantismo na literatura brasileira agregaria a primeira geração de intelectuais em torno da criação de uma cultura nacional. Um projeto de uma cultura brasileira feita por brasileiros seria proposto por escritores como Gonçalves de Magalhães que, em 1836, na Revista *Niterói*, vai apontar o índio, o elemento autóctone nacional, como o principal responsável pelo distanciamento do padrão culto português. A construção da identidade nacional, nesse primeiro momento pós-independência, passaria pela negação de toda herança portuguesa, ligada sempre a um passado colonial. As elites desenvolveriam um sentimento de antilusitanismo, empenhadas

em edificar uma nação brasileira nos moldes europeus das "nações civilizadas", num processo de construção de sua própria nacionalidade.

O processo de emancipação - que implicava a criação de uma nova cultura - teve na língua um instrumento privilegiado de luta política. Nele destaca-se José de Alencar, o principal prosador indianista. Em suas obras, o romancista utiliza a língua portuguesa na modalidade que vai chamar "*dialeto brasileiro*". Ele vai tentar, exaustivamente, explicá-lo e legitimá-lo ao longo de inúmeros prefácios, posfácios, folhetins de jornais e revistas e em sua correspondência particular.

Segundo Dante Moreira Leite, "*o indianismo representava uma imagem positiva do brasileiro: amor à liberdade, apego à terra e a valores individuais. [...] Os escritores, políticos e leitores identificavam-se com esse índio do passado, ao qual atribuíam virtudes e grandezas*".<sup>216</sup> No Romantismo, "*estabelecia-se uma relação entre a paisagem e o homem, entre o índio altivo e o brasileiro independente do século XIX; descrevia-se uma natureza rica e em eterna primavera, opondo-se à natureza de clima temperado; finalmente, procurava-se a língua nacional, outro elemento básico para o sentimento nacional*"<sup>217</sup>.

O Indianismo, como discurso de valorização do indígena, reforçava o sentimento antilusitano, mas era sobretudo, segundo Francisco Lima, na valorização da natureza brasileira que seria estabelecido uma idéia sobre o que éramos<sup>218</sup>. O vínculo direto entre nacionalidade e o indígena era mais contraditório, diante da necessidade de se contornar a questão da relação colonizador-indígena, do extermínio e das diferenças culturais entre esses povos<sup>219</sup>.

Dos primeiros criadores de uma idéia oficial de Brasil destaca-se a figura do Francisco Varnhagen. Como resultado do trabalho com uma série de documentos inéditos para o pesquisador do Brasil e provenientes de arquivos, sobretudo, da Europa, Varnhagen produziu a sua "História Geral do Brasil". A obra suscitou polêmica entre os membros do IHGB diante do tratamento dado aos indígenas. Varnhagen romperia com a visão romântica que pesava as origens da nacionalidade com um viés indigenista, comum naquela instituição e nos meios intelectuais do país.

---

<sup>216</sup> LEITE, Dante Moreira. Opus cit.p.172.

<sup>217</sup> Idem. p.175.

<sup>218</sup> LIMA, Francisco. *A Pena e a Casaca. Idéia de Nacional na Literatura Romântica Brasileira*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998, Dissertação de Mestrado, Mimeo.p.89.

<sup>219</sup> WEBER, João Ernesto. *A nação e o paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p.37.

Sua obra exerceu profunda influência na historiografia e nos manuais didáticos. Essa *História* apresenta-se como uma continuação da história da metrópole. O Brasil é percebido como uma invenção do império ultramarino português. Varnhagen pode ser percebido como o historiador oficial do Estado monárquico. Escrevendo entre os comensais do Palácio Braganino, ele inventa uma história do Brasil como extensão da história portuguesa. Uma narrativa que interessava a Côrte que era descendente da família real lusitana. Sua proximidade com o Imperador rendeu-lhe honrarias e o título nobiliárquico de Visconde de Porto Seguro. Varnhagen compensaria o anti-lusitanismo dos indianistas com a afirmação da herança ibérica da cultura brasileira

\*\*\*

A partir de 1870, uma "nova geração" transformaria a produção de discursos definidores do que era o Brasil. A emergência desta "geração" estaria ligada a criação da própria *profissão de escritor* e sua institucionalização na Academia Brasileira de Letras. Não se vivia da "pena" ou das "letras", a literatura era *vocação* de profissionais liberais, bacharéis, funcionários públicos, burocratas, diplomatas, magistrados, sacerdotes, professores e jornalistas. A grande maioria dos intelectuais possuía formação superior<sup>220</sup>.

A Academia Brasileira de Letras seria a primeira instituição cultural a abrigar toda uma nova geração de intelectuais e de patrimônios discursivos. Ser um acadêmico significava ter prestígio e competência. A instituição se configurava como um ponto de conexão dos literatos com instituições políticas republicanas. O Ministério das Relações Exteriores exerceria o mercenato oficial para uma série de "homens de letras" da ABL. Sob a liderança do Barão do Rio Branco, o Itamaraty, criaria condições para cada um, literatos, historiadores, e grandes intelectuais, exercerem sua vocação literária.<sup>221</sup>

Segundo Malatian, pela situação de Oliveira Lima *"na diplomacia seus escritos destinavam-se preferencialmente a um círculo restrito de eruditos e políticos que constituíam seu leitores e críticos, e podiam confirmar ou negar sua inserção em determinadas regras de*

---

<sup>220</sup> MACHADO NETO, A.L. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da vida intelectual brasileira-1870-1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>221</sup> VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angela. *O século XIX: paisagens do Brasil*. In: *Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

*vigência, e assim, realizar a inserção/exclusão do autor em grupos cujas vinculações com o poder da Repúblicas foram evidentes".*<sup>222</sup>

\*\*\*

No dia 17 de julho de 1903, a Academia Brasileira de Letras estava recebendo mais um imortal. Na sessão solene, o Diplomata Manoel de Oliveira Lima, como o discurso intitulado "*Elogio de Francisco Varnhagen*", faria seu primeiro pronunciamento na casa machadiana. Ocuparia a cadeira cujo patrono seria o historiador teuto-brasileiro que admirava. Desejava "*prestar umas das mais merecidas homenagens que reclamam os fundadores do nosso patrimônio cultural*", pois, este era "*o mais notável dos historiadores, porquanto o mais valente trabalhador da história nacional*". Mais do que admiração por Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima o tomava como inspiração e, mais, como referência para a escrita da história brasileira: era "*o criador da história pátria*".<sup>223</sup>

A sessão contou com a presença do presidente da República Rodrigues Alves e seu chefe da casa militar, além do corpo diplomático português aqui creditado. A cerimônia consagrava Manoel de Oliveira Lima: era aceito como escritor entre os pares, era prestigiado pela imprensa e as presenças das autoridades atestavam sua forte inserção na burocracia estatal com alto patrocínio.<sup>224</sup>

A cerimônia de sua posse seria realizada no Gabinete Português de Leitura. Aquela efeméride funcionaria como a consagração do diplomata naquele palco privilegiado de atuação intelectual. A entrada na ABL havia sido patrocinada pela *coterie* que Lima fazia parte, e formada por Machado de Assis, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e Salvador de Mendonça. Oliveira Lima ingressaria não apenas entre os imortais, mas entre os inimigos do Barão do Rio Branco. O ministro lideraria uma *coterie* formada por escritores como Euclides da Cunha, Graça Aranha e Domício da Gama, e sempre que havia uma candidatura por eles articulada, o historiador-acadêmico votaria contra.

Ao final da guerra franco-prussiana, os intelectuais brasileiros se abriram às influências inglesa e alemã em decorrência do forte abalo no prestígio da cultura francesa. A germanofilia de Lima gerou até perseguições políticas dentro do Itamaraty, na conjuntura da Primeira Grande

<sup>222</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.77-8.

<sup>223</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *Elogio de Francisco Varnhagen*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1903. p.7-10.

Guerra. Oliveira Lima escreveu, assim como Euclides da Cunha, em meio a uma nuvem de desilusão com as instituições e feitos da República Velha, que pairava sobre vários intelectuais. Esta é a geração de Oliveira Lima e da chamada geração realista da qual fariam parte Sílvio Romero com a "Escola do Recife", Euclides da Cunha, José Veríssimo e outros escritores.

A história, nesta geração, seria entendida através de critérios biológicos e físicos que estabeleceriam uma hierarquia evolutiva onde a raça branca seria a mais capaz e adaptada. Os intelectuais contemporâneos do historiador, principalmente os ligados à sociologia, entendiam que a evolução histórica dos povos a partir dos princípios de grandes correntes teóricas européias em voga: a história Rankeana, o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer.

Nesta República, a ciência aparecia como o único meio eficaz de organizar o real em leis, conceitos e análises objetivas, o que permitiria ao cientista traçar os caminhos seguros de transformação e controle da sociedade. A literatura deveria ser um dos construtores dessas transformações da sociedade. A criação e a produção cultural deveriam instrumentalizarem-se como agentes da mudança social.

Na Primeira República, como foi dito, não se vivia das "*letras*". A configuração do mercado de trabalho impelia os "*homens de ciencias*" e "*homens de letras*", ao emprego público. Eram empregados em órgãos da administração, ou nos institutos e academias estatais que os intelectuais teriam as condições mínimas para exercer sua vocação, e fazer trabalhar sua pena.

Inserido no contexto da produção intelectual dos fins do XIX e inícios do XX, Oliveira Lima constituiria "*exemplo bastante significativo da junção das funções do diplomata com as de historiadores e jornalistas e membro de associações de intelectuais*".<sup>225</sup>

A história e sua escritura procuravam diferenciar-se da literatura, e dos ensaios político-sociais. Seja nos colégios, seja nas faculdades, seja no Itamaraty, seja na imprensa, escrever história era vocação. O historiador se configuraria num autodidata que precisava conviver com o funcionário público, como em Capistrano de Abreu, com o diplomata, como em Oliveira Lima e Rio Branco, com o médico, em Manuel Bonfim, com o bacharel, como em Sílvio Romero, e com o militar e jornalista em Euclides da Cunha.

O jornalismo constituía-se como uma fonte de renda e como uma opção de trabalho intelectual. O próprio Lima colaboraria ativamente no "*O Estado de São Paulo*". Ele dedicaria o

---

<sup>224</sup> MALATIAN, Teresa. Opus cit, p.172.

<sup>225</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.19.

"Formação" ao jornal paulista. O jornal, devido às novas técnicas de impressão e edição, seria barateado. Fato que abria possibilidades de novos leitores entre camadas alfabetizadas menos abastadas.<sup>226</sup> Havia um público leitor interessado em entrevistas, notícias, crônicas, ensaios e principalmente em polêmicas. Oliveira Lima era um conhecido polemista. Os intelectuais teriam um poder de ação social aumentado e fariam do jornal um palco de exercício de seu desejo de tutela sob toda a sociedade brasileira.<sup>227</sup> A imprensa era o caminho da construção de uma República comandada por letrados, onde se ditavam novas modas e hábitos.

O mundo das letras da Primeira República organizava-se em coteries e igrejinhas literárias. Os intelectuais engajavam-se nesses pequenos grupos. Eram defendidos e defendiam apaixonadamente cada companheiro. E atacavam outros inimigos de outras coteries. As polêmicas literárias eram construídas nessas disputas intelectuais que, funcionavam também como disputas por cargos de maior prestígio e mais rendosos e pelo respeito e fidelidade do público leitor. Nos embates apareceriam as "*metáforas bélicas*" e os "*elogios mútuos*" derramados pela imprensa, palco maior dos artigos e dos tiroteios. A ABL também conheceria polêmicas naqueles dias de eleição para um novo acadêmico.<sup>228</sup>

A sensibilidade romântica oitocentista seria esquecida e até ridicularizada. Já não se idealizariam os índios – como em Alencar – nem os negros – como em Castro Alves. As ilusões, os ideais, o lirismo, os grandes heróis idealizados seriam desconstruídos pelo discurso realista, pela literatura naturalista e pelas ciências sociais destes fins do século XIX. Aquele tempo disponível para a contemplação literária seria eliminado neste novo tempo de jornais diários, de livros didáticos, de revistas, de manuais científicos, de uma nova tecnologia do lazer com o gramofone, com o cinematógrafo, com a fotografia. O jornalismo e a literatura precisariam veicular um discurso realista e verdadeiro da sociedade. O gramofone com os sons e o cinema e a fotografia com as imagens trouxeram a ilusão de que esse real poderia ser reproduzido de maneira inequivocamente perfeita. A literatura, assim como as ciências faziam, deveria aderir a essa vontade de real, de verdade. E foi dessa paixão que nasceriam livros como "*O cortiço*" de Aluísio de Azevedo, "*Memórias Póstumas de Brás Cubas*" de Machado de Assis e "*Triste Fim de Policarpo Quaresma*" de Lima Barreto.

---

<sup>226</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.94.

<sup>227</sup> Idem, *Ibid*, p.94.

A Belle Epoque proporcionaria ao escritor o acesso a salões, livrarias e confeitarias onde circulavam os assuntos da moda, os comentários sobre livros e literatura, e onde se liam jornais e revistas. Aos escritores marginais, apenas os cafés e a boemia.

\*\*\*

Oliveira Lima escreve preocupado com o mundo dividido em Estados-Nação e desejoso de raízes que justifiquem aquelas divisões. Toma como referências básicas a unidade nacional (como algo indiscutível nas grandes potências e no Brasil) e o jogo político do imperialismo e da concorrência inter-nações pelo comércio, e pela hegemonia mundial. Se a Inglaterra dominou os oceanos no século XIX. O novo século trazia consigo outros donos. Os Estados Unidos logo se transformariam na grande nação capitalista do século breve.

A partir de 1870, a chamada Segunda Revolução Industrial, ou a Revolução Tecnológica abre uma era de altíssimo crescimento econômico, grande progresso tecnológico. É a era do ferro e da luz. Com o ferro e a energia elétrica fez-se ferrovias e, mais, as grandes indústrias de base. O crescimento deste capitalismo possuía dois sentidos. Uma verticalidade impunha alta concentração de capital e centralização das forças produtivas. E uma horizontalidade indicava que todas as partes do globo estariam envolvidas na construção deste sistema econômico. O papel do Estado é o de determinar o ritmo, o alcance, e o sentido do desenvolvimento econômico e o de controlar os efeitos sociais da política econômica.<sup>229</sup>

Crises de superprodução iriam acontecer: afinal a velocidade crescimento da capacidade de consumir, não era compatível com o ritmo de crescimento produtivo. A “Grande Depressão” de 1870 acentuaria as tendências à concentração e à centralização do capital. A partir de 1873, começa-se a invenção de um novo tipo de dominação econômica chamado de imperialismo. Exportando capitais para suas colônias e para dependente América Latina, as potências da Europa Ocidental emprestavam dinheiro aos governos e financiavam a instalação de uma infra-estrutura de meios de comunicação, transporte e de bens de capital destinados ao investimento nas indústrias extrativas, e ao beneficiamento de matérias-primas<sup>230</sup>. O mundo, representava-se, dividido entre as nações industriosas, as do ferro, da luz, dos produtos industrializados, da exportação de capitais, e as nações importadoras de capitais, exportadoras de matérias-primas, consumidoras dos produtos industrializados. Estas últimas eram também palco do exotismo, do atraso, e da importação

---

<sup>228</sup> Cf. MACHADO NETO, A.L. *Estrutura Social da República das Letras. Sociologia da vida intelectual brasileira-1870-1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>229</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>230</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



dos costumes europeus. Padrões burgueses misturam-se aos modos de vida, usos, formas de pensar, de ver e agir. Ocidentalizar-se é uma escolha. A outra opção é a barbárie.

Nos fins do século XIX, o saber histórico se fazia palco de um certo desfile burguês. A civilização européia construía-se orgulhosa das vitórias de seu projeto civilizatório: venceriam o cristianismo, o industrialismo, a tecnologia. A noção de progresso naturalizaria a repartição do mundo criada pelas práticas imperialistas. Civilização de um lado, barbárie do outro. No Dezenove, novas condições de dizibilidade estabelecem um projeto de uma ciência histórica ordenadora das hierarquias e funções do mundo: classificam-se animais, homens e mulheres, e estabelecem-se etapas históricas ou estágios civilizatórios a serem percorridos pelos grupos de homens. A Europa teria como missão civilizar, expandir o progresso, construir a felicidade do mundo. Este saber construiu a base teórica para a posição a partir da qual a civilização ocidental encarava o seu relacionamento não só com as culturas e civilizações que a precederam, mas, também com as que são contíguas no tempo e no espaço<sup>231</sup>. Apenas com a vivência da Primeira Guerra Mundial, grandes dúvidas quanto ao triunfo dessa modernidade, seriam formuladas. Afasia nietzschiana, até hoje, atual.

O Brasil desejava entrar neste círculo. A chegada do “bando de idéias novas” em 70, a fundação do Partido Republicano, o movimento abolicionista, a própria Abolição, a proclamação da República e a crise do Encilhamento funcionaram como estratégias de enfrentamento de seus próprios problemas frente a *“Era do Imperialismo”*. O comércio externo brasileiro crescia enormemente com a instalação de ferrovias financiadas pelos ingleses, com a melhoria da estrutura dos portos do Rio de Janeiro, de Santos e do Recife, e com o aumento da demanda de matérias-primas no mercado europeu. Assim, as crescentes importações de produtos industrializados europeus poderiam ser pagas com as rendas do comércio da borracha, do cacau, e principalmente do café. *“A sociedade senhorial do Império, letárgica e entravada, mal pode resistir à avidez de riquezas e progresso infinitos prometida pela nova ordem internacional; cedeu o lugar à jovem República que, ato contínuo, se lançou à vertigem do Encilhamento e dos empréstimos externos.”*<sup>232</sup>

\*\*\*

---

<sup>231</sup> WHITE, Hayden. *A meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995. p.18.

<sup>232</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 199, p. 45.

O desenvolvimento dos Estados-Nação nos fins do século XIX encontra-se relacionado com o desenvolvimento das ciências humanas e particularmente da história. No medievo, os que escrevinhavam sobre o passado pretendiam mostrar aos homens como é que Deus queria que eles agissem. Tempos depois os historiadores a serviço dos príncipes criariam justificativas para a existência e a unificação dos Estados Nacionais. Construídas as unificações, os historiadores escrevem a história nacional. A história positivista nasce nos momentos de apogeu do sentimento nacionalista no século XIX. Em nossa contemporaneidade, parece que escrevemos para desnaturalizar o nacional e para reencontrar-nos em múltiplas identidades de uma história muito local, particular

O nascimento dos saberes humanos encontra-se ligado à necessidade de justificar a existência das nações, a serem definidas umas em relação às outras. A história construiria o passado nacional: a narrativa que daria o sentido transcendente da nação, sua existência desde épocas remotíssimas, sua inevitabilidade. A Filologia construiria análises sobre os usos específicos que cada povo faria de sua língua, seja na literatura, seja na sua gramática.

Já a antropologia, a arqueologia e a etnologia estudariam as sociedades bárbaras e atrasadas como espelhos para a definição de uma especificidade do homem nacional de cada Estado moderno. Ficaria a cargo da geografia fixar os limites territoriais e definir o meio físico nacional. Estes saberes, inter-relacionando-se, criariam as fronteiras culturais, naturais e raciais entre as nacionalidades. Seriam definidas as especificidades de cada nação a partir de critério como raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico, capacidade de defender seus territórios e realizar conquistas territoriais.

Para Homi Bhabha, a construção da nação está intimamente ligada ao ato de narrar. Quem narra inventa tempos históricos, identidades e futuros. A idéia de nação passa pela discursividade, pelo entendimento de nação como narrativa<sup>233</sup>.

Cada nação, fora da mitologia nacional, é atravessada por profundas divisões e diferenças internas. Mesmo compostas por diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero e, conseqüentemente, diferentes discursos (quase sempre contraditórios), as culturas nacionais continuam sendo representadas como unificadas e os diferentes grupos como providos de um ponto alternativo de identificação – pertencimento comum à “família nação”. O discurso nacional

---

<sup>233</sup> BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. São Paulo: Humanitas, 1994.

procura representar a diferença como unidade ou identidade no exercício da criação da coesão social e da manutenção da estrutura de dominação dos Estados Modernos.

Nação é um desses conceitos difíceis de se historicizar devido a nossa proximidade temporal com ele. Todavia, desde a década de 1970, historiadores e sociólogos parecem conseguir desconstruir a idéia de nacionalidade tradicionalmente inventada no século XIX. O escritor da história deve esforçar-se para desnaturalizar todo e qualquer conceito e entendê-lo historicamente. As palavras simples do nosso cotidiano chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto significam em nós e para nós.

Compartilhamos da fala de Durval Albuquerque Jr, para quem nem o nacional, nem o regional são critérios de validação de uma produção historiográfica e nem são referências suficientemente pertinentes para fundarmos uma epistemologia. Para o historiador, o procedimento que preside a "*História Regional*" de definir uma região ou uma nação como um a priori é anacrônico, é naturalizar o conceito de um espaço que não preexiste aos enunciados que os exprimem, nem às visibilidades que os preenchem.<sup>234</sup>

\*\*\*

A história, como constatamos, possui um papel fundamental na construção de uma narrativa da nação. São essas narrativas que fornecem as imagens, estórias, rituais, eventos, cenário e símbolos nacionais que representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos que dão sentido à nação. Oliveira Lima, à medida que apresentaria a *formação histórica da nacionalidade brasileira*, selecionaria heróis e inimigos nacionais, fatos históricos, mitos fundadores, personagens da história nacional, elegendo os atores que teriam fala e os que não teriam. Elegeu também, espelhos como alteridades e identidade. O modo como Oliveira Lima descreve os personagens e seus feitos são bastante reveladores de qual invenção limaneana é essa chamada Brasil.

O que nos interessa aqui são as narrativas enquanto monumentos de edificação da nação brasileira. A criação de uma nação envolve a criação de uma memória nacional, de um discurso que fale de origens, de fundações. Os modos de transmissão das memórias públicas dependem da organização social da transmissão e dos diferentes meios de comunicação empregados. São destes meios, as tradições orais; as memórias e outros relatos escritos; que nada tem de mais objetivos que os orais, as imagens pictóricas ou fotográficas, paradas ou em movimento, como estátuas, bustos, lápides, medalhas, memoriais e monumentos públicos da "memória nacional"; as

ações que transmitem memórias ao transmitir aptidões como no caso da relação entre mestre e aprendiz, e das ações rituais de “comemoração nacional”, de construção de identidades sociais; e o espaço, que se afirma como meio de comunicação na transmissão de memórias no momento em que percebemos o valor dos lugares e espaços onde são colocadas imagens, e onde se organiza a associação de idéias e símbolos que conferem identidades<sup>235</sup>.

Os símbolos e os rituais são fatores decisivos na criação da identidade nacional. A nação, como uma forma de comunidade imaginada, implica tanto a identificação entre os seus membros, através dos símbolos, rituais, mitos nacionais, quanto à percepção destes, enquanto diferentes dos estrangeiros<sup>236</sup>. Estes símbolos, como a bandeira nacional, ou ritos, como as paradas militares, possuem um papel fundamental na construção da consciência nacional – na conexão da vida dos membros da nação com o destino nacional que preexiste a eles, e continua existindo após nossa morte.

#### **4.2. Tecendo uma brasilidade francófila.**

*“Se eu inventei é porque existe.”*  
Da boneca de pano *Emília* do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”.

Oliveira Lima, em suas conferências na Sorbonne, articulava momentos de encontro entre o Brasil e a França. Fala sobre a “*perseverante cobiça da França de outrora*”<sup>237</sup> ao “*país dos papagaios e ...do ouro*”.<sup>238</sup> O Brasil seduzia a França não apenas com sua face exótica, mas com suas riquezas. As “*pretensões francesas*” seriam “*lisonjeiras para nós, pois ninguém cobiça o que não presta*”.<sup>239</sup> E muitos personagens representariam essas pretensões.

A divisão do Brasil em Capitanias teria sido uma conseqüência do desejo francês pela terra. Segundo o autor, “*tudo fazia crer num plano assentado para a ocupação permanente de algumas terras brasileiras. E, ainda mais, quando nos recordamos das duas tentativas, cujo êxito esteve quase garantido, de colonização francesa no Brasil*”.<sup>240</sup> A partição do Brasil em Capitanias

<sup>234</sup> ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, 2000.

<sup>235</sup> BURKE, Peter. *História como memória social*. In: *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.67-90.

<sup>236</sup> GUIBERNAU, Montserat. *Nacionalismos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996,p.90.

<sup>237</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.35.

<sup>238</sup> Idem, Ibid, p. 53.

<sup>239</sup> Idem, Ibid, p.54.

<sup>240</sup> Idem, Ibid, p.53.

Hereditárias se daria "sobretudo porque a defesa contra os franceses se impunha, e não podia sofrer adiamento".<sup>241</sup>

Lima cita como exemplos o "infeliz assalto de Leclerc, em 1709" e a "expedição afortunada de Duguay-Trouin, em 1711". Suas descrições parecem lamentar os insucessos franceses. Assim, ele descreve outro evento que materializou a presença francês no Brasil:

*"Pouco faltou para que o Brasil, ou pelo menos o Rio de Janeiro, se tornasse francês em 1555. Um cavaleiro de Malta, aventureiro de mil batalhas, chamado Nicolas Durand de Villegaignon que [...] foi fundar numa ilha da baía de Guanabara[...] um estabelecimento modelo de independência e tolerância religiosa, uma Arcádia, onde Lutero e Calvino, reconciliados sob os trópicos, haviam de constituir o melhor arranjo caseiro, obedecendo às regras da reforma"*<sup>242</sup>.

O conferencista também destaca "os livros franceses, escritos sobre o Brasil: História de uma viagem feita à terra do Brasil etc., do protestante Jean de Léry e Singularidades da França Antártica, do Padre André Thévet, cosmógrafo".<sup>243</sup> Os livros seriam "inestimáveis pelo que revelam de conhecimento do país primitivo".<sup>244</sup>

Os índios inimigos do projeto lusitano colonial aliavam-se com os sedutores franceses. Segundo Lima, "os indígenas haviam mais uma vez dado provas de suas simpatias pelos franceses, o que, seja dito de passagem, demonstra bem a força de sedução de vossa raça"<sup>245</sup>, simpatia "que se traduzia por alianças ameaçadoras".<sup>246</sup>

Cerca de vinte anos após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, com a derrota da Coroa portuguesa, no Marrocos, em Alcácer Quibir, pereceu o rei D.Sebastião, o desejado. A coroa francesa faria uma outra tentativa de possuir a colônia, dessa vez de forma institucional.

*"Invocando direitos de sucessão, [...] o rei da Espanha pôs em fuga [...] o rei aclamado pela população de Lisboa. Esse rei era o pobre D.Antonio, prior do Crato" [que teria ido negociar a cessão do Brasil à França] "com a astuta Catarina de Médicis[...] em troca do apoio decisivo dessa potência ao seu sonhado advento à coroa de Portugal. Existem documentos – achou-se mesmo recentemente em São Petersburgo, um bilhete autógrafa de Catarina de Médicis dirigido a Strozzi – que confirmam esse ensaio de combinação política, o qual não nos*

<sup>241</sup> Idem, Ibid, p.39.

<sup>242</sup> Idem, Ibid, p. 54.

<sup>243</sup> Idem, Ibid, p.55.

<sup>244</sup> Idem, Ibid, p.55.

<sup>245</sup> Idem, Ibid, p.59.

<sup>246</sup> Idem, Ibid, p.39.

*surpreende muito, quando lembramos da habilidade empregada pelo primeiro dos Valois, durante o longo desfile das reclamações portuguesas contra as incursões dos corsários normandos e bretões[...]"<sup>247</sup>*

Lima falaria ainda de outro episódio de tentativa de tomada do Brasil, desta vez em conluio com a Espanha. O conferencista falaria sobre "maquinações", no século XVIII, contra a soberania de Portugal na América.

*"Especulando com [...] rancores [da Espanha, "a eterna rival de seu vizinho na península"], a corte de Versalhes propôs, em 1740, a Madrid uma convenção para a partilha de Portugal e de suas possessões: o reino europeu e ilhas adjacentes deveriam ser incorporados a Espanha, o Brasil à França. A corte espanhola teve receio de concordar com o arranjo, e a ascensão ao trono de Fernando VI, em 1746, pôs termo prontamente a tais projetos".<sup>248</sup>*

Mesmo sendo inimigos, os brasileiros e os franceses uniam-se por laços cavaleirescos como coloca Lima nesta passagem abaixo que descreve a retomada do Maranhão depois do estabelecimento da França Equinocial. Inimigos, porém civilizados, pois no Brasil não reinava a barbárie. Foi ao herói pernambucano, sobrinho de Duarte Coelho,

*"Jerônimo de Albuquerque que coube a honra de retomar o Maranhão dos franceses, que ali já haviam fundado a cidade de São Luis [...]. Esse episódio histórico (a retomada do Maranhão) foi assinalado por uma troca de preliminares cavaleirosas, que não é ocioso recordar, pois não abundam, mormente em regiões longínquas onde reinava a barbárie. O comandante português, ao nome do qual – Albuquerque – o comandante inimigo rendia, numa carta, uma tocante homenagem, mandara conceder sepultura honrada aos mortos franceses. O senhor La Ravardière, de seu lado, enviou seu cirurgião para cuidar de preferência dos feridos portugueses, pois, como havia de escrever este mesmo cirurgião, De Lastres, ‘...a França não deixará nunca de ser cortês’”(grifos nossos).<sup>249</sup>*

Mais tarde, Lima pareceria lamentar mais esse fracasso francês: “A França Equinocial não teve, apesar de tudo, senão uma duração muito curta”<sup>250</sup>.

Noutro momento, Lima falaria de um "documentozinho, bastante sugestivo, relativo à continuidade das pretensões francesas [...]. O documento [...] é uma recomendação do Ministro

---

<sup>247</sup> Idem, Ibid, p.53.

<sup>248</sup> Idem, Ibid, p.99.

<sup>249</sup> Idem, Ibid, p.64.

*da Marinha Francesa, datado do ano de 1717, para o efeito de se prestar auxílio, no Brasil, aos paulistas contra os portugueses*".<sup>251</sup> Documento esse, cujo conhecimento deve "à cortesia de um amigo, o Sr. Escragnole Doria, que faz neste momento pesquisas nos arquivos de Paris"<sup>252</sup>.

Ao descrever tantos fatos que atestam as constantes investidas francesas para dominar a terra brasileira, Oliveira Lima confere uma grande importância do país para a história francesa. As personagens evocadas pelo conferencista – ministros da corte, Catarina de Médicis, os fundadores das França brasileiras, os corsários e viajantes a descrever o Brasil – atestam que pelo menos em parte, a história da França confunde-se com a do seu país, senão é determinada em função do desejo de Brasil.

Nem sempre o desejo da união entre os dois países era do estrangeiro. Outras vezes os próprios brasileiros maquinavam sonhos de serem parte do reino francês, como nos descreve Lima: "[...] os senhores pernambucanos se permitiram, em 1711, o luxo de um verdadeiro movimento revolucionário, no dia em que a coroa portuguesa quis outorgar as franquias municipais à cidade do Recife".<sup>253</sup> Os senhores de Olinda se diziam "devedores explorados" daquele "burgo dos negociantes", agora uma Vila. Durante o efêmero levante surgiu a proposta de

*"fundar-se uma república aristocrática 'como a de Veneza' [...] Falou-se também, vagamente, nessa ocasião, de transferir o juramento de obediência para outro soberano que não fosse o de Portugal, para o rei da França, particularmente, em consequência do estado de guerra, então existente, entre os dois países, resultado dos ataques de Leclerc e de Duguay-Trouin contra a capital do Brasil"*.<sup>254</sup>

O desejo de França, de fato, aparece quando o Brasil torna-se sedento de liberdade. As pretensões se materializam na dominação pelo espírito. De fato, a França "estava um dia destinada a dominar (o Brasil) pela inteligência e pelo sentimento, por se tornar a educadora de nosso espírito, em busca de horizontes, mais largos e a inspiradora de nossa alma sedenta de liberdade".<sup>255</sup>

A queda da Bastilha, "marca o triunfo da liberdade política, o grande princípio de onde partiu o livre desenvolvimento mental do século da Enciclopédia que ganhou o mundo" e chegou

---

<sup>250</sup> Idem, Ibid, p.67.

<sup>251</sup> Idem, Ibid, p.54.

<sup>252</sup> Idem, Ibid, p.54.

<sup>253</sup> Idem, Ibid, p.84.

<sup>254</sup> Idem, Ibid, p.84.

<sup>255</sup> Idem, Ibid, p.35.

no Brasil influenciando o “movimento abortado de 1789”, uma conspiração de “homens de letras” conhecedores das “expressões de racionalismo, contrato social, e de felicidade”.<sup>256</sup>

As trocas comerciais traziam novas mercadorias e novas idéias

*"pois é sabido que as idéias iludem mais facilmente as proibições oficiais que as mercadorias. O contrabando delas teve êxito sempre. Perseguidas, escapam às perseguições e acabam por se infiltrar por toda parte máximas de liberdade de crítica, de liberdade de reunião e de liberdade de pensamento, de liberdade, pois, sob o aspecto de inteligência, de afeição e de vontade"*<sup>257</sup>.

Assim, segundo Oliveira Lima,

*"os filósofos franceses do século XVIII imaginavam muito a América como uma terra admiravelmente dotada pela natureza, mas que gemia sob opressão de ferozes metrópoles. Que ouvimos, por exemplo, na Alzira de Voltaire? Uma voz que clama: Vês de tiranos tais a fúria insatisfeita: Pensam que foi p'ra si que a América foi feita"*.<sup>258</sup>

A partir dos fins do século XVIII, segundo Oliveira Lima, a França dominaria o país pelo espírito. A liberdade chega de navio, nos livros que mesmo proibidos passam a educar os brasileiros. Toda uma língua liberal parece aqui aportar; é liberdade de crítica, de reunião e de pensamento. Lima evoca Voltaire para chamar os metropolitanos de tiranos, e para criticar a opressão feroz metropolitana. A alma brasileira, sedenta de liberdade, permite-se seduzir, permite-se ser dominada, permite-se ser inspirada pela amiga de longa data. Amiga, porque amiga de nossas riquezas, amiga porque desejava possuir *"a promissora terra, que aos seus olhos, ganharam os aspectos de uma terra prometida"*, como afirmaria.<sup>259</sup> A afeição permanente, à que Lima faz menção várias vezes, da França nos honrou durante nosso passado colonial<sup>260</sup>.

A pátria de Voltaire adentra o Brasil, quando o Brasil a deseja, e da forma que o país a quer, como sua professora. O desejo de França é desejo de educação, de civilização. É a França quem alimentaria o “*espírito de autonomia*”, há muito presente na colônia, que, no fim do século XVIII, se organizaria e passaria ao estado latente como uma *"reação natural contra a onipotência do Estado Português que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o Marquês de Pombal"*<sup>261</sup>. O historiador se perguntava como uma colônia de além-mar, talhada a própria imagem da metrópole poderia ter conhecido o despotismo e a onipotência dos seus governantes

<sup>256</sup> Idem, Ibid, p.122-3.

<sup>257</sup> Idem, Ibid, p.123.

<sup>258</sup> Idem, Ibid, p.123.

<sup>259</sup> Idem, Ibid, p. 52.

<sup>260</sup> Idem, Ibid, p. 99.

<sup>261</sup> Idem, Ibid, p.120.



metropolitanos.<sup>262</sup> As idéias de liberdade nutririam de civilização esse "*espírito de autonomia*". O Estado criado após o processo emancipatório seria tributário de toda essa herança espiritual. A França educaria, com seu liberalismo, as grandes personalidades do império.

O autor faria ainda alguns paralelos entre as histórias dos dois países. A Assembléia Constituinte de 1823 lembraria "*ponto por ponto, ao que precedeu na França a queda da realeza, e que fez a honra das assembléias anteriores à Convenção, não pode chegar em nosso país a esse termo*".<sup>263</sup> O nosso "*grave conflito*" resolveria-se de outra forma, pois tendo a Assembléia declarado-se "*em sessão permanente*", e exigido "*explicações do governo pelo aparato militar manifestado*", o soberano replicaria, "*como Cromwell, encarregando um oficial de fechar a sala de reuniões, de prender e deportar os principais cabeças da oposição, entre outros os irmãos Andrada, que vieram instalar-se na França*".<sup>264</sup>

Ao longo das conferências, Oliveira Lima se esforçaria nesta sua tarefa de unir pelo coração as duas nações. Assim, destacaria a figura de um pioneiro nesta tarefa. O autor, ainda na segunda conferência faria uma "*sentida homenagem à memória desse dileto escritor*"<sup>265</sup>, Ferdinand Denis que, no ano de 1826, publicou O "*Resume de l'histoire littéraire du Bresil*" [Resumo da História Literária do Brasil], um dos textos fundadores da idéia de literatura nacional brasileira.

Segundo o historiador, "*O Brasil lhe é devedor de uma longa, constante e inteligente simpatia. Sou daqueles – e em meu país eles são numerosos felizmente – que dão valor e sabem reconhecer os serviços com que nos honram os estrangeiros do porte de Ferdinand Denis*"<sup>266</sup>(46).

Denis escreveu a primeira obra a apontar uma especificidade possível da literatura brasileira a ponto desta poder ser chamada de nacional e de poder se diferenciar da portuguesa. A questão da especificidade nacional, como o era no discurso romântico brasileiro, foi resolvida pelo binômio natureza-indígena. Segundo Denis, "*o maravilhoso, tão necessário a poesia, encontrar-se-á nos costumes desses povos, como na força incompreensível de uma natureza constantemente mutável em seus fenômenos*"<sup>267</sup>.

---

<sup>262</sup> Idem, Ibid, p.120.

<sup>263</sup> Idem, Ibid, p.182.

<sup>264</sup> Idem, Ibid, p.183.

<sup>265</sup> Idem, Ibid, p.46.

<sup>266</sup> Idem, Ibid, p.46.

<sup>267</sup> DENIS apud WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p.33.

O autor escrevia no contexto da crítica ao arcadismo literário e à inspiração advinda de temas mitológicos gregos que não se harmonizavam com a natureza nem com as tradições. O autor indicaria a notável importância que a literatura francesa representava para a literatura brasileira também. A poesia brasileira, desde o arcadismo, era representada como afeiçoada às produções literárias francesas, a ponto de ser modificada por elas. A poesia estreitava, segundo Denis, "*através dos liames espirituais os que devem existir na ordem política*"<sup>268</sup>. Ele representava na sua história literária o processo de filiação simbólica da nova nação à França, presente na época. Tanto os franceses, quanto os ingleses passaram a servir de espelho identitário no pós-independência ante a necessidade de diferenciação com respeito a Portugal. A construção de uma identidade nacional brasileira passaria pela negação da herança portuguesa, ligada sempre a um passado colonial e ao atraso. As elites desenvolveriam um sentimento de antilusitanismo, empenhadas em edificar uma nação brasileira nos moldes europeus das "nações civilizadas", num processo de construção de sua própria nacionalidade.

Figuras como Joaquim Norberto, José de Alencar, Gonçalves de Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro discutiriam as fronteiras simbólicas da nação. Retomaram Denis no que diz respeito à natureza e ao indígena como definidores da nacionalidade. Mas deixam em aberto a filiação artística e estética ao Romantismo europeu, notadamente francês, proposta nos escritos do estudioso autor do *Resume*.<sup>269</sup>

A literatura árcade era criticada por sua aproximação com a literatura portuguesa. Mas eliminá-la significava desconsiderar boa parte do corpus literário produzido por brasileiros. Denis resolve a questão quando ressalta a influência francesa na literatura brasileira, recalcando a herança lusitana. Mas, como colocou João Weber, em sua tese de doutoramento, "*A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*", o problema permanece; se a literatura árcade não era brasileira por ser muito portuguesa, continuava não sendo muito brasileira, pois, em Denis, era determinada pela francesa.<sup>270</sup> Os historiadores da literatura equilibram-se entre a recusa dos modelos neoclássicos – não podem negar a produção arcadista, por ser a primeira “escola” literária nacional – e entre a necessidade de afirmar uma especificidade em relação a Portugal. É olhando o que não é o país ante o espelho lusitano, que a identidade brasileira no Império seria

---

<sup>268</sup> DENIS apud WEBER, João Hernesto. Opus cit, p.44.

<sup>269</sup> WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

construída na historiografia literária. Apesar de todos os autores brasileiros posteriores do século XIX remeterem-se a obra de Denis, é silenciada a questão das outras influências sobre a literatura brasileira.<sup>271</sup>

Eis porque Oliveira Lima exalta e homenageia Ferdinand Denis como “*um dos representantes mais autênticos da penetração, do encanto e da simpatia humana que distinguem o espírito francês. No dia em que a França e a América brasileira estiverem verdadeiramente unidas pelo coração, como já estão pelo espírito, tarefa a que nos votamos, o nome de Ferdinand Denis irradiará como o de um precursor*”.<sup>272</sup>

A chamada "geração realista" vem a resolver o problema da influência estrangeira na identidade nacional. Para Sílvio Romero, a influência estrangeira, seria, juntamente com o português, o negro, o índio, e o meio, os fatores determinantes do carácter nacional. De fato, não fala, precisamente, em uma influência francesa. O crítico Araripe Júnior, através do conceito de obnubilação tropical, tentava dar conta do processo de diferenciação literária e psicológica determinados pelo meio sobre as idéias importadas da Europa. O estilo da literatura nacional adviria de uma incorporação tropical do estilo europeu. Já Romero fala de uma incorporação miscigenada.

Analisando Gregório de Matos Guerra, Lima se insere nesse debate literário:

*“Foi uma personalidade notável de seu tempo e de seu meio, porque era um elemento único como demolidor das convenções sociais e do respeito à hierarquia. Foi também – deve-se bem reconhecê-lo – nacional no sentido de que se adaptou de maneira perfeita à sociedade brasileira, que havia deixado muito jovem[...]. O mulatismo foi, com efeito, sua musa. Foi enfim um exemplar consumado de um fenômeno psicológico de alcance social a que um dos melhores de nossos críticos, o Sr. Araripe Júnior, cognominou de ‘obnubilação’”.*<sup>273</sup>

Oliveira Lima retoma Denis como um precursor dessa filiação espiritual, cultural do Brasil em relação à França, na medida em que a influência estrangeira não mais abala o alicerce da nacionalidade já estabelecida desde 1822. O autor francês é um grande aliado de Lima na tarefa, a que se vota, de unir verdadeiramente “*pelo coração, como já estão pelo espírito*” a “*França e a América Brasileira*”.

---

<sup>270</sup> WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p.44-45.

<sup>271</sup> Idem, *Ibid*, p.46.

<sup>272</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.47.

<sup>273</sup> Idem, *Ibid*, p.103.

A abordagem analítica a ser estabelecida a partir de 1870 constrói-se como crítica a toda concepção literária indianista. Nesta passagem, Lima mostra a reavaliação que faz do indígena e, ainda por cima, culpa "*espírito político da independência*", e o romantismo francês pela representação ingênua anterior deste:

*“Os indígenas eram, entretanto, seres belicosos, de quem o indianismo literário brasileiro do século XIX procriado por Chateaubriand e estimulado pelo espírito político da Independência, ansioso de romper toda a ligação com a época colonial, havia de fazer criaturas superiores pela bravura, a altivez e a nobreza”*<sup>274</sup>.

Na sua segunda conferência, Oliveira Lima diria que

*“o indianismo, isto é, da exaltação do selvagem em páginas românticas [...] tem raízes no vosso país [França], e [...] são os primeiros livros franceses sobre o Brasil, dos quais fiz menção, os que fizeram o mais fervente elogio do indígena brasileiro, amigo tão dedicado quanto inimigo cruel. Melhor será que escuteis as seguintes páginas de Léry tão ingênuas e tão frisantes”*<sup>275</sup>.

Então ele, que já havia, a pouco, citado uma descrição do mesmo Léry de um ritual antropofágico, transcreve uma passagem menos realista, em sua opinião, uma passagem romântica do indígena no qual o viajante protestante descreve a "*caridade natural*", a hospitalidade, a piedade, a estimação que devotam aos amigos e confederados, e o "*ódio mortal*" que concedem aos inimigos<sup>276</sup>.

Para Oliveira Lima, o "*romantismo que na Europa tinha emprestado acentos líricos à poesia como a eloquência, ao romance como à história, vibrou estranhamente acolá*". O romantismo reverbera no Brasil como "*a modalidade literária da malevolência nacional para com os portugueses, antigos senhores do país*".<sup>277</sup>

O indianismo é representado como mais uma herança, agora indesejada, da França, de concepções ingênuas, e que só possuíam algum sentido no contexto patriótico da independência. Neste trecho, o autor critica a vaga romântica, ao mesmo tempo em que nivela Michel de Montaigne aos nossos autores indianistas:

*“Se o autor dos Ensaios foi neste ponto imaginativo, não é espantoso que nossos indianistas, sempre a se esforçarem, com espírito patriótico, por idealizar, os indígenas, tenham imaginado para eles uma teogonia completa; os tenha dotado de sentimento e de idéias, que não poderiam*

<sup>274</sup> Idem, Ibid, p.39.

<sup>275</sup> Idem, Ibid, p.56

<sup>276</sup> Idem, Ibid, p.57-59.

<sup>277</sup> Idem, Ibid, p. 211.

*ser senão o produto de uma longa evolução de cultura, lhes tenham atribuído inspirações guerreiras, de uma elevação e de um ardor extremos, e tradições literárias de uma piedosa emoção”(50).*

Oliveira Lima recorreria a Ferdinand Denis, ainda, como Montagne deixou-se seduzir pela indígena “*brasileiro*”. A relação era estabelecida não numa via de mão única, mas em trocas culturais. O país influenciaria na filosofia e na literatura francesa. Foi Denis quem lembrara que

*“um autor tão ilustre quanto o dos Ensaios<sup>278</sup>, deixou-se seduzir, dois séculos antes de Jean-Jacques Rousseau, pela sugestão da vida selvagem, de que fez a apologia, tendo, segundo a expressão de Ferdinand Denis, um menosprezo deliberado pelos nossos costumes, onde não havia senão manifestações de um estado social ainda na infância”.<sup>279</sup>*

Ao autor do *Resume* ainda atribuiria a informação de que um

*“estribilho de uma canção brasileira indígena, propagada por um dos companheiros de Villegaignon, inspirara Montagne, que lhe emprestava, dera apreço, pela graça singela que ele próprio lhe emprestava, pelas observações sobre o gênio primitivo, sobre a poesia liberta de todas as regras, sobre a altivez do espírito da independência de uma gente que, na sua simplicidade, oferecia o modelo de uma sociedade sábia”<sup>280</sup>.*

Outro acontecimento que revelaria essa influência brasileira na cultura francesa. Seria a Festa de Ruão, descrita com riqueza de detalhes:

*“em 1550, cinco anos depois da ocupação do Rio de Janeiro por Nicolas de Villegaignon, cinqüenta índios da tribo dos tupinambás divertiram com seus combates simulados e exercícios guerreiros ‘ao alegre, triunfante e novo acontecimento da chegada à cidade de Ruão de S. Majestade Henrique II e da Muito Ilustre Senhora Catarina de Médicis, sua esposa’. O fato é entretanto autêntico, e sua descrição se acha numa brochura editada em 1551, com gravuras em seu apoio, representando os ‘Brisilians’, chegados à França. Esta brochura não se acha mais hoje, mas foi reeditada, com muitos comentários, uns eruditos, outros graciosos, pelo falecido Ferdinand Denis”.<sup>281</sup>*

Páginas a frente, as minúcias aparecem:

*“nada houvera sido poupado para aumentar a aparência de realidade. Havia árvores carregadas de frutos de diversas cores e espécies imitando a natureza. Havia choças construídas de troncos de árvores, cobertas de caniços, na falta de folhas de palmeira, e*

<sup>278</sup> Lima refere-se ao pensador iluminista Michel de Montagne, autor dos *Ensaios*.

<sup>279</sup> Idem, *Ibid*, p.50.

<sup>280</sup> Idem, *Ibid*, p.50.

*cercadas de paliçadas. Havia animais vivos e autênticos do Brasil, trepando-se pelo ramos das árvores, tais como papagaios bons faladores, sagüis que se chamavam ‘monos’, importados em grande números para dar animação, vida, a antigos castelos feudais e a novas habitações burguesas. Os índios, verdadeiros e falsos, se exercitavam em atirar o arco em pássaros, corriam atrás dos macacos, balouçavam-se em redes, fingiam cortar na floresta o pau-brasil e carregá-lo para um grande navio de velas abertas e bandeiras ondulantes, ou então lutavam entre si a golpes de clava e a tiros de flecha”.*<sup>282</sup>

#### O “espetáculo” da festa de Ruão

*“chegou a exercer influência sobre os escultores e pensadores. A igreja de São Jacques, em Dieppe, possui, com efeito, admiráveis baixos-relevos, em que se podem ver indígenas americanos, de cocar e cinto de penas, e tendo, como acessórios, folhas de palmeira, um arco e carcás cheio de flechas. De outro lado”.*<sup>283</sup>

Ao mesmo tempo em que procura a gênese da nação, Lima deseja inscrevê-la na tradição do progresso, da civilização, herdada do Iluminismo. Mas, ao escrever sobre a França, Lima terminaria em representá-la como uma nação civilizadora, “educadora de nossos espíritos”, “inspiradora de nossa alma”, reafirmando o sucesso de sua missão civilizadora na “América portuguesa” e representando o Brasil como uma nação dominada “pela inteligência e pelo sentimento”. No entanto, **Lima estabelece uma dupla resistência: a esse lugar que o Brasil ocupa nesta gramática histórica, e ao próprio processo de esquecimento e recalque da história do país nos países civilizados. Romper com o silêncio sobre o Brasil, significa colocá-lo como o centro das atenções do Auditório Turgot.**

Oliveira Lima, de certa forma, reconduzia o Brasil para um outro lugar, diverso do que o país ocupara na Exposição Universal de Paris em 1889. Eram nessas famosas exposições universais onde o saber histórico do século XIX era demonstrado, onde a burguesia pintava e expunha – representava – o mundo a sua maneira. Os combates que envolvem os diferentes grupos sociais implicam em conflitos de identidade e visão de mundo. Os conflitos de maneiras próprias de organizar e atribuir sentidos ao mundo são também conflitos sociais. Segundo Lilia Schwarcz, “*Nelas, cada país expunha o que podia e conhecia; os países europeus apresentavam sua tecnologia a África levava sua barbárie, e o Brasil, sua face ao mesmo tempo civilizada e exótica. É famosa uma foto de D. Pedro II, sentado na frente do seu estande – ele mesmo com objeto de exposição. O estande*

<sup>281</sup> Idem, Ibid, p.46.

<sup>282</sup> Idem, Ibid, p. 49.

<sup>283</sup> Idem, Ibid, p. 50.

*brasileiro exhibia ainda alguns índios botocudos, flechas, ao lado de produtos da agricultura*".<sup>284</sup> Foi assim que, em 1889, na Exposição Universal em Paris, enquanto o Brasil era representado por cerâmicas, vitórias-régias e uma estátua de um índio botocudo, a França, num estande ao lado do nosso, expunha apenas a Torre Eiffel<sup>285</sup>.

**Relacionando-se com o Brasil, a França é influenciada culturalmente**, por exemplo, na escultura, como na Igreja de São Jacques, e no pensamento, com Rousseau e Montagne. **Ao valorizar o papel da França na história do Brasil, Lima acaba instituindo uma importância do Brasil dentro da história francesa**, ao descrever as pretensões da pátria do iluminismo representadas nas ações de Villegaignon e Catarina de Médicis, por exemplo. A história da França possuiria uma relação estreita com a do Brasil. **A maneira como Lima estabelece os fios/fatos de sua história acabaria por instituir uma via de mão dupla, com idas e vindas. Se a França cessa de desejar materialmente o país, ela o domina, com toda a anuência dos brasileiros, pelo espírito, pelas idéias.** Se hoje somos separados de Portugal, isto se deu porque as idéias francesas conseguiram traduzir nossas insatisfações ante o colonizador.

A crítica Walnice Galvão, num artigo chamado "*Euclides e a Revolução Francesa*", colocaria que para toda a geração da qual Euclides da Cunha faz parte criariam uma defasada filiação, afinal, são cem anos que vão de 1789 a 1889 separando as datas de instauração da Revolução Francesa e da proclamação da República no Brasil, no que diz respeito a sua história contemporânea e história revolucionária francesa. **A geração realista tinha na Revolução Francesa o modelo de liquidação do Antigo Regime, tido por estamental, monarquista e escravocrata, que eles haviam combatido até o fim do regime monárquico.**<sup>286</sup>

Em julho de 1889, os republicanos organizavam manifestação em torno das comemorações do centenário da Revolução Francesa. Na rua do Ouvidor, no dia 14 de julho realizar-se-ia uma passeata composta majoritariamente por estudantes da escola Politécnica e alguns da Escola Militar, cantariam a Marselhesa e com seus vivas à Republica atacariam o regime monárquico.<sup>287</sup>

---

<sup>284</sup> SCHWARCZ, L.M. *As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX: O contexto brasileiro*. In SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996, p.164.

<sup>285</sup> Idem, opus cit, p.165.

<sup>286</sup> GALVÃO, Walnice Nogueira. *Euclides e a Revolução Francesa*. In *Gatos de outro saco: Ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1987

<sup>287</sup> NEVES, Lúcia; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, p. 441.

As coincidências entre datas de eventos importantes para os dois países seriam enaltecidas por Lima. Se 1789, na França ocorre a queda da Bastilha, no Brasil acontece a "*conspiração de Minas Gerais*", cujo ideário é francês. Se em 1830 e 1831 acontece a segunda revolução francesa, a segunda tentativa de se acabar com a monarquia, na França, aqui o regime monárquico seria consolidado, mas via uma experiência republicana. Se em 1848 acontece a explosão na nacionalidade francesa, no Brasil, finalmente, aceitamo-nos enquanto "*portugueses pelo sangue*" com a última "*convulsão do espírito xenófobo*". Se em 1870, na França proclama-se a "*terceira República*", no país, assinala "*a organização do partido republicano, vitorioso em 1889*".<sup>288</sup>

Assim, Lima resumiria, para o seu público ouvinte, as relações estabelecidas entre as duas histórias.

*"Não são apenas simples coincidências: são indícios da considerável influência e às vezes decisiva, exercida pela vossa evolução sobre a nossa. São primeiramente as cobiças da França dos Valois, que estimulam a proteção de nosso território apenas descoberto. É em seguida a ambição sempre ativa da França dos Bourbons, constituindo um dos perigos que mantém vivo o instinto de defesa da metrópole portuguesa. É, mais tarde a primavera de vosso século filosófico por excelência, semeando em nosso país as idéias de liberdade que a revolução republicana, ajudada pela França, fez irromper. É, enfim, a França do século XIX, batalhadora apaixonada pelos progressos morais, que acompanham e, por assim dizer, orientam nosso desenvolvimento político e social".*<sup>289</sup>

Manoel de Oliveira Lima inicia sua primeira conferência colocando que o Brasil "*oferece um resumo da evolução da cultura moderna*".<sup>290</sup> Lima recorreria ao grande escritor francês Victor Hugo para argumentar acerca da importância da história brasileira para a "*cultura moderna*". Transfere a Hugo a responsabilidade de colocar seu país no sonhado pedestal:

*"Victor Hugo, por ocasião da morte de seu amigo Ribeyrolles, um proscrito do 2 de dezembro, que se havia refugiado em nosso país, escreveu que nós éramos uma nação generosa. 'Vós tendes – tal é a frase lapidar do grande poeta, e eu a reproduzo com emoção e orgulho – vós tendes a dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antigo. Um grande passado vos liga ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América'".*<sup>291</sup>

<sup>288</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p.225.

<sup>289</sup> Idem, Ibid, p.225.

<sup>290</sup> Idem, Ibid, p. 31.

<sup>291</sup> Idem, Ibid, p. 31.



Como Oliveira Lima afirmara em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, seríamos *"portuguezes pelo sangue, latinos pela cultura e brasileiros pela nacionalidade"*.<sup>292</sup> A França seria uma grande professora de latinidade, e dessa *"luz da Europa"*. **O brasileiro é aquele branco de cultura latina que assiste o concerto das raças no camarote daquele teatro histórico do século XIX e dos inícios do século XX. Ou melhor, é aquele que participa da produção da "grande narrativa" da civilização ocidental a ser reescrita na Sorbonne.** O país teve, em Lima, a chance de recolocar-se ante a França. De certo modo, o historiador desejava apagar a má impressão deixada quando o país mostrou-se em Paris, vinte anos antes, naquela exposição universal. No Auditório Turgot, não havia uma torre *Eiffel* para nos constranger, mas sim Victor Hugo, outro monumento da identidade francesa, para falar de nossa superioridade.

#### **4.3. Uma história realista dos índios belicosos e oprimidos do Brasil.**

Logo que começaria seu ciclo de conferências, Oliveira Lima elegeia os *"indígenas"* como personagens presentes na História do Brasil. Em sua primeira palestra falaria das viagens de Vasco da Gama, do descobrimento do país por Álvares Cabral e dos primeiros colonos do Brasil. Falaria de deportados como o Bacharel de Cananéia, das viagens de Américo Vespúcio, das expedições de Cristóvão Jacques, e de João Ramalho, segundo Lima, o *"documento vivo da fusão das duas raças, a invasora e a subjugada"*.<sup>293</sup> É assim que os índios são introduzidos na história limasiana. Como raça derrotada. Como um Outro.

Lima, certa vez, falaria do território brasileiro como um deserto. Segundo o próprio narrador, quando ele emprega *"o vocabulário 'deserto'"*, não tenciona referir-se *"senão a população portuguesa, porque os índios vegetavam, se bem que em número relativamente restrito, em toda costa"*.<sup>294</sup>

A nacionalidade brasileira descrita pelo autor pernambucano não envolve heranças indígenas. Em boa parte da primeira palestra, descreveria os povos nativos com argumentos

---

<sup>292</sup> No dia 17 de julho de 1903, a Academia Brasileira de Letras estava recebendo mais um imortal. Na sessão solene, o Diplomata Manoel de Oliveira Lima, como o discurso intitulado *"Elogio de Francisco Varnhagen"*, faria seu primeiro pronunciamento na casa machadiana. No discurso de posse, o historiador definiria a nacionalidade brasileira: *"Como raça e como povo – latinos pela cultura, portuguezes pelo sangüe, brasileiros pela nacionalidade – do que não podemos ser facilmente acusados é de ter minguada a nossa admiração pelo talento e pelo sucesso. Ella é antes fácil e ruidosa"*. In LIMA, Manoel de Oliveira. *Elogio de Francisco Varnhagen*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1903, p.8.

<sup>293</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 37.

<sup>294</sup> Idem, *Ibid*, p. 69.

típicos daquela antropologia dos fins do Século XIX. Ele citaria as conclusões de pesquisadores europeus que aqui estivera naquele século como Lund, que, pesquisando os "*antigos habitantes conhecidos da América meridional*", descreveu um crânio paleozóico de Lagoa Santa, e como Karl von Steinen, que se ocupou com os "*arauques do norte*", como forma de através de argumentações científicas assegurar que ele estava descrevendo as verdadeiras "*razões antropológicas*" da configuração das "*raças aborígenes*".<sup>295</sup> Assim arremataria seu discurso verdadeiro:

*"A única conclusão, pouco mais ou menos certa, a que chegaram os especialistas nesta matéria (a origem dos índios na América), é a de que existiam no território que se formou o Brasil independente, raças vencidas e raças invasoras, que as diferenças entre elas são frisantes – disso a linguagem oferece, aliás, a melhor prova – e que a segunda categoria pertencem aos Tupis, que ocupavam o litoral, e foram, naturalmente o objeto da maior atenção da parte dos primeiros viajantes e, mais tarde, dos estudiosos e eruditos"*<sup>296</sup>.

Logo depois, conclui: "*Essas migrações e essas misturas de raças aborígenes não possuem afinal nenhuma influência direta sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira*".<sup>297</sup> Fazer parte dessas "*misturas de raças aborígenes*" era tudo que o Brasil branco e letrado de Lima não desejava.

Os índios, na escritura limasiana são descritos ora como "*menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos*",<sup>298</sup> e "*belicosos*", ora como "*oprimidos*" e "*neófitos*". Em alguns trechos, o autor qualifica os índios recém convertidos de "*oprimidos*" – são os que participam do mundo do trabalho –, mas ao falar dos que não se enquadram no projeto civilizacional jesuíta ou lusitano, Lima os adjectiva, como escrevemos acima, de "*menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos*" ou como "*belicosos*" – estes pertencem ao mundo da desordem da colônia. Apenas os "*neófitos*" são "*oprimidos*", os outros são inimigos do projeto colonial dos luso-brasileiros. Mas os "*neófitos*" e "*oprimidos*" juntam-se aos "*indolentes*" e "*belicosos*" no que diz respeito a suas relações com a nacionalidade brasileira, pois, segundo Lima em recém-citada passagem, "*essas migrações e essas misturas de raças aborígenes não possuem afinal nenhuma influência direta sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira*".<sup>299</sup>

---

<sup>295</sup> Idem, Ibid, p. 45.

<sup>296</sup> Idem, Ibid, p. 45.

<sup>297</sup> Idem, Ibid, p. 45.

<sup>298</sup> Idem, Ibid, p. 61.

<sup>299</sup> Idem, Ibid, p. 45.

Toda essa gramática analítica, evidenciada na utilização de conceitos como *"raça"*, *"mistura de raças"*, *"migrações"*, coloca-nos diante de um rompimento discursivo ante ao Indianismo de meados do século XIX. Esta forma de descrever *"as raças aborígenes"* representa a superação, operada pelo discurso real-naturalista. O rompimento constituiu-se no que diz respeito ao discurso da idealização do índio via indianismo que deles fazia, segundo o autor, *"criaturas superiores pela bravura, a altivez e a nobreza"*<sup>300</sup> pela descrição de inspiração real-naturalista onde a *"raça indígena"* tem *"inteligência mal despertada"*, *"espírito mal desenvolvido em que lendas valiam por conhecimentos"*, vive em *"hordas hostis"* e diverte-se *"em festins antropofágicos"*.<sup>301</sup>

Lima releria, assim como seus contemporâneos como Sílvio Romero, a história da literatura e da cultura brasileira a partir dos novos paradigmas científicos que reconstruíam modelos europeus de conhecimento.

Em relação ao índio estabelece-se a missão civilizatória brasileira. A catequese religiosa conduziria-os ao estado de semicivilização que era *"era em suma o que melhor podia lhes convir à mentalidade restrita, que não era aguilhada por nenhuma necessidade intelectual"*.<sup>302</sup> Tanto a escravidão imposta pelos bandeirantes quanto a catequese aplicada pelos jesuítas constituíam-se como atividades progressistas para aqueles entes.

Seguindo na trilha narrativa limasiana, foi falado que essa raça foi *"assaltada e perseguida, arrojou-se primeiro ao ataque, ébria de vingança"*. Como essa raça aborígine *"vivia muito dispersada"*, e *"era demasiado inferior em comparação com os recursos de todo gênero dos invasores"*, sua resistência era *"demasiado débil, na sua barbárie"*. Era impossível resistir ao *"ímpeto"* dos *"invasores"*.

Para Lima não, senão, haveria duas escolhas, dois destinos. Ou o indígena *"curvou-se, recuou"*, e viu-se *"dizimado pelas guerras e pelas epidemias"*, sentindo-se *"aniquilar, não pela sugestão de uma consciência nacional ou mesmo comum, que lhe fazia inteiramente falta, mas pelo terror que se propagara de tribo a tribo"*. Ou essa raça aborígine evoluiria ao estado de *"semicivilização"* devido ao trabalho catequético dos jesuítas, ou à escravidão conduzida pelos bandeirantes.<sup>303</sup>

---

<sup>300</sup> Idem, Ibid, p. 39.

<sup>301</sup> Idem, Ibid, p. 44.

<sup>302</sup> Idem, Ibid, p. 60.

<sup>303</sup> Idem, Ibid, p. 44.

#### 4.4. Os negros da mão-áfrica.

Em *Formação*, os "negros" chegam, nos tumbeiros, ao Brasil para o trabalho na empresa colonial, por causa da "preferência conferida aos escravos negros, por causa de sua robustez, de sua diligência e de sua docilidade, comparadas com a dos índios".<sup>304</sup> Segundo Lima, a "importação dos escravos da África começou a prosperar naturalmente, no Brasil, no ponto onde o bem-estar e a calma eram melhor garantidos e onde a indústria agrícola se estabeleceu em primeiro lugar".<sup>305</sup> Assim, os "negros" possibilitaram a "calma" e o "bem-estar" necessários, que os indígenas não proporcionavam, para o "melhor" estabelecimento da "indústria agrícola". Mesmo sendo "vergonhoso", como ele colocaria, esse tráfico possuía uma função civilizadora.

Os "negros" e "escravos" aparecem, como os índios, em seu escrito, relacionados ao mundo do trabalho ou da desordem. Personagem do mundo da desordem, o quilombo dos Palmares é qualificado como "Negerstaat (Estado Negro)". Para o historiador, "seu crescimento e sua organização obedeceram às leis naturais das sociedades humanas".<sup>306</sup> Representava, inicialmente, um "esboço de organização social", cuja base em seu começo se baseava na "pilhagem" e no "homicídio". O que, inicialmente, Lima conceitua como "um ajuntamento de negros fugidos" transformou-se em "uma cidade e uma sociedade, [...] cuja vizinhança inquietava os proprietários rurais, tanto por causa das depredações a que estavam expostas as culturas, quanto por motivo do mau exemplo e da tentação que o quilombo representava para os seus escravos".<sup>307</sup> Posteriormente, seriam estabelecidas "relações de comércio" com os "plantadores". A organização possuía um chefe vitalício, Zumbi, aquele que comandou a "heróica" resistência do Quilombo.<sup>308</sup> Segundo Lima, "não havia na realidade lugar para este Estado africano em meio de uma série de colônias européias que não pensariam em breve senão na emancipação".<sup>309</sup> Este "Estado" não participava do mundo da nacionalidade, ou da cultura nacional.

Continuando sua narrativa sobre esse mundo da desordem criado pelos negros, o autor descreveria "uma espécie de polícia rural, composta de negros crioulos, ou de mulatos livres, [que] estava encarregada por esses proprietários de percorrer os distritos meio selvagens, onde de ordinário se erguiam os quilombos, e de recolher os escravos fugitivos". Os "capitães do

---

<sup>304</sup> Idem, Ibid, p. 61.

<sup>305</sup> Idem, Ibid, p. 61.

<sup>306</sup> Idem, Ibid, p. 117.

<sup>307</sup> Idem, Ibid, p. 117.

<sup>308</sup> Idem, Ibid, p. 119.

<sup>309</sup> Idem, Ibid, p. 120.

*campo*" eram esses "policiais". Seriam colocados, também, "os tratamentos bárbaros a que estavam sujeitos os capturados [...]. Abusos, como era natural, se originaram desse estado de coisas". Nesta história, essa "instituição teve, no seu horrível funcionamento, a vantagem de impedir que o Brasil se enchesse de refúgios de negros fugidos, que teriam tornado a vida do país impossível pela falta de segurança".<sup>310</sup>

Lembremos que a "calma" advinda da substituição do índio pelo negro foi fundamental para estabelecimento da "indústria agrícola". Essa "calma" teria sido, assim, construída pelos "tratamentos bárbaros" e pelos "abusos" dos "capitães do mato". Sem esta "instituição", os negros, mais dóceis, diligentes e dóceis que os índios, teriam "tornado a vida do país impossível pela falta de segurança".<sup>311</sup> A presença dos africanos como trabalhadores da empresa agrícola seria impossível sem a constituição de um forte aparelho repressor. Se os negros eram disciplinados e "caçados" pelos "capitães do mato", os índios o eram pelos jesuítas e pelos bandeirantes. O africano não teria um protetor como os jesuítas o eram para os indígenas, mas viviam numa escravidão branda no Brasil. Mas se, na escritura limasiana, o negro permanece na história brasileira até a abolição da escravatura, o índio não desaparece da história nacional, senão porque é objeto de glorificação literária romântica que o autor se põe a combater.

Em relação aos negros, os índios só possuíam "a vantagem de estarem ao alcance da mão", pois os "africanos custavam muito mais caro, pois era preciso contar com os custos do vergonhoso tráfico dos negociantes da costa da África". Lima relataria ainda que esse "tráfico" envolvia "riscos das viagens marítimas e a enorme mortalidade dos desgraçados transportados, vítimas de epidemias, dizimados pelos suicídios e pelas crises de nostalgia".

Para a escritura limasiana "uma vez desembarcados e vendidos, na maior parte dos casos, os negros se sentiam mais infelizes que no seu meio primitivo". Essa infelicidade era contrabalançada pela "tolerável" condição dos escravos no Brasil. Esta "era infinitamente mais tolerável quem em quase todos os outros países em que a instituição da escravatura existia. O desprezo pela raça é ali, por assim dizer, nulo, e a caridade não é ali somente praticada como ação pública, exerce-se antes como virtude social".<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> Idem, Ibid, p. 118.

<sup>311</sup> Idem, Ibid, p. 118.

<sup>312</sup> Idem, Ibid, p. 61.

Segundo Lima,

*"em nosso país as alforrias eram freqüentes. As sociedades emancipadoras rivalizavam de zelo em sua obra de resgate. Milhares de libertos alistaram-se no exército durante a guerra do Paraguai, e casos de libertação em massa não podem ser tidos como raros [...] Demais, a doçura que é um dos traços particulares do caráter nacional, cuja energia é menos dura e a simpatia mais humana que as de outros povos, tornava no Brasil a sorte dos escravos menos rigorosa, assim como a ausência de preconceitos de raça tornava menos humilhante a dos libertos".*<sup>313</sup>

O autor falaria da *"condição"* dos escravos a partir da tradicional tese da brandura da escravidão no Brasil, constituída pelos relatos de viajantes estrangeiros presente no Brasil, no século XIX. Relatando as relações entre os escravos e seus senhores, principalmente no espaço doméstico, Freyre, principalmente, a partir de suas leituras destes cronistas, instauraria um discurso sobre a essa especificidade do tratamento brasileiro aos escravizados. Sabemos que Freyre retomaria esse discurso em sua obra, para justificar sua tese da harmonia das relações raciais na constituição do povo brasileiro.

#### **4.5. Por um Brasil lusófilo.**

O leitor deve estar fazendo uma pergunta. E Portugal? Qual o papel e a presença de Portugal nesta história brasileira? As conferências limasianas desenhariam uma certa história do Brasil. Recapitulemos: **o Brasil tem na carta de Caminha o seu ato de batismo.** Daí em diante, a história brasileira do século XVI se resumiria aos *"esforços continuados da metrópole para organizar a colônia"*, educar o seu funcionalismo, fundar *"a vida municipal pela outorga de franquias e alvarás"*, manter a sua defesa, criar a *"indústria agrícola"*, instituir a *"organização eclesiástica, olhando com bons olhos as entradas para o interior da terra, desde que o quinto dos metais preciosos que por lá se buscavam cabia ao rei"*.<sup>314</sup>

Segundo Lima,

*"os primeiros colonos do Brasil foram deportados [...]. Eram aventureiros que não recuavam diante da solidão moral, marinheiros escapos a naufrágios bastante comuns nos escolhos da costa, entre as embarcações, que se enviavam para efetuar reconhecimentos ou carregamentos, eram enfim especuladores que traficavam com tudo, e se deixavam embair pelos incentivos da barbárie. O número desses colonos crescia em cada ano"*.<sup>315</sup>

---

<sup>313</sup> Idem, Ibid, p. 228.

<sup>314</sup> Idem, Ibid, p.43.

<sup>315</sup> Idem, Ibid, p. 35.

**Os heróis brasileiros são os portugueses e seus descendentes.** Os **bandeirantes** também são heróis, pois, "*os feitos dos paulistas constituem uma verdadeira Odisséia terrestre*".<sup>316</sup> Sobre eles diria, "*esses pioneiros do deserto, esses descobridores de um mundo novo, oculto aos navegadores, se sucediam, obscuros artífices de uma grande nação, sem que a fortuna e o renome fizessem brilhar seus nomes à maneira dos combatentes do litoral*".<sup>317</sup> As entradas e as bandeiras ganham sentidos de epopéias no discurso do historiador. A construção do espaço nacional ganha sentidos míticos. Foram essas, as epopéias bandeirantes, que comporiam o repertório de nossos mitos e emblemas nacionais.

O historiador narraria sobre as explorações bandeirantes, que não se faziam sem lutas: "*luta contra os selvagens, que se viam perseguidos nos esconderijos onde se haviam refugiado, e luta contra a natureza*". Intrépidos, resistentes e pacientes, eles afastavam-se "*em pequenos bandos, dos lugares habitados*", galgavam "*montanhas de vegetação inextrincável*", expunham-se "*a naufrágios em rios com rápidos e semeados de escolhos*", defendiam-se "*das garras das onças, das picadas das serpentes e das flechadas dos índios, sem nenhum dos recursos modernos, sem mudas de roupas, quase sem armas e sem provisões, certa de não encontrar senão semelhantes ferozes e incerta de achar a riqueza cobiçada*"<sup>318</sup>.

Os bandeirantes, "*caçadores de escravos*"<sup>319</sup>, segundo "*nossa história*", praticavam "*as maiores crueldades com os índios, a menos que esses se juntassem ao bando*".<sup>320</sup> Continuando sua narração, nosso historiador diria que o século XVII seria de "*grandes e contínuos conflitos entre missionários e bandeirantes*".<sup>321</sup>

Segundo o historiador, os **jesuítas** "*conduziram bravamente a campanha em favor do oprimidos, fundando missões para os neófitos, e ao mesmo tempo informando a Corte sobre as condições morais daquela sociedade longínqua em formação*".<sup>322</sup> Eles formavam uma cruzada contra a imoralidade e violência, e como os únicos educadores e protetores dos índios, pois se "*não fossem aqueles homens vestidos inteiramente de preto, continentais, ascéticos, de palavras*

---

<sup>316</sup> Idem, Ibid, p. 85.

<sup>317</sup> Idem, Ibid, p.87.

<sup>318</sup> Idem, Ibid, p. 87.

<sup>319</sup> Idem, Ibid, p. 93.

<sup>320</sup> Idem, Ibid, p. 88.

<sup>321</sup> Idem, Ibid, p. 93.

<sup>322</sup> Idem, Ibid, p. 41

*mansas e que ocorreram pouco depois para defendê-los (os índios), ninguém os teria protegido".*<sup>323</sup>

**Sobre a Ordem Jesuíta, escreveria ainda defendendo "o ato de justiça de associar para sempre os piedosos missionários do século XVI à fundação da cultura nacional".**<sup>324</sup>

Os missionários esforçavam-se para *"introduzir a disciplina entre os europeus e a civilização entre os indígenas"*. Aos últimos, começava por torná-los sedentários concentrados *"em aldeias ou reduções, visto que os deslocamentos continuados da vida nômade acabava por subtrair as tribos à influência religiosa. As boas palavras do Evangelho eram assim igualmente semeadas entre os poderosos de uma raça e os oprimidos de outra."*<sup>325</sup>

Nas missões jesuíticas *"a educação dos selvagens limitava-se para eles ao essencial, o que quer dizer que não era rudimentar"*. Os aldeamentos possuíam uma organização *"tão comunista quanto poderia tê-lo sonhado um coletivista contemporâneo"*. Segundo o autor *"o labor era suave. O pagamento dos dias de trabalho se fazia em objetos de utilidade, e o dinheiro não era indispensável"*. Sob a vigilância dos missionários, o governo *"empregava os índios, aos bandos, em obras públicas"*. A cada padre que exercia a função de inspetor *"não faltava bondade"*<sup>326</sup>.

Os jesuítas obtinham grande sucesso no domínio da evangelização. A catequese religiosa havia conduzido os índios ao estado de semicivilização que *"era em suma o que melhor podia lhes convir à mentalidade restrita, que não era aguilhoada por nenhuma necessidade intelectual"*.<sup>327</sup>

Mesmo sofrendo *"sangrentas represálias"*, os jesuítas resgatavam o *"crime coletivo de servidão [...] de toda uma raça espoliada dos seus mais elementares direitos"*.<sup>328</sup> Mas em seu texto, o autor qualifica de práticas progressistas para a barbárie indígena tanto a sedentarização e a catequese, quanto o *"crime coletiva da servidão"*.

Se os missionário resgatavam almas e *"educavam na fé que professavam seres sem nenhuma cultura"*, os bandeirantes *"resgatavam corpos, salvavam aqueles que pretendiam ser prisioneiros de tribos inimigas e estar destinados aos festins canibalescos"*. As duas práticas

---

<sup>323</sup> Idem, Ibid, p. 41.

<sup>324</sup> Idem, Ibid, p. 41

<sup>325</sup> Idem, Ibid, p. 43-4.

<sup>326</sup> Idem, Ibid, p.60.

<sup>327</sup> Idem, Ibid, p.60.

<sup>328</sup> Idem, Ibid, p. 41.



eram benéficas para o indígena. Segundo o autor, "*a sociologia nos ensina, com efeito, que a servidão é um progresso sobre o sacrifício humano*".<sup>329</sup>

\*\*\*

O conferencista colocaria que a "*disciplina portuguesa havia vencido no Brasil a anarquia social*" que germinara devido às circunstâncias da primeira colonização europeia e das condições de povoamento definidas no conflito de duas raças. Índios e portugueses lutando pela terra.

Num segundo momento, a terra seria povoada devido a " *fusão das raças dos três continentes diferentes*". Negros-africanos, indígenas-americanos e portugueses-europeus povoariam o Brasil. Oliveira Lima acredita como "*a sociologia adianta, e a história prova, que o contato de raças, de que cada qual possui um grau de civilização diferente das outras, não é propício, pelo menos ao seu progresso moral correlativo*". O processo de povoamento do país seria essencialmente equivocado devido a essa fusão de raças de graus civilizatórios diferentes.

\*\*\*

Mas se a mistura entre as raças não é propício ao progresso moral de cada uma delas, na história brasileira, o que seria dessa população mestiça? A condenação dessa mistura racial traria impasses de difícil resolução. Qual seria o destino desta população? E se o povo brasileiro fosse condenado a esta composição racial? Aconselho ao leitor deixar essa dúvida em suspenso e a tentar imaginar o povo brasileiro fora das bases freyrianas. O povo para Oliveira Lima e seu contemporâneos não era esse povo modernista-freyriano. Antecipemos uma coisa: o conceito de povo guarda muito mais mistérios do que podemos imaginar.

\*\*\*

Continuando com a narrativa limasiana, o período colonial seria marcado pela disputa incessante pela colônia entre portugueses, franceses, ingleses e holandeses: " *todos eles não desejavam senão possuir, cada qual para si só, a promissora terra que, aos seus olhos, ganhara os aspectos de uma terra prometida*"<sup>330</sup>. Ao falar da guerra contra os Holandeses ocupantes do Recife seiscentista colocou que " *não era Portugal, mas o Brasil que se insurgia e enfrentava a Holanda*",<sup>331</sup> ou ainda que esta "*foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu*

---

<sup>329</sup> Idem, Ibid, p. 88.

<sup>330</sup> Idem, Ibid, p. 52.

<sup>331</sup> Idem, Ibid, p. 81.

*poderia quase dizer, na nacionalidade brasileira*".<sup>332</sup> Era a nação brasileira, que em guerra contra a Holanda, dava sinais de existência em pleno século XVII. E esta unidade nacional é tomada como um *a priori* de toda a experiência histórica da América portuguesa, e não como uma construção datada do século XIX.

Sobre Maurício de Nassau seria dito que deveria "*ser considerado como um modelo de grande administrador e mesmo de grande homem político, pois, governando um país conquistado e em uma época de despotismo, esteve sempre pronto, no que dependia de si, a fazer justiça às queixas e às pretensões dos nacionais*"<sup>333</sup>. Nassau, sabendo que estava num país conquistado e não numa colônia conquistada, precisava escutar "*de boa vontade*" e seguir "*os conselhos de muitas pessoas da terra*", e fazer jus às "*pretensões nacionais*"<sup>334</sup>.

Nassau seria o principal responsável pelo "*desencorajamento*"<sup>335</sup> manifestado entre os nacionais. Na administração do "*príncipe esclarecido*",<sup>336</sup> "*poder-se-ia dizer que o Brasil havia atingido, desde aquele tempo, a liberdade religiosa, de que é hoje com tanta justeza orgulhoso*".<sup>337</sup> A volta de Nassau para a Europa abre o período de declínio da hegemonia flamenga. Seus sucessores, "*um triunvirato de burgueses obreiros, [...] se puseram a restaurar as finanças da Companhia das Índias*" através de "*mesquinhas tiranias*".<sup>338</sup>

Mas, outro evento reacenderia a chama da revolta contra o domínio batavo. Foi "*um acontecimento da maior importância [...], um fato moral da maior significação: a separação de Portugal da Espanha, devolvendo àquele sua antiga independência*"<sup>339</sup>. Essa separação teve o poder de dissipar "*o azedume dos corações*", e fazer "*renascerem as esperanças nunca extintas*" e despertar "*os sentimentos de patriotismo apenas adormecidos*".<sup>340</sup> É quando Portugal consegue sua independência, com o fim da União Ibérica, que os brasileiros despertam, em toda sua coragem e patriotismo, para expulsar o invasor.

Segundo Lima, "*o levante [de 'plantadores empobrecidos'] propagou-se com a rapidez do incêndio em um campo coberto de tulpas de palha. A miséria em perspectiva, o rancor suscitado pelas ofensas recebidas, o ardor religioso redobrado pelas perseguições, [causados pelas*

---

<sup>332</sup> Idem, Ibid, p. 82.

<sup>333</sup> Idem, Ibid, p.79.

<sup>334</sup> Idem, Ibid, p. 79.

<sup>335</sup> Idem, Ibid, p. 76.

<sup>336</sup> Idem, Ibid, p. 80.

<sup>337</sup> Idem, Ibid, p. 80.

<sup>338</sup> Idem, Ibid, p. 81.

<sup>339</sup> Idem, Ibid, p. 81.

<sup>340</sup> Idem, Ibid, p. 81.

mesquinhas tiranias do triunvirato de burgueses], *uma pátria restituída, eram tantos outros motivos que favoreciam a revolta*<sup>341</sup>. Mas quem havia tido a pátria restituída era Portugal. O Brasil lutar contra os batavos significava trocá-los pelos espanhóis.

Assim, é construída uma narração onde *"diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu"*, tomariam sua *"parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa"*. Uniriam-se, *"colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros" em "perfeito acordo e rivalizaram em bravura, para expulsar o inimigo, o ocupante de vinte anos, enquanto o rei João IV, ameaçado na fronteira portuguesa pelas tropas da Espanha, temendo a cada instante ver uma frota holandesa forçar a entrada do Tejo, sem outro apoio"*.<sup>342</sup> Era o momento de expulsar os espanhóis no Portugal da Europa, e os holandeses no Portugal da América.

Segundo o autor, durante a dominação holandesa *"as duas nacionalidades se mantinham sempre afastadas uma da outra"*<sup>343</sup> e a *"influência exercida pela ocupação holandesa do Brasil setentrional foi nula, pois que não sobreviveu"*.<sup>344</sup> Para ilustrar ao público esse afastamento, o conferencista, narraria um acontecimento festivo que metaforizava essas relações entre as duas nacionalidades.

Na guerra de expulsão, acontece a união dos *"representantes das quatro classes da população, o rico mercador Fernandes Vieira, emigrado ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, o cacique índio (Felipe) Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias"*. Após a vitória todos seriam *"condecorados e enobrecidos"*, pela *"metrópole"* que reconheceria sua dívida para com eles e as quatro classes, no que diz respeito à *"conservação do império americano"*. Assim procedendo, a metrópole reconheceria *"os elementos de que se havia de compor no futuro o povo da grande nação que Portugal havia formado"*. Honrando a esses personagens a corte de Lisboa honraria-se a ela mesma, *"pois eles haviam se revelado – europeus, índios e negros – de uma lealdade à toda prova, colocando o sentimento de fidelidade acima de todas as conveniências e de todas as seduções, não almejando senão continuar a prestar os bons serviços a metrópole portuguesa"*.<sup>345</sup>

Lima continuaria sua narrativa afirmando que *"Império Português na América"* seria *"obra dos brasileiros, de sua energia, de sua audácia"*. Não que *"o governo da metrópole de imprevidência*

---

<sup>341</sup> Idem, Ibid, p. 81.

<sup>342</sup> Idem, Ibid, p. 81.

<sup>343</sup> Idem, Ibid, p. 80.

<sup>344</sup> Idem, Ibid, p. 83.

*ou timidez". A corte de Lisboa havia assumido o papel de "encorajar os esforços de seus súditos coloniais". A exceção do episódio holandês, "nunca os deixou desapercibido de sua proteção [...] e nunca recusou sua simpatia, ao que, afinal, não era senão seu interesse".*<sup>346</sup>

O Brasil, senhor de si e de suas escolhas, afirmaria-se, pela primeira vez, e de maneira irrecusável, enquanto nacionalidade para reafirmar sua fidelidade a metrópole. Enquanto Portugal esteve sob julgo da União Ibérica, sob julgo da Espanha, não havia motivo para lutar contra os batavos. É quando Portugal liberta-se que nasce nosso compromisso com nós mesmos. Para que a nacionalidade brasileira se encontrar, se faz necessário que Portugal esteja livre enquanto nacionalidade. Afirmamo-nos como brasileiros para afirmarmos nossa fidelidade como súditos da metrópole. Havia um longo caminho a ser percorrido até o grito do Ipiranga em 1822, para que nós nos afastássemos de Portugal.

Para o autor, esse "*sentimento de fidelidade*" a "*metrópole portuguesa*" havia sido o grande motor do processo de expulsão dos batavos. Sendo leais a toda prova, expulsar os flamengos significava "*continuar a prestar os bons serviços a metrópole portuguesa*". A revolta também, seria "*a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia quase dizer, na nacionalidade brasileira. Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda*".<sup>347</sup>

No Brasil do século XVII, "*idéia de uma separação entre a metrópole e a colônia [...] [era] ainda necessariamente estranha a todos os cálculos*". Para o historiador, "*os destinos portugueses eram idênticos aos destinos brasileiros, da mesma maneira que os sentimentos políticos brasileiros não podiam ser senão idênticos aos sentimentos políticos portugueses*". Existiria "*um elemento que não fazia senão crescer com o correr dos tempos, e que dava moralmente a nossa sociedade um aspecto particular*" garantido por "*outras circunstâncias*" como "*a mistura das raças principalmente*" e o desenvolvimento das riquezas da terra.<sup>348</sup>

Em torno daquele "*sentimento de fidelidade*", as quatro classes, que comporiam "*o povo da grande nação que Portugal havia formado*", lutariam para devolver a terra a Portugal. O povo dessa grande nação brasileira era composto por essas quatro classes: portugueses, brasileiros, índios e negros. Segundo Lima, "*as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram,*

---

<sup>345</sup> Idem, Ibid, p. 81-2.

<sup>346</sup> Idem, Ibid, p. 92.

<sup>347</sup> Idem, Ibid, p. 81.

<sup>348</sup> Idem, Ibid, p. 68.

*cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa*".<sup>349</sup> O Brasil possuía heróis índios e negros que lutariam irmanados aos portugueses e brasileiros. Nas suas conferências, Oliveira Lima faria referência a um povo brasileiro miscigenado constitutivo de nossa nação apenas neste evento.

\*\*\*

**O leitor agora pode estar se perguntando se Lima não teria sido verdadeiro criador da teoria do povo brasileiro de Gilberto Freyre.** Em 1911, nas suas conferências na *Sorbonne* Oliveira Lima haveria antecipado a grande tese do grande povo brasileiro, uma meta-raça criada num encontro harmonioso.

O leitor ficará mais intrigado ainda se souber que na escritura limasiana já aparecem enunciados, tidos como tipicamente gilbertianos, como o que falaria da *"força de resistência do elemento português, cuja faculdade de adaptação, bem conhecida, desafia as mais frias regiões, tanto quanto as mais quentes"*<sup>350</sup>, ou como o que narraria que, na época colonial, *"calvinistas da Zelândia, luteranos do Império, portugueses, espanhóis de todas as províncias, flamengos e valongos, súditos italianos da Espanha, aventureiros poloneses, se acotovelavam ou disputavam entre si, se embriagavam de súa ou se massacravam por amor das negras"*<sup>351</sup> (grifo nosso), ou ainda o que discorreria sobre as *"relações de opressão"* que seriam, na colônia portuguesa da América, suavizadas pela *"sensualidade"*.<sup>352</sup> Lima também construiria, em *"Pernambuco, seu desenvolvimento histórico"*, uma versão nostálgica e romantizada da vida senhorial no engenho assim como Freyre faria na sua história da vida patriarcal.

Sabe-se que, em seu sobrado de Apipucos, Gilberto Freyre possuía dois retratos cravados na parede seu escritório. Uma figura era a de Franz Boas, o grande mestre de Freyre como dizem todos os comentadores e estudiosos. Do retrato de Oliveira Lima, também na parede, poucos falam. É possível estabelecermos elos discursivos entre os dois. Que herança Lima havia deixado para jovem antropólogo que publicaria *"Casa Grande e Senzala"*, apenas cinco anos após a morte do seu outro mestre?

Teresa Malatian, encontraria até uma possível relação discursiva entre os dois mestres de Freyre. Analisando *"Pernambuco, seu desenvolvimento histórico"*, Malatian colocaria que há

---

<sup>349</sup> Idem, Ibid, p. 82.

<sup>350</sup> Idem, Ibid, p. 83.

<sup>351</sup> Idem, Ibid, p. 73-4.

<sup>352</sup> Idem, Ibid, p. 120.

*"nesta obra um acento na noção de cultura, que abrandava e mascarava as teorias do racismo biológico e que foi divulgada na Europa nos anos de 1890 pelos trabalhos de F. Boas, crítico da associação entre raça e nacionalidade. Até que ponto este autor teria influenciado Oliveira Lima é difícil definir, mesmo porque não se refere a ele em seu livro. Considerando-se a defasagem entre a utilização das teorias raciais na Europa e o momento em que se difundiram no Brasil, a hipótese não é descabida, pois Oliveira Lima poderia ter entrado em contato com essa literatura antes de seus pares brasileiros".<sup>353</sup>*

O leitor poderia chegar a pensar que Lima seria o grande redescobridor do Brasil. Aquele que havia fornecido as bases para a compreensão contemporânea da formação do país. Poderia-se até acreditar que o próprio Gilberto Freyre, ou melhor, que *"Casa Grande e Senzala"* só seria possível diante das antecipações limasianas.

Os enunciados transcritos acima devem ser colocados, outra vez, em suspenso. Na medida em que é dito como gesto, como escrita, ou como pronúncia de palavras, todo enunciado se reporta a toda uma memória de outros dizeres. Analisá-los é descrever essas relações discursivas, é reconhecer os espaços criados por esses acontecimentos em seus jogos de relações. É preciso procurar resignificá-los dentro das relações de sentido contemporâneas a Lima e seu *"Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira"*, a partir de uma outra memória discursiva.

O estabelecer relações de sentido entre Lima e Freyre pode ser uma instigante pesquisa de implicações importantes para a compreensão de *"Casa Grande e Senzala"*. Mas esta abordagem não vai ser desenrolada agora. Fiquemos, por enquanto, com a impressão de que o povo brasileiro escrito por Lima é de uma natureza diferente e que há uma descontinuidade entre este povo dos fins do século XIX e inícios do XX, e o povo criado com a Semana de Arte Moderna de 1922 e com a publicação de *"Casa Grande e Senzala"*.

Acreditamos que Freyre estabeleceria, de fato, uma ruptura no regime de verdade das ciências sociais e humanas no país. O discurso gilbertiano atravessaria, com o seu culturalismo, as idéias de Brasil estabelecidas pelos determinismos racial e biológico. Oliveira Lima apareceria, assim, como um dos pontos de origem deste novo discurso de onde brotaria o *"nacional-popular"*.

---

<sup>353</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.289.

As palavras conferidas pelo historiador a revolução de Pernambuco de 1817, podem nos ajudar a esclarecer esta questão. A revolução pernambucana seria uma *"manifestação inequívoca do espírito nacionalista"*.<sup>354</sup> Destacaria, nesta sedição, a presença dos mestiços que

*"abandonariam a atitude tradicional de deferência para com a realeza longínqua, acreditando levar-se pela fraseologia revolucionária a altura da mais complexa civilização quando, na verdade, não faziam senão dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem"*.<sup>355</sup>

**Deste modo, vê-se que quando o mestiço participa da luta pela liberdade política não o faz por participar do mundo da discussão filosófica da liberdade, não por ter consciência da "fraseologia revolucionária"; até quando participam de uma revolução libertária, os mestiços não fazem mais do que "dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem".**

O lugar dos mestiços é no mundo da desordem, da anarquia social, fora da civilização. Como ente criado na mistura de raças inferiores, o mestiço encontra-se impossibilitado de participar de forma consciente da luta pela liberdade nacional, pela livre afirmação da nacionalidade brasileira. Este enunciado recortado parece implodir a idéia de que Oliveira Lima seria um precursor da brasilidade freyriana, que é centrada na valorização do mestiço. Convido o leitor a seguir nessa trilha em busca do povo brasileiro na obra de Oliveira Lima, mas antecipo que ainda não é a hora de conclusões. Acredite que ser povo-nação não seria para qualquer um.

\*\*\*

Continuemos com a narrativa de limasiana. Ele havia falado na existência deste *"sentimento instintivo"* existente desde a chegada de Cabral, nesta coisa antiga de ser brasileiro que havia sido afirmada de forma irrecusável na expulsão do invasor holandês. Afirmara-se essa identidade para se reafirmar a fidelidade dos brasileiros a metrópole portuguesa.

Haveria de chegar o momento desta nacionalidade procurar caminhos próprios, fora da tutela lusitana. *"Não é que Portugal haja sido mais tirânico para as possessões que qualquer outra nação"*,<sup>356</sup> para Oliveira Lima, *"as colônias [é que] tendem todas a emancipar-se de suas metrópoles. É a regra geral determinada pelo crescimento e pela ânsia de liberdade, regra que*

---

<sup>354</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 154.

<sup>355</sup> Idem, *Ibid*, p. 127.

<sup>356</sup> Idem, *Ibid*, p. 110.

*se estende do reino animal ao domínio social*".<sup>357</sup> Livrar-se da metrópole era uma tendência natural.

Um "*espírito de autonomia*", como já falamos noutra ocasião, organizaria-se no fim do século XVIII como "*reação natural contra a onipotência do Estado Português que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o Marquês de Pombal*".<sup>358</sup> Mesmo colocando que a metrópole lusitana não foi mais tirânica para suas possessões do que qualquer outra nação, Lima fala-nos de um despotismo lusitano sem limites<sup>359</sup> e de "*uma insensibilidade [...] pungente*"<sup>360</sup>. Tal despotismo seria injusto para com uma colônia que "*metrópole houvera talhado à sua própria imagem*".<sup>361</sup>

Teria sido a "*liberdade política*", o ideal imediato dos conspiradores de Vila Rica de Minas Gerais; segundo o conferencista, eles "*sonharam fundar a República*".<sup>362</sup> Para Lima pode-se pensar a conspiração contra a Coroa como um rejuvenescimento, no "*meio virgem da colônia*", da "*seiva das velhas tradições portuguesas de liberdade*"<sup>363</sup>, ou como uma infiltração do "*grande princípio de onde partiu o livre desenvolvimento mental do século da Enciclopédia*", o princípio da liberdade política que teria sido colocado em prática "*no mesmo ano em que a na França a Bastilha era assaltada e tomada pela multidão em fúria*".<sup>364</sup>

**Fruto do princípio francês de liberdade política, ou das tradições lusitanas de liberdade, as idéias libertárias vinham de fora colônia. A reação ao despotismo parece ser condicionada a importação estrangeira do conceito de liberdade.** Já vimos que a nossa literatura, expressão da criatividade do uso brasileiro da língua portuguesa, havia sido ditada pelo romantismo francês. Por alguma razão a colônia parecia ser incapaz de criar seu próprio princípio norteador da ação emancipatória, e de criar uma expressão literária original fora da tutela francesa.

A principal figura da "*conspiração de Vila Rica*" seria o alferes **Tiradentes**. Assim, escreveu: "*dos conspiradores de 1789, um único subiu ao cadafalso, e foi naturalmente a lembrança daquele que ficou viva, que se en crustou, por assim dizer na alma da nacionalidade brasileira*".<sup>365</sup> À medida

---

<sup>357</sup> Idem, Ibid, p. 110.

<sup>358</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>359</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>360</sup> Idem, Ibid, p. 110

<sup>361</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>362</sup> Idem, Ibid, p. 122.

<sup>363</sup> Idem, Ibid, p. 122.

<sup>364</sup> Idem, Ibid, p. 122.

<sup>365</sup> Idem, Ibid, p. 131.



que as colônias se desenvolvem, cresce em seu seio uma *"ânsia pela liberdade"*.<sup>366</sup> Todavia, se o destino de todas as colônias na América era a separação de suas respectivas metrópoles, o futuro de cada ex-colônia estava em aberto. Algo fez o país permanecer unido e não se fragmentar como aconteceu com a América Espanhola. Lima responde esta pergunta: o mérito é do sistema monárquico de orientação centralizadora, e seu principal artífice foi **D. João VI**.

**Nos inícios do século XIX, durante o governo joanino, o país é descrito como *"um mosaico de províncias"*, cada uma com seu aspecto particular, mas todas *"ligadas pela identidade da raça"*, que seria a branca-portuguesa, *"da língua"*, o português, e *"da religião"*, a católica, *"de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia"*.<sup>367</sup> Além deste mosaico brasileiro apresentar essa *"admirável harmonia"*, a *"autoridade real estendia-se sobre todo o imenso território, e ligava entre si suas várias divisões, subordinando-as à mesma direção"*.<sup>368</sup>**

O estopim da independência explodiria devido a atuação dos liberais portugueses em tentar *"abafar as liberdades com que D. João VI tinha dotado o Brasil"*. Desejavam a *"volta pura e simples do Reino Unido ao antigo estado de colônia"*, ou seja *"recolonização"*.<sup>369</sup> No aquém-mar, os brasileiros, *"dispondo de muito mais recursos materiais que seus irmãos da Europa que se iam tornar política e economicamente primos pobres"*, estariam *"pouco inclinados a renunciar"* aos *"recentes privilégios"*.<sup>370</sup> O Brasil nos inícios do século XIX era *"colossal e florescente, a grande jóia do escrínio"* que Portugal não desejava perder.<sup>371</sup>

A divergência entre os brasileiros e portugueses aconteceria devido à onipotência dos governantes europeus para com os americanos. Assim como Capistrano de Abreu, Lima pensa a história do Brasil como a história da luta dos brasileiros pela independência contra governantes que os sufocavam. Os brasileiros são uns lusitanos que, se não tivessem conhecido a *"onipotência do Estado"* na colônia onde moravam, poderiam até hoje estar juntos, já que *"a metrópole houvera"* talhado-a a *"sua própria imagem"*.

Esse *"espírito de autonomia"*, que, nos fins do século XVIII, passaria ao estado de aspiração latente, havia, segundo o historiador, revelado-se *"antes"*. Lima procuraria criar uma

---

<sup>366</sup> Idem, Ibid, p. 110.

<sup>367</sup> Idem, Ibid, p. 135.

<sup>368</sup> Idem, Ibid, p. 135.

<sup>369</sup> Idem, Ibid, p. 153.

<sup>370</sup> Idem, Ibid, p. 154.

<sup>371</sup> Idem, Ibid, p. 135.

tradição de reivindicação de autonomia e uma identidade distinta da lusitana existente desde tempos imemoriais. **Através da criação de um senso de continuidade, Lima escreve como se o destino da América portuguesa se separar politicamente de Portugal fosse um destino latente desde épocas remotas. Mas, ao identificar o Brasil com o além-mar, o historiador torna frágil a constituição da nacionalidade brasileira distinta da nacionalidade lusitana.** Somos uns portugueses, morando na filial, brigados com a matriz/metrópole. Afinal, segundo ele, temos a mesma "*imagem*".<sup>372</sup>

Em suas conferências, Lima descreveria D. João VI como um dos grandes deflagradores da nossa nacionalidade. O próprio rei com quem iríamos romper poucos meses depois dele ter deixado a América portuguesa aos cuidados do primogênito seria um dos grandes deflagradores deste "*espírito de autonomia*" brasileiro. A independência do Brasil talvez seria fruto de uma briga entre pai e filho. O grande motivo da emancipação seria o complexo de Édipo mal resolvido. O brasileiro seria de uma mesma família branca e lusitana, que edipianamente briga com o pai pela mãe, a terra brasileira. Neste batalha Édipo mata o pai (Portugal não mais apareceria na história limasiana) e casa com a mãe. Freud explica.

A emancipação política do Brasil tem um significado especial nesta narrativa. Ou melhor, o Brasil só tem história quando torna-se independente. Até lá Lima narraria a formação da nacionalidade. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, a identidade vai sendo formada e não constituída. Ela pré-existe em toda a história brasileira. A história do Brasil para o autor se inicia com o "*grande achado*" de Cabral e a "*carta de caminha é o ato de batismo do Brasil*"<sup>373</sup>. Algo é fundado com esse achado, com essa carta. Lima pretenderia descrever historicamente o desabrochar da nacionalidade, desse "*espírito de autonomia*"; pretenderia descrever como esse "*sentimento instintivo*" se organizaria historicamente e passaria ao "*estado latente*". Portugal e Brasil já estão em inscrições diferentes, seus destinos se confundem naqueles três séculos, mas desde sempre a nacionalidade brasileira existia, em sua especificidade, ante a qualquer espelho. **A época colonial é o momento onde o Oliveira Lima procura as marcas da nacionalidade, os fatos e aspectos que indicam a antigüidade do sentimento de brasilidade.** Ele encontra os primeiros passos da construção de um destino manifesto desde Cabral. Quando acontece a emancipação, o olhar e os objetivos do texto mudam. Não é preciso mais procurar nada e nem

---

<sup>372</sup> Idem, Ibid, p. 120.

<sup>373</sup> Idem, Ibid, p. 38.

afirmar a nacionalidade brasileira. O que existia em potência, se traduziu em ato. Lima se atem aos fatos da política do império.

A independência significaria uma espécie "*parto doloroso de uma nação formada por três séculos de aventuras e labores*".<sup>374</sup> Em três séculos, a nacionalidade estaria sendo gestada, amadurecida, organizada. **O rompimento com a metrópole representaria a maioria da nação, o clímax de um período de evolução natural, o cumprimento de uma "regra geral determinada pelo crescimento e pela ânsia de liberdade, regra que se estende do reino animal ao domínio social"**.<sup>375</sup>

#### 4.6. Oliveira Lima e a sua brasilidade.

*"A verdade é uma espécie de mentira muito bem contada. Ninguém desconfia".*  
Pensamentos da boneca de pano *Emília* do "Sítio do Pica-Pau Amarelo".

Nos fins do século XIX e nos inícios do XX, "*a questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou*".<sup>376</sup>

A discussão racial toma todos os espaços da produção cultural, sejam nos museus etnográficos com a frenologia, seja na interpretação '*católico-evolucionista*' dos institutos históricos, seja no discurso germanista da Escola do Recife, ou no discurso liberal da Faculdade de Direito paulista, seja na eugenia das faculdades de medicina.<sup>377</sup>

A história e a cultura brasileira passariam a ser apreendidas "*em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato*".<sup>378</sup>

É como o próprio Lima colocará: "*Ora a sociologia adianta e a história prova que o contato de raças, de que cada qual possui um grau de civilização diferente das outras, não é propício, pelo menos ao seu progresso moral*".<sup>379</sup> Então, segundo Dante M. Leite: "*Se o Brasil era evidentemente*

<sup>374</sup> Idem, Ibid, p. 162.

<sup>375</sup> Idem, Ibid, p. 110.

<sup>376</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora brasiliense, 1985, p.30.

<sup>377</sup> SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituição e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p.19.

<sup>378</sup> ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora brasiliense, 1985, 16.

<sup>379</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 120.

*composto de raças consideradas inferiores, seria necessário considerar que o país estava irremediavelmente condenado a ser dominado por raças superiores*".<sup>380</sup> Daí, a insistente preocupação, que habitava nos salões e no parlamento, em estimular a imigração européia, visando um possível e gradativo processo de branqueamento da população brasileira, única solução viável.

O pensamento racial europeu foi introduzido no Brasil de forma crítica e seletiva<sup>381</sup>, sendo transformado em instrumento conservador e autoritário na definição de na(rra)ção e na naturalização das hierarquias sociais contemporâneas. Segundo Lilia Schwarcz, a intelectualidade brasileira faria uma combinação original do monogenismo e do evolucionismo.<sup>382</sup>

O monogenismo colocava a existência de uma única espécie humana que era diversa por causa de diferentes estágios evolutivos e não por serem de origens biológicas diferentes como queriam os poligenistas. "*Os homens não seria diferentes, apenas desiguais*".<sup>383</sup> Por ele seria lida a existência dos mestiços, negros e índios que fariam parte não apenas da população do Brasil, mas da humanidade, seriam eles perdidos de estágios passados, portanto inferiores, mas não aberrações de uma outra espécie para-humana. Sendo inferiores, internamente deveriam receber a tutela da raça superior, a branca. Mas o significado desta inferioridade para o exterior atestava a inferioridade da maioria da população do país frente à Europa branca.

Assim, o evolucionismo é lido como aquela teoria que poderia justificar o desejo por um futuro melhor para o Brasil, pois através do branqueamento, essa inferioridade seria revertida. Havia leituras do racismo biológico na Europa, como as de Gobineau que atestavam a impossibilidade do branqueamento funcionar como política de purificação racial. O Estado brasileiro poderia atuar com as políticas de imigração européia neste branqueamento. Chegou-se a cogitar-se até a esterelização dos mestiços. A combinação monogenismo-evolucionismo naturalizava as hierarquias sociais internas e conferia esperança de num futuro próximo o país estar povoado de brancos.

---

<sup>380</sup> LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992, p.183.

<sup>381</sup> Essa é a vertente interpretativa de Lilia Schwarcz e Roberto Ventura, que levam em consideração os processos de apropriação, seleção, e defasagem, nos processos de troca cultural como esse. Ao contrário de uma interpretação tradicional, que entendia esse "bando de idéias novas" como "subciência", "cópia" e "imitação sem originalidade ou autonomia", ou "idéia fora do lugar". Este debate foi reconstruído em SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituição e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

<sup>382</sup> Cf. SCHWARCZ, L. opus cit, 1993.

<sup>383</sup> SCHWARCZ, L.M. *As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX: O contexto brasileiro*. In SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996, p.165.

Nicolau Sevcenko encontraria duas formas típicas de reação dos intelectuais brasileiros as comparações que era estabelecidas entre o país e as potências européias. Uma seria fruto de uma atitude mais simplista que tentaria sublimar as dificuldades do presente sustentando um mito da superioridade, em resposta a sensação de inferioridade. Essa seria a opção de escritores como Afonso Celso, em *"Porque me ufano de meu país"*, de 1900. Uma outra atitude *"implicaria um mergulho profundo na realidade do país a fim de conhecer-lhe as características, os processos, as tendências e poder encontrar um veredicto seguro, capaz de descobrir uma ordem no caos do presente, ou pelo menos diretrizes mais ou menos evidentes, que permitiriam um juízo concreto sobre o futuro"*.<sup>384</sup>

Nesta opção poderíamos colocar os esforços de Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Manoel Bonfim, Nina Rodrigues, Oliveira Viana e do nosso Oliveira Lima em tentarem *"determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desnorteadas sobre a realidade nacional"*.<sup>385</sup> Todos estavam forçados trabalhar com a mestiçagem racial como julgamento para definir nossa identidade, mas diferenciavam-se na ênfase que cada raça teria na constituição do brasileiro. Euclides e Capistrano traçariam uma identidade fruto da combinação mameluca, outros como Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Viana teceriam uma brasilidade enfatizando a mulaticidade. Oliveira Lima construiria uma identidade sob a contradição de precisar excluir, a grande maioria da população do país – os mestiços – da composição racial da nacionalidade brasileira, afirmando assim uma luso-brasilidade branca.

O caráter brasileiro, por exemplo, em Sílvio Romero, autor de *História da Literatura Brasileira*, é identificado na miscigenação. De acordo com as idéias de sua sociologia raciológica em *História da literatura brasileira*, de 1888:

*"A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns africanistas entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.*

---

<sup>384</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.85.

<sup>385</sup> Idem, *Ibid*, p.85.

*É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira".<sup>386</sup>*

E Oliveira Lima era um desses "*entusiastas lusos*" que Romero criticava. Capistrano de Abreu pensa a identidade brasileira de outra forma:

*"A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção".<sup>387</sup>*

Como é sabido, Capistrano de Abreu reconhece a importância do indígena na cultura, no processo de povoamento e exploração da colônia e na mestiçagem. Segundo a leitura de Francisco Falcon pareceria mais importante para o autor de "*Capítulos de história colonial*" reconhecer essa importância do indígena

*"que especular sobre o possível branqueamento progressivo do povo brasileiro. Daí suas divergências com as interpretações de Sílvio Romero, especialmente quanto às maneiras de se encarar as importâncias relativas do índio e do negro no processo de diferenciação do povo brasileiro em relação ao europeu"<sup>388</sup>.*

Sílvio Romero acreditava que o melhor caminho para a resolução do problema racial no Brasil seria progressivo branqueamento via imigração européia que acabaria com o sangue brasileiro degenerado pelas sub-raças e pelo clima. Euclides da Cunha também sabia do choque inevitável entre as raças, mas acreditava no branqueamento como o instrumento de perpetuação do domínio da raça latina no Brasil.

Para Lima Barreto, segundo a leitura de Nicolau Sevcenko, o brasileiro seria aquele concebido como fruto da miscigenação de diferentes raças que haviam atingido um equilíbrio, um alto grau de intimidade e adaptação à natureza tropical no país.<sup>389</sup> Assim o escritor polemizava com a preocupação de certos intelectuais, como o nosso Lima, em se exaltar uma imagem branca e civilizada e com o discurso europeu de descrição do Brasil enquanto o lugar do exótico, do pitoresco.

<sup>386</sup> ROMERO, Sílvio apud WEBER, João Ernesto. Opus cit. p.70.

<sup>387</sup> ABREU, Capistrano de apud FALCON, Francisco J. Calazans. *O povo brasileiro: um ensaio historiográfico*. Revista da USP, Coordenação de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, n.46, p.6-29, 2000.p.40.

<sup>388</sup> FALCON, Francisco J. Calazans. Opus cit .p.38.

<sup>389</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p. 175.

Barreto criticaria o regime republicano por este haver interrompido o processo de envolvimento das elites brancas com as outras raças e misturas e com a natureza brasileira. A República cosmopolitista atravessaria este processo promissor de relacionamento entre aquelas elites brancas, então monárquicas, e os mestiços.<sup>390</sup>

Mesmo utilizando-se das ferramentas da gramática da sociologia raciológica, ao contrário de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu não entende o povo brasileiro como mestiço. Para Lima, as regiões do país, no início do século XIX, eram ligadas "*pela identidade da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia*".<sup>391</sup> E obviamente essa harmonia não viria da mestiçagem, como colocará, mais tarde seu discípulo Gilberto Freyre, mas do sangüe europeu, da língua portuguesa e da religião católica.

Talvez, sua obra, construída imersa nessa produção discursiva dos inícios das ciências sociais do Brasil, represente a tensão entre o Brasil entendido com otimismo (como obra lusitana), e entendido com pessimismo (como obra da mestiçagem). O historiador parece estar encurralado entre a história varnhageneana, e a sociologia raciológica de seus contemporâneos: reflexos da necessidade de se definir o caráter do povo brasileiro, em um Estado-nação que procura consolidar-se nos quadros da nova divisão internacional do trabalho no Capitalismo. Entrar no *hall* dos países civilizados dependia da adoção do trabalho assalariado da imensa população mestiça e negra e pobre do Brasil. Lima parece resistir a conceber o povo brasileiro como fruto da mestiçagem, ao reiterar a interpretação histórica de Varnhagen, onde o brasileiro é um português da América. Em sua História, os outros grupos étnicos, entram na história do Brasil enquanto partícipes do projeto lusitano de civilização que deu certo na América.

\*\*\*

O Brasil de Oliveira Lima era, ao estilo Varnhagen, uma obra portuguesa. Essa "*colônia em que a metrópole houvera talhado à sua própria imagem* a muito cultivava um "*espírito de autonomia*" contra a "*onipotência do Estado que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o marquês de Pombal*". A divergência entre os brasileiros e portugueses foi causada pelo "*despotismo*" dos governantes europeus para com os americanos. Lima pensa a história do Brasil como a história da luta dos brasileiros pela independência contra governantes que os sufocavam. Ao colocar que o "*espírito de autonomia*" brasileiro havia se revelado "*antes*", mas que agora

---

<sup>390</sup> Idem, Ibid, p. 176.

<sup>391</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 81-2., p.135.

passaria ao estado de aspiração latente, Lima procura criar uma tradição de reivindicação de autonomia e uma identidade distinta da lusitana, existe desde tempos imemoriais.

Através da criação de um senso de continuidade, Lima escreve como se o destino da América portuguesa se separar politicamente de Portugal fosse um destino latente desde épocas remotas. Mas, ao identificar o Brasil com o além-mar, o historiador torna frágil a constituição da nacionalidade brasileira distinta da nacionalidade lusitana. Somos uns portugueses, morando na filial, brigados com a matriz/metrópole. Afinal, os brasileiros são uns lusitanos que, se não tivessem conhecido a “*onipotência do Estado*” na colônia onde moravam, poderiam até hoje estar juntos, já que “*a metrópole houvera*” talhado-a “*a sua própria imagem*”.<sup>392</sup>

Com a expressão “memória social”, o historiador Peter Burke, pretendeu resumir o complexo processo de seleção, interpretação e distorção, e ainda, enfatizar a homologia entre os meios pelos quais se registra e se recorda o passado num só conceito<sup>393</sup>. As memórias sociais procuram construir identidades. A construção de heróis e vilões é forma de inventar um passado, uma memória social e mitos para definir identidades. É o dizer quem somos “nós”, e diferenciar o “nós” do “eles”. A historiografia romântica construída as histórias do tipo nacionais, para criar identidades e tradições do tipo nacionais.

Então, quem somos - o *nós* - e quem não somos - o *eles*? O *nós* é representado pelos colonizadores europeus e seus descendentes cristãos e brancos: jesuítas – “*cruzados contra a imoralidade*” –, os “*odisseus*” bandeirantes (que hoje sabemos do quanto são mestiços), os colonos, Tiradentes, Pedro Álvares Cabral, D. Pedro II, os grandes políticos brancos e letrados como os irmãos Andrada, as elites civilizadas e os fazendeiros e donos de escravos. O que nós não somos, - o *eles*-, de acordo com Oliveira Lima, é representado pelo mestiço, pelo índio, pelo escravo, pelo invasor holandês, ou francês. A alteridade é construída pelo confronto com o outro da Europa e o outro da América nativa e da África.

Oliveira Lima, em sua escritura, selecionou heróis e inimigos nacionais, fatos históricos, mitos fundadores, personagem da história nacional, elegeu os personagens que teriam fala e os que não teriam. Elegeu também espelhos como identidades e alteridades. Alguns grupos sociais foram silenciados, alguns são coadjuvantes e outros são protagonistas. Os silêncios de Lima significam igualmente e serão tão importantes neste estudo quanto às falas.

---

<sup>392</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 120.

<sup>393</sup> Idem, *Ibidem*.



Na procura de uma origem étnica, o discurso do Brasil como uma imagem lusitana, distante da ameríndia, ou da africana, confere uma imagem branca ao Brasil. As regiões brasileiras seriam ligadas *"pela identidade da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia"*.<sup>394</sup> Ou seja, o conjunto harmonioso das regiões brasileiras era herança da identidade da raça branca, da língua portuguesa e da religião cristã que as unia, garantindo assim a unidade nacional. O mestiço e as outras etnias não entram na constituição dessa nacionalidade. Esses grupos sociais são sempre relacionados ao mundo do trabalho, ou da anarquia social.

\*\*\*

Nas franjas do discurso limasiano esses negros *"escravos"*, mestiços *"selvagens"* e essas *"hordas hostis"* de índios rompem com o silenciamento imposto pela história oficial. Na história limasiana, eles são interpelados a juntarem-se ao projeto oficial de Brasil. O silenciamento de suas palavras simboliza o recalçamento daqueles insistem em negar o convite para participar do mundo oficial naquele lugar que para eles é designado: como operários-padrão, com os laboradores do projeto Brasil. Silêncio e palavra estão mergulhados nas relações de poder. Essa é a dimensão política do silêncio. Para Lourival Holanda, *"a exploração do homem tem seu esteio no arrancar-lhe a palavra: emudecê-lo é reduzi-lo a nada; é, assim, facilitar o mando – impedindo ao outro a palavra que forja a possibilidade de sonhar outro destino, diverso. O próprio do escravo é o silêncio: cala sua voz e acolhe a alheia."*<sup>395</sup>

Conflitos entre a força das memórias não-oficiais e a necessidade de regimes políticos destruírem-nas são bastante comum. A dificuldade de apagar ou censurar essas memórias incômodas pode revelar a importância que nomes de ruas ou datas importantes têm para a identidade dos grupos sociais. A amnésia social se relaciona com a "anistia", com o que se chamava de "atos de esquecimento", a obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social.<sup>396</sup>

O historiador é aquele que lembra, revela e aquele que, paradoxalmente, esquece, oculta. O historiador precisa compreender que sua escrita fala e cala. A escrita da história é pura tensão entre silêncios e falas. Quando investigamos o passado, fazemos uma seleção do que contar e

---

<sup>394</sup> Idem, Ibid, p. 135.

<sup>395</sup> HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e O Estrangeiro*. Coleção "Criação e Crítica", São Paulo, Edusp, volume 8, 1992, p. 42-43.

<sup>396</sup> BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

inventamos uma lógica, uma unidade, um sentido e uma identidade, as custas de muitos silêncios. A produção de história ou memória social produz esquecimentos. Lembrar e esquecer são construções que se misturam. Uma implica a outra. Toda história, memória ou documentação é silenciadora. O que não possui registro foi silenciado. Os jornais, por exemplo, são bastante silenciadores em sua seleção de artigos e fatos. Registros e vazios. Como foi cantado: *"tudo que cala, fala mais alto ao coração"*.<sup>397</sup>

Estudar os silenciamentos é tentar compreender a historicidade discursiva da construção poder-dizer. São eles que trabalham os limites das formações discursivas determinado os limites do dizer. Analisando um discurso nos perguntamos, quem aparece, (as posições de sujeito), quem fala (quem tem o direito regulamentar de falar), do que se fala (o domínio dos objetos) e que mecanismos regulam quem pode e quem não pode falar numa dada situação discursiva. Todavia, se falando, nós recortamos e descartamos alguns sentidos, estudar discursos significa também, perguntar o que se cala, o que se esquece, o que se recalca.

Concordamos com Orlandi, quando esta anota que *"o resto" não "é silêncio"*, como falou Hamlet. *"O que não é linguagem, quando se trata dos sentidos, não é o nada, mas silêncio"*<sup>398</sup>. É preciso nos desligarmos desta perspectiva negativa do silêncio. É claro, o silêncio não fala, mas significa; não se pode observá-lo diretamente, mas ele não é vazio nem falta. Não é facilmente interpretável, nem imediatamente visível. O silêncio também não é o implícito. O silêncio não completa o dito, ele não fala: permanece silêncio. Os sentidos do silêncio não derivam dos sentidos das palavras. Perscrutar os silêncios e silenciamentos não é traduzi-los em palavras, mas observar seus efeitos retóricos e políticos e pesquisar os processos de construção da significação. É compreendendo os processos de significação de um texto que podemos compreender o silêncio. Não se interpreta silêncios, ou seja, não se atribui um sentido a ele. Não se atribui um sentido metafórico em sua relação com o dizer. Descobrir silêncios é descobrir como funcionam seus jogos de significação, seus processos de significação<sup>399</sup>.

O silenciamento aparece no poder dizer, na tomada da palavra, e indiretamente, na sua interdição, na censura, na legitimação de certos sentidos, e no apagamento de outros. Deste modo, o silêncio pode ser considerado como parte da retórica da dominação, da opressão, ou

---

<sup>397</sup> Lulu Santos e Nelson Mota na canção *"Certas coisas"*.

<sup>398</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997, p.160.

<sup>399</sup> Idem, *Ibid*, p. 44-49.

como, inversamente, parte da retórica do oprimido, como resistência.<sup>400</sup> O não assumir certas posições de sujeito numa dada relação de poder pode significar a interdição daquele lugar de fala, que não estaria disponível ao indivíduo, ou pode significar a resistência do indivíduos a assujeitar-se a tal posição de sujeito desejando inscrever-se em outra, fruto de outra relação de poder.

No lugar que o índio, o negro e o mestiço possuem neste discurso da cultura brasileira, não aparecem suas falas. Nos documentos e nos livros citados pelo historiador não há uma única palavra. Apenas são falado pelos missionários, literatos, historiadores, antropólogos e políticos. Esses personagens são colocados num lugar que apaga certos sentidos que não interessam a construção de nossa bela e pacífica identidade nacional.

Segundo Eni Orlandi, no século XVI, o projeto lusitano, de uma colônia rica e cristã intentariam assujeitar os antigos habitantes da terra. O índio é posto "*pôr sob a Cruz junto aos cristãos, mas é também pôr-se sob o julgo temporal, o dos governantes*"<sup>401</sup>. Aparecer no discurso da civilização, que deseja solapar o discurso da barbárie, significa assujeitar-se a Deus e ao Rei. "*Converter é assegurar para evitar, antes de tudo, a antropofagia, mas também, a falta de autoridade pública; a falta de religião; arudeza mental; o atavismo à selva (instabilidade insuportável para o europeu)*".<sup>402</sup>

Este silêncio também pode ser entendido como resistência, na medida em que entendemos que aqueles personagens não falam do lugar em que se espera que eles falem, o lugar que lhe confere a narrativa oficial da nação. Mesmo colocado (silêncio como dominação) ou se colocando (silêncio como resistência) no silêncio eles significam em nossa história. Eles falam, ou melhor, eles silenciam através da violência, da construção do mundo da violência, do medo. Assim, por pouco, em "*Formação*", os índios aliados com os franceses não tomam o Brasil dos portugueses. Também, a "*segurança*" da sociedade colonial seria impossível sem a instituição dos "*capitães do mato*", devido a violência e ao medo proporcionados pelos escravos fugidos e aquilombados. Civilização e barbárie se misturam nos mesmos documentos/monumentos históricos, como falou Walter Benjamin.

\*\*\*

<sup>400</sup> LAPLANE, Adriana Lia Friszman. *Interação e silêncio na sala de aula*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000, p. 61.

<sup>401</sup> ORLANDI, Eni. *Vão surgindo os sentidos*. In Orlandi, Eni.(org) *O Discurso Fundador. A formação do País e a construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 19.

<sup>402</sup> Idem, *Ibid*, p. 20.

O racismo científico seria adotado no Brasil de forma quase unânime, a partir de 1880, no país. A apropriação brasileira dar-se-ia de forma criativa e relacionou-se a duas questões primordiais naquela contemporaneidade. Externamente, a gramática raciológica atestava a inferioridade não apenas dos mestiços, mas da raça portuguesa. Seria em função do conceito de raça e de suas determinações e hierarquias que seriam estabelecidas as diferenças entre as nações e os grupos sociais. O conceito de raça aparece como instrumento da ciência oficial das metrópoles européias para legitimar suas políticas de nacionalismo interior e expansionismo exterior.<sup>403</sup>

O Brasil levaria uma imensa desvantagem num mundo desenhado para as raças superiores dominarem. O branqueamento correspondia à necessidade de se resolver o problema da degeneração da população do Brasil. A imigração européia acontece a partir da definição de uma política pública para cuidar das nossas questões raciais. O Itamaraty seria designado para transformar esses estereótipos negativos no exterior. A presença de Oliveira Lima na Sorbonne, com suas 12 lições de nome "*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*", inscreve-se neste contexto inserir o país nos quadros do sistema mundial numa posição o mais vantajosa possível.

Internamente, este cientificismo naturalizaria hierarquias sociais e construiria um abismo entre o mundo letrado, civilizado e branco, e o mundo do mestiço degenerado, atávico e atrasado. Esse regime discursivo seria adotado "*enviesando os ideários liberal, ao refrear suas tendências igualitárias e democratizantes e dar argumentos para estruturas sociais e políticas autoritárias*".<sup>404</sup> Um mundo da civilização seria recriado a partir da identificação dos letrados com a raça branca, um herança ibérica. Seria estabelecida, segundo Ventura, uma "*relação etnocêntrica com as culturas indígenas, africanas e mestiças, percebidas pela mediação dos discurso europeu*".<sup>405</sup>

Concordamos aqui com a compreensão de Lilia Schwarcz de que o debate sobre raça, no contexto da abolição da escravatura e da proclamação da República, interrompeu "*a discussão da*

---

<sup>403</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.123.

<sup>404</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.58.

<sup>405</sup> Idem, *Ibid*, p.60.

*cidadania, desautorizou a interpretação que priorizava o voluntarismo do indivíduo [...] num país que menospreza o problema da cidadania e a importâncias das instituições públicas".*<sup>406</sup>

Com o fim da escravidão e com o processo de "mulatização" dos pobres livres, seria preciso criar um outro sistema de diferenciação social. Esta nova forma de diferenciar os "grandes homens" da nação e os mulatos degenerados, bárbaros e selvagens seria estabelecida por critérios invisíveis, já que a cor não poderia dizer nada. A própria vida, na Biologia, como vimos, seria definida em sua organicidade invisível. As próprias elites, que seriam filhas da mestiçagem<sup>407</sup>, colocariam-se fora do mundo da degeneração.

A mesma teoria que justifica a dominação europeia na África e Ásia é utilizada para justificar a dominação de uma elite sobre os outros grupos sociais do Brasil. Os processos de mestiçagem gerariam também uma elite mestiça, parda, mas que apresentava-se branca e superior. Assim, falamos de um tipo de "*racismo mestiço*", como colocaria Lilia Schwarcz,<sup>408</sup> que esforçaria-se em naturalizar hierarquias sociais.

Em Lima, esta clivagem aparece de maneira muito clara e se expressa pela utilização de diversas significações para o **conceito de povo**. Num instigante ensaio, o historiador Francisco Calazans Falcon apontaria as contradições e ambigüidades do significante povo nos diversos textos historiográficos ou não. **O conceito de povo oscilaria em quatro significados: como sinônimo de "população"; como sinônimo de grupo social correspondente ao "terceiro estado"; como "plebe", "desclassificados" ou "ralé"; como conjunto de "cidadãos" que constituem o "corpo da nação" ou povo-nação.**

**Oliveira Lima constrói o Brasil a partir da lógica do descobridor, do conquistador, do português cristão – o vencedor que impôs sua superioridade racial e cultural.** O brasileiro é o continuador da obra lusitana vitoriosa.

Descritos na empresa agrícola, no trabalho nas missões jesuíticas ou no exército, os escravos e os índios participam do Brasil enquanto trabalhadores do projeto de sociedade das elites luso-brasileiras, brancas e cristãs. Participam da história do Brasil no mundo do trabalho, ou no mundo da desordem, da anarquia social, da resistência contra a escravidão. Eles são povo,

<sup>406</sup> SCHWARCZ, L.M. *As teorias raciais, uma construção histórica dos finais do século XIX: O contexto brasileiro*. In SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996, p.176.

<sup>407</sup> Em estudo inovador, o brasilianista Bert Berickman, analisando dados de um censo realizado, em meados do século XIX, no Recôncavo Baiano, apontaria que cerca de um terço dos donos de terras e escravos designavam-se como homens "de cor", ou "pardos".(informação oral).

com p minúsculo: plebe, ralé, populacho. Esta concepção da nacionalidade brasileira exclui, no passado e no presente, esses grupos sociais do povo-nação brasileiro, do “corpo da nação” brasileira, do conjunto dos legítimos depositários do poder soberano e constituinte. O historiador constrói o Brasil a partir da lógica do descobridor, do conquistador, do português cristão – o vencedor que impôs sua superioridade racial e cultural. O brasileiro é o continuado da obra lusitana vitoriosa. Este é Povo com p maiúsculo: Povo-nação.

Em Oliveira Lima, o povo-nação é o luso-descendente. O povo, sinônimo de população, ou de ralé, populacho seria composto dos mestiços, negros e índios. Lima utilizaria ainda povo como população para falar de uma comunidade maior que englobasse o Povo e o povo. Quando ele, referindo-se a época da guerra de expulsão contra os holandeses, falava no quatro elementos – o português, o descendente do português nascido no Brasil, o índio e o negro – que comporiam *"no futuro o povo da grande nação que Portugal havia formado"*, ele referia-se a população *"da grande nação que Portugal havia formado"*.<sup>409</sup> Como mostrei ao leitor, povo com P maiúsculo era coisa de português e de seus descendentes.

Para os denominados de povo com p minúsculo, a mestiçagem era seu pecado mortal-original, imperdoável. Estavam condenados. A última esperança seria o branqueamento. Aí, o discurso dos viajantes, como Gobineau, seria repetido. Mesmo o meio sendo favorável ao desenvolvimento da civilização, e o era na escritura limasiana, o destino manifesto era a esterelidade, a morte, o fim.

A mesma amálgama teórica racista seria utilizada para atestar a brancura dos que fazem parte do Brasil-Nação. Meio físico propício e raça apta para a civilização: esses seriam os dois pressupostos básicos de *"Formação"*. Narrando os diferentes momentos da história brasileira e sua interação com as raças e com o meio físico, Lima narraria a formação de um mundo dos Grandes homens da nação, dos brasileiros, dos cidadãos, do povo-nação. E de sua superioridade frente às "hordas hostis" de indígenas, aos negros nos Quilombos, aos mestiços bárbaros, mas também aos franceses e inimigos da Coroa Portuguesa durante a era colonial, e, finalmente, em relação aos Portugueses, afinal eles não possuem mais essa jóia chamada Brasil.

O discurso detrator do homem da América funciona para naturalizar as diferenças sociais e para mostrar a impossibilidade do mundo brasileiro da civilização incorporar o mundo daqueles

---

<sup>408</sup> SCHWARCZ, L.M. opus cit, p.179.

<sup>409</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 81-2.

que ou trabalham, ou destroem. Querer civilizar as sub-raças pelo trabalho, ou pela força, ou pelo branqueamento é esforço em vão.

Oliveira Lima resistiria aos discursos detratores do Brasil, filiados às impressões de Gobineau. Não negaria as imagens de filiação buffoniana da América. Elas corresponderiam a uma outra América: a hispânica. O Brasil fundaria um América superior na raça branca e na natureza. Outra vantagem evolutiva seria o regime monárquico. Ele conseguiria fazer evoluir o país, trazer civilização, progresso e controlaria os outros habitantes do país, os sub-homens que destroem movidos por "*impulsos naturais*", mas que trabalham comandados pelos civilizados.

Oliveira Lima parte dos conceitos dessa sociologia, mas subverte suas implicações. Já que existem essas hierarquias raciais, o Brasil seria lusitano, latino, europeu, como afirmara em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras<sup>410</sup>. A mestiçagem, sinal de inferioridade, degenerescência e pessimismo, caracterizaria personagens da história do Brasil que não fazem parte do Povo-nação brasileiro. A gramática sociológica serve para atestar a inferioridade dos afro-descendentes, índio e mestiços e demonstrar a superioridade dos lusos-descendentes. No trato com os africanos e índios, através da escravidão, ou da catequese, o país realizava sua missão civilizatória.

\*\*\*

Voltemos ao cenário das 12 lições brasileiras na Sorbonne. Oliveira Lima sentado na mesa do auditório da Faculdade de Letras. Na na(rra)ção limasiana, o brasileiro é branco e participa do concerto das raças assistindo-o de camarote, ou melhor participando, na Sorbonne, da produção da ciência moderna, da escrita "Grande Narrativa" da civilização ocidental, reafirmando essa na(rra)ção, relatando-a no auditório Turgot. Assim, como participávamos nas exposições universais.

---

<sup>410</sup> Manoel de Oliveira Lima, como o discurso intitulado "*Elogio de Francisco Varnhagen*", faria seu primeiro pronunciamento na casa machadiana. No discurso de posse, o historiador definiria a nacionalidade brasileira: "*Como raça e como povo – latinos pela cultura, portugueses pelo sangüe, brasileiros pela nacionalidade – do que não podemos ser facilmente acusados é de ter minguada a nossa admiração pelo talento e pelo sucesso. Ella é antes fácil e ruidosa*". In LIMA, Manoel de Oliveira. *Elogio de Francisco Varnhagen*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1903, p.8.

## **5. DA CIVILIZAÇÃO MONÁRQUICA À BARBÁRIE REPUBLICANA NA ESCRITA DE OLIVEIRA LIMA.**

### **5.1. A Barbárie republicana das “outras” Américas: as relações entre brasileiros, hispanos e norte-americanos em Oliveira Lima.**

Com fim da escravatura, com o fim da Guerra do Paraguai e sofrendo as tensões dos primeiros anos da República, mas vivendo sob relativa estabilidade econômica diante dos sucessos do comércio cafeeiro, as forças políticas dirigentes do Estado e os intelectuais da “*República das Letras*” procurarão construir imagens do país que o garantam no círculo das grandes nações e que o diferencie das demais nações repúblicas latino-americanas, aproximando-o dos modelos de conhecimento e civilidade europeus<sup>411</sup>. E já sabemos o lugar reservado à América Latina.

Nas conferências, Oliveira Lima colocará o regime monárquico como uma especificidade vantajosa para o país. Segundo Kátia Baggio, “*Decepcionado com os rumos da república, [Oliveira Lima] procurou encontrar na monarquia brasileira o que ele considerava ‘ordem social’ e a ‘estabilidade política’ do Brasil, durante o século XIX, comparativamente à ‘anarquia política’ e ao ‘caos social’ das repúblicas hispano-americanas, no mesmo período*”.<sup>412</sup> Assim foi estabelecida uma clivagem entre uma América Latina das republiquetas e da anarquia social, e de uma outra América recentemente republicana, mas herdeira da estabilidade monárquica anterior.

É dos fins do Dezenove a invenção do espaço América Latina. Não existe espaço objetivamente determinado do exterior a partir de onde os discursos se enunciam. São os próprios discursos que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõe para se legitimarem. Os espaços são não apenas recortes naturais, políticos, econômicos, mas construções imagético-discursivas. Como produções históricas, é nos embates discursivos, que os espaços sociais adquirem suas características físicas, atributos morais, culturais, simbólicos a eles.<sup>413</sup>

Sabe-se que na França, na década de 30 do século XIX, começaria a expressão América “latina” que logo seria adotada por intelectuais nos Estados Unidos, na Europa e no continente

---

<sup>411</sup> SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituição e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, p.30.

<sup>412</sup> BAGGIO, K.G. *Dois interpretações brasileiras sobre a América Latina no final do século XIX e inícios do XX: Joaquim Nabuco e Manoel de Oliveira Lima*. In ALMEIDA, Jaime de. (org) *Caminhos da História da América Latina no Brasil. Tendências de um campo historiográfico*. ANPHLAC, Brasília, 1998, p.85.

<sup>413</sup> Devo esta conceituação ao professor Durval Muniz Albuquerque Jr, que a utilizou no seu “A invenção do Nordeste”.



americano. Neste momento são estabelecidas especificidades entre uma América Inglesa e uma Latina (como resposta ao expansionismo dos Estados Unidos), e entre estas e o continente europeu. Os intelectuais se esforçariam em explicar as razões do atraso e em procurar formas de superá-lo<sup>414</sup>.

A configuração do saber historiográfico do século XIX e do começo do XX tornava esta missão muito difícil. Falar dentro dele era assumir uma série de implicações políticas e discursivas que instituíam um mundo repartido entre civilização e barbárie. Toda uma rede discursiva pessimista instalava-se como tributária daqueles discursos detratores da América de inspiração buffoniana. Falar de dentro deste saber para dar um novo patrimônio de imagens o Brasil era resistir "de dentro" às efígies que definiam tradicionalmente o país.

As idéias do Brasil seriam, no século XIX, profundamente influenciadas pelo olhar dos viajantes estrangeiros no Brasil. Ferdinand Denis, Ferdinand Wolf, Johann Baptist, von Spix e Carl Friedrich von Martius escreveriam no contexto imediatamente pós-independência. Ambos descreveriam o Brasil por sua natureza exuberante, rica e maravilhosa, influenciando a produção literária romântica. Denis é tido como pioneiro do individualismo, já que defenderia em 1826, os costumes indígenas deveriam ser fontes de criatividade poética. Os relatos dos viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX atuariam decisivamente na forma como a Europa entenderia a América e de como a própria América entenderia a si própria.<sup>415</sup>

Em meados do século XIX, outro patrimônio de imagens seria construído filiado à América "buffoniana". O conde de Gobineau, autor de *"Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas"* (1854), estaria no Rio de Janeiro de 1869 a 1870. Em suas cartas enviadas aos familiares, segundo Roberto Ventura, *"Gobineau revela horror à população brasileira, que chama de 'multidão de macacos', composta de mulatos que apenas comprovariam suas idéias pessimistas sobre a degeneração dos mestiços e a decadência da civilização"*.<sup>416</sup> Em suas correspondências, o viajante descrevia uma natureza estetizada que compensaria a ausência da civilização e a inferioridade racial. Gobineau exporia a contradição entre um país que é definido pela natureza exuberante e uma população racialmente degenerada. Nos fins do século XIX, a natureza conceituada como meio geográfico, no país, não seria tão maravilhosa assim. Pelo contrario, para

---

<sup>414</sup> MALATIAN, Teresa. *Metáfora e nação. A identidade latino-americana em Manoel Bonfim*. In DAYREL, E & IOKOIZ (coords). *América Latina contemporânea. Desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>415</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.17-43.

Buckle seria imprópria para o desenvolvimento da civilização. E esse olhar de Thomas Buckle influenciaria bastante a geração realista.

Gobineau representaria a retomada científica dos discursos detratores da América que se contrapunham ao mito do bom selvagem rousseauiano. E Buckle representaria a retomada do discurso detrator da natureza americana de inspiração buffoniana.

\*\*\*

Diante das grandes diferenças entre o Brasil e as grandes potências expansionistas em ritmo de franco crescimento econômico e militar, era comum entre os intelectuais da República Velha o temor de que num futuro próximo o país pudesse ser invadido e perdesse parte de seu território.

O mundo estava sendo (re)cortado enquanto o país recebia milhares de imigrantes europeus e não possuía condições de proteger os grandes vazios demográficos existentes. As expedições de Euclides da Cunha pelos sertões brasileiros representaram esse esforço do Estado tentar chegar nos confins do país. Mais do que ninguém, ele pregava a necessidade do país se conhecer, do interior ser colonizado e de ser construída uma malha viária que interligasse as várias regiões brasileiras.

Fábio Santos nos lembra de que a intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba, encerrada 1898, seria um acontecimento marcante para toda uma geração de intelectuais ibero-americanos.<sup>417</sup>

Os países latino-americanos precisavam mostrar-se fortes e respeitáveis, para conseguirem tirar proveito das rivalidades entre as potências. A atuação do Barão do Rio Branco frente ao Ministério das Relações Exterior representaria essa intenção de colocar o Brasil numa posição favorável no jogo das nações. Ele lideraria o processo de redirecionamento das relações internacionais em direção a Washington, em detrimento de Londres. A reorientação praticada pelo Barão beneficiaria os setores agroexportadores de café da região sudeste, já que os Estados Unidos configuravam-se como o maior mercado consumidor.<sup>418</sup>

O realinhamento implicaria num afastamento em relação à Inglaterra e numa aproximação com os Estados Unidos e com as Repúblicas hispano-americanas. Rio Branco tentaria estabelecer uma hegemonia na América do Sul.

---

<sup>416</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p.31.

<sup>417</sup> SANTOS, Fábio Muruci dos. *Arielismos: A visão de América em Oliveira Lima e José Enrique Rodo*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.

<sup>418</sup> DORATIOTO, Francisco. *A política platina do Barão do Rio Branco*. In: *Anais do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo: ANPHIAC, 1998. Disponível em <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br>>. Acesso em dez. 2001.

**Oliveira Lima, em suas conferências, parecia defender o projeto monárquico de estabelecimento desta hegemonia entre seus vizinhos colocado em prática pelo Chanceler Paulino Soares de Sousa, de orientação conservadora, a partir do final da década de 1840.**

Para o historiador,

*"o Império havia ainda afirmado sua preponderância política no continente por sua constante atividade no Prata, contribuindo para fazer desaparecer a ditadura lendária de Rosas, conduzindo um pouco a sua maneira os acontecimentos de Montevideú e derrubando de todo a tirania de Lopez no Paraguai".<sup>419</sup>*

**O Império traria para o continente a democracia e a civilização, e ainda consolidaria sua preponderância sobre as disputas entre essas repúblicas.** Haveriam *"inimigos do Brasil"* entre as *"as repúblicas do continente"* porque existiria uma *"má vontade para as nossas origens portuguesas, e não nos perdoavam a forma monárquica de nosso governo"*.<sup>420</sup>

Em poucas palavras, assim foi narrada a atuação do país frente seus vizinhos no século XIX: na guerra de 1852, *"o Brasil se aliou aos revolucionários de Montevideú e a província argentina de Entre-rios"*, derrubando *"a tirania implacável de Rosas, em Buenos Aires, a qual começava a inquietar a Europa"*, garantindo assim a *"independência do Uruguai"* e a *"liberdade de navegação no Rio da Prata"*. Desta feita, o Império servia *"aos interesses da civilização"* e consolidava *"indiretamente a preponderância do Brasil sobre as disputas entre repúblicas belicosas"*.<sup>421</sup>

Sobre o conflito contra o Paraguai, Lima teria mais a dizer. Para o autor, *"do lado do Brasil a honra nacional estava de todo comprometida"*. O imperador, movido por sua *"obstinação patriótica"*, não descansou

*"enquanto a partida não foi ganha, enquanto a capital do país inimigo não caiu em poder do exercito do marechal duque de Caxias, e enquanto a partida não foi ganha, enquanto o tirano, perseguido nas montanhas do interior do Paraguai pelo comandante-chefe, um filho da França, o conde D'Eu, não foi morto por um de nossos lanceiros"*.<sup>422</sup>

---

<sup>419</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 203.

<sup>420</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 213.

<sup>421</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 213.

<sup>422</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 214.

No período da Guerra do Paraguai, *"a firmeza de D. Pedro II"* seria *"a expressão de seu civismo, que tinha talvez buscado nos louros militares a segurança de um regime comprometido pelas controvérsias ardentes dos partidos"*.<sup>423</sup>

**A vitória no Paraguai significaria a estabilidade do regime monárquico que mostraria toda sua força frente aos seus vizinhos.** Este seria o legado do regime: *"o Império tinha enfim tornado o Brasil a mais liberal e a mais esclarecida das nações da América Latina"*.<sup>424</sup> Eis porque era justa sua preponderância no continente. **O Brasil, como qualquer potência expansionista, possuía a capacidade de organizar as nações menos "esclarecidas" e "liberais" em função de sua "honra nacional", ou seja, de seus interesses, que eram em última instância os "interesses da civilização"**. Oliveira Lima articulava um discurso de superioridade em relação às *"outras nações da América Latina"*.

Desde 1825, a província da Cisplatina havia separado-se do Brasil. Uma rebelião havia proclamado incorporação da região às Províncias Unidas do Reino da Prata (Argentina) e a adoção do regime republicano. Brasil e Argentina entrariam numa guerra que acabaria em 1828 com a intervenção da Inglaterra. Nem de um, nem de outro. Surgiria um novo país livre, a República Oriental do Uruguai. No pós-independência organizar-se-ia no Uruguai, uma vida política dividida entre dois partidos: os blancos e os colorados.

Pensando em construir uma hegemonia política na região, já nos inícios do século XIX, o Império estabeleceria uma aliança com os colorados uruguaios e com os opositores de Juan Manuel Rosas, o presidente da Argentina a partir de 1835, que também desejava controlar a Bacia do Reino da Prata. Em 1851, os uruguaios colorados, com apoio brasileiro chegariam ao poder derrotando os blancos, que eram, por sua vez, aliados de Rosas. Um ano depois, Rosas seria deposto pelas tropas aliadas. De certo, o Império conseguiria afastar os grupos, a ele, opositores no Prata. Mas devido aos problemas internos de cada país, a instabilidade política não permitiria o governo brasileiro estabelecer a hegemonia pretendida no Prata. Já em 1864, o blanco Atanásio Aguirre subiria ao poder no Uruguai, prometendo oposição ao governo brasileiro. Existiam pendências fronteiriças nas regiões entre os países vizinhos, incluindo o Paraguai. É no contexto das disputas por territórios vizinhos às fronteiras que o Paraguai de Solano López se aliaria a Aguirre. Rompidas as relações entre Uruguai e Brasil, o Império, por

<sup>423</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 214-5.

<sup>424</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 203.

meio da força, tiraria Aguirre do poder. Também teria início a guerra contra o Paraguai, objetivando depor o "ditador", vencer a "barbárie", garantir a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, e resolver, ao modo dos vencedores, as questões fronteiriças.

Segundo Francisco Doratioto, Rio Branco conheceria alguns sucessos durante os dez anos em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores. Seria restabelecido o peso brasileiro no contexto internacional. Seria criado *"um clima de concórdia com as nações vizinhas"*, mas o Brasil não conseguiria alcançar *"a liderança da América do Sul, mesmo que compartilhada, ao propor uma aliança com a Argentina e o Chile"*. Rio Branco tentaria, sem sucesso, construir *"uma hegemonia brasileira defensiva na América do Sul"*, onde não se propunha, senão *"preservar o espaço territorial brasileiro - ampliado com a incorporação do Acre - e garantir a soberania nacional, cuja ameaça maior, interpretava-se, vinha de potências extra-região e, secundariamente, da Argentina"*.<sup>425</sup>

Desde a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o serviço diplomático seria utilizado como suporte institucional para a historiografia. A própria escrita palaciana de Varnhagen teria como palco à diplomacia. Quando esteve adido da Legação de Lisboa, o historiador, poderia realizar suas pesquisas na Torre do Tombo que gerariam a *"História Geral do Brasil"*. O Itamaraty constitui-se como *"matriz articuladora de um tipo específico de historiografia vinculada ao Estado"*<sup>426</sup> tendo, também, em Lima e no Barão do Rio Branco símbolos do casamento entre historiografia e diplomacia. O diplomata deveria atuar tanto no trabalho cotidiano da burocracia das relações exteriores, quanto na reflexão sobre a diplomacia. Os olhares do diplomata e do historiador precisam andar juntos: enquanto o diplomata-historiador precisa das fontes históricas para justificativa de sua atuação em pendências fronteiriças ou políticas, o historiador-diplomata precisaria fornecer estas fontes e as narrativas históricas, e ainda produzir a crítica documental das informações disponíveis.

Tornava-se importante, para Oliveira Lima, em suas conferências, demonstrar a força de nossa Marinha, desde as vitórias na guerra da independência e do nosso exército na guerra do Paraguai. **Era preciso mostrar não um Brasil indefeso ante a expansão imperialista, mas um Brasil também como uma potência expansionista que se mostraria como a nação preponderante, hegemônica na América do Sul.**

---

<sup>425</sup> DORATIOTO, Francisco. *A política platina do Barão do Rio Branco*. In: *Anais do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo: ANPHIAC, 1998. Disponível em <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br>>. Acesso em dez. 2001.

<sup>426</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.15.

Lima parece desejar criar em suas conferências essa idéia de **hegemonia continental**. Para ele, o "*Brasil-Império*" serviria de "*modelo para essas repúblicas progressivamente circumspectas*". Sendo uma monarquia, foi no regime brasileiro, e não "*em nenhuma parte na América, nem mesmo nos Estados Unidos*", onde "*as franquias foram maiores*" e "*o sentimento democrático mais intenso*".<sup>427</sup>

Um "*viajante conhecido pelo nome de Hubner*" escreveria que "*o Brasil lhe parecia um Império republicano*". De fato, naquele momento parecia importante para o historiador reafirmar este caráter democrático do regime monárquico brasileiro. Procurando "*esboçar a grandes pinceladas o reinado de D.Pedro II*", Lima defenderia que a "*identidade*" política desta época "*findou por prevalecer na nomenclatura política americana*". Para ele, o "*modelo presidencial dos Estados Unidos prevaleceu simultaneamente sobre o modelo parlamentar da Grã-Bretanha, com o qual o Império brasileiro se houvera identificado*".<sup>428</sup>

Era importante afirmar que o modelo maior de República para o Brasil contemporâneo desde o 15 de novembro, já servia de espelho para o regime monárquico, e mais, veremos que os líderes republicanos seriam incompetentes em suas tentativas de seguir o exemplo democrático estadunidense.

Pode-se concluir que o Brasil é mais República, quando é monárquico. Como veremos, República seria, logo nos seus anos iniciais, relacionada a instabilidade e caos social. As próprias repúblicas vizinhas não conseguiriam escapar a desordem social. A exceção do Chile, que seria "*uma república imperial*",<sup>429</sup> o regime republicano seria signo de "*caudilhismo*", de "*tiranía*", de "*arrivismo*", de "*corrupção*".

Segundo Oliveira Lima, o Brasil teria escapado desse caos social "*graças à monarquia*" que personificaria "*a autoridade sem a tirania, a força sem a violência, a moralidade sem hipocrisia, e a liberdade sem a indisciplina*". Deste modo o país não haveria de passar pela "*crise prolongada que atravessaram os outros povos latino-americanos*". A presença de D.João VI no país teria o efeito de uma grande aula de "*cultura e de requinte*", para o historiador "*foi uma época na evolução política*". O monarca bragantino lançaria "*as bases do império[...] sob uma forma democrática*".<sup>430</sup>

---

<sup>427</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 202.

<sup>428</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 202.

<sup>429</sup> Idem, *Ibid*, p. 202.

<sup>430</sup> Idem, *Ibid*, p. 129-130.

**A América Hispânica funcionava como um espelho em negativo. Era identificando esta outra América Latina com os piores pesadelos da República que intelectuais como Lima esperavam superar a inferioridade atribuída ao Brasil. A Monarquia brasileira representava o outro da República.** A monarquia conseguiu estabelecer-se em bases democráticas, combater a "indisciplina", a "violência", a "hipocrisia" e a "tirania", mantendo a "autoridade", a "moralidade" e garantindo a "liberdade". Lima fazia parte de um séquito de desiludidos com o regime republicano diante da configuração que este tomou no país.

Para Lima, duas nações haviam conseguido sair deste quadro caótico da América Hispânica. Como colocaria Kátia Baggio, *"Brasil, Argentina e Chile, portanto, tinham uma situação mais favorável ao progresso, segundo o autor. O primeiro, em razão da ordem e estabilidade impostas pela monarquia, e os últimos, pela ausência quase total do negro"*.<sup>431</sup> O Chile, também, como vimos optaria por constituir-se como uma *"república imperial"*.

## **5.2. A civilização monárquica brasileira por Oliveira Lima.**

Oliveira Lima acreditava que *"o ano de 1808 marca para o Novo Mundo uma época inteiramente inédita. [...] A revolução fermentava por toda parte.[...] O que era uma novidade era a emigração de uma Corte europeia para ultramar, a transferência para além do Atlântico da sede de um dos impérios do Velho Mundo"*.<sup>432</sup> O rei **D.João VI** viria buscar refúgio após a invasão de Napoleão e fundar um Império. D. João VI *"manteve intacta a autonomia e a integridade de seus domínios, razão de ser de sua realeza"* e *"presidiu à evolução desse Brasil que ele elevou à posição de reino unido, e deixou quando o país estava em condições de se tornar um império independente"*.<sup>433</sup>

Para Oliveira Lima, *"D. João VI era o homem absolutamente necessário ao meio e ao momento histórico do Brasil, para levar a cabo a pesada tarefa de fazer dele uma nação"*.<sup>434</sup> O país deve muito ao monarca bragantino. O Brasil foi o único país latino-americano a ter a vantagem de ter uma Côrte, mesmo em período colonial. D.João teria sido o responsável pela implantação da monarquia no Brasil. Ele lançaria *"em pessoa as bases do império, com o qual haviam antes sonhado, sob uma forma democrática"*, de sorte que seu filho não teria *"mais a*

<sup>431</sup> BAGGIO, Kátia Berab. *A "outra" América: Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*, 1998 (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo), p. 187.

<sup>432</sup> Idem, Ibid, p. 135.

<sup>433</sup> Idem, Ibid, p. 136.

fazer senão recolher dele a sucessão, quando soou a hora da separação"<sup>435</sup>. O monarca havia fundado um Império menos pela "tradição da força", que pela "simpatia" e "doçura"<sup>436</sup>.

O monarca era um governante conhecedor das novas formas de pensamento.

*"Pela perspicácia, pela eqüidade, pelo desapego, senão teórico, mas prático, das velhas formulas e dos ideais antiquados, pela adaptação precisa e sem esforço às novas tendências do pensamento e do governo, foi um verdadeiro discípulo dos enciclopedistas, dos economistas e dos moralistas precursor da Revolução Francesa"*<sup>437</sup> (141).

A administração joanina "foi esclarecida e liberal". O porto do Rio de Janeiro tornaria-se aberto "aos navios de todas as nacionalidades". A capital carioca transformou-se rapidamente numa cidade cosmopolita e, por conseguinte, tornando-se "acessível às influências exteriores, sem que autoridade real soçobrasse, todavia nesta pitoresca desordem".<sup>438</sup> Segundo o historiador, "sua intervenção prática atingiu todas as categorias do espírito humano e todos os departamentos da atividade social".<sup>439</sup>

Oliveira Lima transcreve uma passagem do livro de memórias, escrito pelo príncipe de Metternich, com a intenção de demonstrar a atuação de D.João VI na construção do Estado Nacional Brasileiro. A palavra de uma figura estrangeira importante no jogo das nações do início do século XIX aparece carregada de autoridade. Lima recorreria às memórias de Metternich para afirmar que

*"É bem à generosidade de S. Majestade Fidelíssimo – escrevia ele [Metternich] – que o Brasil deve o termo do odioso regime colonial, pela, pela abertura de seus portos ao comércio de todas as nações; pela instituição dos tribunais superiores, de graça, de justiça, de finanças, de comércio, de marinha e de guerra; pelo estabelecimento de um tesouro público, de um Conselho de ordens de Cavalaria, de um departamento de marinha, de um exercito de terra, de um sistema particular de arrecadação de impostos, de uma organização de alfândegas, de duas Academias, de um Banco, de uma Administração geral de propriedades rurais. Tudo separado e independente de Portugal. Enfim, pela elevação do Estado Brasileiro à categoria de reino – ato que apresentado ao Congresso de Viena mereceu os maiores elogios"*.<sup>440</sup>

---

<sup>434</sup> Idem, Ibid, p. 139.

<sup>435</sup> Idem, Ibid, p. 129.

<sup>436</sup> Idem, Ibid, p. 130.

<sup>437</sup> Idem, Ibid, p. 141.

<sup>438</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 147.

<sup>439</sup> Idem, Ibid, p. 151.

<sup>440</sup> METTERNICH apud LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 177.



Lima escreveria que *"graças à monarquia que [D. João VI] personifica para ele a autoridade sem, a tirania, a força sem a violência, a moralidade sem hipocrisia, e a liberdade sem a indisciplina"*, o Brasil havia escapado *"à crise prolongada que atravessaram os outros povos latino-americanos"*.<sup>441</sup>

Com a herança deixada por D. João VI, que compreendia todo um patrimônio de instituições próprias de uma nação moderna, os grandes políticos e estadistas dos inícios do Império teriam a função de conservar a unidade nacional e a monarquia, que era o sistema político que garantiria essa unidade e a ordem social. Os irmãos Andrada são descritos com admiração: *"os Andradas cumpriram sua missão: salvar um Brasil historicamente desunido e fazer dele uma nacionalidade por meio do Império constitucional"*.<sup>442</sup> D. João VI havia fundado a nacionalidade brasileira nascida sob o signo da monarquia. Ele havia preparado o terreno para que D. Pedro I, *"com sua bravura"* e *"muita imaginação política a ponto de parecer um romântico"*, erguesse *"uma grande nação"*.<sup>443</sup>

Sobre José Bonifácio, colocaria que este *"era monarquista de alma"*, acreditava que o regime republicano sempre se apresentava *"sob forma de uma demagogia que conduziria a cesarismo"*.<sup>444</sup> Para Bonifácio, era ao trono que cabia *"o papel tradicional de protetor das franquias populares"* e de *"fator essencial da unidade nacional contra uma oligarquia de arrivistas políticos"*.<sup>445</sup>

Na República onde Lima vivia, faltava esse princípio que pudesse combater o arrivismo contemporâneo. No processo de instauração do regime republicano, os cargos decisórios passariam, em grande parte, para as mãos desses arrivistas de quem Lima falava através de Bonifácio. O processo de renovação política trouxe com ele *"ondas sucessivas de 'nomeações', 'indenizações', 'concessões', 'garantias', 'subvenções', 'favores', 'privilégios' e 'proteções' do novo governo"*.<sup>446</sup> Mesmo os políticos remanescentes do Império haviam aderido a esse *"novo modelo do burguês argentário como padrão vigente do prestígio social"*.<sup>447</sup> Como colocou Nicolau Sevchenko, a República consagrou o *"arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia e o*

<sup>441</sup> LIMA, Oliveira. Opus cit, p. 129.

<sup>442</sup> Idem, Ibid, p. 166.

<sup>443</sup> Idem, Ibid, p. 162.

<sup>444</sup> Idem, Ibid, p. 158.

<sup>445</sup> Idem, Ibid, p. 164.

<sup>446</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.26.

<sup>447</sup> Idem, Ibid, p.26.

*trunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades*".<sup>448</sup> O próprio Lima se colocaria, em outras ocasiões como vítima deste arrivismo, já que, devido às suas diferenças com o Barão do Rio Branco, não havia crescido na carreira diplomática, ocupando cargos de pouco destaque. **A crítica da República é a outra face do elogio a monarquia, que funciona como um espelho de estabilidade e democracia ante as confusões políticas da República brasileira, nos início do século XX e das Repúblicas latino-americanas no século XIX.**

A partir de 1822, a narrativa limasiana se restringiria aos fatos políticos. A narrativa política limasiana confirma a vantagem do Estado brasileiro ter nascido sob o signo da monarquia. O Brasil era uma *"uma pátria independente que a realeza de João VI tornou possível e a monarquia imperial pôde unir"*.<sup>449</sup> Oliveira Lima narraria, a partir do grito do Ipiranga, as vicissitudes do regime monárquico, a atuação de seus personagens principais, suas crises a superação de todas elas. Nas suas últimas conferências, Lima apresentaria ao público francês os heróis e os vilões do Império, os que fazem a história do Brasil e os que são os inimigos desta história. **A história limasiana inscreve-se atenta ao papel da monarquia na manutenção da unidade nacional e da estabilidade social.**

Assim, vemos a apologia do centralismo monárquico e do poder moderado. Segundo o historiador, a Constituição outorgada de 1824, *"obra de um Conselho de Estado [...] nomeado ad hoc, presidido pelo imperador, e composto de homens de mérito"*, seria

*"muito liberal, e convinha talvez mais, pelas maiores garantias oferecidas ao funcionamento do poder executivo e ao papel do poder moderador, à condição política do país, onde uma vontade suprema e forte era necessária, senão indispensável, à manutenção de uma união ainda mal consolidada"*.<sup>450</sup>

Essa Constituição não seria *"ratificada sem graves incidentes. Em Pernambuco, [...] a oposição tomou armas, reclamando o restabelecimento da Assembléia violentamente dissolvida"*<sup>451</sup>. Assim como a revolução de Pernambuco em 1817, para Lima, *"havia já sido uma manifestação inequívoca do espírito nacionalista"*,<sup>452</sup> esta revolta, que o autor nem nomeia nas conferências, seria pelo restabelecimento do constitucionalismo. Frei Caneca, neste contexto, não seria um republicano, ou um separatista, mas *"um monge carmelita dos mais inteligentes e dos*

<sup>448</sup> Idem, Ibid, p.26.

<sup>449</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 133.

<sup>450</sup> Idem, Ibid, p. 183.

<sup>451</sup> Idem, Ibid, p. 183.

<sup>452</sup> Idem, Ibid, p. 154.

*mais corajosos", que se fez "o principal estigmatizador dos pendores absolutistas do Imperador e o intérprete das verdadeiras doutrinas constitucionais. Pagou com a vida seu civismo, e não deixou, afinal, de ter um companheiro de execução".*<sup>453</sup>

Num outro momento, nas mesmas conferências, Lima colocaria que a *"revolução [...] proclamada em Pernambuco",* em 1824, *"pela Junta rebelde",* sob o nome de *"Confederação do Equador, a que o Ceará se juntou",* exigia, *"em face do Império autoritário e centralizador, o esboço de uma linha federativa e demagógica".* Segundo o historiador, *"o golpe de Estado da capital" (a dissolução da Assembléia Constituinte de 1823) seria um pretexto tomado pela "nova revolução em Pernambuco",*<sup>454</sup> para ele, neste momento, não um movimento liderado pelo *"intérprete das verdadeiras doutrinas constitucionais" em defesa do constitucionalismo, mas uma afirmação de uma "linha federativa e demagógica".* Essa demagogia parece um retrocesso mesmo para um *"Império autoritário e centralizador".*

Para Oliveira Lima seria impossível pensar o viés separatista de eventos como a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador. No afã de elogiar a unidade nacional construída pela monarquia centralizadora, o historiador apagaria certos acontecimentos que pudessem significar um questionamento deste "sentimento instintivo", desse "espírito nacionalista". Se havia alguma discordância entre aquelas grandes personalidades do Império, não era em torno da nacionalidade brasileira, ela era um fato inquestionável, mas sim em torno da forma como os brasileiros devem construir o Estado nacional.

Sobre D. Pedro I, escreveria que este *"realizava, não se podia duvidar, um tipo acabado de 'herói libertador'".*<sup>455</sup> Percorrendo, todavia, *"toda a correspondência diplomática estrangeira da época",* Lima adquiriria *"a certeza de que D. Pedro almejou muito descobrir um meio de conservar para si as duas coroas".*<sup>456</sup> O herói libertador do Brasil não desejava tanto assim essa separação. D. Pedro I não conseguiria equilibrar os interesses das duas coroas e acabaria por

*"abdicar de uma [a portuguesa], se bem que o interesse ardente, de que não cessou desde então de dar provas para como os negócios portugueses contribuísse, de concerto com a perda da Cisplatina, as dificuldades com as Câmaras e mesmo o escândalo de sua vida privada, para levá-lo fatalmente à abdicção de outra [a brasileira]".*<sup>457</sup>

<sup>453</sup> Idem, Ibid, p. 183.

<sup>454</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira.* São Paulo: Publifolha, 2000, p. 179.

<sup>455</sup> Idem, Ibid, p. 155.

<sup>456</sup> Idem, Ibid, p. 191.

<sup>457</sup> Idem, Ibid, p. 191.

Não havia dúvida sobre a existência da nacionalidade brasileira, e nem da incompatibilidade de interesses entre as duas coroas. Nesta narrativa existia um *a priori*, algo inquestionável. As duas nacionalidades eram diferentes. Apesar da metrópole ter talhado a colônia à sua imagem, essa coisa de ser brasileiro não combinava com aquela coisa de ser português. Um divórcio havia sido feito, e foi, D.João VI, o grande construtor do afastamento definitivo entre as duas nacionalidades.

D. Pedro construiu sua abdicação ao não aceitar este *a priori*, e ao abalar o regime monárquico com suas derrotas externas, com sua inabilidade política e com seus escândalos pessoais. Mas, segundo o autor, “*a monarquia e com ela a unidade nacional foram salvas em 1831, graças principalmente ao ascendente, à habilidade e ao devotamento de Evaristo da Veiga*”, um “*jornalista perfeito*”, e que “*eleito deputado, conquistou no Parlamento uma situação privilegiada, onde os privilegiados não eram outros entretanto senão os de talento e honestidade*”. O grande feito de Veiga foi ter barrado “*os elementos*” e os “*interesses contrários à desagregação nacional*”.<sup>458</sup> Os grandes da Regência e do Império foram os que lutaram pela manutenção da unidade nacional.

Ainda sobre Evaristo da Veiga, Lima colocaria o deputado “*semeava as idéias de um doutrinário e de um autodidata, saído das classes populares – idéias manifestadas em linguagem sem requinte literário, mas naturalmente eloqüente, calorosa e persuasiva*”.<sup>459</sup> Com isso Lima parecia afirmar que havia espaço para ascensão social daqueles talentosos saídos “*das classes populares*”. Questionemos essa primeira impressão que nos faz crer que havia espaço para os negros, os mestiços e os índios no mundo das discussões políticas do Brasil Oitocentista. Futuramente tentaria convencer o leitor que Lima, assim como outros em outros tempos, falavam de vários “*povos*”.

O conferencista continuaria sua narração:

“*A abdicação abria caminho a uma outra destas duas soluções: a república ou a monarquia constitucional. [...] Foi aliás a última solução que prevaleceu com um caráter franco e voluntariamente democrático, que levou um de nossos melhores escritores políticos, Joaquim Nabuco, a escrever com muita penetração que a Regência não foi senão uma grande experiência republicana*”.<sup>460</sup>

<sup>458</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 195.

<sup>459</sup> Idem, *Ibid*, p. 194.

<sup>460</sup> Idem, *Ibid*, p. 194.

A regência teria o mérito de *"ser, ao mesmo tempo, um governo forte e fecundo, que deixou traços profundos na história, não somente política, mas igualmente social do país"*. Deste modo, Lima enumeraria o legado da regência: *"a primeira lei de proibição do tráfico dos negros"*, *"um novo Código de Processo criminal"*, abolição da *"pena de morte para os delitos políticos"*, e o Ato Adicional que *"substituiu os conselhos provinciais pelas assembleias legislativas locais, e inaugurou a descentralização administrativa"*.<sup>461</sup>

Essas seriam as poucas vantagens desta experiência republicana na regência. O país se debateria numa anarquia, onde a *"indisciplina, [...] não era somente do povo, porém do exército"*, onde *"a ordem por toda parte se achava subvertida"*, e onde *"os piores excessos foram cometidos em nome da liberdade e do patriotismo"*. Manifestava-se, no Brasil, *"uma agitação social do mais grave augúrio, porque tinha por base a ignorância e a vingança, e como meio o assassinio erigido em sistema"*.<sup>462</sup>

Assim, como a República brasileira, a regência não teria êxito na pacificação interna, assim era *"o quadro do Brasil de 1832, entregue a soldadesca ladra, ali aos bárbaros sertanejos, mais longe aos ferozes mestiços. Foi verdadeiramente um milagre a ordem haver sido restabelecida"*.<sup>463</sup>

Milagre por obra e graça do célebre *"quero já"* de D. Pedro II. Apenas a reafirmação do regime monárquico foi capaz de restabelecer a ordem perdida durante a experiência republicana. Continuaria Lima, colocando que oferecido *"poder efetivo [...] por um grupo de políticos, fatigados das incertezas de uma Regência que se mostrava incapaz de extinguir a guerra civil e de restabelecer a unidade anterior"*, o futuro imperador aos quinze anos o aceitaria prontamente.

*"Aos olhos desses homens políticos o advento do jovem soberano compreendia o respeito da autoridade sem necessidade de violência mediante o prestígio da instituição, antes que, o prestígio pessoal do representante do princípio monárquico tivesse podido preceder a si mesmo."*<sup>464</sup>

Após a declaração da maioria de D. Pedro em 1840, cinco anos mais tarde *"viu terminar-se a guerra civil no Rio Grande do Sul, a qual havia durado dez anos, e por pouco não se separa do Brasil esse novo Uruguai"*. Em 1848, o debelar-se da última insurreição, *"da mais desrazoável das revoluções"* em Pernambuco, abriria um período de paz. Segundo Lima, *"de*

<sup>461</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 197.

<sup>462</sup> Idem, Ibid, p. 196.

<sup>463</sup> Idem, Ibid, p. 196.

1848 a 1889, quarenta anos se passaram de paz interior e de progresso, senão acelerado – essa espécie de progresso ininterrupto”.<sup>465</sup> Só a monarquia seria capaz de conduzir um momento como esse de paz e progresso ininterrupto.

Apenas o regime monárquico seria capaz de aproveitar o potencial de um soberano como D. Pedro II, que seria *"instruído, bom, honesto, clemente, magnânimo, inteiramente superior, como homem particular e, a muitos respeito, como monarca"*<sup>466</sup>. Falou-se também, que *"pouco faltou para que ficasse como um modelo perfeito da realeza"*.<sup>467</sup> O monarca é um dos grandes homens do Império, é uma das *"principais figuras morais do último século"*, um apaixonado *"pelas ciências"*, *"pelas letras"*, *"pelas artes"*, e *"por tudo que se relaciona com o espírito"*. Suas qualidades *"tornaram o nome desse monarca não somente familiar aos que se ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral, mais caro aos que se deixam seduzir pelos aspectos superiores da humanidade"*.<sup>468</sup>

Segundo o conferencista,

*"D. Pedro II ganhou pelo estudo uma sólida ilustração, uma verdadeira erudição, que o tornou eminente entre seus colegas coroados, e, de outro lado, nunca deixou embarciar-se a probidade fundamental de sua alma, da mesma que evitou sempre nas suas atitudes a afetação da grandeza"*(206).

Segundo o historiador, o neto de D. João VI, *"foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos"*.<sup>469</sup> Como governante, portava-se como um grande árbitro necessário a qualquer Estado. Seu *"governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e opiniões divergentes"*.<sup>470</sup>

A abolição da escravatura, que *"foi o mais grave dos problemas sociais que o Império teve a resolver"*<sup>471</sup> seria tributária da aspiração pessoal *"filantrópica"* e do *"liberalismo moderado"* do soberano bragantino.<sup>472</sup>

Ao contrário dos governantes da sua República, Lima colocaria que em Pedro II *"uma única ditadura lhe foi cara, e esta ele a exerceu sem hesitação – a ditadura da moralidade"*.<sup>473</sup>

<sup>464</sup> Idem, Ibid, p. 202-3.

<sup>465</sup> Idem, Ibid, p. 202-3.

<sup>466</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 206.

<sup>467</sup> Idem, Ibid, p. 206.

<sup>468</sup> Idem, Ibid, p. 201.

<sup>469</sup> Idem, Ibid, p. 201.

<sup>470</sup> Idem, Ibid, p. 205.

<sup>471</sup> Idem, Ibid, p. 226.

<sup>472</sup> Idem, Ibid, p. 228.

Também contrariamente às práticas republicanas, o monarca. “*velava ciosamente pela aplicação exata dos créditos votados pelo parlamento*”.<sup>474</sup> O monarca respeitava o parlamento e o “*regime parlamentar*”, que seguia “*o tradicional modelo britânico*”.<sup>475</sup>

Além da liberdade “*da tribuna*”, outro legado do Imperador bragantino seria a “*liberdade de imprensa*”. Segundo Lima, “*essa liberdade foi absoluta durante seu reinado, e mesmo para seus excessos, para a licença, portanto, o imperador não teve nunca senão reparos indulgentes*”.<sup>476</sup> O império seria “*por sua atmosfera de liberdade, a idade de ouro do jornalismo brasileiro*”.<sup>477</sup>

É uma história de alianças e conflitos entre os imperadores, os deputados, ministros e senadores: Bonifácios, Veigas, Pedros, Nabucos, Caxias, Góis, Saraivas, Vasconcelos, marqueses, viscondes, barões, moderados, conservadores, liberais, abolicionistas, republicanos e “*grandes homens*”, que “*sobreviverão*”, segundo “*uma sociologia inspirada pela harmonia biológica*”, e “*continuarão a surgir no mundo, senão como os fatores únicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como os representantes supremos das aspirações coletivas, seja como for, como seres excepcionais*”.<sup>478</sup>

Esses “*grandes homens*”, organizados em partidos políticos deixariam uma “*obra considerável*”. Basta seguirmos a demonstração do historiador que evocaria “*sucintamente em que pé estavam os problemas políticos e sociais de primeira importância no começo do regime e por ocasião de sua queda*”.

Segundo sua narrativa,

*“A receita do império que, em 1831, era de 11.000 contos de réis atingiu, em 1889, 153.000 contos; que o valor da produção nacional se elevou, durante esse período, de cem milhões de francos, para um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de francos; que existiam, por ocasião do advento da República, perto de 10.000 quilômetros de vias férreas em exploração e mais de 18.000 quilômetros de linhas telegráficas; enfim, que 131.268 imigrantes haviam desembarcado no Brasil, somente no ano de 1888. A terra jovem e suas riquezas naturais devem valer por muito nessa espantosa prosperidade; mas a sábia orientação revelada pela administração imperial, era devida essencialmente àqueles que haviam assumido o encargo dos negócios públicos”*.<sup>479</sup>

<sup>473</sup> Idem, Ibid, p. 205.

<sup>474</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 206.

<sup>475</sup> Idem, Ibid, p. 193.

<sup>476</sup> Idem, Ibid, p. 210.

<sup>477</sup> Idem, Ibid, p. 211.

<sup>478</sup> Idem, Ibid, p. 156.

<sup>479</sup> Idem, Ibid, p. 221.

A monarquia no século XIX salvaria a unidade do país. Da mesma forma, o federalismo republicano na América Hispânica havia fragmentado o Império espanhol do aquém-mar. Apenas ela poderia proporcionar as condições necessárias para o estabelecimento de uma democracia do Brasil. O regime monárquico, como vemos, possuía um lugar central na narrativa limasiana. A manifestação da monarquia no país unia o que há de melhor na tradição monárquica com o que existe de mais positivo numa experiência republicana. A monarquia era democracia sem anarquia. É como o historiador colocaria:

*"A marcha do desenvolvimento político do país seguiu-se gradualmente, e a cadência entre monarquia e democracia estabeleceu-se tão distintamente, durante todo o tempo que durou essa evolução, que o trono do Brasil acabou por perder ali quase todo o caráter tradicional que lhe poderia ser garantido pela natureza do regime, aproximando-se tanto quanto possível, o que quer dizer inteiramente, uma república".*<sup>480</sup>

\*\*\*

Pode-se dizer que toda essa admiração limasiana pela monarquia possuía relações com o contexto imediato e cotidiano de crise republicana, de desilusão com suas promessas, com seus sonhos. Para Fernando da Cruz Gouvêa, *"O fato de o Brasil ter ingressado, com o novo regime, num período de agitação política e instabilidade econômica, levaria muitos republicanos, não aqueles à la minute, mas os chamados históricos, a um certo desencanto com a nova política que sucedeu ao Império"*.<sup>481</sup>

Ao contrário de Lima Barreto, Manoel Bonfim e Euclides da Cunha, Oliveira Lima não colocaria em dúvida, em suspenso as suas certezas quanto a gramática positivista da época. Assim como Joaquim Nabuco, o historiador não questionava os limites daquela vaga cientificista, nem se sentia abalado em sua fé pelo progresso. Esses dois seriam mais críticos do sistema republicano do que defensores da restauração monárquica. As teorias científicas permaneciam inquestionáveis, a aplicação no Brasil é que seria equivocada. Diante de nossa configuração racial, diante de nosso estágio de civilização, a monarquia era o melhor dos regimes. A experiência monárquica anterior aparecia como uma Idade do Ouro nas conferências limasianas. **Era uma utopia virada para trás.** Daquele regime parecia emanar toda a certeza de que nosso futuro poderia ser outro, se aquele presente não fosse republicano.

<sup>480</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 170.

<sup>481</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.1, p.429.



### **5.3. A nossa combalida República: proclamação e prostração.**

*"as forças que se encontram em jogo na história  
não obedecem nem a uma destinação,  
nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta".*  
Michel Foucault

A partir de 1870, entre a classe política imperial, instalar-se-ia uma tensa discussão sobre os caminhos do Regime monárquico com a derrubada do Gabinete Zacarias de Góis, de orientação liberal e a posterior instalação de um ministério conservador liderado pelo Visconde de Itaboraí, grande parte dos homens da política. O Império pararia de questionar aspectos fundamentais do regime político. Em torno da ala radical do Partido Liberal, organizar-se-iam propostas como a descentralização, a extinção do Poder Moderador, a reforma do judiciário, a supressão da Guarda Nacional, a alteração das regras eleitorais no sentido de serem estabelecidas eleições diretas e de ser ampliados o número de eleitores e a abolição da escravidão.

Ficaria famoso, o discurso de Nabuco de Araújo, na sessão do Senado em 12 de julho de 1870, onde defenderia a necessidade de reformar a monarquia para salvá-la. O "estadista" falaria da necessidade da monarquia em reconciliar-se com a democracia por meio de reformas liberais, contribuindo, assim, para salvar o trono e a nação. No mesmo ano, publicaria-se o Manifesto Republicano que defenderia, por meios pacíficos, o fim da monarquia, e com ela, o fim dos privilégios, da centralização política e do despotismo. O republicanismo ganharia cada vez mais aliados advindos das grandes fazendas de café devido ao processo de extinção da escravidão iniciado em 1871 com a aprovação da lei do Ventre Livre.<sup>482</sup>

A historiografia mais recente elege os fins do século XIX e os inícios do século XX como um período de profundas mudanças. Grandes esperanças, justificadas por otimismo positivistas, seriam tecidas a partir da abolição da escravatura; da proclamação de "15 de Novembro"; da expectativa branqueadora dos mestiços com a chegada de milhares de imigrantes principalmente portugueses, italianos, alemães e espanhóis, inicialmente; do crescimento e desenvolvimento urbanos e a posterior modernização urbanística e sanitária das cidades; do desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação; do crescente desenvolvimento de atividades industriais.

---

<sup>482</sup> Cf. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Publifolha, 2000.

Era a era da luz elétrica, do ferro, do telefone, do barateamento das edições jornalísticas, do telefone, do telégrafo, do cinema, da fotografia, e das certezas.

As certezas de que os determinismos geográficos e raciais pudessem dizer as coisas como elas realmente eram e como elas realmente poderiam ser no futuro; e dizer, ainda, que sendo, as diferenças entre os homens e mulheres, naturais a humanidade, composta assim de seres naturalizados, poderia ser, assim como a natureza, controlada.

Mas o crescimento urbano e demográfico, num contexto de grandes desigualdades sociais, concorreria para o surgimento de cortiços, favelas. Para viver numa grande cidade era preciso negociar com todo o patrimônio de práticas epidemiológicas e "eugenizantes" que não raro provocavam conflito como o da "Revolta da Vacina" (1904). As capitais brasileiras conheceriam o florescer das atividades industriais, e com elas a intensificação de embates sociais a desvelarem-se nas greves e passeatas operárias e na criação das primeiras organizações representativas operárias, cuja orientação seria anarquista ou socialista.

Época de graves problemas econômicos com grande inflação dos primeiros anos republicanos, e de graves conflitos políticos com os adventos da "Revolução Federalista" no Rio Grande do Sul (1893-94), da Revolta da Armada (1893-94), dos motins urbanos jacobinos (1893-97), da guerra no arraial de Canudos (1896-97), as tensões advindas das críticas de monarquistas e republicanos marginalizados, da Guerra do Contestado (1912-15).<sup>483</sup>

De fato, Oliveira Lima, além de assistir ao fracasso da República nos países vizinhos, aos poucos desiludiu-se, acompanhado por toda uma geração intelectual, com o sistema político recentemente implantado no país.

\*\*\*

O jornal carioca "*Gazeta da Tarde*", em 15 de novembro de 1889, publicaria uma nota de franco apoio, muito comum nos jornais não monarquistas da época, a proclamação do Marechal Deodoro da Fonseca. Publicou-se que "*o Brasil*" entrava "*em nova fase, pois pode-se considerar finda a Monarquia*". O país passaria a um "*regime francamente democrático com todas as consequências da Liberdade*". O "*exército*" seria o condutor da "*magna transformação*".

---

<sup>483</sup> Sobre as grandes transformações ocorridas neste período no Brasil e os conflitos políticos e sociais a elas relacionados, ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985; SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira*

Segundo a "Gazeta", a "única Monarquia que existia na América" havia desaparecido o jornalista faria "votos para que o novo regime" encaminhasse "a nossa pátria a seus grandes destinos" e dizia esperar "que os vencedores" soubessem "legitimar a posse do poder com o selo da moderação, benignidade e justiça, impedindo qualquer violência contra os vencidos e mostrando que a força bem se concilia com a moderação". O artigo findaria dando vivas ao Brasil, à "Democracia" e à "Liberdade".<sup>484</sup>

Como vemos, Lima elogou a monarquia com os mesmos adjetivos e atributos que a "Gazeta da Tarde" representava as esperanças com o novo regime. Todavia, a República traria logo grandes decepções. José Veríssimo diria que

*"todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava".*<sup>485</sup>

A República se instituiria em dois atos de conversão. Os monarquistas aderiam ao regime vitorioso e os republicanos militantes ao conservadorismo. O processo de recuperação econômica das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide dos que ocupavam mais altos escalões da política e da administração do império.

*"Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, praticamente polarizaram as duas primeiras décadas deste século, imprimindo de forma indelével as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém-instaurado".*<sup>486</sup>

Foram essas figuras que iniciaram o processo de reinvenção do Estado brasileiro no caminho da modernidade, da eficiência presentes no espelho europeu e norte-americano. Confiava-se naquele fluxo cultural tido como o único caminho para fundar-se um novo Brasil, liberal, democrático, progressista, rico e ordeiro. Esses estadistas, escritores, diplomatas, homens públicos e de imprensa, e intelectuais defenderiam a ampliação da atuação inclusiva do Estado sobre a sociedade e o território do país. A burocracia estatal seria expandida e o governo ampliaria sua ingerência na sociedade. As forças marítimas e terrestres seriam reforçadas. Para esses homens, a República deveria tutelar a população brasileira e controlar todos os confins do

---

*República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, pp. 25-77; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. 3ª. ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>484</sup> A proclamação da REPÚBLICA. *O Rio de Janeiro nos Jornais*. Disponível em <<http://www.uol.com.br/rionosjornais/rj03.htm>>. Acesso em 10 dez.2003.

<sup>485</sup> VERÍSSIMO apud SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.86.

<sup>486</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Opus cit*, p.46.

país. **A República deveria ser capaz de amenizar os conflitos sociais e de continuar a marcha da nação brasileiro rumo ao progresso. Alguns como Oliveira Lima diriam que a República não conseguiria repetir os anos de progresso e paz ininterrupta do segundo reinado.**

Havia um desencanto de parte da intelectualidade com os rumos que a República vinha tomando, criticava-se a "autoritarismo" e a "ditadura". Os projetos de República passavam tanto pelo sonho de uma república liberal-democrática, como defendia Lima Barreto, quanto pela configuração de uma República que conseguisse pacificar a nação, e colocá-la dentre as grandes nações do mundo. Uns seriam mais conservadores que outros. As reivindicações mais radicais seriam silenciadas tanto por entusiastas da República, quanto por seus críticos. Oliveira Lima desejava uma outra República que fizesse jus às potencialidades da nação construindo, a partir das leis da evolução humana, um futuro melhor sob o comando dos seus filhos mais ilustres, que deveriam ser seus servidores mais competentes. O novo regime não conseguia alçar vôos maiores e ainda havia aberto espaço para os arrivistas e corruptos.

Euclides era daqueles desiludidos com a República que de *"tão promissora, nas suas origens, de uma civilização técnica e moralmente elevada, havia se transformado no 'paraíso dos medíocres'.*"<sup>487</sup> Para o escritor, a República deveria ser capaz de eliminar os privilégios de origem, deveria ser o regime *"por excelência das grandes capacidades e da mais elevada racionalidade".*<sup>488</sup> Mas a República havia colocado no poder os *"senhores do barão e cutelo"*, o novo regime desmoralizara a História do Brasil e vinha maculando a imagem do país ante o olhar civilizado.<sup>489</sup>

Republicano de primeira hora, Euclides havia sido formado na *"Escola Militar da Praia Vermelha"* e sonhava que, com a proclamação da República, este grupo coeso, iluminado, esses cientistas comteanos capitaneados por Benjamim Constant poderiam realizar as reformas imprescindíveis que o país precisava.

José Murilo de Carvalho, em *"A Formação das Almas"* relaciona, muito bem, o processo de criação dos símbolos nacionais republicanos e a hegemonia do ideário positivista na Primeira República. A Bandeira Nacional seria objeto de interessante debate. Falava-se na adoção de uma

---

<sup>487</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p. 146.

<sup>488</sup> Idem, Ibid, p. 147.

<sup>489</sup> Idem, Ibid, p. 147

bandeira diversa da imperial; cogitou-se a utilização bandeira da Inconfidência Mineira, da bandeira estadunidense como modelos. Pensou-se também na criação de uma bandeira que nos vinculasse aos revolucionários franceses. A palavra final seria dada pelos positivistas Benjamin Constant, Teixeira Mendes e Miguel Lemis que propuseram a manutenção das cores imperiais, a retirada da cruz, da coroa e dos ramos de café e tabaco, que seriam substituídos pelas estrelas que, como na bandeira dos Estados Unidos, simbolizavam os estados. A bandeira verde e amarela ganharia uma frase representativa do ideário vitorioso: os republicanos desejavam "*Ordem e Progresso*".<sup>490</sup>

O discurso positivista chega no Brasil para justificar a atuação opositora à monarquia. Como havia definido o criador do positivismo Augusto Conte, os positivistas acreditavam na existência de três estágios evolutivos na humanidade: o teológico, o metafísico e o positivo. Apenas por meio do estabelecimento de uma república ditatorial o Brasil poderia atingir a etapa positiva. O positivismo justificaria teoricamente o combate a escravidão e as lutas por mudanças preconizadas por certos grupos sociais.

A influência do comtismo penetrou principalmente nos meios militares e intelectuais. Foi na Escola Militar da Praia Vermelha que foi traçada a idéia de que era preciso estabelecer um governo forte, liderado por um popular chefe nacional, para realizar as reformas necessárias para o país evoluir. A queda da monarquia seria decorrência mecânica no processo evolutivo que o mundo vinha sofrendo desde a Revolução Francesa.

O Jornal "Cidade do Rio", na edição do dia 15 de novembro, expressaria neste trecho este papel de vanguarda do exército que Euclides acreditava. Narrando os eventos que culminaram na proclamação, o jornal diria que às "*10 horas e meia*",

*"Os alunos da Escola Militar sem ordem, nem todos fardados, mas armados, tendo à frente uma corneta do 22o seguem para o Campo de Santana, dando vivas à Nação brasileira e ao exército. O ministério que estava preso e guardado pelo exército, rende-se. O general Deodoro entra no quartel em triúmf, abraçado, entre aclamações entusiasmáticas. O exército dá vivas à República. É o grito que se ouve em todo o Campo de Santana".<sup>491</sup>*

---

<sup>490</sup> CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

<sup>491</sup> A proclamação da REPÚBLICA. In: *O Rio de Janeiro nos Jornais*. Disponível em <<http://www.uol.com.br/rionosjornais/rj03.htm>>. Acesso em 10 dez.2003.

Às "10 e 3/4", o general Deodoro seria "*carregado em triúngo. O 2o de artilharia dá uma salva de 21 tiros. Povo, exército e marinha dão vivas à Nação brasileira*".<sup>492</sup>

Já em 1890, Cunha se desiludiria com as capacidades e com o compromisso de Constant. Até 1893, com o advento da Revolta da Armada, por onde Euclides haveria de criticar a repressão feroz operada pelas forças legais, romperia com o florianismo e com todo aquela oligarquia militar a dominar o governo. O escritor também se desenganaria com o vanguardismo dos cadetes, envolvidos como o jacobinismo e com os motins urbanos, ambos não contavam com o seu apoio.<sup>493</sup>

Lima Barreto também denunciaria, em sua literatura combativa, as mazelas do regime republicano como a corrupção política e econômica, o empregismo, o nepotismo, os desmandos e as falcatruas. A politicagem traria para a República a lei da irracionalidade administrativa que operaria conseqüências graves como a insegurança, a miséria, a privação e a marginalização.<sup>494</sup>

Barreto era desconfiado com a vaga cientificista contemporânea. Segundo Sevcenko, o escritor incomodava-se com o "*cunho marcadamente discriminatório da ciência da passagem do século, sugestionada e impulsionadora da expansão colonialista das metrópoles européias*".<sup>495</sup> Diria Barreto que teria sido a manipulação arbitrária, o autoritarismo da ciência que ignorava a humanidade do paciente, a causa do incidente da Revolta da Vacina.<sup>496</sup>

O adesismo, o arrivismo, a corrupção, as disputas não meritocráticas dos cargos públicos abriam espaço para que politiqueiros vazios assumissem postos de comando naquela República que prometia regenerar o país. O próprio Oliveira Lima iria reclamar do boicote operado pelo Barão do Rio Branco e por arrivistas a sua carreira diplomática. Os homens de talento ressentiam-se por serem preteridos em favor de oportunistas.

Segundo Sevcenko,

*"A imensa transformação social, econômica e cultural que eles ajudaram a realizar, atuando como catalisadores de processos históricos, tomou um rumo inesperado e contrário às suas expectativas. Ao invés de entrarem para um universo fundado nos valores da razão e do*

<sup>492</sup> A proclamação da REPÚBLICA. In: *O Rio de Janeiro nos Jornais*. Disponível em <<http://www.uol.com.br/rionosjornais/rj03.htm>>. Acesso em 10 dez.2003.

<sup>493</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p. 153.

<sup>494</sup> Idem, Ibid, p. 170-1.

<sup>495</sup> Idem, Ibid, p. 174.

<sup>496</sup> Idem, Ibid, p. 175.

*conhecimento, que premiasse a inteligência e a competência com o prestígio e as posições de comando, viram tudo reduzido ao mais volúvel dos valores: o valor de mercado".<sup>497</sup>*

Oliveira Lima reclamaria muito desta atmosfera de indiferença que teria pairado sobre ele. Em diversas cartas pessoais ele agradeceria, por exemplo, a José Alexandre Barbosa Lima, que diversas vezes fazia discursos na imprensa ou na Câmara dos Deputados defendendo a carreira diplomática do conterrâneo. Mas mesmo sofrendo o que chamou de perseguição, Oliveira Lima seria um dos poucos intelectuais a receberem o mecenato oficial pelo Itamaraty. O próprio Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores procurou cercar-se de intelectuais respeitados, como Nabuco, Graça Aranha, Rui Barbosa, Capistrano de Abreu e Olavo Bilac, que conferiam credibilidade à instituição. Mesmo sentido-se perseguido, fora esta instituição que dera as condições para que exercesse a profissão de historiador e jornalista. Dotando o autor de missões menores, o chanceler subtilizaria a competência do diplomata, mas proporcionaria o tempo necessário para o florescimento de um profícuo historiador.

Euclides também se ressentiria do ambiente de silêncio e indiferença em torno dos seus maiores esforços para com o regime que não sabia aproveitar seus melhores quadros, abrindo espaço para os arrivistas inescrupulosos.

Diversos intelectuais denunciariam a degeneração cultural, que instituída após a proclamação da República, deixaria efeitos nefastos no jornalismo e na literatura. Condenavam, também, desde a irracionalidade burocrática republicana, até os costumes dos homens públicos e a incapacidade do novo regime em tutelar os diferentes grupos da sociedade brasileira.

Nicolau Sevckenko encontraria três grandes grupos de intelectuais na República Velha. Os "*vencedores*" seriam aqueles que desfrutavam de prestígio intelectual e sucesso editorial, e que ocupavam posições de destaque no regime republicano. Vivem nos grandes círculos, nas conferências elegantes, nos salões burgueses e nas mais alinhadas *coterias*. Poderiam escrever sobre tudo, da moda à política. Era garantido um espaço de destaques na imprensa.<sup>498</sup>

Haveria o segundo grupo formado pelos "*derrotados*", pelos marginalizados que não encontrariam espaço nas grandes rodas, e nas instituições de mecenato oficial. Uns reagiriam tornando-se boêmios, optando por inquietarem seus inimigos com a exibição de suas dores. Cruz

---

<sup>497</sup> Idem, Ibid, p.92.

<sup>498</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora brasiliense, 1999, p.104.

e Souza seria o grande arauto dessa resistência autodestrutiva. Outros como Lima Barreto, fariam de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica.<sup>499</sup>

Sevcenko lembraria ainda dos intelectuais "*de casaca*", que perpetuariam "*uma tradição assentada desde José de Alencar, que sempre distinguiu a distância entre o escritor e o homem público.*"<sup>500</sup>

Lima Barreto, em carta a Oliveira Lima, ironizaria lugar que ocupava a margem das grandes rodas intelectuais. Datada de 1919, esta escrita assim:

*"Todos os Santos (Rio de Janeiro), 29 de junho de 1919.*

*Meu caro Senhor doutor Oliveira Lima.*

*Muita saúde, em companhia de sua excelentíssima senhora.*

*Acabo de ler o seu artigo no A.B.C. Ele me suscitou dúvidas que, sem ter a pretensão de que o senhor mas esclareça, me julgo, contudo, obrigado a submetê-las ao seu esclarecido espírito.[...] A minha intenção era perguntar-lhe, ao senhor, mais esclarecido e inteligente do que eu, mais culto e mais viajado do que eu, conhecendo bem a evolução das idéias e a sua transformação em sentimentos, a ditar atos quase automáticos – se eu, homem de cor, mulato, etc. etc., posso e devo concorrer de alguma forma para reforçar a influência ou o predomínio, no Brasil, dos Estados Unidos; e, também, se não é minha obrigação de modesto homem da pena combater de todas as maneiras essa influência?"<sup>501</sup>*

Celi de Freitas mostra-nos que Lima Barreto, escolhendo utilizar expressões de polidez e interrogações retóricas, mapearia os diferentes lugares de poder naquele contexto. Afirmando ironicamente seu nacionalismo, o Lima carioca explicitaria "*um olhar sobre uma sociedade que apartava os dois lugares, o de intelectual e o de negro*".<sup>502</sup> Era colocando-se entre esses dois lugares que Barreto circularia neste cenário. Mesmo sentindo-se desprestigiado pela orientação política e administrativa do Ministério das Relações Exteriores, onde sofreria desgastes com as disputas internas, o Lima pernambucano ocupava o lugar do intelectual vencedor, pois participava das grandes rodas intelectuais e freqüentava as grandes instituições culturais de sua época. Entretanto, os últimos anos de vida legaram ao diplomata-historiador a certeza de que não era tão vencedor assim como indica a nomenclatura de Sevcenko. Lima sentiu-se injustiçado, perseguido e abandonado.

<sup>499</sup> Idem, Ibid, p.106.

<sup>500</sup> Idem, Ibid, p.106.

<sup>501</sup> BARRETO apud FREITAS, Celi Silva Gomes de. *Lima Barreto na "cidade negra" e na "cidade das letras": questões de dupla exterioridade na primeira república no rio de janeiro*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.

<sup>502</sup> FREITAS, Celi Silva Gomes de. *Lima Barreto na "cidade negra" e na "cidade das letras": questões de dupla exterioridade na primeira república no rio de janeiro*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.



\*\*\*

Em 10 de dezembro de 1912, Oliveira Lima daria uma declaração polêmica no jornal fluminense "*Gazeta de Notícias*". Respondendo se era ou não monarquista diria: "*Quem não o é, hoje no Brasil? Dos que sabem pensar, raros são ainda os que se mantêm no romantismo de uma preferência republicana. Podem ser sinceros mas estão equivocados*".<sup>503</sup>

Perguntando-lhes sobre o pretendente D. Luiz de Orleans e Bragança, Lima diria que era "*um admirável príncipe moderno, capaz de assumir a direção de um povo, por mais exigente que ele seja nos seus sentimentos liberais*". Diria, ainda, que o príncipe entendia que "*a repetição histórica com a monarquia, é a salvação da pátria*". Segundo o historiador, "*seu programa de governo inclui a federação*", e sendo um soldado, "*um de seus maiores desejos [...] [era] poder ver o Brasil uma grande potência militar*".<sup>504</sup>

A primeira vista, as declarações do diplomata pareciam inscrever-se como defesa da restauração monárquica. Dentro dos altos escalões republicanos, tal declaração, vinda de um diplomata famoso como Lima, deve ter soado incomodamente. Façamos notar que o programa do herdeiro bragantino incluiria a incorporação do federalismo típico de uma república – e aí o país poderia voltar a ser aquele "*Império republicano*" – e a solução do temor contemporâneo referente a possíveis invasões expansionistas e incorporação de parcelas do território brasileiro.

As declarações da fatídica entrevista cansariam uma enorme celeuma na imprensa. Acusariam o diplomata de ser um enviado de D.Luís ao Brasil para articular o movimento de restauração. Havia em Lima a expectativa de que poderia ser nomeado para a Legação de Londres, após a posse de Lauro Miller como titular da pasta, em substituição a Rio Branco. A celeuma provocada pela entrevista daria duas opções ao diplomata dentro do jogo político da época: poderia retratar-se publicamente de seu monarquismo e, talvez, conseguir sua nomeação, ou aposentar-se, retirando-se do serviço diplomático. Oliveira Lima encerraria sua carreira diplomática, mas ampliaria sua carreira acadêmica.

Mas Lima procuraria a mesma "*Gazeta*" para que a próxima publicação constasse algumas retificações. Escreveria que "*em princípio*" não se preocupava "*com as idéias monárquicas*" e que não era "*declaradamente monarquista*". O que havia afirmado era "*que a forma de governo monárquico*" seria "*superior à republicana, porque acaba com as agitações, tão reprováveis,*

---

<sup>503</sup> LIMA apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Anexos*. In: *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.2, p.264.

<sup>504</sup> Idem, *Ibid*, p.264-5.

*ainda que explicáveis, da eternas, constantes e seguidas sucessões presidenciais".* Lima não viria ao Brasil para bater-se *"pela restauração monárquica"*, nem para declarar-se *"monarquista"*, *"principalmente agora"* que ainda era *"funcionário público"* da República. Examinava a questão *"exclusivamente sob o ponto de vista teórico"*.<sup>505</sup>

A própria esposa do diplomata, em carta escrita a 4 de maio de 1910, a sua amiga D.<sup>a</sup> Maria Soares Brandão, escreveria que mesmo seu marido tendo *"predileção por esse sistema [monárquico] que foi entre nós o da civilização e o do progresso"*, uma vez entrando para a *"vida pública com a república"*, teria

*"sempre servido com dedicação tanta que não pode ver com bons olhos ela tomar o rumo já tão trilhado pelos demais países sul-americanos[...]. Faz tanta vergonha ver a gente seu país reduzido a uma Venezuela maior e por isso chamar a atenção do mundo"*.<sup>506</sup>

**Acreditamos que o imperativo para Lima era manter o país nos trilhos da civilização e do progresso.** Não era monarquista à *"moda de D. Pedro II"*<sup>507</sup>, como a esposa se denominava, era um brasileiro e colocava-se a serviço da nação. Seria, sim, um magoado, um envergonhado com a República que quando jovem havia apaixonado-se. Se era um monarquista, o seria por pura utopia, por esperança de que aquele *"rumo já tão trilhado pelos demais países sul-americanos"* poderia ser abandonado pelo seu país no futuro.

Designado para negociar, os limites fronteiriços entre Brasil e Venezuela, na primeira década do século XX - o que faria com sucesso -, Lima conheceria de perto o caudilhismo hispano-americano.

O sucesso em Caracas, para o diplomata, credenciaria-o para missões mais importantes e em lugares mais fundamentais à política externa brasileira. Lima achava-se merecedor de um posto em alguma capital européia. A política de preenchimento dos cargos do Itamaraty ofereceria, a Lima, Legação do México. Ele renegaria o cargo repetidas vezes, até que, após longa negociação seria nomeado Ministro Plenipotenciário do Brasil na Bélgica em 1908.

Logo mais, em 1910, o diplomata engajaria-se na campanha civilista de Rui Barbosa, afinal temia que a vitória hermista significasse a ditadura militar que aprendera a desgostar enquanto trabalhava em Caracas, capital de uma Venezuela convulsionada. Segundo Gouvêa, *"estava*

<sup>505</sup> LIMA apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Anexos*. In: *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.2, p.267.

<sup>506</sup> LIMA, Flora apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Anexos*. In: *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.2, p.259.

*muito viva na sua memória o clima de prepotência, de desonestidade e de atraso cultural observado naquela missão".*<sup>508</sup>

Nem o civilista Ruy Barbosa venceria aquelas eleições, nem Lima conseguiria os cargos de destaque que tanto desejava. Seu trabalho em Bruxelas obteria reconhecimento. Mas seu envolvimento em polêmicas e suas fortes opiniões não permitiriam-no galgar postos mais importantes na Europa.

Publicando em 1907 "*Pan-Americanismo*", Oliveira Lima defenderia que nessa nova política, o país, por seus governantes, deveria manter relações cordiais com os Estados Unidos e com a Europa. Para Malatian, Lima defenderia uma união pan-americana como "*instrumento de negociação direta das dívidas com a Europa, e eliminaria o papel intermediário dos Estados Unidos como cobradores de dívidas da América Latina, mantendo-se porém, como parceiros comerciais importantes*".<sup>509</sup>

Para Kátia Baggio, Oliveira Lima consideraria que

*"a doutrina de Monroe tinha substituído a ascendência européia sobre a América Latina pelo domínio norte-americano[...]. Afirmou que, na prática, o monroísmo pouco ou nada tinha protegido as repúblicas ibero-americanas das agressões européias mas, ao contrário, servia como mecanismo de justificação das agressões dos próprios Estados Unidos".*<sup>510</sup>

Oliveira Lima parecia defender uma nova política para a América, onde o Brasil exerceria uma hegemonia sobre a América do Sul, representada por ele como dividida entre nações mais evoluídas como o Chile e a Argentina, devido ao predomínio do branco, e as nações atrasadas como o Peru, a Bolívia e Equador, devido ao predomínio de negros e índios.

Suas opiniões críticas acerca da política externa republicana, notadamente ligada ao monroísmo aguçariam as tensões entre Lima e Rio Branco e entre Lima e Nabuco. O próprio presidente Rodrigues Alves havia cogitado colocar o diplomata em disponibilidade devido a sua atuação desviante.<sup>511</sup>

De 1910 a 1912, o historiador faria uma série de conferências em Universidades estadunidenses e européias. Apenas no ano de 1912, Oliveira Lima faria conferências nas

<sup>507</sup> LIMA, Flora apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Anexos*. In: *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.2, p.258.

<sup>508</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.1, p.340.

<sup>509</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.194.

<sup>510</sup> BAGGIO, Kátia Berab. *A "outra" América: Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*, 1998 (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo), p. 73.

famosas universidades de *Stanford, California, Kansas, Wisconsin, Michigan, Vassar, Cornell, John Hopkins, Columbia, Yale e Harvard*. Como sabemos, em 1911, faria suas 12 lições brasileiras na Sorbonne. Não conseguiria ser o diplomata de destaque de direito, mas seria, de fato, o "*embaixador da intelectualidade brasileira na Europa*", alcunha, essa, que carregaria com orgulho.

Até 1922, manteria intercâmbio com as grandes universidades. De 1824 até sua morte, em 1828, cuidaria da instalação de sua biblioteca na "*Catholic University of América*", onde lecionaria Direito Internacional.

O historiador deixaria como obra póstuma uma inconclusa autobiografia, onde passaria a limpo suas mágoas. O livro causaria grande polêmica quando lançado. Publicado nove anos após seu desaparecimento, sua autobiografia teria uma repercussão bombástica, devido as relações polêmicas que atingiam figuras ainda presentes na vida política. Lima, em espírito, continuaria colocando sua pena a serviço daquelas batalhas que sempre tratava em sua vida intelectual.

Algo que marcaria Lima seria esse sentimento de indiferença da República para com sua pessoa. Entre outras coisas, o golpe de 1891 prejudicaria Oliveira Lima em sua estada na Legação de Lisboa. A atuação do seu cunhado e Ministro Plenipotenciário em Portugal Araújo Beltrão, frente a tensa negociação do Estado brasileiro com o português pelo reconhecimento da República. Em Portugal, não apenas reinava o sobrinho do Imperador deposto, como também estavam exilados os brasileiros monarquistas do 15 de novembro, que se organizariam em torno de Eduardo Prado para contestar o novo regime. Conflitos entre o governo português e a Legação brasileira concorreriam para, após a implantação da ditadura florianista, Lima e Beltrão serem removidos.

Lima ficaria, cada vez mais, desiludido com o que o regime traria para o seu país e com o que os seus governantes o presenteariam. Fernando Gouvêa nos mostra a primeira vez que Lima falaria em aposentar-se numa carta. Datada de 8 de julho de 1912, escrita em Bruxelas, o diplomata escreveria ansioso por findar sua carreira. Colocava havia procurado servir sua carreira "*com zelo, honestidade e consciência, mesmo não agradando. [...] Os poucos serviços*" que teria prestado, continuaria "*a prestá-los*", estando "*certo de que serão mais e melhores do que os de muitos diplomatas na atividade*".<sup>512</sup> Para o missivista, o Brasil não teria culpa

---

<sup>511</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.198.

<sup>512</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.1, p.444.

*"dos que o governam, e as coisas podem e espero que hão de melhorar, Deus sabe como e porque preço, mas, enfim, recuso-me a crer no esfacelo e morte do Brasil tão bem falado. De minha parte contribuirei para torná-lo conhecido e simpático, como até aqui o tenho feito".*<sup>513</sup>

\*\*\*

A historiadora Emília Viotti da Costa, em *"Sobre as origens da Republica"*, falar-nos-ia das primeiras linhas explicativas a respeito do fim da monarquia e da proclamação da Republica. Nos primeiros anos, sugiriam duas linhas interpretativas: a dos "vencedores" e a dos "vencidos". A partir da leitura dos escritos de Oscar Araújo, Suetônio e Felício Buarque publicados nos inícios da década de 90, Viotti apontaria a representação histórica dos vencedores: a Republica sempre seria uma aspiração nacional; o poder moderador havia cerceado as liberdades; Pedro seria deficiente como estadista; e o regime monárquico seria excessivamente centralizado. Para a historiadora, *"a proclamação da Republica na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século"*.<sup>514</sup>

Na versão de Buarque, *"a monarquia era o regime de corrupção e de arbítrio, de violência e de injustiças, e sobre tudo o governo do Poder Pessoal, discrecionário e alheio aos interesses do Povo."*<sup>515</sup>

Sobre a versão dos monarquistas, Viotti escreveria que a proclamação não passaria de um levante militar, fruto da indisciplina das forças armadas que contando com o apoio de fazendeiros descontentes com a abolição da escravatura, instituíram, com a Republica, um grande equívoco. Segundo sua leitura, Viotti diria que para os escritores desta versão monarquista

*"o regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional. Uma simples parada militar substituíra esse regime por um outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual"*.<sup>516</sup>

Após descrever o *"Império republicano"* do Brasil e falar no *"mais perfeito dos soberanos"* D.Pedro II, Lima explicaria a queda da monarquia por esta parecer um anacronismo histórico e

<sup>513</sup> Idem, Ibid, p.444.

<sup>514</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Sobre as origens da Republica In: Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.245.

<sup>515</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Sobre as origens da Republica In: Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.248.

por não ter defensores interessados em sua manutenção. As causas do seu fim seriam: a abolição da escravatura, que traria a vingança dos fazendeiros, culpando o imperador pela sua ruína, adeririam a República; a questão militar, pois os militares sentiam-se diminuídos e desprezados, acreditavam merecer mais prestígio; e a questão religiosa, pois a Igreja se declarava atingida em suas liberdades essenciais.<sup>517</sup>

Contudo, o Império, mesmo "*no momento de sua queda*", resolveria "*de maneira mais calma e generosa, senão da maneira mais reta e mais justa, [...] o mais grave problema econômico e social que pesava sobre o futuro do país, - quero dizer, a abolição da escravatura*".<sup>518</sup>

Para Oliveira Lima, "*a ação do Poder Executivo*" havia "*afrouxado por motivo das sucessivas doenças do soberano*". D. Pedro II parecia "*incapaz de prestar de então em diante aos negócios do país sua antiga e incansável atividade*". Assim, "*graças a esses motivos, os políticos mostravam-se agora céticos e hesitantes quanto à fidelidade às instituições. Foi fácil perceber-se isso em face do coro de adesões que saudou a República*".<sup>519</sup>

Dentre os autores desta versão, estariam o Visconde de Taunay, o Visconde de Ouro Preto e Joaquim Nabuco por seu "*Um Estadista do Império*" e Oliveira Lima, por seu "*O Império Brasileiro*".

O "*Estadista*" seria escrito e publicado nos fins da década de 1890. Já o livro de Oliveira Lima, seria escrito nos últimos anos de vida do diplomata, sendo findado em 1927, portanto, fora deste contexto imediatamente após o 15 de novembro. Foi com "*D. João VI no Brasil*" que Lima ganharia a fama de monarquista. Dentro do contexto de desilusão com a República, podemos afirmar que o elogio limasiano do regime monárquico relaciona-se com a crítica que toda uma geração faria a quebra do sonho operada com a realidade republicana.

Após os primeiros anos de experiência republicana, a autora de "*Da Monarquia à República*" dividiria em dois a linha interpretativa republicanófila: nos historiadores "*civilistas*" como Oliveira Vianna e Tobias Monteiro, que dariam ênfase na ação civis qualificando como nociva a atuação dos militares; e nos historiadores "*militaristas*" como José de Souza Soares e Ximenes de Villeroy, que reivindicavam para os militares a glória do movimento.

<sup>516</sup> Idem, Ibid, p.249.

<sup>517</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 230-31.

<sup>518</sup> Idem, Ibid, p. 203.

<sup>519</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 233.

Para Viotti, a produção destes historiadores definia-se pela sua posição inicial. Se era republicano ou monarquista, civilista ou militarista, o historiador escreveria determinado por esses posicionamentos.

Preferimos entender que as posições assumidas pelos indivíduos são circunstanciais, são fruto de navegações dos sujeitos nas situações mais imediatas, e não determinadas por grande ideais coerentes e coesos. O monarquismo ou o republicanismo não seriam ideais transcendentais capazes de darem coerência a vida de algum ator histórico. Essas distinções respondiam muito mais a questões do presente de cada um, e não a uma coerência perfeita comum aos grandes homens.

A conhecida identificação de Rio Branco com o regime monárquico não o impediria a assumir a liderança da política exterior brasileira por uma década. Desconfiado com a República, temia que esta colocasse em risco a ordem e a unidade do país. Rio Branco não se envolveria diretamente na campanha anti-republicana, mas, abertamente, manteria, segundo Kátia Baggio, *"relações estreitas com monarquistas militantes, como Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, além do próprio imperador no exílio"*. Como colocou Baggio, *"como outros influentes políticos e intelectuais da época, receava que as lutas civis, o caudilhismo, governos tirânicos tomassem conta do Brasil, a exemplo, segundo eles, das repúblicas vizinhas"*.<sup>520</sup>

Mesmo não sendo republicano, como Lima e Euclides da Cunha o eram, nos fins da década de 80, Nabuco poderia ser visto entre esses intelectuais que passariam a criticar duramente aquele regime que logo após o 15 de novembro não seria mais, o dos sonhos de toda uma geração de intelectuais. O próprio Nabuco, representado tradicionalmente como um monarquista apaixonado confessaria em seu diário pessoal: *"quero viver até o fim monarquista, mas quero morrer reconciliado com os novos destinos do meu país"*.<sup>521</sup> Kátia Baggio colocaria que *"Nabuco começou a convencer-se de que, tal qual a chilena, a república brasileira poderia vencer os obstáculos e garantir a ordem e o desenvolvimento"*.<sup>522</sup>

O fato de Lima e Cunha serem republicanos apaixonados não os impediram de criticar o regime. Talvez, mesmo Lima tendo convertido-se a um *"monarquismo teórico"*, sua crítica não seria mais feroz do que a do sempre republicano, Euclides, autor de *"Os Sertões"*. Aconselharia a

---

<sup>520</sup> BAGGIO, Kátia Berab. A *"outra" América: Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*, 1998 (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo), p. 62.

<sup>521</sup> NABUCO apud BAGGIO, Kátia Berab. Opus cit., p. 135.

abertura de uma outra categoria: a dos *"desfiliados"* da República, dos órfãos do regime, onde pouco importaria se eram ou não, anteriormente, monarquistas. O que importava era simbolizar aquele real ingrato e triste que impunha uma série de redefinições. Bonfim negaria a inferioridade racial atribuída ao brasileiro, Nabuco e Lima reafirmariam a monarquia, mas para negar a República, assim como Cunha faria ao escrever sobre Canudos. *"A República não cumpre suas promessas, não inaugura o tempo novo, sob a égide da razão"*.<sup>523</sup> Mas temos de admitir: Euclides questionaria não apenas a República, mas seu cientificismo e com ele os fundamentos de sua civilização. Questionaria o ser da linguagem, como bem mostra Lourival Holanda<sup>524</sup>. Se para Nabuco e Lima, a monarquia é o outro da República, para Euclides, esse outro é o *"Sertão de Canudos"*.<sup>525</sup>

O próprio Euclides, no seu trabalho *"Da Independência à República"*, seria evocado na última lição limasiana para atestar que a República, não deveria ser confundida com *"a bela parada comemorativa de 15 de novembro de 1889"*. Segundo Euclides, os *"seus primeiros fundamentos"* haviam sido lançados na época da *"Conciliação"*. Ou melhor, o *"princípio democrático"* triunfaria *"ruidosamente nas eleições de 1860"*. Para o escritor, a Conciliação, a *"missão do marquês do Paraná"*, *"alastraria, de fato, sobre todo o país, as responsabilidades políticas. Seria realmente [...] a vitória da causa territorial, contra o entricheiramento à beira-mar do velho regime"*. A República não havia sido capaz de realizar tal feito, ou melhor, de continuar o progresso iniciado naquele momento. Segundo Euclides, a Conciliação *"enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro"*. Esse futuro teima em não chegar no tempo republicano.<sup>526</sup>

Fernando Gouvêa conta-nos um episódio que poderia nos ajudar a compreender as esperanças não apenas de Lima, mas de toda uma geração de republicanos de primeira hora com a proclamação do novo regime. O biógrafo do historiador narraria que

*"naqueles dias de euforia republicana, a 'mocidade comercial de Pernambuco', então muito participante dos acontecimentos políticos e literários, lançou uma publicação em formato*

<sup>522</sup> BAGGIO, Kátia Berab. Opus cit, p. 135.

<sup>523</sup> HOLANDA, Lourival. *Fato e fábula*. Manaus: EDUAM, 1999, p.94.

<sup>524</sup> Idem, Ibid.

<sup>525</sup> Cf. GUILLÉN, Izabel. *O Sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu*. In: Burity, Joanildo, *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

<sup>526</sup> CUNHA apud LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 223-4.



*médio, de quatro páginas, incluindo colaborações assinadas por escritores e jornalistas, todos saudando a mudança de regime*<sup>527</sup>.

Na edição de 15 de novembro de 1889, na publicação "A nova Era", Oliveira Lima escreveria que

*"o povo brasileiro, cheio de sentimentos nobres e generosos, e o Exército, esse punhado de bravos saídos das diversas camadas sociais, acabam de dar ao mundo uma verdadeira lição de civismo. Proclamou-se a nova forma de governo sem que o sangue viesse ofuscar o brilho de nossa bandeira e sem trazer o luto às nossas famílias. Eu vos saúdo, oh República, assim bela e risonha, mostrando aos povos a nova idéia, os novos horizontes; que a vossa luz caia n'alma brasileira como a gota de orvalho sobre o vegetal, deixando o organismo americano cheio de vida e robusto para as lutas evolutivas. E vós, homens do poder a quem estão entregando os destinos da nova pátria, vós que agora começais como governo, sede fortes, enérgicos; porém de uma energia patriótica, simpática que seja em síntese o bem geral, a felicidade de todos. Eu desejo a vossa prosperidade, porque ela será a prosperidade da família brasileira; que as vossas leis, vossos decretos e vossas resoluções sejam recebidas com toda roda de palmas, repercutindo em todo mundo civilizado. Oliveira Lima".*<sup>528</sup>

Como Euclides da Cunha, o jovem republicano Lima confiava no exército e naqueles "homens do poder", afinal, haviam dado uma "verdadeira lição de civismo" ao mundo. A nova forma de governo havia chegado de forma ordeira, sem violência, nem derramamento de sangue. O novo regime poderia derramar sua "luz" na "alma brasileira" que dela se serviria "como a gota de orvalho sobre o vegetal, deixando o organismo americano cheio de vida e robusto para as lutas evolutivas". A República parecia trazer as condições para que o povo deste país pudesse fortalecer-se para as "lutas evolutivas", onde as raças superiores derrotam as raças inferiores. Aqui vemos o espírito comtista do jovem republicano. O Brasil havia dado um grande passo para uma nova era que prometia o "bem geral" e a "felicidade de todos". As atitudes dos republicanos deveriam servir de exemplo, "repercutindo em todo mundo civilizado".

E sua análise das últimas partes de "Pernambuco, seu desenvolvimento histórico", Malatian nos falaria das críticas que o jovem historiador republicano, em 1895, faria ao

*"militarismo, as 'rancorosas rebeliões políticas', além de 'levantar um protesto contra quaisquer atentados, partam de onde partirem, arremessados ao nosso capital, realizado de*

---

<sup>527</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.1, p.93.

*liberdades' [...]. Fiel ao ideário liberal, defendia o estabelecimento de 'vida pública' mediante 'dignidade nas votações' e respeito às opiniões públicas".*<sup>529</sup>

Como diplomata, Lima expressaria a necessidade de defender o regime no exterior, onde a imagem do país havia se desgastado devido a instabilidade política institucional, econômica da República. Em 1896, na *Nouvelle Revue*, de Paris, Lima publicaria "*Sept Ans de République au Brésil*", sua narrativa de defesa do corpo diplomático e do novo regime, uma "*réplica aos monarquistas que gravitavam em torno de Eduardo Prado*" e aos discursos parlamentares acusariam os diplomatas de incompetência e veiculariam "*insistentes propostas de redução dos recursos*" do Ministério administrado por Rio Branco.<sup>530</sup>

Gouvêa e Malatian já haviam mostrado as críticas que faria a República eram comuns a outros republicanos desiludidos. A guinada monarquista se daria com a publicação de "*D. João VI no Brasil*".

Oliveira Lima reconstruiu, nesta obra, a figura de D. João VI ante toda uma tradição historiográfica portuguesa detratora da imagem do monarca. Lima enalteceria o rei, assim, como havia feito Varnhagen, colocando como responsável pela emancipação do Brasil de sua condição colonial. Era, de fato, o "*fundador da nacionalidade brasileira*". O historiador faria a apologia da unidade nacional, da centralização administrativa, do regime monárquico e da competência da colonização lusitana na América. Assim, na escritura limasina encontraríamos reforçadas diversas teses varnhageneanas.

Para Teresa Malatian, "*a nova posição política [de orientação monarquista] iria se expressar mais arrojadamente em 1911, nas conferências pronunciadas Sorbonne*".<sup>531</sup> Nessa época, Oliveira Lima estabeleceria contato com o príncipe D. Luís de Órleans e Bragança. Mas o diplomata não se filiaria ao "*Diretório Monarquista*" ou se engajaria na militância monárquica. Concordamos com Gouvêa e Malatian na afirmação de que olhando o passado monárquico como um espelho em negativo, como espelho do que a República não era, Lima buscaria soluções para os problemas republicanos advindos da instabilidade política.

Mas, quinze anos antes, em "*Sept Ans de République au Brésil*", Lima, havia feito, ao mesmo tempo, o elogio a monarquia e ao último soberano, e também toda uma defesa do novo

---

<sup>528</sup> LIMA, Flora apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.1, p.93.

<sup>529</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.98.

<sup>530</sup> Idem, *Ibid*, p.101.

<sup>531</sup> MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Edusc, 2001, p.227.

regime. Criticaria o militarismo florianista, mas elogiaria a Republica em enunciados típicos de republicanos históricos e civilistas. Naquele momento, Lima defenderia a legalidade do regime, sob a liderança do civil Prudente de Moraes em contraposição ao militarismo jacobinista. Segundo Malatian, "*a Republica tinha, no seu julgamento radicalizado, perspectivas mais promissoras de alcançar o progresso, servindo de exemplo para isso os Estados Unidos*".<sup>532</sup>

Toda intelectualidade brasileira passaria, naqueles sete anos iniciais da republica, por um processo de revisão de posicionamentos assumidos na passagem do Império a Republica. Havia tantos republicanos desiludidos, quanto monarquistas lamentando terem permanecido apegados a uma visão romântica do Império.<sup>533</sup>

A escritura limasiana olha o passado para encontrar na monarquia as condições para que os "*grandes homens*" da nação, como ele, filhos da raça superior, pudessem decidir sobre os destinos da população do país. Eram homens "*excepcionais*", de uma raça destinada a construir uma grande sociedade. Apenas eles poderiam influir nos "*acontecimentos decisivos*" do Brasil, e representar as "*aspirações coletivas*". Como vimos, o regime que a substituiria abriria espaço apenas para os arrivistas e corruptos, esquecendo a "meritocracia".

Mas de quem eram essas "*aspirações coletivas*"? Se existiam esses "*seres excepcionais*", quem eram os seres ordinários, ou comuns? O que a "*sociologia inspirada pela harmonia biológica*" nos pode falar sobre esses seres que não eram excepcionais? E quem é o povo brasileiro?

Podemos afirmar que, em Oliveira Lima, dentre o Povo-nação brasileiro, composta pela raça branca, "*portuguezes pelo sangue*", deveriam existir esses "*grandes homens*" que liderariam a evolução da nação. Eles é que deveriam representar e influir, ditar os destinos. O exército, nos inícios do período republicano havia assumido para si o papel de formar esse grupo de homem para o poder. Seriam os militares positivistas da Escola Militar da Praia Vermelha. Oliveira Lima parte desta mesma utopia só que civilista. Seriam civís, e não militares que deveriam tutelar a nação.

Uma grande mágoa de Oliveira Lima seria o esquecimento que a República operaria para com seus filhos ilustres cheios de "*energia patriótica*". Sua esposa, em carta falaria que uma das qualidades do príncipe D. Luiz seria o "*reconhecimento, que aliás é próprio das almas nobres*".

---

<sup>532</sup> Idem, Ibid, p.111.

<sup>533</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1978, v.4, p. 370-80.

O herdeiro bragantino manifestaria seguidas vezes sua gratidão a Oliveira Lima por um artigo seu escrito sobre ele. Dona Flora notaria que Lima fez muito mais pela candidatura de Ruy Barbosa, colocando em risco seu posto diplomático e sofrendo "*censuras e antipatias*", que o candidato "*nunca achou tempo nem lazer para escrever uma cartinha de agradecimento*".<sup>534</sup>

Oliveira Lima sonhava com um regime político, que monárquico ou não, republicano ou não, fosse comandado por "*grandes homens*" sem ambições políticas, com apenas o desejo de servir a pátria. Estes estadistas seriam escolhidos por competência e mérito. Esses homens saberiam controlar, ou melhor, tutelar os grupos sociais-raciais diversos que fizessem parte do Estado.

Esses homens, na segunda metade do século XIX, realizariam "*de todo um vasto programa de aperfeiçoamento legislativo, financeiro, administrativo, social, o qual foi servido à medida dos desejos por um pessoal recrutado nas fileiras do Parlamento e educado na escola da liberdade, temperada pelo sendo de realidade*". Entre esses "*personagens de primeiro plano*" revelaria-se "*uma grande unidade de vistas*" e "*uma concepção verdadeiramente superior das necessidades do progresso nacional*".<sup>535</sup>

Para o historiador, "*faltava então no Brasil [na época do Império], como aliás falta hoje, um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres.*" Este povo seria composto dos luso-brasileiro brancos, os únicos a poderem participar da vida política. Mas, eles próprios, em sua maioria, precisavam delegar seus deveres a homens excepcionais. Daí a necessidade de um "*pessoal político*" que numa "*esfera superior e fechada [...] não podia se furtar a uma intervenção direta nos problemas do governo*", que eram aos olhos desse povo, "*páginas indecifráveis*".<sup>536</sup>

No seio do movimento abolicionista, o bacharel letrado propunha-se a substituir o senhor na tutela dos escravos, libertos e ingênuos.<sup>537</sup> No seio do exército, definiu-se a utopia de uma elite militar capaz de tutelando a nação, salvá-la. **Oliveira Lima sonhava uma utopia civilista, onde apenas esses homens "esclarecidos", esses "personagens de primeiro plano", esses "grandes homens" de "concepções superiores" saberiam estabelecer uma "democracia" sem "anarquia", um "federalismo" sem "demagogia", e um "progresso" com "ordem", "paz" e**

<sup>534</sup> LIMA apud GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Anexos*. In: *Oliveira Lima: Uma biografia*. 2.ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2003, v.2, p.262.

<sup>535</sup> LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 222.

<sup>536</sup> Idem, *Ibid*, p. 224.

<sup>537</sup> VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República*. In *Viagem Incompleta: Formação: Histórias*. São Paulo: Senac, 2000.

*"evolução"*. Oliveira Lima atribuía o papel de vanguarda política aos intelectuais. Cabia-lhes a "missão" de iluminar as elites que construiriam a nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"No mais, escrevo porque acredito na literatura e acho que ela pode mudar o mundo. Sinceramente."*  
Raimundo Carrero

*"Luta vã, a do verbo? Não. Mas de eficácia torta"*  
Lourival Holanda em *"Sob o Signo do Silêncio"*.

As considerações finais são sempre desagradáveis. Conferem uma idéia errada do trabalho intelectual. Este nunca tem finais, mas sim interrupções. Esta dissertação tem enormes reticências. Amanhã mesmo estarei voltando ao Arquivo Público em busca do que meu companheiro Oliveira Lima pode dizer mais sobre mim e meu mundo. História é, como quer Michel de Certeau, um escrita de si no outro. Pretendo desconstruir outras obras suas e, quem sabe, desdizer tudo o que eu disse.

É como escreveria o poeta Paulo Cezar Pinheiro: *"a vida da gente é mistério, a estrada do tempo é segredo, o sonho perdido é espelho, o alento de tudo é canção, o fio do enredo é mentira, a história do mundo é brinquedo, o verso do samba é conselho, e tudo o que eu disse é ilusão"*.<sup>538</sup> Se isso vale para o meu companheiro de estrada, vale também para mim.

Como considerações finais podemos discorrer que esta pesquisa, a partir da leitura de *"Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira"*, construiu-se em dois momentos. Primeiramente tentaríamos refletir sobre o acontecimento desta escrita da história do Brasil dentro do que Foucault chamou de *epistémê* moderna. De fato, o conhecimento construído por Oliveira Lima fazia parte do conjunto dos saberes ocidentais da "Era da história". Narrando um homem que vive, que fala e que trabalha, o autor subordinaria essas duas últimas formas de existência humana, a condição corporal. Articulação típica da adoção do modelo biológico, comum no Brasil daquele entre séculos. As formas de produção econômicas e os usos da linguagem pelos homens estariam subordinados às suas arquiteturas internas, ou seja, a suas raças. Nesta parte tentamos fazer uma articulação entre as análises foucauldianas sobre a arqueologia das ciências e a discussão racial no Brasil daquela época. Procuramos como o autor de "As palavras e as coisas" poderia nos ajudar a perceber as condições discursivas de

---

<sup>538</sup> Esta canção, chamada "Alento" (n.º 66890691), chegou-me pela voz calma de Paulinho da Viola em "Bebadosamba".

possibilidade daquele saber historiográfico, para com isso, encontrar a forma de manifestação deste em Oliveira Lima.

Num segundo momento, representados nos dois últimos capítulos, procuramos as condições políticas e institucionais desta história. Estabelecemos as redes institucionais e de sentidos nas quais Lima estava relacionado e quais delas ele precisava para constituir-se como sujeito. Reconstruímos o ambiente político e intelectual da Primeira República, e colocamos o historiador como agente ativo da "República das Letras", situando-o nos embates políticos resultantes do fim do regime monárquico e inícios da República. Nesta segunda parte procurávamos a construção limasiana da nacionalidade brasileira e sua representação do que seria o povo brasileiro, do que seriam os regimes republicano e monárquico e do que seria o continente americano.

Para Oliveira Lima, a monarquia havia salvado o Brasil da barbárie típica das nações latino-americanas vizinhas cuja degeneração social era causa direta da mestiçagem e da inadequação do regime republicano ao contexto do continente. A monarquia garantiu que os luso-descendentes pudessem implementar o projeto civilizatório ocidental no Brasil; o que implicou, segundo o autor, no eficaz controle social dos índios, dos escravos africanos e dos mestiços inferiores biologicamente em relação ao povo-nação brasileiro composto pela raça branca de origem européia.

Para o autor, a França havia influenciado decisivamente a cultura brasileira. O Estado criado após o processo emancipatório seria tributário de toda uma herança "espiritual" da pátria das luzes. A maneira como Lima estabelece os fios/fatos de sua história instituiu uma via de mão dupla, com idas e vindas. Se a França domina o país, com toda a anuência dos brasileiros, pelo espírito, pelas idéias, relacionando-se com o Brasil, a França é também influenciada culturalmente, como sua análise dos escritos de Montaigne e Rosseau demonstrou.

Os caminhos trilhados pela jovem República estavam ameaçando o brilhante legado deixado pelos grandes homens da monarquia que haviam sido educado "à francesa". O Brasil não era povoado por raças puras como o povo da grande República civilizada do Norte. Além disso, manter o legado monárquico era não apenas manter a ordem social e o reto caminho da civilização, mas também manter a posição hegemônica no continente, frente às caóticas Repúblicas vizinhas. O Império trouxe, para o continente, a democracia e a civilização. O regime monárquico possibilitou ao Brasil a capacidade, típica das nações civilizadas, de organizar as

nações menos *"esclarecidas"* e *"liberais"* em função de sua *"honra nacional"*, ou seja, de seus interesses, que eram em última instância os *"interesses da civilização"*.

O sistema republicano parecia impossibilitar a tradição civilizatória do Brasil dentro de seu território – pois abria espaço para a ação violenta das raças degeneradas – e dentro do continente, pois abria um caminho, a julgar pela experiência vizinha, de retrocessos.

A América Hispânica, como afirmamos, funcionava como um espelho em negativo. Era identificando esta outra América Latina com os piores pesadelos da República que intelectuais como Lima esperavam superar a inferioridade atribuída ao Brasil. A Monarquia brasileira representava o outro da República.

Oliveira Lima sonhava escrevia saudoso do antigo regime político onde apenas os homens *"esclarecidos"*, esses *"personagens de primeiro plano"*, esses *"grandes homens"* de *"concepções superiores"* sabiam estabelecer uma *"democracia"* sem *"anarquia"*, um *"federalismo"* sem *"demagogia"*, e um *"progresso"* com *"ordem"*, *"paz"* e *"evolução"*. Oliveira Lima, como afirmamos, atribuía o papel de vanguarda política aos intelectuais. Cabia-lhes a *"missão"* de iluminar as elites que construiriam a nação. Mas a República ora abria espaço para os arrivistas, ora devorava seus filhos ilustres. Oliveira Lima sentia-se um injustiçado pelas perseguições políticas que o tornaria um diplomata sem oportunidades de ascensão no Itamaraty.

Achamos que houve uma contribuição significativa desta dissertação no que diz respeito ao esforço de desnaturalização e de problematização dos conceitos de nação e povo que, mesmo hoje, por mais que pareçam perfeitos e evidentes, ainda guardam segredos.

Descobrimos uma nacionalidade brasileira constituída como branca, lusitana, latina, européia e francófila. A na(rra)ção do Brasil seria inventada na confrontação de espelhos em positivo, como no caso da Europa e dos Estados Unidos, com espelhos em negativo, como na representação feita da América Latina e do papel dos *"negros"*, *"índios"* e mestiços na construção da nacionalidade. Era um *"eu quero ser isso"* a acompanhado por um *"eu não quero ser aquilo"*.

No mais, esforçamo-nos em encontrar metáforas que dessem conta dos sentidos construídos no encontro em a minha temporalidade e a temporalidade do meu companheiro Oliveira Lima. Tentamos retirar o peso do discurso acadêmico típico de uma dissertação, construído formas de seduzir o leitor a ir até o fim dessa busca apaixonante do que constituíram os vários Brasis, ao longo destes dois últimos séculos. Esperamos ter seduzido o leitor a tentar decifrar os enigmas presentes também neste decifrador de brasilidades da Primeira República.



Procuramos também, construir narrativas histórico-literárias que pudessem contribuir para uma redefinição da própria escrita da história. Essas narrativas, que compuseram a primeira parte da dissertação, buscaram uma outra concepção de história e, por conseguinte, uma outra concepção de trabalho intelectual. Escrevendo uma outra história, tentava reescrever-me.

Como aprendiz de historiador, sinto-me como um capitão de pequeno navio que, perdido numa noite tempestuosa, vê esperançoso o ponto de luz de um farol. Mas até o porto seguro há ainda a tempestade, o frio, a tormenta. O farol é apenas um ponto também perdido na escuridão, indica apenas um caminho a ser percorrido. Um caminho a ser construído.

### **Referências bibliográficas**

- ABDALA JR, Benjamin & ALEXANDRE, Isabel, (orgs.) *Canudos Palavra de Deus Povo da Terra*. São Paulo, Editora Senac São Paulo, Bomtempo Editorial, 1997.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, 2000.
- ALMEIDA, Jaime de.(org) *Caminhos da História da América no Brasil. Tendências de um campo historiográfico*. ANPHLAC, Brasília, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência nacional*. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- ANDRADE, M.C. de.(org) *Formação histórica da Nacionalidade Brasileira: 1701-1824*. Recife, Editora Massangana, 1999.
- AUSTER, Paul. *O inventor da Solidão*. São Paulo: Editora Best-Seller, 1982
- BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*.Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- BAGGIO, Kátia Berab. *A "outra" América: Visão dos Intelectuais Brasileiros das Primeiras Décadas Republicanas*, 1998 (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo).
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Magia Arte e técnica. Obras Escolhidas*. Vol.1, São Paulo: Brasiliense, 1987,
- BERBEL, Marcia Regina. *A nação como artefato*. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.
- BERNARDES, Denis. *A idéia de povo no debate político da independência: notas para uma pesquisa*. In *Ciência e trópico*. Recife, v.27, n°1, p.21-42, jan/jun., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Um império entre repúblicas*. São Paulo, Global, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Pacto social e constitucionalismo em frei Caneca*. In *Estudos Avançados*. São Paulo. v.11, n°29, p. 155-168, 1997.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Humanitas,1994.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise de discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.
- BROCKMAN, Jonh. *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein*. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

- BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- BURITY, Joanildo, *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.68.
- \_\_\_\_\_. *Seis Propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.90.
- \_\_\_\_\_. *As cidades invisíveis*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, 2 vols.
- CARVALHO, Eugenio Rezende de. *Um confronto entre Norbert Elias e as idéias americanistas de José Martí*. In ALMEIDA, Jaime de.(org) *Caminhos da História da América no Brasil. Tendências de um campo historiográfico*. ANPHLAC, Brasília, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2<sup>a</sup>. ed. revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARVALHO, Marcus J.M. *Cavalcantis e cavalgados: a formação de alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824*. Revista Brasileira de História, v.18, n°36, p.331-365, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*. Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Reberieux. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

DAYREL, E. e IOKOI, Z.(coords) *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *A política platina do Barão do Rio Branco*. In: *Anais do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo: ANPHLAC,1998. Disponível em <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br>>. Acesso em dez. 2001.

FALCON, Francisco J. Calazans. *O povo brasileiro: um ensaio historiográfico*. In Revista da USP, Coordenação de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, n.46, p.6-29, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Publifolha, 2000.

FERRAZ, Maria do Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária a UFPE,1996.

FREITAS, Celi Silva Gomes de. *Lima Barreto na “cidade negra” e na “cidade das letras”:* *questões de dupla exterioridade na primeira república no rio de janeiro*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.

FREYRE, Gilberto. *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

\_\_\_\_\_. *Casa Grande & Senzala*. 14<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, 2 tomos.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

\_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições graal, 2001.

FURTADO, Alexandre. *Os Feitiços da Ilha: Senha imaginadas para identidade culturais*. Recife, 2000, UFPE, Dissertação de mestrado, Mimeo.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete Aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997.

\_\_\_\_\_. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1999.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Angela C. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia*. Recife, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico pernambucano, 1976.

- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo. (org) *História e sentido na linguagem*. Campina, Pontes, 1989.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.
- HOSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1870. Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Lourival. *Sob o Signo do Silêncio*. São Paulo, Edusp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Fato e fábula*. Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas, 1999, p. 205.
- \_\_\_\_\_. *O Instituto Histórico e a construção da memória*. In *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, número 59, Janeiro, 2002, Recife, p. 96-97
- HUNT, Lynn. (org. e apres.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca, 1974.
- LAPLANE, Adriana Lia Frizman. *Interação e silêncio na sala de aula*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo, Ática, 1992.
- LIMA, Francisco. *A Pena e a Casaca. Idéia de Nacional na Literatura Romântica Brasileira*. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998, Dissertação de Mestrado, Mimeo.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Elogio de Francisco Varnhagen*. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio, 1903.
- \_\_\_\_\_. *Memórias (Estas minhas reminiscências ...)*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento da Independência; O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, s.d.

- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura Social da República das Letras: Sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973.
- MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo, Edusc, 2001.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1978
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fabricação da nação*. In caderno MAIS!, da Folha de São Paulo de 17.09.2000.
- MOTA, Carlos Guilherme(org). 1822. *Dimensões*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Viagem Incompleta. Formação: histórias*. São Paulo, SENAC, 2000.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *Oliveira Lima. D. João VI no Brasil*. In DANTAS, Lourenço(org). *Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos*. Volume 2, São Paulo, Senac, 2001.
- O’GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. (org). *Gestos de leitura. Da História no discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_.(org). *O Discurso Fundador. A formação do País e a construção da Identidade Nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.
- PAMPLONA, Marco Antônio. *As ambigüidades do pensamento latino-americano do século XIX, os intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.
- PAZ, Octavio. *O Labirinto da Solidão e Post-scriptum*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PINSKY, Jaime(org). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo, contexto, 1988.
- RASPE, Eric. *As aventuras do Barão de Münchhausen*. São Paulo: Hemus Editora, s/d.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

- REZENDE, Antonio Paulo. *Octavio Paz: as trilhas do labirinto*. Revista brasileira de história, v.20, n.39, São Paulo, 2000.
- RILKE, Rainer Maria. *Alguns poemas e Cartas a um jovem poeta*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- ROMERO, SÍLVIO, História da Literatura Brasileira, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1953
- SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)* Petrópolis, vozes, 1975.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANT'ANNA, Afonso Romano de. *Epitáfio para o século XX e outros poemas*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1997.
- SANTOS, Fábio Muruci dos. *Arielismos: A visão de América em Oliveira Lima e José Enrique Rodo*. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, João Pessoa: ANPUH.
- SARAMAGO, José. *Todos os nomes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, L.M & QUEIROZ, R. *Raça e diversidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia*, São Paulo: Edusp-Estação Ciência, 1996.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- SODRE, Muniz. *Claros e escuros*. Identidade povo e mídia no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- VANNUCCHI, Aldo. *Cultura brasileira. O que é, como se faz*. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angela. *O século XIX: paisagens do Brasil*. In: *Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIGOTSKY, L.S. *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEBER, João Ernesto. *A nação e o paraíso. A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1997.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso. Ensaio sobre crítica da cultura*. São Paulo: edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. *A meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.